

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação Em História

**ENTRE ESCRITOS E VASILHAS CERÂMICAS:
O INDÍGENA NA SOCIEDADE COLONIAL DA ILHA DE SANTA
CATARINA (SÉCULOS XVIII E XIX)**

ANGELA SABRINE DO NASCIMENTO SALVADOR

FLORIANÓPOLIS

MAIO DE 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ANGELA SABRINE DO NASCIMENTO SALVADOR

**ENTRE ESCRITOS E VASILHAS CERÂMICAS:
O INDÍGENA NA SOCIEDADE COLONIAL DA ILHA DE SANTA
CATARINA (SÉCULOS XVIII E XIX)**

Dissertação de Mestrado
submetida ao Programa de
Pós Graduação em História
da Universidade Federal de
Santa Catarina como
requisito final para obtenção
do título de Mestre em
História.

Linha de Pesquisa: História Indígena,
Etnohistória e Arqueologia.

Orientador: Dr. Lucas de Melo Reis Bueno

Florianópolis, Maio de 2017.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Salvador, Angela Sabrine do Nascimento
Entre Escritos e Vasilhas Cerâmicas : O indígena
na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina
(Séculos XVIII e XIX) / Angela Sabrine do
Nascimento Salvador ; orientador, Lucas de Melo
Reis Bueno, 2017.
356 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. História. 2. História Indígena. 3. Arqueologia.
4. Cerâmica. I. Bueno, Lucas de Melo Reis. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

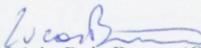
***Entre Escritos e Vasilhas Cerâmicas: O
Indígena na Sociedade Colonial da Ilha
De Santa Catarina (Séculos XVIII E XIX)***

Angela Sabrina do Nascimento Salvador

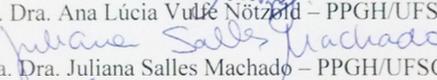
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

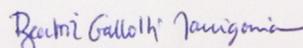

Prof. Dr. Lucas de Melo Reis Bueno (Orientador e Presidente) -
PPGH/UFSC


Prof. Dra. Ana Lúcia Vulliamy Nötzold – PPGH/UFSC


Prof. Dra. Juliana Salles Machado – PPGH/UFSC


Prof. Dra. Luíza Tombini Wittmann – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Laércio Loiola Brochier (Suplente externo) – PPGH/UFPR


Prof. Dra. Beatriz Gallotti Mamigonian
Coordenadora do PPGH/CFH/UFSC
Florianópolis, 05 de maio de 2017.

A Deus que fez isso ser possível
A meu marido, meus pais e meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

A Deus por tudo. Entreguei meu caminho a Ele e o mais Ele fez e faz.

A meu marido Paulo, o qual eu amo muito (!), por estar comigo sempre me apoiando e aconselhando, principalmente quando pensei que o muro era alto demais para ultrapassar e ele mostrou que eu era o pedreiro construindo-o. Obrigada por tudo, meu anjo!

A meus pais, Dirlene e Ilson, uau! Sensacional! Acho interessantíssimo como vocês conseguiram imprimir em nós a moral, ética e amor através de exemplos. Obrigada por ser a barreira para todos os nossos problemas sempre. Obrigada por nunca desistirem de dar o exemplo correto, mesmo que isso custasse sua diversão e por vezes liberdade. Mesmo depois de “gente grande” ainda lembro dos aprendizados que tive, principalmente sobre errar ser normal, mesmo com a prática, e cuidado e atenção constante mesmo sem receber nada em troca.

A meus irmãos (Ana, Amadeo e Luciana) que eu amo muito! Melhor coisa do mundo os irmãos. E ainda ganhei mais uma (Luciana). Obrigada pelo amor constante, apoio e força. Parceria eterna, se Deus quiser.

A meus cunhados por estarem cuidando dos meus irmãos. Obrigada por fazê-los felizes.

As minhas sobrinhas, Marcelle e Maria Heloisa, pelas risadas, momentos de fofura e mais amor! E Ana Laura, na barriga da Luci, estou te esperando!

A todos os meus amigos e colegas, hoje e sempre. Na UFSC, LEIA e Scientia. Todos vocês são muito legais e gosto de cada um de vocês das conversas e risadas. Vocês tornaram e tornam meus dias melhores e mais alegres.

Ao Lucas Bond Reis por ter me auxiliado com toda burocracia da UFSC sempre. A Gabriela, Isabela e Letícia por terem lido meus capítulos da dissertação. A Alejandra por ter me ajudado a montá-la. A Fernanda por ser o motivo e estopim deste mestrado. Juliana M. por sempre me conceder um pouco da luz de seus conhecimentos. Juliana B. por ter auxiliado e intermediado meu contato com a coleção da Casa de Câmara e Cadeia. A Luciana S. por sempre estar disposta a auxiliar. A Letícia por ter me ensinado a analisar cerâmica e outras coisas do mundo da arqueologia.

Gostaria ainda de agradecer ao Museu do Homem do Sambaqui, nas pessoas de Jefferson Garcia e Roberta Marques, por

terem permitido as pesquisas. Estendo, pelo mesmo motivo, meus agradecimentos a Empresa Geoarqueologia, por ter cedido espaço e apoio e para o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARquE).

Agradeço ao Professor Lucas pela orientação e capacidade esplêndida de desatar nós durante a pesquisa. A professora Ana Lucia por lutar tanto pelos indígenas de papel (atuando nesta temática há anos na universidade), quanto pelos indígenas em carne e osso (com os inúmeros projetos que desenvolve). A professora Weruska, por ter me inserido no mundo das letras.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós Graduação em História, a Universidade Federal de Santa Catarina e a CAPES pelo auxílio constante em qualquer questão, e no caso desta última, apoio financeiro.

RESUMO

Caracterizar a presença indígena na ilha de Santa Catarina no século XVIII e início do XIX é o principal objetivo deste trabalho. Para tanto, utilizamos uma abordagem interdisciplinar pautada em metodologias e análises advindas da arqueologia e da história. Buscamos um olhar crítico que não se resumia a ver as fontes de estudo de forma superficial, mas vê-las para além das linhas, numa análise minuciosa e indiciária e para além do objeto a partir da análise da história de vida dos artefatos e da antropologia da tecnologia. Documentos oficiais, crônicas de viajantes, livros clássicos de história e recentes pesquisas historiográficas foram as fontes escritas pesquisadas e analisadas. A cerâmica não vidrada de “barro” coletada em trabalhos arqueológicos na Armação do Sul, Casa de Câmara e Cadeia e Casa D’Itália, edificações datadas dentro do período focado por este trabalho, foram as fontes materiais investigadas. Após análise destas fontes, fizemos alguns contributos para história da Ilha de Santa Catarina e da sociedade colonial dos séculos XVIII, bem como outros questionamentos acerca da mesma temática e referente a presença indígena invisibilizada tanto pelas fontes escritas, quanto materiais. Entretanto, acima de tudo, pudemos ver os indígenas mostrando-se mais uma vez, como grupos complexos, vívidos e dinâmicos, refutando a noção a-histórica de serem indivíduos estáticos e homogêneos.

Palavras-chave: Indígenas; Sociedade Colonial da Ilha de Santa Catarina; Cerâmica.

ABSTRACT

Investigating the indigenous presence on the island of Santa Catarina in the 18th and 19th centuries is the main objective of this work. For that, we employ an interdisciplinary approach, which used methodologies from archeology and history. We sought a critical look that aimed to see the sources of study beyond a superficial way. We look beyond the written lines with a thorough and evidential analysis and beyond the artifact with the analysis of its life history and with the theoretical approaches of the anthropology of technology. Official documents, chronicles of travelers, classic books of history and recent historiographical researches were the written sources researched and analyzed. The unglazed "clay" pottery collected in archeological works at Armação do Sul, Casa de Câmara e Cadeia and Casa D'Itália (buildings dated within the period focused by this work) were the material sources investigated. After analyzing these sources, we contributed to the history of Santa Catarina Island and 18th century's colonial society, as well as other questions about the same theme and referring to the indigenous presence made invisible by both written and material sources. Nevertheless, above all, we were able to see the Indians showing themselves once again as complex, vivid and dynamic groups, refuting the a-historical notion of being static and homogeneous individuals.

Keywords: Indigenous people; Colonial Society of the Island of Santa Catarina; Pottery.

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: A expedição de Diego de Sanabria na Ilha (1550). | 38 |
| Figura 2: Esquema da história de vida de um elemento durável, demonstrando contexto sistêmico e contexto arqueológico organizado por Schiffer (1972, p.71)..... | 63 |
| Figura 3: Caixa da esquerda – (a) homem yoruba (foto de Guilherme Gaensly, c. 1880); (b) escravo da nação Moçambique (in Rugendas, 1979); (c) escarificações dos Ovimbundu (Hambly 1934, p. 300). Caixa da direita –fragmentos cerâmicos dos engenhos Rio da Casca e Água Fria. | 72 |
| Figura 4: Detalhe do mapa “Novus Brasiliae Typus” de Willem Blaeu, datado de 1631, que indica a Ilha de Santa Catarina (I. de Sta Catrina), bem como aponta a presença de carijós (Carioes) na região. | 78 |
| Figura 5: Imagem do manuscrito digitalizado existente no Centro de Memória Digital, pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino. | 83 |
| Figura 6: Contracapa da coleção transcrita Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. | 83 |
| Figura 7: Recorte do Mapa de Freziér (1716), elaborado por conta de sua viagem a Ilha de Santa Catarina em 1712. No detalhe: ermida apontada por Freziér como “A-Chapelle de N ^a Senhora”..... | 93 |
| Figura 8: Mapa de Hans Staden quando esteve na Ilha de Santa Catarina. Destaque para as canoas no lado direito e para a Aldeia Acutia existente no continente..... | 101 |
| Figura 9: Recorte de mapa francês “Plano da ilha e porto de Santa Catharina e enseada das Garopas / Déposé au Depot des Cartes et Plans de la Marine par le Capitaine de Vaisseau Margendie”, datado de 1770..... | 108 |
| Figura 10: Plano da Vila de Nossa Senhora de Desterro. Em vermelho construções da vila (Plano de la Villa de N ^a .S ^a Del Destierro y sus Inmediaciones Capital de la Isla de S. Catalina situada en la Costa del Brasil, por la Parte del Norte a los 27. gra. y 23. min. de Lat. Austral. Escala em varas castelhanas). Datado de 14 de dezembro de 1777..... | 120 |
| Figura 11: Vista da Ilha de Santa Catarina (Veduta dell’Isola di Sta.Catterina)..... | 124 |
| Figura 12: A mulata do governador D. Luis Mauricio da Silveira..... | 142 |
| Figura 13: Mapa com a localização dos sítios arqueológicos acima citados. Dados levantados pela equipe do Florianópolis Arqueológica | 150 |

| | |
|--|-----|
| Figura 14: Mapa da Ilha de Santa Catarina e recortes apontando a localização dos sítios arqueológicos analisados na pesquisa. | 152 |
| Figura 15: Planta da Armação da Lagoinha retirada de Piazza (1983, p. 200). Em detalhe: aproximação para melhor visualização das estruturas. | 154 |
| Figura 16: Croqui das escavações de 1969 e 1974 conduzidas na Armação do Sul. | 156 |
| Figura 17: Perfil Estratigráfico das quadras D0 a D5 (acima) e 1A a 1G (abaixo), ambos da escavação de 1969. | 157 |
| Figura 18: Mapa da localização do sítio e das intervenções de 1969 e 1974. | 159 |
| Figura 19: Desenho das intervenções perpetradas pelos operários e monitoradas por Comerlato (1998b). | 161 |
| Figura 20: Desenho dos impactos causados no sítio arqueológico Armação do Sul requerendo peritagem arqueológica feita por Patrícia Lima. | 163 |
| Figura 21: Planta do pavimento térreo da Casa de Câmara e Cadeia com as denominações dadas pela equipe coordenada por Maria Madalena Velho do Amaral. | 170 |
| Figura 22: Croqui das intervenções realizadas pela arqueóloga Deise Farias e equipe. | 172 |
| Figura 23: Croqui das intervenções perpetradas pela equipe coordenada pelo arqueólogo Osvaldo da Silva (2015). | 176 |
| Figura 24: Croqui da intervenção da Área A na Casa D'Itália. | 183 |
| Figura 25: Casa térrea mais simples, sem tantas repartições. | 184 |
| Figura 26: Casa térrea de pessoas mais abastadas. | 184 |
| Figura 27: Formas de lábio relacionada por Chmyz (1976, p. 135). | 198 |
| Figura 28: Bordas relacionadas por Chmyz (1976, p. 124). | 199 |
| Figura 29: Algumas morfologias de base relacionadas por Chmyz (1976, p.123) | 200 |
| Figura 30: Vasilhas Levemente Restritas (4E 40-50cm). | 209 |
| Figura 31: Vasilha roletada com acabamento plástico muito rico de evidente influência africana/afrodescendente. | 231 |
| Figura 32: Vasilha Aberta (CCC3 – 23). | 239 |
| Figura 33: Vasilha Restrita – Vaso com contorno composto (CCC3-135 e outros). | 239 |
| Figura 34: Desenho da Borda Restrita com contorno composto, que indica ser um vaso (ROPXV – 73). | 258 |
| Figura 35: Localização do Sítio Arqueológico Praia dos Ingleses I. | 339 |
| Figura 36: Croqui do sítio arqueológico contendo embarcação do século XVI encontrada nos levantamentos feitos na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina. | 343 |

| | |
|---|-----|
| Figura 37: Mapa da localização da Aldeia Fúlvio Aducci na região continental de Florianópolis. | 351 |
|---|-----|

ÍNDICE DE FOTOS

| | |
|--|-----|
| Foto 1: Documento transcrito e datilografado pertencente ao catálogo Cartas Datilografadas do Governo da Capitania (1748/1804) – Documento nº 148. | 84 |
| Foto 2: Documento manuscrito pertencente ao catálogo Ofícios das Câmaras Municipais para Governo da Capitania (1776/1808). | 84 |
| Foto 3: Caixas Plásticas: “Armação – Neobrasileira/Afro” numeradas individualmente 2671A e 2671B. | 165 |
| Foto 4: Caixa de papelão: “Armação do Sul – Cerâmica” e numerada CX 0155. | 165 |
| Foto 5: Estado do material dentro da caixa plástica. | 165 |
| Foto 6: Estado do material dentro da caixa de papelão. | 165 |
| Foto 7: Local onde tivemos que iniciar as análises do material da Armação do Sul. | 166 |
| Foto 8: Forma como a numeração foi realizada. Destaca-se o grande intervalo de nível. | 166 |
| Foto 9: Material Cerâmico não vidrado da Casa de Câmara e Cadeia exposto sobre a mesa de trabalho. Foto: Autora (2016) | 180 |
| Foto 10: Numeração dos Fragmentos da 3ª Etapa de Intervenções, perpetrada pela empresa Geoarqueologia. Foto: Autora (2016) | 180 |
| Foto 11 e 12: Metodologia utilizada para numerar as peças do sítio Casa D’Itália: etiqueta protegida por saco plástico, colocado junto com peça armazenada em saco <i>zip</i> | 185 |
| Foto 13: Tigela tupi com forma da boca retangular. | 191 |
| Foto 14: Fragmento de cerâmica atribuída à tradição vieira com superfície “mal alisada ou com acabamento plástico”. | 191 |
| Foto 15: Fragmentos de cerâmica com características africanas. | 193 |
| Foto 16: Fragmento de Cerâmica com herança lusitana, motivos fitoformes. | 193 |
| Foto 17: Remontagem entre quadras (3M e 1 e 2M) e níveis (20-30cm; 30-40cm; 0-70cm). | 204 |
| Foto 18: Vasilha Restrita – Gargalo (AS599). | 209 |
| Foto 19: Borda direta com lábio plano (4 e 5 M, 30-40cm). | 211 |
| Foto 20: Base Plana (1 e 2 M 0-70cm). | 211 |
| Foto 21: Marca do objeto utilizado para alisar. | 215 |
| Foto 22: Fragmentos com acabamento plástico aplicado e digitado sobre o aplique. | 219 |
| Foto 23: Fragmentos de borda com incisões em arcos secantes. | 219 |
| Foto 24: Fragmentos de parede remontados com acabamento escovado e inciso vertical. | 219 |
| Foto 25: Fragmento de borda com acabamento plástico digito-ungulado. | 219 |

| | |
|---|-----|
| Foto 26: Engobo vermelho na face externa – Armação do Sul. | 221 |
| Foto 27: Diferentes colorações na coleção analisada da Casa de Câmara e Cadeira | 237 |
| Foto 28: Base Anelar (CCC3 – 1210). | 242 |
| Foto 29: Base pedestal com diâmetro de 7cm (CCC3 – 1236). | 242 |
| Foto 30: Negativos da digital na FE (CCC3 – 40). | 243 |
| Foto 31: Sulcos de Torno (CCC3-40) - Casa de Câmara e Cadeira. ... | 243 |
| Foto 32: Fragmento de borda com face interna polida (CCC3 – 836).246 | |
| Foto 33: Detalhe do fragmento de borda com face interna polida (CCC3 – 836)..... | 246 |
| Foto 34. Engobo vermelho na face interna (CCC3 – 1236). | 248 |
| Foto 35: Marca de depósito carbônico na face interna de base plana (CCC3 – 1199). | 248 |
| Foto 36: Fragmento de Borda com 5cm de diâmetro (ROPXV – 73). 258 | |
| Foto 37: Acabamento Plástico Escovado (ROPXV – 59). | 261 |
| Foto 38: Acabamento Plástico Inciso (ROPXV – 85). | 261 |
| Foto 39: Borda com inclinação externa e polimento na face interna (ROPXV – 88). Foto: Autora (2016). Acervo: MarquE/UFSC. 263 | |
| Foto 40: Sítio Arqueológico Igreja Nossa Senhora da Lapa – Ribeirão da Ilha. | 347 |
| Foto 41: Capela Nossa Senhora das Dores: | 347 |
| Foto 42: Casa Natal Victor Meirelles – Antigo Açougue do século XVIII | 347 |
| Foto 43: Palácio Cruz e Souza. Fonte: Google Imagens. | 347 |

ÍNDICE DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1: Categoria dos Fragmentos – Armação do Sul..... | 205 |
| Gráfico 2: Frequência e Tamanho de antiplástico x Técnica de Manufatura – Armação do Sul..... | 207 |
| Gráfico 3: Inclinação da borda – Armação do Sul..... | 211 |
| Gráfico 4: Porcentagem dos tipos de queima encontrados na coleção – Armação do Sul..... | 223 |
| Gráfico 5: Tipos de queima em fragmentos roletados – Armação do Sul. | 223 |
| Gráfico 6: Tipos de queima em fragmentos torneados – Armação do Sul..... | 223 |
| Gráfico 7: Marcas de uso diagnosticados na amostra – Armação do Sul | 224 |
| Gráfico 8: Categorias de fragmentos encontrados na Casa de Câmara e Cadeia..... | 236 |
| Gráfico 9: Frequência e Tamanho de antiplástico x Técnica de Manufatura – Casa de Câmara e Cadeia..... | 239 |
| Gráfico 10: Porcentagem dos tipos de queima encontrados na coleção – Casa de Câmara e Cadeia..... | 248 |
| Gráfico 11: Marcas de uso diagnosticados na amostra – Casa de Câmara e Cadeia..... | 250 |
| Gráfico 12: Número de fragmentos por categorias encontrados na Casa D'Itália..... | 256 |
| Gráfico 13: Frequência e Tamanho de antiplástico x Técnica de Manufatura – Casa D'Itália..... | 257 |
| Gráfico 14: Porcentagem dos tipos de queima encontrados na coleção – Casa D'Itália..... | 264 |
| Gráfico 15: Marcas de uso diagnosticados na coleção – Casa D'Itália | 265 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Sítios arqueológicos datados dos séculos XVIII a XX divididos referentes às suas funções principais. | 149 |
| Tabela 3: Tamanho e Frequência de Antiplástico – Armação do Sul. | 206 |
| Tabela 4: Tabela das espessuras dos fragmentos x a técnica de manufatura – Armação do Sul. | 210 |
| Tabela 5: Modificações da Borda x Técnica de Manufatura – Armação do Sul. | 212 |
| Tabela 6: Tratamento de superfície da FI e FE dos fragmentos – Armação do Sul. | 214 |
| Tabela 7: Acabamento Plástico x Técnica de Manufatura – Armação do Sul. | 217 |
| Tabela 8: Dados referentes aos motivos existentes em relação ao acabamento plástico – Armação do Sul. | 218 |
| Tabela 9: Motivos de Acabamentos plásticos x Técnica de Manufatura – Armação do Sul. | 220 |
| Tabela 10: Presença ou ausência de engobo x Técnica de Manufatura – Armação dos Sul. | 222 |
| Tabela 11: Dados da relação entre marcas de uso e técnica de manufatura – Armação do Sul. | 225 |
| Tabela 12: Distribuição por quadra e nível do material cerâmico não vidrado nas quadras abertas nos fundos da Casa de Câmara e Cadeia. | 235 |
| Tabela 13: Tamanho e Frequência de Antiplástico – Casa de Câmara e Cadeia. | 238 |
| Tabela 14: Tabela das espessuras dos fragmentos x a técnica de manufatura – Casa de Câmara e Cadeia. | 240 |
| Tabela 15: Tratamento de superfície da FI e FE dos fragmentos – Casa de Câmara e Cadeia. | 242 |
| Tabela 16: Acabamento Plástico x Técnica de Manufatura – Casa de Câmara e Cadeia. | 244 |
| Tabela 17: Presença ou ausência de engobo x Técnica de Manufatura – Casa de Câmara e Cadeia. | 246 |
| Tabela 18: Porcentagem de Técnica de Manufatura por tipo de queima – Casa de Câmara e Cadeia. | 249 |
| Tabela 19: Dados da relação entre marcas de uso e técnica de manufatura – Casa de Câmara e Cadeia. | 250 |
| Tabela 20: Tamanho e Frequência de Antiplástico – Casa D’Itália. | 257 |
| Tabela 21: Tabela das espessuras dos fragmentos x técnica de manufatura – Casa D’Itália. | 259 |
| Tabela 22: Tratamento de superfície da FI e FE dos fragmentos – Casa D’Itália. | 260 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 23: Acabamento Plástico x Técnica de Manufatura – Casa D'Itália..... | 262 |
| Tabela 24: Presença ou ausência de engobo x Técnica de Manufatura – Casa D'Itália..... | 263 |
| Tabela 25: Porcentagem de Técnica de Manufatura por tipo de queima – Casa D'Itália..... | 265 |
| Tabela 26: Dados da relação entre marcas de uso e técnica de manufatura – Casa D'Itália..... | 266 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 21 |
| 1 A ILHA DE SANTA CATARINA E SUA OCUPAÇÃO INICIAL | 31 |
| 1.1 A HISTÓRIA COMEÇA ANTES..... | 31 |
| 1.2 CHEGAM OS EUROPEUS..... | 36 |
| 2 ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA | 43 |
| 2.1 INTERDISCIPLINARIDADE | 43 |
| 2.2 ARQUEOLOGIA, CULTURA MATERIAL E IDENTIDADES: ABORDAGEM TECNOLÓGICA..... | 57 |
| 2.2.1 <i>A Análise de Contexto.....</i> | 58 |
| 2.2.2 <i>Antropologia da Tecnologia/Estilo Tecnológico</i> | 65 |
| 2.2.3 <i>Dois estudos de caso em contextos históricos no Brasil</i> | 71 |
| 3 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HISTÓRIA | 77 |
| 3.1 DOCUMENTOS, CRÔNICAS E LIVROS – ESCRITOS SOBRE A ILHA DE SANTA CATARINA | 77 |
| 3.1.1 <i>Fontes Escritas sobre o período em estudo e investigadas na pesquisa</i> | 79 |
| 3.1.1.1 Documentos oficiais | 80 |
| 3.1.1.2 Crônicas de Viajantes | 85 |
| 3.1.1.3 Bibliografia..... | 86 |
| 3.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DAS FONTES ESCRITAS..... | 89 |
| 3.2.1 <i>De 1711 a 1823 - Resultados Finais da análise das fontes escritas</i> | 90 |
| 3.2.1.1 O vagaroso início do Século XVIII..... | 91 |
| 3.2.1.2 O avanço político-militar no Século XVIII (1735- 1777) | 102 |
| 3.2.1.3 O avanço continua: a vez do comércio (1777- 1823) | 122 |
| 4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM ARQUEOLOGIA | 145 |
| 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AMOSTRA..... | 145 |
| 4.1.1 <i>Sítios Arqueológicos dos Séculos XVI a XX.....</i> | 145 |
| 4.1.2 <i>Sítios arqueológicos de interesse na pesquisa e suas coleções</i> | 151 |

| | | |
|----------|--|------------|
| 4.1.2.1 | Armação do Sul (FLN 050) | 152 |
| 4.1.2.2 | Casa de Câmara e Cadeia..... | 167 |
| 4.1.2.3 | Casa d'Itália – Residência Oitocentista da Praça | |
| XV | | 180 |
| 4.1.3 | <i>A escolha da cerâmica</i> | 185 |
| 4.2 | A ANÁLISE CERÂMICA..... | 188 |
| 4.3 | RESULTADOS DA ANÁLISE CERÂMICA | 202 |
| 4.3.1 | <i>O sítio arqueológico Armação do Sul – apresentação</i> | |
| | <i>e análise dos dados</i> | 202 |
| 4.3.2 | <i>O sítio arqueológico Casa de Câmara e Cadeia –</i> | |
| | <i>apresentação e análise dos dados</i> | 234 |
| 4.3.3 | <i>O sítio arqueológico Casa D'Itália – apresentação e</i> | |
| | <i>análise dos dados</i> | 255 |
| 4.3.4 | <i>Conclusões Finais da Análise cerâmica dos três sítios</i> | |
| | <i>arqueológicos</i> | 269 |
| 5 | ENTRE ESCRITOS E VASILHAS CERÂMICAS – | |
| | CONTRIBUTOS E QUESTIONAMENTOS | 277 |
| 5.1 | CONTRIBUIÇÕES QUE A PESQUISA TROUXE PARA ESTE | |
| | CAMPO DE CONHECIMENTO | 278 |
| 5.2 | DISCUSSÃO DE NOVOS QUESTIONAMENTOS LEVANTADOS | |
| | PELA PESQUISA | 286 |
| 6 | REFERÊNCIAS..... | 299 |
| | APÊNDICE I..... | 323 |
| | APÊNDICE II | 329 |
| | APÊNDICE III..... | 353 |

INTRODUÇÃO

Perceber a dinâmica de interação dos indígenas na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina, durante o século XVIII e início do XIX, pode parecer simplesmente discutir os contatos e encontros culturais entre os indígenas e os outros grupos étnicos que faziam parte da sociedade colonial naquele período. Entretanto não é apenas isso. Outras questões se colocam ao pesquisador que quer entender esta dinâmica: Onde estavam estes indígenas? Que papéis desempenhavam nesta (e para esta) sociedade? Como eram vistos pelos outros? Como participavam na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina?

Sabe-se que a história do período colonial da antiga Capitania de Santa Catarina e mais especificamente da ilha homônima, é habitualmente narrada tendo como personagens principais os portugueses, espanhóis ou luso-brasileiros, que atuavam como brigadeiros, tenentes, desbravadores e governadores e que lá chegaram e ordenaram, aconselharam, aprisionaram e construíram, gerando documentos oficiais e fontes históricas passíveis de serem encontradas e estudadas hoje. Qualquer estudo do passado, sobre o período colonial, normalmente, tem apontado estes ou alguns destes personagens principais e documentos escritos¹.

É cognoscível, no entanto, que não só brancos militares, oficiais e governadores residiam na ilha e capitania, como os documentos oficiais por vezes dão a entender. Outros grupos fizeram parte da história da região.

Indígenas já habitavam esta região na época do primeiro contato com o europeu no século XVI, conforme inúmeras crônicas e diários de viajantes deste período apontam (CABOTO, 1526; SANTA CRUZ, 1526; RAMIREZ, 1528; CABEZA DE VACA, 1541; HANS STADEN, 1557; SOUSA, 1587). Estes viajantes denominavam os nativos da ilha e continente fronteiro de *carijós* e os descreviam como dóceis, de extrema importância na passagem de europeus pela região, uma vez que, auxiliavam na obtenção de água, madeira e alimentos.

Entretanto, esta relação aparentemente amigável logo foi abalada. Muitos europeus, já no século XVI, passaram a ver estes

¹Personagens como Dias Velho, Silva Paes, Manuel Escudeiro, entre outros são regra nestes estudos, além dos documentos, cartas e ordens que receberam ou produziram.

nativos não somente como facilitadores de sua estadia, mas também como escravos que poderiam ser usados onde fosse necessário tanto na colônia, quanto no reino (VIERA FILHO, 2001, p.49). A rainha Catarina da Áustria, por exemplo, tinha escravos ameríndios servindo em sua casa, bem como um boticário de origem *tupi* (TEIXEIRA *et al.* 2015, p. 34).

Esta tendência escravocrata continuou e aumentou pelos anos que se seguiram, atingindo seu pico no século XVII, com os inúmeros sertanistas e bandeirantes que vinham para estas paragens a procura de riqueza (minas de pedras preciosas) e escravos indígenas.

Nos dois séculos seguintes poderíamos assumir que esses contatos e interações continuaram e assumiram formas e dinâmicas diversas. Mas não é o que é percebido na historiografia acerca da Ilha de Santa Catarina. Esta apresenta o indígena muito raramente e de maneira bastante breve (poder-se-ia dizer brevíssima)². Por conseguinte, notou-se nesta literatura um hiato de informações acerca do que ocorria com os indígenas no século XVIII, principalmente se compararmos com os dois séculos anteriores (séculos XVI e XVII) para os quais informações a respeito da presença de indígenas e aldeias na região e sua captura pelos sertanistas ou religiosos (estes com a intenção de administrá-los e reduzi-los em aldeamentos jesuítas) são bastante comuns.

Sabe-se que após estes quase dois séculos iniciais de contato, conhecimento e captura de indígenas de Santa Catarina, a coroa portuguesa começa no século XVIII um processo mais ativo de ocupação dos territórios meridionais da colônia d'além mar, assegurando assim sua primazia sobre esses, devido a ameaça espanhola que se instalou na região. Este processo trouxe consigo um aumento de documentos oficiais (cartas, provisões, regimentos e ofícios) acerca da ilha de Santa Catarina e da logo instaurada Capitania da Ilha de Santa Catarina.

No entanto, é a partir daí que os indígenas parecem desaparecer da Ilha. Esta impressão sobrevém por conta da mencionada ausência indígena na majoritária parte dos livros e trabalhos escritos acerca da história do século XVIII da ilha de

² Como exemplo destas literaturas que pouco apresentam os contatos e interações com os indígenas no século XVIII podemos citar: CABRAL, 1979; VIEIRA FILHO, 2001; PIAZZA, 1983; CORREA, 2005, entre outros.

Santa Catarina. O leitor destes trabalhos tem a sensação e é guiado na noção de que estes indígenas simplesmente sumiram. Raríssimas explicações são apresentadas acerca desta ausência repentina. Assim, caso o leitor não esteja atento, nem ao menos percebe que tais personagens desapareceram das linhas escritas e continuam lendo-as, crendo que no século XVIII e início do XIX só existiam grandes homens e mulheres coexistindo no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina.

Com isso, um questionamento é formado: porque são escassas as literaturas e fontes históricas acerca dos indígenas no século XVIII, principalmente se contrapormos com os dois séculos anteriores nos quais eles são personagens sempre presentes nas principais fontes acerca da Ilha de Santa Catarina? Porque há este “desaparecimento”?

Nossos argumentos para tal “sumiço” indígena circulam sobre alguns fatores (que podem não ter operado isoladamente): 1) morticínio, isto é, todos morreram e por isso desapareceram das fontes; 2) diáspora ou fuga massiva para o interior do continente; 3) assimilação total por parte da sociedade luso-brasileira; 4) os grandes homens e nomes do século XVIII, “produtores” de documentos, que hoje são fontes históricas, não os viam como dignos de nota e por isso desaparecem da História e 5) historiadores, mesmo percebendo os indígenas nas fontes históricas, não acreditavam – ou eram levados a não acreditar – que sua história precisasse ser contada ou citada.

Para tentar preencher tal hiato e explorar os argumentos supracitados, o presente trabalho se debruça sobre o século XVIII e início do XIX, sobre os diferentes grupos étnicos integrantes da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina e, mais especificamente, sobre a categoria indígena em si, buscando e analisando sua localização, seus papéis na sociedade, sua forma de integração e a maneira como eram vistos pelo restante da comunidade ilhéu.

Assim, para dedicar-se ao estudo de tais aspectos, uma abordagem interdisciplinar entre História e Arqueologia foi levada a cabo. Empregou-se esta abordagem por conta da utilização de dois “tipos de fontes” na resolução dos problemas

levantados: as fontes escritas e as fontes materiais ou cultura material³.

As fontes escritas consistem em documentos oficiais produzidos na época⁴, as descrições de viajantes/naturalistas e religiosos que aportaram e/ou ficaram na ilha de Santa Catarina. Além destas trabalharemos também com a bibliografia referente à história destes grupos neste ambiente. A cultura material abrange os fragmentos de cerâmica feita do “barro”⁵, não vidrada, coletados nas pesquisas arqueológicas realizadas em algumas das edificações históricas da Ilha de Santa Catarina (a saber: Armação do Sul, Casa de Câmara e Cadeia e Residência Oitocentista Casa D’Itália), caracterizando-se majoritariamente por vasilhas, garrafas e potes cerâmicos.

Assim, a ciência histórica foi utilizada devido à necessidade de analisar fontes escritas e na aplicação de operações historiográficas, tais como a análise do lugar social do historiador, a eleição e construção do arcabouço de fontes a serem utilizadas e da verificação e crítica destas. Da mesma maneira, a produção de conhecimento advinda da Arqueologia foi necessária na análise da cultura material coletada em sítios arqueológicos e na análise dos mesmos sítios arqueológicos, os quais foram escavados com aplicação de métodos específicos da ciência arqueológica, como escavação por quadriculas, trincheiras ou *transects* em níveis naturais ou artificiais, preocupando-se com o registro das atividades e obedecendo a linhas teórico-metodológicas específicas da Arqueologia. No entanto, é necessário frisar que o presente projeto não envolveu a realização de nenhuma intervenção em campo, e que, portanto, trabalhamos apenas com material arqueológico oriundo de intervenções já realizadas por outros pesquisadores. Este é um fator importante no sentido que condiciona a composição das amostras disponíveis, tanto em termos de material coletado, quanto em informações sobre a metodologia de coleta. Este aspecto, sem

³É importante ressaltar que as fontes escritas e fonte materiais não são essencialmente pesquisadas somente pela história e arqueologia respectivamente. Estas fontes podem ser utilizadas por ambas as ciências concomitantemente.

⁴ Alvarás, Cartas de Lei, Bandos, Cartas Régias, Cartas Patente, Provisões, Decretos, Resoluções, Portarias, Ofícios, Consultas, Inventários entre outros.

⁵A cerâmica histórica compreende, além da cerâmica feita do “barro”, porcelana, faiança, grés, entre outros. Para saber mais: ORSER Jr, 2002. p.106-109.

dúvida, interferiu na seleção das amostras analisadas no âmbito desta pesquisa.

Essa interação entre Arqueologia/História e entre fontes escritas/materiais já demonstrou ser muito frutífera para ambas as disciplinas na construção do conhecimento. Lima (2002), por exemplo, em trabalho acerca dos marcos teóricos da arqueologia histórica, assevera que:

O equilíbrio no tratamento dessas fontes parece ser indubitavelmente o melhor caminho, sobretudo se elas forem consideradas a priori como testemunhos independentes, a serem analisados criticamente e confrontados. Grande parte do fascínio e da magia da arqueologia histórica [...] reside justamente nas múltiplas possibilidades que os registros arqueológicos apresentam de complementar, confirmar, mas, sobretudo, de contradizer os registros documentais e, ao fazê-lo, gerar um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológico, nem propriamente histórico, mas profundamente fecundo (LIMA, 2002, p. 12).

Neste mesmo sentido, as contribuições de ambas as fontes na presente pesquisa foram distintas, mas complementares e trouxeram diferentes informações acerca do tema pesquisado, auxiliando diferentemente nas respostas dos questionamentos supracitados.

Através das fontes escritas, além de uma investigação da história da região e dos grupos estudados, pode-se averiguar se efetivamente havia indígenas na região, se estavam afastados e/ou próximos da sociedade colonial em formação, como eram vistos pelos habitantes da Ilha e alguns trabalhos que desempenhavam (voluntariamente ou não). Ainda foi possível denotar através de documentos oficiais de início do século XVIII e de crônicas de viajantes informações acerca da diversidade étnica da sociedade colonial destes séculos, não somente relativo a diferenças entre brancos, negros e indígenas, mas dentro da própria “categoria” indígena. Dessa forma diagnosticou-se a diversidade indígena na

região, as diferentes identificações e como se deu a formação desta heterogeneidade.

Já a cultura material e análise de sítios arqueológicos contribuem: 1) na análise das interações culturais e formas de encontros entre os diferentes grupos étnicos presentes na sociedade colonial, tanto em meio doméstico e/ou militar, quanto comercial/produtivo; 2) no diagnóstico dos espaços em que a cerâmica histórica aparece e os usos que dela se faz, isto é, se são vasilhames para consumo, serviço, cocção ou armazenamento e 3) no reconhecimento de diferentes identificações e diversidades culturais através da variabilidade tecnológica da cerâmica analisada.

Vale destacar que essas análises não ocorrem isoladamente, mas sim dialeticamente, isto é, em constante comunicação. Ou seja, entender o histórico da região e dos diferentes grupos étnicos dentro da ilha, compreender a diversidade cultural presente e os papéis desempenhados pelos indígenas dentro da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina a partir da história e documentos escritos, ajudam na compreensão do material arqueológico. Por outro lado, de modo dialético, a partir da análise da cultura material desses grupos, é possível adquirir novas informações, reforçar antigas ou direcionar para novas análises documentais, contribuindo para uma maior compreensão desta história ilhéu e das edificações históricas focalizadas na pesquisa.

Assim sendo, notou-se que a Arqueologia traz compreensão acerca da vida dos grupos da Ilha de Santa Catarina, além de aspectos de experiências sociais dentro das perspectivas de outros, que não são frequentemente vistos em documentos oficiais (BEAUDRY; YENTSCH, 2001. p. 214-215).

Ademais, vê-se que a História, com a análise documental e bibliográfica, forneceu subsídios para entender o contexto mais amplo onde os sujeitos deste período histórico viviam. A partir desse entendimento também se construíram fichas de análise e hipóteses com relação à coleção arqueológica.

Com base nestas colocações e noções acerca das fontes e questionamentos realizados, o trabalho foi desenvolvido e será apresentado em cinco capítulos. No primeiro capítulo será realizada uma breve apresentação da história indígena na região do litoral central antes da chegada dos europeus no século XVI e

expor-se-á como se deu a chegada deste, sua fixação aqui e a formação da sociedade colonial entre os séculos XVI e XVII. Será possível notar neste capítulo quão “presentes” eram os indígenas nos séculos XVI e XVII, no auxílio dos navegadores europeus e nas empreitadas bandeirantes que ocorriam na Ilha de Santa Catarina e arredores.

No segundo capítulo a aproximação entre as duas disciplinas, Arqueologia e História, será apresentada. Explanaremos acerca das contribuições de ambas as disciplinas na produção de conhecimento, tendo como foco discussões sobre como abordar esta temática que engloba não somente um grupo étnico dentro da sociedade colonial, mas também as interações culturais entre os diferentes grupos que ali se estabelecessem cotidianamente. Será ainda aventado sobre como tratar as informações acerca destes grupos, alicerçando as abordagens em teorias pós-colonialistas e não hegemônicas, conforme proposto por Silva (no prelo).

Na segunda parte deste capítulo será discutido acerca da abordagem tecnológica e como esta é frutífera para desenvolver um trabalho como o aqui apresentado. Demonstraremos como a cultura material tem capacidade de fornecer inúmeras características não visíveis e não diretas, tais como relações e interações sociais, hierarquias e crenças. Aventaremos como isto é possível através de abordagens que não levam em conta somente o objeto em si, mas todo o processo, operações e atividades envolvidas na manufatura e uso de um artefato (desde a procura da matéria-prima até o descarte no sítio arqueológico) e toda a rede de alternativas que o artesão possui. Por fim, argumentaremos que somente uma abordagem tecnológica que vislumbre a dimensão social é capaz de trazer os resultados que esperamos para nossa pesquisa.

No terceiro capítulo apresentar-se-ão as informações levantadas e conhecimentos desenvolvidos com a ciência histórica dentro da pesquisa interdisciplinar. Mostraremos a gama de fontes escritas escolhidas e analisadas para se atingir os objetivos deste trabalho. Apontaremos as diferentes categorias analisadas e informações acerca de sua variada produção, que poderia ser tanto em nossa sociedade contemporânea, quanto na sociedade do século XVIII ou XIX. Após essa apreciação, exporemos os resultados e informações obtidas através da análise,

continuando a história que começou no Capítulo 1, isto é, a história do século XVIII e XIX da Ilha de Santa Catarina e dos diferentes grupos convivendo diariamente na sociedade colonial ilhéu. Neste capítulo mostraremos se os indígenas estavam ou não estavam presentes na sociedade colonial ilhéu e, caso estivessem, que papéis desempenhavam e como eram percebidos.

No quarto capítulo será realizada a apresentação dos dados relativos a arqueologia, levantados com a pesquisa interdisciplinar. Essa iniciará com uma contextualização que será concretizada partindo do macro em direção ao micro, isto é, apontar-se-ão os sítios arqueológicos com datações entre os séculos XVI e XX em Florianópolis e posteriormente serão apresentados os sítios de interesse na pesquisa, o porquê da escolha destes e as metodologias e resultados alcançados com as intervenções arqueológicas neles realizados. Por fim, chegaremos ao ponto final da contextualização que são as cerâmicas de barro não vidradas. Exporemos porque elegemos este vestígio material sobre outros para levantar dados e encontrar informações para nossa pesquisa.

Numa segunda secção apresentaremos a análise cerâmica propriamente dita. Explicaremos como iniciamos os trabalhos para elaborar a ficha de análise, que considerou a pesquisa histórica e considerações acerca da história de vida dos artefatos, isto é, desde a escolha da matéria prima até seu descarte e processos pós-deposicionais. Ademais, indicaremos quais os atributos e variáveis foram elencados para figurar neste ficha, bem como, elucidaremos brevemente o que cada atributo significa e alguns objetivos de os analisarmos. Após esta apresentação metodológica exporemos os resultados atingidos com a análise cerâmica das três coleções elencadas (coleção cerâmica da Armação do Sul, da Residência Oitocentista Casa D'Itália e da terceira etapa de intervenções arqueológicas na Casa de Câmara e Cadeia).

Por fim, no quinto e último capítulo serão expostos os contributos do trabalho, os resultados atingidos referentes às indagações levantadas acerca dos indígenas e de seu “desaparecimento” na história da região. Também apresentar-se-ão outros questionamentos produzidos por este trabalho, demonstrando a complexidade das relações sociais existentes na sociedade colonial ilhéu.

Demonstrar-se-á ao final de tudo que os indígenas estavam inseridos na sociedade colonial e que, enquanto minorias, foram esquecidos pela história escrita oficial passada e ainda presente na Ilha de Santa Catarina. Mostrar-se-á que uma análise que entenda a dinamicidade e complexidade destes indígenas enriquece grandemente as interpretações acerca dos mesmos e da história da região como um todo. Deve-se reconhecer que os indígenas não eram submissos a empresa colonial, passivos frente às mudanças que ocorriam no ambiente, mas sim sujeitos de sua própria história, capazes de resistirem e colocarem-se ativamente frente aos diferentes obstáculos que a colonização instalou.

É interessante agora, ao fim desta introdução apresentar rapidamente a trajetória desta pesquisa. Este trabalho, como todas as pesquisas acadêmicas, teve um caminho tortuoso. Seu início deu-se em 2013, com o projeto, intitulado “O doméstico e o bélico: análise arqueológica da cultura material das fortificações catarinenses, mesorregião grande Florianópolis”, financiado pela FAPESC e coordenado pela arqueóloga Dra. Fernanda Codevilla Soares. Este projeto, como o próprio nome diz, enfocava a cultura material das Fortificações da Ilha de Santa Catarina e arredores e estava em curso na Universidade Federal de Santa Catarina, mais precisamente no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARQUE/UFSC), local onde se encontrava este material.

Naquele ano escrevemos um projeto de mestrado relacionado a este projeto maior que visava entender a influência indígena no cotidiano das fortificações através da análise das cerâmicas “de barro”. Estudar o indígena neste período em qualquer contexto começou assim a se tornar o objetivo principal da pesquisa.

Entretanto, denotaram-se alguns obstáculos referente ao material e a documentação em respeito a essas fortificações. Com relação ao material percebeu-se que algumas coleções destas fortificações estavam muito sujas, não higienizadas, nem numeradas e desorganizadas.

Já referente à documentação foi possível perceber que em algumas das escavações destas fortificações a metodologia utilizada era pouco informativa e também um tanto confusa – talvez porque os trabalhos arqueológico nas fortificações foram um dos primeiros trabalhos de arqueologia referente ao período colonial na região. Entretanto, mesmo com estes obstáculos

continuou-se a pesquisa, principalmente no que se refere às fontes escritas alusivas ao período em foco (século XVIII e início do XIX) e as fortificações.

Todavia, no início de 2016, discutindo acerca dos objetivos e necessidades do projeto notamos que para organizar e fazer com que a cultura material fornecesse as informações que desejávamos, teríamos que realizar um trabalho exaustivo e demorado de organização, higienização e numeração de algumas coleções, além de procurar entender a documentação dos sítios arqueológicos.

Dessa forma, fizemos uma mudança na estrutura do trabalho: ao invés focalizar somente as fortificações e tentar entender mais detalhadamente os processos que ocorriam dentro das fortificações, investigar mais amplamente a presença indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina através da análise da cultura material de diferentes sítios arqueológicos da Ilha e através da análise de fontes escritas. A abordagem interdisciplinar foi mantida e deve-se destacar que esta não foi mantida somente por ser enriquecedora, mas também por conta de minha formação e prática enquanto historiadora e arqueóloga. Essa interdisciplinaridade então, não se referia somente a abordagem, mas também a forma com a qual, por vezes subjetivamente, encarava o objeto de pesquisa.

Assim, iniciou-se então o encaminhamento para uma pesquisa que visava de alguma maneira preencher o supracitado vazio na história escrita destes indígenas no século XVIII e início do XIX.

1 A ILHA DE SANTA CATARINA E SUA OCUPAÇÃO INICIAL

Neste capítulo apresentaremos a história de ocupação da Ilha de Santa Catarina e continente fronteiriço, partindo de uma breve apresentação da história indígena na região do litoral central e expondo a chegada dos europeus e sua fixação neste ambiente.

Destacamos neste capítulo como a história da Ilha de Santa Catarina começa antes da chegada dos europeus e como relações bastante intrincadas relativas à ocupação desta região já tinham tomado lugar. Relações estas que envolviam negociações, ajustes e adaptações por parte de todos os grupos envolvidos. Por fim, notar-se-á quão “presentes” eram os indígenas (tanto locais, quanto estrangeiros), nos séculos XVI e XVII, no auxílio dos navegadores europeus e nas empreitadas bandeirantes que ocorriam na Ilha de Santa Catarina e arredores.

1.1 A HISTÓRIA COMEÇA ANTES

Por muito tempo a história da Ilha de Santa Catarina foi contada a partir da chegada do “fundador” Dias Velho, em 1673 (CABRAL, 1979, p.18). Antes disto, pequenas narrativas e descrições de outros europeus que chegaram na ilha e arredores foram contadas. Em 1515 aqui viveu o naufrago português Aleixo Garcia; em 1526, narrativas do italiano/inglês Sebastião Caboto; em 1541, o espanhol Cabeza de Vaca e assim por diante. Percebe-se que a história desta região só existe quando é possível colocar os europeus ou elementos eurocêntricos ali presentes.

Entretanto, pesquisas das últimas décadas demonstram que não é bem assim. Compreendeu-se que a história começa antes, pois, esta região foi habitada por grupos culturais distintos há mais de 5000 anos.

As primeiras evidências arqueológicas de ocupação humana no litoral catarinense têm cerca de 5000 anos e são atribuídas aos caçadores-coletores-pescadores que construíram os famosos *sambaquis*⁶ (DEBLASIS *et al*, 2007). Por volta de 2000

⁶Sambaquis caracterizam-se por amontoados de conchas compostos pela superposição de camadas destas conchas que também podem apresentar restos faunísticos (moluscos bivalves e gastrópodes, ossos de peixes, aves e mamíferos aquáticos e

anos atrás há uma modificação no padrão deposicional destes *sambaquis* e, além das conchas e das características funerárias, há grande quantidade de restos faunísticos e sedimento escuro, com ou sem presença de cerâmica (DEBLASIS *et al.*, 2013). A presença da cerâmica aponta para uma ocupação ou contato com grupos Jê, uma vez que esta cerâmica possui características atribuídas a Tradição Taquara/Itararé, ou seja, a um dos indicadores do grupo chamado *Jê meridional*⁷. Há cerca de 1000 anos atrás, subindo do litoral do Rio Grande do Sul, chegam ao litoral central de Santa Catarina: os *Guarani* (BONOMO *et al.*, 2015).

Estes passam a ocupar/disputar esta região de Santa Catarina com os grupos Jê meridionais e vinham de um movimento de expansão territorial a partir dos grandes rios e seus afluentes do interior do Rio Grande do Sul e em direção ao litoral (BONOMO *et al.*, 2015).

Esta característica expansionista foi investigada por Bonomo e colaboradores (2015) através das inúmeras datações estabelecidas em trabalhos arqueológicos nas últimas décadas no Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Sua pesquisa trouxe conclusões bastante concretas com relação a forma de movimentação Guarani nos últimos dois milênios de nossa era. Desde o início do século XX, principalmente com Metraux (1927) e Curt Nimuendaju (1914), acreditava-se que os Guarani estavam migrando para a Terra sem Males, que ficava a leste, motivo de sua movimentação em direção ao litoral. Entretanto, Brochado (1984), Noelli (1993) e, mais recentemente, Bonomo e colaboradores (2015) mostram que houve mais uma expansão Guarani do que uma migração de populações inteiras. Brochado (1984) e Noelli (1993), seguindo Lathrap (1956), notam em seus trabalhos que o aumento demográfico apoiado pela agricultura causava fissões nas aldeias e a conseqüente procura por novas terras, ocupando assim novos territórios, sem, no entanto, abandonar os antigos – atitude característica se estivessem num movimento de migração.

terrestres), remanescentes ósseos humanos, artefatos líticos, vestígios vegetais e sedimentos. Para saber mais: Villagran, 2010; DeBlasis *et al.*, 2007 e DeBlasis *et al.*, 2013.

⁷ Outro indicador seriam as estruturas subterrâneas. Para saber mais: CORTELETTI, 2012

Bonomo *et al* (2015) também puderam delimitar a área de mais antiga ocupação Guarani localizada Alto do Rio Paraná e observar que os sítios arqueológicos seguiam os grandes rios e cursos d'água em diferentes rotas e direções. Uma destas rotas toma a direção oeste – leste, seguindo o Rio Ibicuí até se ramificar no centro do Rio Grande do Sul. Uma destas ramificações chega a costa litorânea do Rio Grande do Sul, e, de acordo com o estudo, sobe até chegar ao litoral central de Santa Catarina, região do trabalho aqui apresentado. Vale ainda destacar que a expansão diagnosticada pelos autores após o primeiro milênio de nossa era, cessa e muda drasticamente com as transformações causadas pelo contato com o europeu nos séculos XVI e XVII.

Essa chegada, por volta do ano 1000, ao litoral central de Santa Catarina pelos Guarani não se deu prontamente. Noelli (1999-2000) afirma que suas características prescritivas e guerreiras foram postas em uso quando do contato com os grupos Jê meridionais, que, como supracitado, também habitavam o litoral neste período. A prescritividade, de acordo com Noelli, é norma para os Guarani, isto é, as “pessoas não-guarani e as “coisas novas” eram incorporadas e enquadradas em seus códigos e estruturas” (NOELLI, 1999/2000, p. 247). Dessa maneira, e por incrível que pareça, mesmo com a contínua assimilação de pessoas de outras culturas e adaptação aos diferentes ambientes do Brasil, os Guarani conseguiam reproduzir-se continuamente e solidamente com pouca variabilidade, inclusive na cultura material.

Mas não é somente através da assimilação que os guarani “resolvem” questões relativas a contato com outros grupos. Conforme Milheira (2010) expõe, os Guarani podem lidar com o contato com o outro tanto a partir do “guaranizar” este outro (ou seja, a partir da citada assimilação através de relações de parentesco ou alianças) quanto através da guerra, exterminando ou aprisionando o inimigo. Assim sendo, para além das características prescritivas, os Guarani também possuem características belicosas e guerreiras.

Milheira (2010) vai mais a fundo na análise destas características. Citando Florestan Fernandes (2006), esse autor considera que a guerra tem um papel simbólico capital na estruturação do *ethos* guerreiro, o qual é um dos elementos que

fundamenta o *ñande reko* (modo de ser Guarani). Milheira (2010) também demonstra, através dos estudos de Fausto (2001), que dois grupos inimigos, ao se manterem eternamente inimigos e fielmente inimigos, tornam-se mais coesos socialmente, traçando conjuntamente seu processo histórico com o passar do tempo. Assim sendo, a guerra adquire, para os Guarani, um “status fundamental que permeia as relações de parentesco e permite a coesão social e estrutura cultural interna” (MILHEIRA, 2010, p.136). Noelli (1993) também demonstra esta característica ao afirmar que os guarani são uma sociedade etnocêntrica, impositora de comportamentos, colonizadora e conquistadora de regiões.

Através destas características, os Jê que habitavam no litoral foram empurrados, em sua maioria, pela ocupação Guarani para o interior de Santa Catarina, para as terras altas e frias do Planalto sul-brasileiro.

Os guarani passaram, então, a vivenciar o ambiente litorâneo de Santa Catarina. Construíram suas casas (*oka*), onde as suas *teýy* (famílias extensas) habitavam. Vários *amundá* (espaço da aldeia) poderiam ser encontradas na região com seus *teko'á* (territórios) correspondentes, nos quais realizavam inúmeras atividades que caracterizavam seu *teko* (costumes, leis), onde havia as *cog* (roças) e as *caa* (matas) (MILHEIRA, 2010; 2014). Este *teko'á* de uma aldeia, conforme Milheira (2010; 2014) e Noelli (1993) propõem, pode chegar a 50km de raio e inúmeras aldeias poderiam compartilhar, passivamente ou não – nem sempre aldeias tinham relações amistosas e muitas vezes não possuíam uma forte homogeneidade étnica –, um mesmo espaço de seu *teko'á*. Neste espaço eles caçavam, pescavam, coletavam alimentos, plantavam, manejavam a floresta e faziam suas vasilhas cerâmicas (DARELLA, 2004, p.12).

Estas atividades, de acordo com Noelli (1999/2000), não carregavam consigo somente contextos materiais, mas também imateriais. Como exemplo, este pesquisador mostra como funciona a característica prescritiva dos Guarani através da cerâmica, apontando as características materiais rigidamente normatizadas e submetidas a regras tecnológicas reproduzidas na longa duração e durante sua dispersão pelo território, “sobrevivendo” a processos de modificação ecológica e dietárias e de assimilação de não-guarani.

Noelli (1993) aponta que esta reprodução cultural guarani se manteve por mais de 3000 mil anos, como se nota nos registros arqueológicos até hoje levantados, e só foi desestruturada com a chegada dos europeus nos séculos XVI e XVII.

Tal contato entre europeus e populações indígenas alterou rapidamente a distribuição e composição destes, com uma velocidade distinta da ocorrida quando os Guarani e Jê ocuparam a região. Noelli (1999/2000) mostra como em 350 anos a ocupação europeia já estava efetivada e aponta não somente as tecnologias e armamentos, mas também as epidemias por eles “espalhadas” como principais auxiliadores neste processo de ocupação de terras.

Neste momento torna-se necessário desmistificar uma percepção. Acredita-se que foi somente o Guarani que entrou em contato com o europeu na chegada deste no litoral catarinense. Ao menos é isso que os documentos oficiais do período e relatos de viajantes da época evidenciam (por exemplo: STADEN, 1557, p.45-46). A denominação que estes viajantes e oficiais utilizavam era Carijó. Esta foi dada pelos europeus aos indígenas cordiais que encontraram entre São Paulo e Rio Grande do Sul, nos anos imediatos a colonização (SANTOS; NACKE; REIS, 2004. p.40) e sempre foi compreendida como sendo uma denominação dada às populações guarani, principal ocupante destas áreas. No entanto, em seu trabalho de tese, Darella (2004) põe dúvidas quanto à exclusividade da presença guarani no contato com o europeu. Essa dúvida advém de evidências arqueológicas apontadas por Fossari (2004) que parecem demonstrar uma ocupação Guarani contemporânea dos Jê pré-coloniais na Ilha de Santa Catarina no período do contato. Assim sendo, deve-se considerar que as inúmeras vezes que os viajantes e oficiais europeus citavam um contato com os Carijós no litoral de Santa Catarina poderiam não necessariamente estar falando de um contato exclusivo com populações guarani.

Enfim, a história do litoral central de Santa Catarina e sua ilha homônima ganha mais personagens: os europeus (portugueses, ingleses, espanhóis, franceses, etc.). E, como mencionado, estes entraram em contato com os outros grupos que já estavam habitando neste ambiente. Tal contato e interações eram muito importantes para os europeus, visto que necessitavam destes habitantes para adquirirem água limpa, mantimentos e

madeira para reparos nos navios numa região desconhecida e “selvagem”. Este auxílio é citado por inúmeros cronistas e viajantes que passaram pela região da Ilha de Santa Catarina e entorno.

1.2 CHEGAM OS EUROPEUS

Os indígenas estavam muito provavelmente entretidos com suas tarefas diárias de manufatura cerâmica, plantio, caça, pesca, coleta ou qualquer outra atividade quando avistaram dentro do mar pela primeira vez uma embarcação passar pela ilha de Santa Catarina. Só podemos imaginar como deve ter sido o primeiro contato dos indígenas deste ambiente litorâneo com esses estrangeiros, num vestuário estranho e portando objetos diferentes dos seus.

A Ilha de Santa Catarina como se sabe era um ponto importante de passagem e aguada⁸ das expedições, principalmente espanholas, que se dirigiam para o Rio da Prata. Suas características geomorfológicas e naturais faziam dela um local seguro para abrigar-se de tormentas do mar, bem como um local com abundância de víveres para subsistência (AGUIAR, 2010, p. 103).

Assim, os indígenas logo no início da “era dos descobrimentos” viram estas embarcações e passaram a tê-las em seu universo material, criando explicações e significados conectados ao seu modo de ver e estar no mundo.

Entretanto, mesmo não sabendo como foi o primeiro contato dos indígenas da região da Ilha de Santa Catarina com o branco, temos a primeira menção escrita de um contato com os brancos em 1515. Citada por Ramirez (1528) e discutida por Mosimann (2002) e Lohn (2004), a história é que em 1515 uma nau desgarrada da expedição de Juan Diaz de Solis ao Rio da Prata tenta entrar na baía sul da ilha de Santa Catarina quando é atingida por uma tempestade e naufraga. Seus onze tripulantes salvam-se, chegando a costa continental sul, fronteira a ilha.

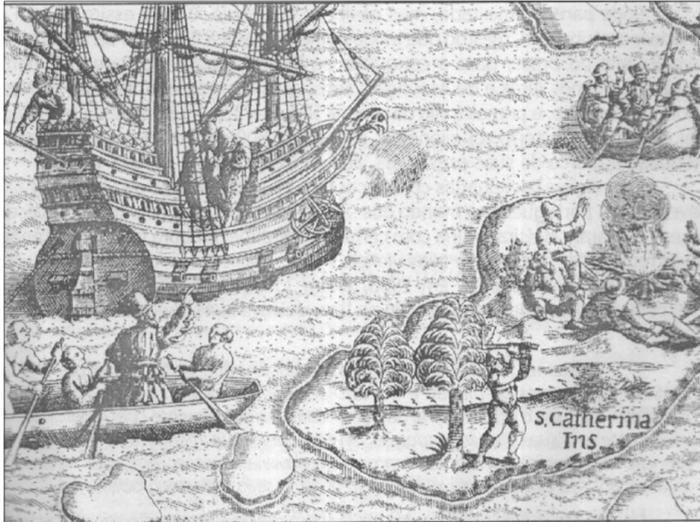
Ao que esses autores indicam, os indígenas entraram em contato com estes náufragos e os receberam, passando a conviver

⁸ Aguada: Parada e desembarque para reparos na embarcação, cuidar dos enfermos e obtenção de água e alimentos.

com eles diariamente. Como se deu o processo de inserção destes brancos no meio dos indígenas também não podemos saber, mas os autores acima citados apontam que quando da chegada de outras embarcações para fazer aguada na região eles estavam casados com as indígenas do local, ou seja, estavam inseridos dentro do sistema político-social da aldeia e deveriam participar da divisão de tarefas dentro do grupo.

Os contatos estabelecidos no século XVI foram muitos e alguns exemplos são Juan Díaz de Solís [1516], Sebastián Caboto [1526], Diogo García [1527], Gonzalo de Mendoza [1535], Ruy Moschero [1536], Alvar Nuñez Cabeza de Vaca [1541], e Juan Ortiz de Zarate [1572] (AGUIAR, 2010, p.103). Muitos destes escreveram relatos ou crônicas como Sebastião Caboto (1526), Cabeza de Vaca (1541) e Hans Staden (1550) (Figura 1). Neste momento os indígenas eram conhecidos principalmente como carijós pelos europeus e eram vistos como dóceis e grandes auxiliares na passagem destes pela ilha, fornecendo mantimentos e outros produtos de necessidade dos navegadores. Inclusive, europeus eram deixados na Ilha para fomentar o plantio de alimentos entre os indígenas para abastecer os navios dos próximos navegadores que aportassem na ilha de Santa Catarina. Neste período, o melhor caminho conhecido para o território do atual Paraguai era pelo Rio da Prata, fazendo este trajeto pela ilha de Santa Catarina muito importante e muito “visitado” (NOELLI, 2004, p.20).

Figura 1: A expedição de Diego de Sanabria na Ilha (1550). Gravura de Theodore de Bry (1528-1598) a partir de desenho de Hans Staden.



Fonte: Mosimann, 2002, p. 27

No século XVII estes contatos continuaram, mas uma relação menos amistosa já estava estabelecida. Os carijós passaram a ser alvos de captura para escravidão por parte dos europeus, principalmente dos sertanistas/bandeirantes de São Vicente.

Conforme visto acima, no contato com o outro, os indígenas poderiam agir tanto de forma a assimilar, quanto de forma belicosa. Esta deve ter sido posta à prova quando estas ofensivas europeias de captura de escravos começaram a se tornar comuns na região. Milheira (2010) comenta acerca destas investidas sobre aldeias e como estas foram desestruturadas pelos cercos perpetrados pelos escravocratas. Inúmeros indígenas foram capturados e numerosos outros fugiram para o interior do estado.

Dessa maneira, os bandeirantes/sertanistas, muitas vezes com auxílio de indígenas *tupi* (inimigos dos *guarani*) (MELLO, 2005, p.26) vinham de São Paulo para prear a maior quantidade possível de indígenas na região litorânea de Santa Catarina e

vendê-los como mão de obra escrava onde fosse necessário na colônia e reino português.

A escravidão indígena era o modo mais rápido e efetivo de maximizar os ganhos e agilizar a conquista de um território (AGUIAR, 2010, p.99) e os paulistas aproveitaram-se disto. Dessa maneira, o trabalho indígena preenchia a mão-de-obra necessária nas lavouras do Centro-Sul do Brasil, principalmente lavouras de cana de açúcar e trigo.

Tal atitude escravocrata, segundo historiadores e cronistas (e.g. HANS STADEN, 1557; VIERA FILHO, 2005), fez com que o número de indígenas na região diminuísse drasticamente, não somente devido à morte causadas por combates violentos e doenças, mas também por fugas ao interior do continente, tentado escapar do alcance dos sertanistas/escravagistas. Sem esquecer, é claro, que muitos destes indígenas eram levados para outros lugares por estes sertanistas. Mostra disto é um sítio arqueológico no Rio de Janeiro, datado deste período e apontado por Dias e Panachuk (2008, p. 99), que se caracteriza como um local de concentração de indígenas arrebanhados, inclusive com “Carijós do Sul”.

Em 1673, um destes sertanistas, filho do grande captor de indígenas, Francisco Dias, morto no Sertão dos Patos⁹, iniciou com seu filho, José Pires Monteiro, o estabelecimento de uma povoação na Ilha de Santa Catarina. Três anos depois, Francisco Dias Velho¹⁰ trouxe consigo o restante de sua família, alguns brancos e cerca de 500 indígenas domesticados¹¹ para começar a erigir a póvoa da Ilha de Santa Catarina (CARDOSO, 2013, p.65-68). Seu esforço deu certo, visto que a póvoa a partir daí se manteve, mesmo que meio cambaleante no início, até se tornar

⁹De acordo com seu inventário disponibilizado eletronicamente pelo Projeto Compartilhar. Disponível em: <http://www.projeto compartilhar.org/SAESP/franciscodias1645.htm> Acesso em 23 ago. 2016.

¹⁰Francisco Dias Velho, descendia em linha direta de uma índia “tapuia” do século XVI. A sua avó paterna, Antonia Gomes da Silva era filha de Izabel Afonso (mameluca), que por sua vez era filha do português Pedro Affonso e de uma índia que ele próprio “resgatou” (CARDOSO, 2013, p. 46).

¹¹A nomenclatura “indígenas domesticados” advém da noção de que os indígenas eram uma ser selvagem que necessitava de domesticação. Quando o indígena escolhia aceitar trabalhar para os europeus de forma pacífica eram vistos como “domesticados” e, por vezes eram assim denominados nos documentos criados na época. É uma nomenclatura inferiorizante (a qual não concordamos) que será usada neste trabalho para também indicar a forma como eram percebidos pelos brancos.

vila e cidade de Nossa Senhora do Desterro. Entretanto, Dias Velho não pode ver este crescimento, pois logo em 1689 foi morto dentro da igreja que construiu como vingança pelo ataque – perpetrado pelo sertanista dois anos antes – a um navio inglês ou holandês¹² que fundeu no norte da ilha de Santa Catarina sem autorização.

Após a morte de Dias Velho, sua família saiu da Ilha de Santa Catarina e voltou para São Paulo, excetuando seu filho, José Pires Monteiro, que se estabeleceu em Laguna. Alguns dos indígenas foram levados por seus herdeiros¹³, outros tantos ficaram por aqui, juntamente com algum dos brancos que acompanharam Dias Velho no início da povoação (CABRAL, 1979, p.20).

Ressalta-se, entretanto, que não havia na ilha somente indígenas “domesticados” relacionados diretamente com europeus. Outro grupo de indígenas, possivelmente guarani, foram diagnosticados como presentes no século XVII por trabalhos e pesquisas arqueológicas no norte da Ilha de Santa Catarina (BUENO et al, 2015). Através da escavação do sítio arqueológico “Travessão do Rio Vermelho”, com datação de 1660 d. C. (290 ±30 A.P), os arqueólogos que realizaram a pesquisa puderam demonstrar como os indígenas, dentro de seus próprios regimes e leis, ainda estavam na Ilha de Santa Catarina, mesmo com os supracitados avanços de doenças e conflitos com bandeirantes/sertanistas (MÜLLER, 2015).

Tendo consciência disto podemos prosseguir afirmando que é desta forma que a Ilha de Santa Catarina entra no século XVIII. A sociedade ali formada havia perdido o homem responsável pela ponte reino-colônia e sua família havia se dispersado para outras regiões da colônia. Segundo Cabral (1979) e Correa (2005) a Ilha neste início de século fica um tanto abandonada, sem supervisão e entregue a própria justiça. Aí entra em cena Manoel Manso de Avelar, que, de acordo com Cabral, se tornara o “maioral” da ilha, a qual foi categorizada, em 1711, por

¹² A bibliografia não dá certeza quanto a nacionalidade desta empreitada marítima, se é inglesa ou holandesa, somente que eram navegantes que haviam pilhado o litoral americano pertencente a Espanha (VIEIRA FILHO, 2001; CORREA, 2005; CABRAL, 1979).

¹³De acordo com seu inventário Disponível em:

<http://www.projeto.compartilhar.org/SAESPp/franciscodiasvelho1689.htm> Acesso em: 20 mar. 2016.

Manoel Gonçalves de Aguiar, capitão no Rio de Janeiro, como uma pequena reunião de “moradores em torno de sua igreja” (CABRAL, 1987, p.44).

Visto nossa temática e objetivo ser analisar a presença indígena na sociedade colonial no século XVIII e início do XIX, o prosseguimento desta narrativa se dará no capítulo 3 deste trabalho, após a busca e análise de documentos e fontes referentes a este período. Isto é, a continuação da narrativa se dará como *resultado* de nossa busca pelo (in)visibilizado indígena, nos documentos oficiais, crônicas de viajantes e outras fontes secundárias do período através de uma investigação interdisciplinar.

2 ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

Arqueologia e história são duas ciências consolidadas. A história já tinha seus paradigmas discutidos e expressos desde antes da era cristã, com Heródoto, Tucídides e Políbio. Já a arqueologia, mais jovem, iniciou-se com as atitudes colecionadoras e cheias de curiosidade de europeus que buscavam conhecer acerca da história dos povos dominados, servindo, acima de tudo, para ilustrar a Velha História.

Hoje, são ciências sólidas e consistentes. Incorporam diversas teorias e vertentes que engendram diferentes caminhos de investigação. São ciências distintas com metodologias próprias e objetos variados, mas que não por isso, precisam trabalhar unicamente sozinhas.

Neste capítulo vamos apresentar uma abordagem que abarca ambas estas ciências na resolução de nossos problemas de pesquisa. Inicialmente vamos apresentar a aproximação destas disciplinas para o objetivo deste trabalho e depois vamos mostrar a abordagem tecnológica aplicada a análise da cultura material e como ela pode contribuir na busca de dados relativos aos objetos e artefatos dos sítios arqueológicos e como estes são importantes para compreendermos ainda mais acerca dos grupos integrantes da sociedade colonial da Ilha.

2.1 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade “pode ser definida com um ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes” (LEIS, 2005, p. 9). Essa abordagem interdisciplinar, que cruzará as lógicas investigativas da ciência histórica e arqueológica será efetivada na tentativa de resolução dos problemas investigados pela presente pesquisa. Esta aproximação interdisciplinar foi elegida, pois optamos por utilizar dois tipos de fontes e, conseqüentemente, metodologias distintas para abordá-las: as escritas e a cultura material, as quais trarão diferentes resultados.

Também, e não menos importante, escolhemos este tipo de abordagem, pois, como Funari, Jones e Hall (1995) afirmam: abordagens inovadoras que combinam informações históricas, arqueológicas, etnográficas e orais são normalmente ignoradas ou

deixadas de lado como metodologicamente inconsistentes, mas “[...] *the critical use of oral history, traveller’s tales and archaeology in conjunction with one another can substantially increase our understanding of the history of a particular region [...]*”¹⁴ (FUNARI; JONES; HALL, 1999, p.5).

Dessa maneira, as fontes escritas pesquisadas neste trabalho consistem em documentos oficiais produzidos na época¹⁵, as descrições e crônicas de viajantes/naturalistas que aportaram na ilha de Santa Catarina e bibliografias referentes à história destes grupos neste ambiente. Já a cultura material abrange os fragmentos de cerâmica coletados nas pesquisas arqueológicas realizadas em determinados sítios arqueológicos da ilha, datados do período em foco.

É importante deixarmos claro que as duas disciplinas que tiveram suas metodologias aplicadas nesta pesquisa não são somente caracterizadas pelo “tipo” de fonte que tem por objeto. Como comentamos acima, o que as define e distingue são suas metodologias, operações, objetos e formas de construção de conhecimento e não somente um destes aspectos tomado separadamente. Dessa maneira, podemos ver pesquisas na área de História utilizando-se de pesquisas arqueológicas e da cultura material, bem como pesquisas arqueológicas aplicando conhecimentos da História. Por conseguinte, salienta-se que os tipos de fontes e objetos de pesquisa não são exclusivos de uma ciência e nem são o único fator que estabelecem a utilização de uma ciência. Destaca-se, conforme Leis (2005, p. 9), “que é uma ilusão achar que o conhecimento se desenvolve dentro de posições nitidamente delimitadas”, ou seja, essas ciências são diferentes, mas eventualmente saboreiam uma da outra e neste trabalho saborearemos o tema de pesquisa desta forma.

Dito isso, a cultura material enfocada neste trabalho é composta por objetos, artefatos e coisas utilizadas no dia-a-dia por pessoas que frequentavam ambientes, que hoje caracterizamos como sítios arqueológicos. Menezes define cultura material como o “suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social” (MENEZES,

¹⁴ Tradução da autora: O uso crítico e em conjunto da história oral, dos contos dos viajantes e da arqueologia podem aumentar substancialmente a nossa compreensão da história de uma determinada região (FUNARI; JONES; HALL, 1999, p.5).

¹⁵ Alvarás, Cartas de Lei, Cartas Régias, Cartas Patente, Provisões, Decretos, Resoluções, Portarias, Ofícios, Consultas, entre outros.

1983, p. 112), englobando “tanto objetos, utensílios, estruturas como a natureza transformada em paisagem e todos os elementos bióticos e abióticos que integram um assentamento humano” (MENEZES, 1992, p. 186). Dessa forma, são materiais que carregam informações relativas aos grupos e às atividades dos grupos que conviviam diariamente nestes diferentes locais. Consequentemente se os indígenas estiverem presentes no cotidiano da ilha, direta ou indiretamente a cultura material poderia, ao menos potencialmente, carregar informações acerca desta presença e das atividades desenvolvidas por este grupo.

Essa constatação nos mostra que o estudo da cultura material utilizada no cotidiano em diferentes ambientes (como vasilhas e recipiente cerâmicos para cocção, serviço, armazenamento e consumo) tem capacidade de responder alguns dos questionamentos levantados por este trabalho e expostos na introdução.

Lima *et al* (1989), ao analisar a tralha doméstica (lixo) do século XIX de três locais da cidade do Rio de Janeiro, chama atenção para como o estudo do cotidiano através da cultura material pode ser muito revelador sobre a história de uma região, uma vez que os artefatos e objetos não foram deixados para trás pelos usuários ou criadores com o propósito de servir de fontes de informações sobre eles mesmos, sendo possível até adquirir conhecimento sobre aspectos não conscientes de uma sociedade (LIMA *et al.*, 1989. p. 206). Esta pesquisadora, por exemplo, consegue mostrar, a partir da análise da cultura material, o surgimento de uma classe social, a pequena burguesia, anterior a instalação de uma ordem burguesa propriamente dita no país.

Marc Bloch (2001), historiador da primeira geração da Escola dos *Annales* – ou seja, num momento de abertura do campo historiográfico, especificamente no que diz respeito ao conceito de fonte histórica – em meados do século XX, apontava esta possibilidade analítica quando afirmou que “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito” (BLOCH, 2001, p.79).

Percebe-se que essas fontes e evidências materiais podem ser utilizadas para investigar as atividades cotidianas e a sociedade ocupante dos edifícios estudados, além de auxiliar na construção, reconstrução e direcionamento de novos

conhecimentos para a compreensão da história da Ilha de Santa Catarina.

Todavia, mesmo sendo muito frutífero, o estudo de objetos do cotidiano pode ser algo muito desafiador. A diminuição da escala do observador/pesquisador para o dia-a-dia acompanha inúmeros obstáculos, mas que, conforme Jacques Revel assevera – no prefácio à edição francesa (1989) do livro de Giovanni Levi (2000), publicado no Brasil com o título *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, explicando sobre a delimitação do campo de observação do pesquisador – faz surgir dados mais numerosos e refinados, além de organizar estes de acordo com “configurações inéditas e fazem aparecer uma outra cartografia do social” (REVEL, [1989] 2000, p.34).

Este estudioso discursava sobre a diminuição da escala de observação característica da micro-história e como Giovanni Levi conseguiu em seu livro praticar esta aproximação do objeto de investigação. Levi começa sua investigação num ponto focal: o padre exorcista Giovan Chiesa na cidade de Santena. A partir deste e analisando documentações como registros paroquiais, atos de ofício, dados cadastrais e documentos administrativos da cidade, Levi tentou investigar “as estratégias cotidianas de um fragmento do mundo camponês do século XVII” (LEVI, 2000, p.47). Este autor, como ele mesmo diz, escolheu um lugar banal e um toco padre, o que o fizera pelejar com a documentação escassa. Entretanto, essa aproximação de um objeto comum e banal levou-o a uma análise e investigação diferenciada, na qual cada detalhe percebido, quando tomados em conjunto, “permitem reconstruir os contornos de um grande jogo social e político” (REVEL, [1989] 2000, p.26).

Levi, seguindo os passos de Ginzburg e seu paradigma indiciário (1989)¹⁶, tem uma maneira muito frutífera e indiciária de trabalhar com a documentação de grupos de pessoas que normalmente não figuram em documentos, ou seja, minorias que

¹⁶Ginzburg, neste ensaio sobre o paradigma indiciário (1989, p.143-179), citando Giovanni Morelli, Arthur Conan Doyle e Freud, mostra como estes desenvolveram suas capacidades investigativas ao atentar para os detalhes negligenciados, aos dados marginais. A partir disto, Ginzburg estabelece o nascimento de uma forma de pensar, raciocinar e, por conseguinte, interrogar as evidências (documentais, narrativas ou físicas) baseada nos indícios e minúcias. Daí, paradigma indiciário.

não são dignos de nota, excetuando-se quando cometem crimes, ou quando casam, nascem e morrem.

Visto já haver uma aproximação do olhar do observador para as atividades cotidianas com a análise da cultura material, a forma como ambos os autores trabalham, confrontando e indiciando a documentação, pode ser tomada como exemplo – o que não significa trabalhar exatamente da mesma maneira – em nosso trabalho de investigar a presença indígena, a história e as interações culturais entre os grupos coloniais distintos existentes dentro da sociedade ilhéu do século XVIII e início do XIX, ou seja, na busca pelo objetivo almejado neste trabalho.

Essa deliberação advém de duas constatações que assemelham nosso estudo ao de Levi: 1) tal como feito por Levi e Ginzburg (e a micro-história em geral), torna-se necessária uma aproximação da escala de observação, que é, neste caso, para as atividades cotidianas dos indivíduos e 2) os obstáculos de estudar um grupo de pessoas que não são comumente mencionados nos documentos e, por conseguinte, a pouca documentação que aborde o tema pesquisado, também são os mesmos embaraços enfrentados por Levi em seu estudo.

É interessante destacar que esta atitude analítica de aproximação da escala de observação, não é aconselhada somente por historiadores, mas também pelos arqueólogos Dobres e Hoffman (1994) no trabalho do pesquisador das evidências materiais dos humanos no passado. Eles explicam como a dinâmica social micro-escalar que envolve indivíduos e grupos pequenos são um tópico subdesenvolvido na pesquisa arqueológica e como uma perspectiva micro-escalar, que não pode ser pensada somente em nível de análise, mas também como escala em que as ações passadas ocorreram – isto é, as atividades cotidianas – destaca a natureza dinâmica da ação tecnológica, podendo assim lançar luz aos processos de dinâmica social, ocorridos diariamente nas atividades tecnológicas, e considerar as diferentes participações dos sujeitos e grupos envolvidos (DOBRES; HOFFMAN, 1994, p.212-213).

Senatore (2015), também arqueóloga, em estudo acerca da modernidade na Colônia de Floridablanca na Argentina, da mesma forma utiliza-se da aproximação da escala de observação para analisar o contexto desta colônia. Afirma que somente analisando contextos sociais particulares e específicos, de forma

aproximada, poder-se-á compreender as configurações com as quais indivíduos, objetos e espaços se articulam. Por conseguinte, aponta que, “the identification of certain everyday practices in the interplay of different analytic scales can contribute to understand the heterogeneity and complexity of a context like Floridablanca colony [...]”¹⁷ (SENATORE, 2015, p.233).

Lado a lado com esta análise documental minuciosa, as narrativas e crônicas dos viajantes/naturalistas que vieram a ilha de Santa Catarina no período em questão também podem ser investigadas desta forma detalhista e indiciária.

Com objetivos diversos, desde científicos até econômicos, essas viagens resultaram em inúmeros livros, cartas, descrições e relatos dos tripulantes das embarcações que navegavam pelo novo mundo e pelo “desconhecido” durante os séculos XVI a XIX, fornecendo uma descrição do que viam, sentiam e percebiam da região. Inseridos dentro de contextos socioculturais distintos, esses viajantes possuíam o olhar voltado para o todo, não só descrevendo a natureza e seu aproveitamento pelas populações locais, como também as características destes grupos, seu desenvolvimento tecnológico e suas relações de trabalho, além de outros aspectos (ROSSATO, 2005. p.5). O olhar destes viajantes/naturalistas é enriquecedor de qualquer análise que almeja compreender não somente a história e contexto de determinado local, mas também o dia-a-dia e as materialidades envolvidas por conta da forma de narrativa que muitos optavam: descritiva¹⁸.

Aguiar (2010), também acredita que essas narrativas são fundamentais para sustentar a construção de uma história que considere os indígenas “cabendo ao pesquisador estabelecer um diálogo com os cronistas a fim de entender os vícios destes documentos e de reconhecer sua importância histórica” (AGUIAR, 2010, p. 99).

Em resumo, compreendemos que a cultura material tem capacidade de fornecer informações relativas às atividades

¹⁷ Tradução da autora: [...] a identificação de certas práticas cotidianas na interação de diferentes escalas analíticas pode contribuir para entender a heterogeneidade e a complexidade de um contexto como o da colônia Floridablanca (SENATORE, 2015, p.233).

¹⁸ Esta descrição, claro, não é isenta da subjetividade e valores do autor, por isso, entender que estas fontes também são frutos de uma época e forma de ver o mundo enriquece e, de certa forma, desencabresta as informações levantadas por elas.

cotidianas dos indivíduos e, por isso, relativas aos indivíduos em si e suas interações, bem como entendemos que é bastante produtivo analisar as fontes escolhidas para este trabalho aproximando nosso olhar para a micro-escala, não somente para compreendermos estes dados do cotidiano, mas também para “encontrarmos” os indivíduos que, como mostramos na introdução, foram esquecidos pela história oficial. Por conseguinte, esta interdisciplinaridade entre história e arqueologia amplia a eficácia na construção de conhecimento acerca destes grupos integrantes da sociedade colonial da ilha de Santa Catarina do século XVIII.

No entanto, sendo interdisciplinar ou não, para trabalharmos com o passado e com questões relativas a contatos entre grupos distintos é necessário ponderar sobre a visão adotada para abordar estes encontros, visto essa visão influenciar os questionamentos e interpretações perpetradas. Dessa maneira, é fundamental perspectivar o trabalho do pesquisador e arrazoar acerca de algumas concepções e “mitos”, para assim não cairmos em discursos homogeneizadores e hegemônicos.

Essa necessidade de ponderação e perspectivação é aconselhada por Certeau (2008, p.65-119) ao escrever acerca das operações historiográficas. Este autor mostra como a *tentativa* de “objetivar” a subjetividade do pesquisador perpassa todas as etapas de seu trabalho desde a análise de seu lugar social (a partir de onde se escreve), passando pelas práticas científicas (procedimentos de análise que, através de métodos e regras estabelecidas pelas instituições acadêmicas, transformam um objeto em História) e até a escrita (prática social que “faz a história”, passível de ser verificada e atestada cientificamente e que representa um fechamento nas análises do historiador).

A cautela também é aconselhada por Aguiar ao trabalharmos com as narrativas dos viajantes:

Evidentemente, as fontes etno-históricas, assim como toda fonte escrita, devem ser avaliadas com cautela, já que as mesmas refletem os valores vigentes no período em que viveram seus protagonistas. Em qualquer tempo, relatos são regidos por conceitos e interpretações relacionados à carga cultural dos narradores (AGUIAR, 2010 p.104).

Dessa forma e para caminhar neste sentido, começamos desconstruindo uma noção muito comum: os indígenas são um povo homogêneo, estático e, conseqüentemente, a-histórico.

Foram livros positivistas de História do Brasil, que relegavam aos nativos um papel inferiorizante de “preguiçosos bebedores”, que auxiliaram na criação dessa imagem indígena, a qual persiste até hoje arraigada no imaginário da sociedade brasileira (AGUIAR, 2010, p.102).

Durante muitos anos – e principalmente em meados do século XIX com a ampla divulgação de ideais evolucionistas – a visão que se possuía das populações indígenas era de um povo estático, “parado no tempo”, que culminaria sendo destruído ou assimilado pelo progresso e que deveria ser estudado, visto terem um modo de vida primitivo, representando o mais baixo grau da evolução humana (CUNHA, 1992, p.11). Acreditavam que o indígena, se não fosse dizimado, seria “humanizado” até atingir o patamar “superior da civilização”, culminando em seu desaparecimento étnico e/ou “branqueamento” (BRIGHENTI, 2012, p.41).

Ainda dentro desta concepção, os grupos indígenas, quando aludidos em pesquisas históricas, eram percebidos enquanto vítimas passivas do processo de colonização dos europeus, estes sendo emissários da civilidade, progresso e modernidade. Outras ciências sociais não agiam diferentemente. Carlos Fausto (2005), ao estudar a religiosidade guarani dos séculos XVI a XX, chama atenção para a forma como a Antropologia e Etnologia de início e meados do século XX, com Curt Nimuendaju e Egon Schaden, viam essa religiosidade guarani como possuidora de um núcleo estático, duro e imutável (sem história), na qual o contato com outras culturas, se algo fazia, somente acentuava os elementos da doutrina tribal guarani (FAUSTO, 2005, p.389-390). Fabíola Silva (no prelo) também mostra essa tendência na ciência arqueológica, assinalando que a Arqueologia desde a sua formação enquanto ciência no século XIX, sob o escudo do colonialismo, construiu seus discursos contribuindo para representação essencialista e inferiorizante dos povos colonizados, culminando em interpretações sobre as evidências arqueológicas (e.g. construções monumentais ou conjuntos artefatuais cerâmicos) que desvalorizavam “a

participação e a capacidade dos povos locais na construção do passado de seus territórios” (SILVA, no prelo).

Entretanto, no final do século XX essa tendência começou a ser mais fortemente combatida dentro das ciências sociais e humanas. Os indígenas passaram a ser percebidos não só como possuidores de história, mas também como construtores de seu próprio passado, bem como de suas interpretações sobre este passado.

Michael Heckenberger (2001), ao desenvolver trabalhos arqueológicos e etnográficos no Alto Xingu entre 1993 e 1995, traça a história da cultura xinguana na longa duração (1000 – 2000 d.C) e, dentre inúmeras conclusões que chega, aponta, citando indiretamente Bourdieu (1977), que o passado para os indígenas da cultura xinguana não é escrito, mas sedimentado “tanto na paisagem, no arranjo das casas e aldeias, nos objetos, quanto na memória, no movimento dos corpos e nos ciclos rituais” (HECKENBERGER, 2001, p. 56). Em estudo posterior, Heckenberger (2007) é mais direto na conclusão sobre a existência de história para os Xinguanos e no entendimento desta por parte deles. Afirma que, diferente do que muitos estudiosos pensavam, o povo Xinguano não nega a história, só a percebem de outro modo, isto é, veem-na como de natureza transcorpórea e metonímica, sendo escrita no corpo humano, habitações, espaços e ambientes (HECKENBERGER, 2007, p. 306). Muitos estudiosos acreditavam que para ter história, para ela existir, ela deveria estar pautada sobre os mesmos aspectos teóricos que a história ocidental.

Gustavo Politis (2010) em seu estudo com os Nukak na Amazônia também discute sobre esta operosidade e dinamismo indígena. Neste caso, não exclusivamente em sua história, mas também em seu próprio modo de vida, passando de horticultores para caçadores-coletores, ou destes para aqueles, ou aumentando a porcentagem de cada uma dessas formas de obtenção de energia de acordo com as interações, modificações ou transformações internas ou externas que se apresentam ao grupo. Este autor demonstra claramente a noção de que não há uma linearidade evolutiva obrigatória e irreversível de caçador (“grupos menos evoluídos”) para agricultor (“grupos mais evoluídos”). Afirma que em condições específicas, onde exista dificuldade de manter-se com uma subsistência amplamente baseada na horticultura, os

grupos indígenas podem tornar para um modo de vida forrageiro, ou simplesmente aumentar a caça e a coleta para garantir a sobrevivência (POLITIS, 2010, p.326). Assevera, por fim, que certos grupos indígenas fizeram esta escolha por toda sua história, onde privilegiaram certos valores, como autonomia política e integridade cultural, ao invés de outros, como o acesso a *commodities* ou a suposta segurança que plantações podem trazer. Além disto, mostra como a linha que divide os forrageiros dos horticultores pode ser mais tênue do que parece por conta de um aspecto: o manejo florestal. Muitos pesquisadores das ciências sociais acreditavam que forrageiros simplesmente coletavam os alimentos disponibilizados pela floresta “selvagem” onde habitavam. Entretanto, Politis demonstra como os Nukak *ativamente* manejavam a floresta para aumentar a biodiversidade da região e promover um maior “encontro” de alimentos (tanto animais, quanto vegetais).

Vê-se que esses grupos indígenas que os europeus encontraram, estavam longe de serem passivos humanos sem história, incapazes de ajustarem-se para manterem-se culturalmente. Alterações e modificações em seu modo de vida aconteciam e aconteceram por toda sua história e mesmo assim sustentavam sua cultura. É muita presunção crer que os europeus apresentaram algo inédito, fazendo os indígenas ficarem inertes a transformações ocasionadas por estas interações. O indígenas sabiam como agir ao outro e os europeus eram mais um “outro”.

Fausto (2005), para retornar ao exemplo anterior de visão estática e imutável da religiosidade guarani, nega a afirmação de uma eterna e imutável “pureza” religiosa guarani. Este autor alega que esta era presente somente na visão dos antropólogos e que, desde o contato com os europeus no século XVI, o que havia era um “complexo jogo de apropriação e reelaboração de signos e ideias cristãs por caciques e xamãs guarani” (FAUSTO, 2005, p.393) mostrando (mais uma vez) o domínio indígena sobre sua própria história e escolhas, bem como a sua capacidade de reagir da própria maneira ao outro. Essa complexidade de apropriação e reelaboração são também retratadas pelo historiador Serge Gruzinski em seu estudo, publicado na França em 1988, sobre as sociedades indígenas e a colonização no México entre os séculos XVI e XVIII.

Gruzinski (2003), logo no início de seu trabalho, assume a forma como é devido analisar estas populações indígenas: “Não devemos considerar essas culturas e sociedades como conjuntos homogêneos [...]”, pois ao entender que existem inúmeras etnias em grupos sociais distintos, “obtéem-se uma imagem caleidoscópica que impede de assimilar os mundos indígenas a unidades estáveis, sociedades monolíticas e imóveis, totalitárias *avant la lettre* ou milagrosamente ancoradas fora da história” (GRUZINSKI, 2003, p.24). Ao fazer isto, entendendo a complexidade indígena, Gruzinski consegue levar seu trabalho a conclusões mais frutíferas e diferenciadas acerca de como se deram as interações entre indígenas e espanhóis no México colonial.

Já no Brasil, o livro *História dos Índios no Brasil*, organizado por Cunha (1992), é uma publicação importante neste sentido. Após mencionar alguns exemplos de situações onde demonstra o papel ativo dos grupos indígenas na história, a autora assevera que “as sociedades indígenas pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências” (CUNHA, 1992, p. 19).

Focalmente em Santa Catarina, temos o exemplo de Luisa T. Wittmann (2007), a qual retrata a história do Vale do Itajaí (local conhecido por ser de tradição fortemente alemã) de uma forma diferente “do corrente elogio da imigração europeia ou da vitimização dos índios”, conferindo “visibilidade aos atores indígenas na história, dando voz as suas próprias interpretações e ações diante da nova realidade” (WITTMANN, 2007, p. 20-21), bem como mostrando que apesar das imposições “os índios criaram, interpretaram, agiram, viveram” (WITTMANN, 2007, p. 215).

Mais recentemente, Funari e Dominguez (2015), ao estudar o contato colonial entre diferentes grupos em Cuba, igualmente notaram a riqueza e dinamismo indígena em relação aos outros. Denotaram que em Cuba não existe um grupo nativo monolítico que passivamente aceitou o destino que os europeus escolheram para eles, mas sim há uma grande diversidade indígena com estratégias adaptativas diversas que ativamente mostraram respostas diferentes a presença destes recém-chegados (FUNARI, DOMINGUEZ, 2015, p. 135).

Assim, conforme comentado na apresentação do estudo de Gruzinski (2003), é ao desconstruir essa noção de que os indígenas são um povo homogêneo e estático, que o discurso criado pelo estudioso, pesquisador das populações nativas, deixa de vitimá-las e passa a vê-las como sujeitos históricos, capazes de resistirem e ajustarem-se ativamente aos diferentes obstáculos que a colonização instalou.

Compreender essa capacidade indígena é quebrar com a tendência “orientalista”¹⁹ inferiorizante e colonialista, por vezes oculta nas ciências sociais e humanas. É também ponderar e atentar sobre o lugar de onde se está exercendo sua prática de pesquisador – lugar que pode estar afetado justamente por este orientalismo escamoteado, visto que as instituições que formam os pesquisadores acabam por transmitir certo “hábito” social e acabam pautando os interesses e prática dos pesquisadores (CERTEAU, 2008. p.76; 95). É velar para não cair nos mesmos erros, isto é, para que não se construa um discurso sobre as populações indígenas como se fosse dominá-los através dos conhecimento ou como se estes fossem incapazes de compreender sua própria história, como se a prática de discursar sobre seu passado não impactasse sobre o seu presente, como se os indígenas fossem exatamente aquilo que se escreve em artigos e livros, como se o pesquisador (arqueólogo, historiador ou antropólogo) tivesse o direito exclusivo de controlar e entender o passado dos indígenas.

Isto posto, denota-se que tratar das interações culturais entre indígenas e europeus pode ser uma tarefa delicada. Entretanto, vê-se que a elementar utilização do termo *interações culturais* pode afastar um pouco dos riscos que envolvem trabalhar com estes temas. O uso deste termo tem por objetivo compreender a multidimensionalidade dos processos que envolvem o contato cultural, superando noções de aculturação que abordam um enfoque unidirecional. Este enfoque estaria alicerçado na visão colonialista acima explicitada, que, como indicado por Funari e Poloni (2014, p. 328), acredita na existência de somente um grupo social doador e de um grupo social receptor, ou seja, grupos ligados a áreas centrais teriam o

¹⁹Usando um termo de Edward Saïd (1996), entendendo o Orientalismo como conhecimento construído pelos “não indígenas”, com um discurso hegemônico e autoritário sobre os indígenas.

papel ativo no processo de contato cultural, enquanto grupos da periferia assistiriam ou aceitariam o processo de domínio e exploração a que eram submetidos.

Gruzinski (2003), também através da análise de fontes materiais (e.g. pictografias e arquitetura) e de fontes escritas (e.g. cronistas do século XVI, processos e interrogatórios, testamentos, etc.), na conclusão de seu trabalho, após expor toda a intrincada paisagem de interações entre os indígenas e europeus – e também após estabelecer algumas noções, acima mencionadas, dos indígenas não serem passivos, homogêneos e estáticos – finaliza asseverando que houve mais uma ocidentalização que uma aculturação na empresa colonial, visto que foi um processo em que os indígenas agiram, mostraram sua criatividade para se ajustar, adaptar e para consertar a “rede furada” que se tornou seu patrimônio ancestral (GRUZINSKI, 2003, p.409-410). O termo aculturação não é adequado nesta questão, pois não há uma transmissão unidirecional massiva e destruidora e muito menos um aniquilamento total dos elementos da cultura dominada. Percebe-se que o que ocorre é o indígena tendo um papel ativo em sua história, transformando-se da melhor forma para manter seus costumes.

Tal concepção relaciona-se com a afirmação de Oliveira (1998) em seu estudo acerca dos indígenas do Nordeste Brasileiro: “uma sociedade se utiliza de diferenças culturais para fabricar e refabricar sua individualidade diante de outras com que estava em um processo de interação social permanente” (OLIVEIRA, 1998, p.55).

É evidente que, para o estudo das interações culturais no caso de indígenas e europeus, o choque cultural foi mais trágico para os indígenas, visto que parte da população indígena foi dizimada (tanto por conflitos, quanto por doenças). No entanto, não se pode esquecer, que da mesma forma que os indígenas (e africanos) foram influenciados pelos costumes dos europeus, os europeus também foram influenciados pelos costumes daqueles, ou seja, não há exclusivamente uma força unidirecional. Funari e Poloni (2014) caracterizam este contexto latino-americano de contato como “de múltiplos influxos de populações de todas as partes, em convivência intensa” (FUNARI; POLINI, 2014, p.328). Wittmann (2007, p. 23), comenta num dinamismo

constante que “apresentam trocas, conflitos, negociações, acomodações e ressignificações”.

É necessário, portanto, que o estudo das interações seja multivocal (no sentido de “ouvir a voz” de todos) e multidimensional, para que se abarquem todas as formas de interações existentes entre os indígenas e outros “fatores” da sociedade. A reflexão multivocal é de extrema importância para uma pesquisa que almeje manter uma visão não colonialista, pois como Fabíola Silva (no prelo) reitera

[...] as práticas reflexivas e multivocais abrem as possibilidades para o diálogo e a expressão das diferenças/semelhanças entre os vários sujeitos envolvidos, na pesquisa e interpretação arqueológica, como condição fundamental para que se possa alcançar a construção de narrativas múltiplas sobre o passado.

Constata-se que é imprescindível remover a visão colonialista que podemos estar carregando em nosso hábito social de pesquisadores de história e arqueologia e que da mesma maneira é importante analisar nosso lugar social – como integrantes de um mundo acadêmico majoritariamente branco, masculino e desigual socialmente – para se tratar da história da Ilha de Santa Catarina, da História indígena e das interações culturais entre estes e os europeus e africanos/afrodescendentes. Agir desta forma é tentar analisar algo que poderia ter sido ao invés daquilo que se vê quando se percebe o outro a partir de um discurso hegemônico e autoritário.

Denota-se também que os indígenas, indiferentemente da região do país e diferentemente do que muitos pensam e do que as fontes documentais e alguns livros de história sobre o período colonial destacavam, são ativos em seu processo de construção da história e ajustam-se de acordo com as mudanças internas e externas que são apresentadas a eles. Esta constatação é importante porque possibilita uma crítica a estas fontes de pesquisa, promove um olhar que percebe os indígenas ativos e não submissos e passivos frente a colonização e remete a riqueza dos grupos indígenas aqui presentes.

Conclui-se que ambas as disciplinas não só contribuem na formação de conhecimentos acerca da história da Ilha de Santa

Catarina, mas também, quanto trabalhadas em conjunto, ampliam este conhecimento. Vimos que aproximar a escala de análise do observador é muito frutífero para o presente trabalho e ambas as disciplinas tem o que ofertar nesta aproximação ao objeto, tanto no que se refere à discussão de atividades cotidianas e interações culturais nestas, quanto no que se refere a investigações indiciárias das fontes para “encontrarmos” as minorias quase não abarcadas na história oficial. Notamos também, através de exemplos da Arqueologia, História e Antropologia, os erros em que podemos cair ao não discutirmos concepções e ideias que carregamos de nosso “hábito” social e como tentar tratar essas minorias, em nosso caso os indígenas, como agentes possuidores de história, capazes de ajustarem-se e adaptem-se ativamente frente a qualquer outro grupo social, alicerçando assim nossas argumentações em concepções não colonialistas.

Vamos dar agora ênfase a análise da cultura material, pois, entendido o *porquê* de analisarmos esta materialidade para aproximarmos dos indivíduos e ampliarmos o levantamento de dados, expandindo nossos conhecimentos acerca da história da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina no século XVIII e início do XIX, vamos tentar compreender *como* abordar esta materialidade para conseguirmos intensificar o potencial informativo desta materialidade e, dessa forma, mais uma vez, aguçar nosso conhecimento em respeito dos grupos focados na pesquisa, bem como acerca de suas atividades, identificações, relações sociais, entre outros.

2.2 ARQUEOLOGIA, CULTURA MATERIAL E IDENTIDADES: ABORDAGEM TECNOLÓGICA

Conforme falado, a cultura material tem capacidade de fornecer inúmeras características referentes aos povos que as manufaturaram, usaram e descartaram. Vale destacar agora que não somente características referentes a atividades cotidianas, mas também características imateriais como identidade, relações e interações sociais e hierarquias são passíveis de serem notadas e compreendidas através de abordagens específicas de análise da cultura material.

Em nosso trabalho, já que pretendemos notar algumas das características supracitadas, procuramos abordar a cultura

material enquanto tecnologia. Ou seja, entendemos que a cultura material é o produto final de uma sequência de interações entre humano-matéria-energia, que envolvem conhecimentos específicos, tanto em termos de gestos, práticas e comportamentos, quanto em termos de localização, acesso e performance das matérias primas envolvidas. Assim, não somente o produto final em si será focalizado na análise, mas todo o processo tecnológico, desde a procura da matéria-prima até o uso e descarte do artefato. É com a aplicação desta abordagem tecnológica que pretendemos atingir uma perspectiva mais holística no entendimento da cultura de quem fez o objeto, em contraposição com abordagens que somente enfocam os objetos em seu estado físico final (STARK, 1999, p.27).

Para discutir esta abordagem tecnológica dividimos este subcapítulo em três partes: uma que discute a análise de contexto, importante em qualquer trabalho que envolva pesquisa arqueológica; outra que explora a abordagem tecnológica e articula noções que serão seguidas pelos pesquisadores deste trabalho acerca desta; e por fim serão demonstrados dois estudos de caso no Brasil nos quais foi possível evidenciar quão frutífera é esta abordagem para a presente pesquisa.

2.2.1 A Análise de Contexto

A análise da tecnologia pressupõe um trabalho prévio e concomitante da análise do contexto do vestígio arqueológico. Esta análise de contexto é de extrema importância, pois sem ela o trabalho de análise do material arqueológico pode quedar-se em uma interpretação sem significado.

Hodder e Hutson (2003, p.172) apontam justamente este perigo do não fazer um trabalho de análise de contexto ao investigar determinado vestígio arqueológico. Afirmam que um objeto sozinho é mudo. Todavia, se investigarmos o contexto onde o objeto está inserido, notar-se-á que este não é totalmente mudo. Pistas em direção ao significado do objeto são dadas pela interpretação do contexto. É dentro de um contexto que itens tem seu significado simbólico através de seus relacionamentos e contrastes com outros itens do “texto” (HODDER; HUTSON,

2003, p. 189)²⁰. É através do uso destas relações contextuais que chegamos ao conteúdo dos significados do passado (HODDER; HUTSON, 2003, p.166).

Dessa forma, é a análise do contexto de um vestígio arqueológico que permite ao pesquisador “ler” os vestígios e atribuir-lhes significados relevantes contextualmente. Por conseguinte, quanto mais dados acerca do contexto levantarmos e quanto mais entrecruzados estiverem, mais este pode “dizer” e mais poderemos “ler”. Isto culmina, como Hodder e Hutson (2003, p.190) asseveram, em mais sucesso na interpretação do significado dos objetos.

Todavia, um questionamento pode surgir relativo a até que ponto devemos analisar o contexto. Onde podemos “cortar a corrente” do contexto, visto tudo estar relacionando-se a tudo de certa forma?

Diagnosticar relevância e significância são formas de delimitar o contexto. Ao menos, são conselhos que Hodder e Hutson (2003, p.188) fornecem ao definir que contexto de um atributo arqueológico é a totalidade do ambiente relevante, no qual relevante se refere as relações significativas necessárias para discernir os significados dos objetos.

Os autores ainda demonstram como é necessário investigar as similaridades e diferenças significativas das unidades culturais para se entender os significados dos objetos dentro destas mesmas unidades, bem como, explana que quando há uma falta de similaridades e diferenças, os limites da análise do contexto são atingidos (HODDER; HUTSON, 2003, p.188).

Entretanto, essa delimitação de contexto pode ser também, em parte, arbitrária, isto é, dependente da individualidade do pesquisador. Hodder e Hutson (2003) discutem que mesmo não sendo possível ter qualquer bom entendimento sem delinear um contexto, o ato de delinear o contexto, constringe certos entendimentos e possibilidades (sem, no entanto, impedir a interpretação). Vemos aqui a ação do pesquisador ao circunscrever sua abordagem contextual em determinado círculo, não somente considerando as relações relevantes e as

²⁰ Hodder e Hutson (2003) comparam os objetos a palavras dentro de um texto, mostrando que elas só fazem sentido se “lidas” e percebidas em conjunto a outras palavras, frases, parágrafos, etc.

similaridades e diferenças nos dados, mas também as demandas de sua própria pesquisa.

Esses autores discutem de maneira enfática esta individualidade do pesquisador no momento de realizar a tarefa de análise do contexto. Afirmam, de forma geral, que todas as explicações de contexto envolvem teorias, significados, subjetividades, generalização e imaginação histórica (HODDER; HUTSON, 2003, p.193).

Dessa forma, é interessante também levarmos em conta nossa individualidade e subjetividade enquanto pesquisadores durante essa análise de contexto. Pois, é a partir desta, que a teoria que melhor se adequa a nossos dados será escolhida. A partir do presente temporal que questionamentos para o passado serão feitos. Com nossa linguagem é que vamos tentar entender o “texto” do qual o objeto faz parte. E nossas interpretações, tanto do contexto, quanto dos objetos, estão vinculadas a nosso contexto histórico (econômico, social, cultural, etc.) e imaginação histórica.

Denotamos assim que a análise do contexto não depende somente dos dados colhidos, mas também da participação ativa do intérprete do passado. Há certa objetividade e certo relativismo neste trabalho, conforme declaram Hodder e Hutson (2003, p. 202): “*We have to accept both the rigour and objectivity of contextual analysis and the fact that our interpretations are moments in a stream of learning and social practice*”²¹.

Compreendendo a importância do contexto na interpretação dos significados dos objetos e vestígios arqueológicos, a tarefa de limitação do contexto e a individualidade dos pesquisador nestas tarefas de interpretação e delimitação, partimos para exposição de algumas acepções relevantes para analisarmos o contexto de forma a obtermos um resultado significativo dentro dos objetivos de nossa pesquisa.

Para tanto, definiram-se duas seções de análise que pareceram pertinentes aos nossos propósitos. Estas seções não funcionam separadas, mas conjuntamente no contexto. Foram aqui separadas somente por questões de exposição. A primeira seção procura um contexto histórico (social, econômico, cultural,

²¹ Tradução da autora: Temos de aceitar tanto o rigor e a objetividade da análise contextual quanto o fato de que nossas interpretações são momentos de um fluxo de aprendizado e prática social.

tecnológico, etc.) mais amplo do local, através das fontes escritas e documentais. Já a segunda busca analisar o contexto mais “íntimo” ao objeto, procurando compreender e investigar os sítios arqueológicos e sua formação, bem como a coleção arqueológica vinculada ao sítio e aos objetos focais de nossa pesquisa.

O contexto mais amplo montado a partir da documentação e pesquisa histórica fornece, no caso específico do presente trabalho, o diagnóstico dos diferentes grupos étnicos coexistentes na sociedade colonial (século XVIII e XIX) da ilha, mesmo dentro dos conjuntos produtivos, residenciais ou militares desta, bem como, informações acerca dos contatos com outros grupos e com o exterior. Conhecer este contexto mais amplo de “produção” da cultura material encontrada nos sítios arqueológicos leva-nos a gerar hipóteses que serão consideradas, testadas e pensadas no decorrer da análise dos sítios e coleções arqueológicas – além de auxiliar também na formulação da ficha de análise da cultura material.

Destaca-se que a análise documental e histórica é muito importante na investigação arqueológica, pois

[...] a análise documental (em acréscimo e em distinção a "pesquisa histórica") é parte integral do estudo da vida material no período histórico o nosso argumento é que isso se constitui, na verdade, em um elemento vital em qualquer pesquisa arqueologia histórica. Isso é vital para se construir o contexto. O contexto é onde o significado está localizado e constituído, fornecendo uma chave para sua interpretação (BEAUDRY; COOK; MROZOWSKI, 2007, p.85).

Deve-se reforçar que a análise documental e a pesquisa histórica fornecem *uma* das ferramentas para construir o contexto dos vestígios arqueológicos, mas não é unicamente relevante, nem imprescindível numa pesquisa – visto, por exemplo, sítios arqueológicos datados de antes do século XVI (no caso do Brasil) não possuírem informações escritas documentais.

O contexto mais “próximo” do objeto é observado e analisado a partir da compreensão do sítio arqueológico, do ambiente onde este está inserido, de sua relação com outros sítios

arqueológicos (do mesmo período ou não), da localização da cultura material (horizontal e verticalmente) e da relação desta com outras evidências arqueológicas (da mesma categoria ou não), entre outros aspectos materiais. Este contexto de onde o objeto foi retirado é primordial para o entendimento holístico do sítio arqueológico e de seu real valor, sua natureza específica (FUNARI, 2003, p.37-39).

Ademais, como é feito durante a pesquisa histórica, com esta análise arqueológica há a formação e avaliação de hipóteses que nos conduzem a novas informações e concepções, ao reforço de noções antigas ou ao direcionamento à novas análises de documentos escritos e históricos.

Entretanto, para ampliar e consolidar nossos conhecimentos acerca dos sítios arqueológicos focalizados em nossa pesquisa, tivemos que tomar consciência de alguns aspectos relativos a formação dos sítios arqueológicos.

Inicialmente, o sítio arqueológico pode parecer estático, congelado como uma fotografia do passado²² e inserido em uma paisagem. Mas não o é. O que há por trás da formação de um sítio arqueológico são as dinâmicas da vida cultural, natural e social. Binford (1980, p.5) explana esta característica do estudo dos sítios arqueológicos através de um exemplo médico: o sítio arqueológico é um *sintoma* do passado. Para entender a causa deste sintoma, o porquê dele estar ali, não se deve simplesmente tentar entender todos os sintomas juntos, mas procurar entender as relações entre as dinâmicas de um sistema vivo no passado e os vestígios que contribuíram para a formação destes sintomas (sítios arqueológicos) hoje. Compreender isto, leva-nos a entender que havia pessoas desenvolvendo atividades naquele ambiente e que estas estavam conectadas entre si por diferentes dinâmicas (sociais, políticas, econômicas, etc.).

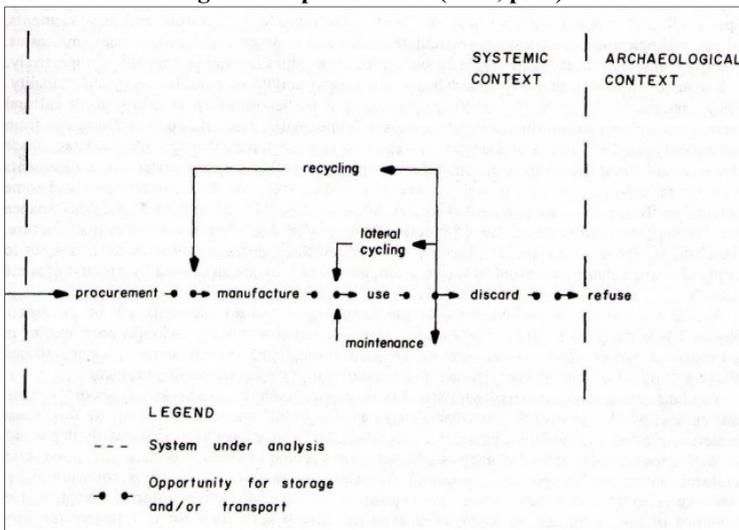
Schiffer (1972) comenta acerca destas atividades desenvolvidas nestes ambientes e os elementos ou objetos utilizados durante estas atividades. Após explicitar como a localização dos artefatos nos sítios arqueológicos não correspondem necessariamente a localização de uso dos mesmos, Schiffer (1972, p.158) demonstra como os artefatos ou elementos

²² Esta concepção de que o sítio arqueológico é uma fotografia do passado foi pela primeira vez discutida e refutada por Robert Ascher na década de 1960. Chamou esta concepção de Premissa de Pompéia.

tem uma história de vida que perpassa principalmente por cinco processos: procura, manufatura, uso, manutenção e descarte, e como cada um destes processos tem um ou mais estágios. Chama esta “história de vida” de um elemento de *contexto sistêmico* e este contexto existe quando um elemento ainda está ativo dentro de um sistema comportamental (Figura 2).

Em continuidade ao contexto sistêmico, Schiffer (1972) aponta o Contexto Arqueológico. Este existe quando os elementos já passaram pelo contexto sistêmico e são descartados, mudando então para o contexto arqueológico – objeto de estudo dos arqueólogos e de nossa pesquisa. Schiffer (1972) ainda distingue entre diferentes tipos de descarte: primário (descarte no mesmo local de uso) e secundário (descarte em local diferente do local de uso, como lixeiras).

Figura 2: Esquema da história de vida de um elemento durável, demonstrando contexto sistêmico e contexto arqueológico organizado por Schiffer (1972, p.71).



Dessa forma, vê-se que não podemos analisar o sítio arqueológico acreditando estar vendo uma fotografia da vida do passado, pois diferentes atividades ocorriam e muitas vezes somente após o uso, transporte e reuso dos artefatos é que havia um descarte, este não necessariamente no mesmo local da

utilização. E é nesta atitude de descarte dos humanos do passado que os artefatos entram no contexto arqueológico, isto é, entram no que é analisável pelos pesquisadores.

Schiffer (1972, p.160) comenta ainda que não somente essas atitudes de descarte afetam a entrada da cultura material no registro arqueológico, mas também atitudes de abandono destes humanos, as quais podem fazer com que elementos ainda no início de sua história de uso sejam descartados (descarte *de facto*).

O abandono deve ser percebido não como evento, mas como processo (NELSON, 2000, p.55). Esses processos de abandono podem ser catastróficos e rápidos (e.g. Pompéia) ou graduais (e.g. saída de determinado lugar para outro é antecipada em meses) (CAMERON, 1993, p.4) e não necessariamente indicam um abandono total, sem previsão de retorno, visto que, podem ser processos, estratégias, resultados e causas de mudanças sociais que transformam o uso do espaço, modificando sua função ou mantendo uma das funções das inúmeras que possuía (e.g. lugar transforma-se de base residencial para local cerimonial) (NELSON, 2000, p.53-57). Denota-se que a ciência de que todo sítio arqueológico foi de alguma forma abandonado também é necessária para aprimorar nossas concepções acerca dos sítios arqueológicos em estudo.

Outra noção importante acerca do sítio arqueológico é que este não é resultado somente de comportamentos dos humanos dentro do contexto sistêmico e acerca do descarte de elementos ou processos de abandono, mas também de processos pós-depositivos. Robert Ascher (1961), na década de 1960, mostrou como desde a formação do sítio arqueológico até a descoberta deste pelos arqueólogos há processos destrutivos e transformadores que afetavam o registro arqueológico. Tal constatação refuta por completo a noção acima apresentada acerca do sítio arqueológico ser uma fonte aparentemente estática de informação, pois está também sujeito a transformações decorrentes de ações naturais ou antrópicas que ocorrem após a saída humana do sítio.

Percebemos então que tanto fatores naturais, quanto culturais fazem parte da formação do sítio arqueológico. Denotamos também como estes fatores devem ser sopesados e considerados na análise do sítio arqueológico e sua cultura

material, pois entender estes aspectos enriquecem os dados para a análise do contexto e aprimoram nossas interpretações na busca de um significado para os vestígios arqueológicos.

Fica clara, dessa maneira, a importância da análise do contexto no trabalho de fazer os objetos deixarem de ser mudos e “dizerem” algo significativo e, de fato, relevante acerca deles mesmos e também da unidade cultural que os manufaturou, usou e descartou. Vale agora discutir acerca da análise da cultura material propriamente dita e as abordagens para se trabalhar com esta.

2.2.2 Antropologia da Tecnologia/Estilo Tecnológico

No presente trabalho levantamos alguns objetivos para a análise da cultura material. Pretende-se através desta adquirir informações acerca dos grupos que as manufaturaram e usavam, quais eram estes grupos e se havia interação entre eles, bem como entender onde estavam usando estes objetos e como os utilizavam. Denota-se então que almejamos compreender questões acerca das identificações e diversidade dos grupos, das relações e interações sociais entre eles e função dos objetos (espaços de uso e usos).

Para atingir tais objetivos uma análise direta focando somente no produto final, isto é, somente no objeto em si, dar-nos-ia apenas informações acerca da morfologia do objeto e a partir desta conseguiríamos talvez inferir sua função (de forma ampla: armazenamento de líquido, serviço individual, transporte, etc.), ou seja, responderia apenas duas das pretensões que possuímos com a análise da cultura material.

Portanto, a abordagem tecnológica holística que havíamos indicado no início deste subcapítulo é mais propícia para nossos objetivos, visto trazer resultados tanto no que se refere a forma e função, quanto às questões imateriais acima citadas: identificações, diversidade, relações e interações sociais. Por conta disto, vamos falar um pouco sobre essa abordagem aqui.

Essa capacidade da cultura material fornecer inúmeras características não diretas (e imateriais) dos diferentes grupos que a utilizaram ou fabricaram se dá, 1) por conta da mesma noção que apresentamos acerca dos sítios arqueológicos: partir do que aparenta ser estático e mudo (vestígios arqueológicos) para

chegar ao dinâmico, às atividades e às sociedades vivas do passado; e 2) devido ao entendimento mais holístico do objeto e da tecnologia, o qual não considera somente o objeto final de um procedimento tecnológico, mas toda a cadeia de operações, técnicas e escolhas que culminaram no objeto, ou seja, considera todas as atividades tecnológicas envolvidas no processo e o conhecimento envolvido na realização dessas atividades.

Deve-se destacar que essas atividades tecnológicas não devem ser analisadas como ações mecânicas, sem nenhuma expressão significativa culturalmente e socialmente, tendo como único objetivo a criação de um artefato funcional para superar determinado obstáculo. Entendemos atividades aqui como Pfaffenberger (2001) e a antropologia da tecnologia compreendem: as atividades tecnológicas não são somente um meio para produzir os artefatos, mas também para criar significados culturais e relações sociais (PFAFFENBERGER, 2001, p.78).

As atividades são muito mais do que somente movimentos mecânicos, inexpressivos dentro de uma comunidade. Reanalizando trabalhos de Malinovski acerca de determinados símbolos que duas populações melanésias possuem, Pfaffenberger (2001) conseguiu diagnosticar que não são os artefatos portadores de simbolismo que criam significados culturais dentro das comunidades, mas sim as atividades. Isto é, são as atividades que criam os significados e incorporam símbolos nos artefatos, os quais são vitais para a sobrevivência comunal da unidade cultural (PFAFFENBERGER, 2001, p.84).

Entretanto, mesmo havendo hoje muitos estudiosos discutindo os frutos positivos que a supracitada abordagem da tecnologia pode trazer, as primeiras fundamentações acerca de tecnologia viam-na majoritariamente como resultado da adaptação do ser humano aos ambientes e os obstáculos que lhes eram impostos (DIAS; SILVA, 2001, p.96). As circunstâncias sociais e não materiais, por trás do comportamento técnico não eram vislumbradas, nem creditadas (VAN DER LEEUW, 2002, p.238-239),

Pfaffenberger (1992, p. 493-494) discute a respeito dessa concepção, que alguns antropólogos chamam de Visão Padrão (*Standard View*). Esta está alicerçada na noção de que a necessidade é a mãe da invenção. Isto é, são as necessidades do

ser humano que “guiam” a criação de novas tecnologias, as quais são constringidas pelo ambiente. Além disto, a Visão Padrão também enuncia a progressão unilinear da tecnologia, ou seja, da invenção do fogo, passando pela invenção da roda, até chegar na invenção do automóvel, ou da Idade da Pedra, para Idade do Ferro, do Bronze e assim por diante.

Mesmo com o avanço da teoria arqueológica, a partir da década de 1960, com a Arqueologia Processual e de novas discussões acerca da variabilidade artefactual e dos processos de formação do registro arqueológico, mantinha-se a visão da tecnologia dirigida pela necessidade, muito concordante com a da *Standard View* (PFAFFENBERGER, 1992, p. 495). Binford (1980. p. 13), o maior expoente dessa vertente da teoria arqueológica, discutindo a respeito das estratégias de assentamento e subsistência de caçadores-coletores, afirma que a tecnologia é inventada e reorganizada pelos humanos para resolver certos problemas que poderiam ser apresentados pelo ambiente e a capacidade deste ambiente de fornecer a energia necessária para o humano. Nesta perspectiva sistemas tecnológicos são “o resultado de estratégias adaptativas, inter-relacionadas com as limitações e possibilidades do meio natural e as demandas da organização sócio-econômica das populações” (DIAS; SILVA, 2001, p.95). Esta concepção não está errada por completo, mas encurta a definição da tecnologia.

Van der Leeuw (2002, p.239), discutindo os aspectos conceituais de técnicas ceramistas, assevera que essa visão é produto da noção de que o humano primitivo é dominado totalmente pela natureza e somente reage (manufaturando, usando, destruindo) às constringências que a natureza impõe. No entanto, demonstra que na França, com os estudos de Leroi-Gourhan, também na década de 60, uma abordagem mais “social” das técnicas utilizadas na produção dos artefatos já era pensada. Esta, de acordo com Lemonnier (1992 *apud* DIAS; SILVA, 2001, p.96), foi inspirada por Marcel Mauss (1935) e seu artigo semanal sobre as técnicas corporais e sobre o corpo ser um objeto técnico.

Como exemplo disto, e seguindo os passos de Mauss e Leroi-Gourhan, Lemonnier (1980 *apud* VAN der LEEUW, 2002, p.239-240) coloca claramente a técnica *também* como fenômeno social, ou seja, técnicas não devem ser estudadas como um termo estático, mas como local de transformações nas relações

dinâmicas entre: “forças e relações sociais de produção e representações coletivas” e “leis de matéria e energia que formam o *background* do comportamento social” (VAN der LEEUW, 2002, p.240).

Uma nova forma de pensar tecnologia e cultura material começa a ser desenhada. Em contraposição com a *Standard View*, esta outra abordagem pressupõe que é a cultura que define a necessidade do ser humano (PFAFFENBERGER, 1992, p.496) e que não a natureza, mas a cultura é a principal limitação das escolhas técnicas tomada na manufatura dos objetos (VAN DER LEEUW, 2002, p.241). Por conseguinte, a cultura material e tecnologia de um grupo humano não é mais visto como tendo único papel decisivo na adaptação ao ambiente (PFAFFENBERGER, 1992, p.497), mas fatores culturais e sociais influenciam não só nesta adaptação, mas também nas escolhas técnicas, tecnologia e cultura material adotada pelo grupo.

De acordo com Dias e Silva (2001) a tecnologia começa a ser percebida e definida então com um “fato social total” que transcendendo a dimensão material ligada a questões técnicas e econômicas também está “vinculada a aspectos da organização social (por exemplo, relações de gênero, idade ou étnicas) e inter-relacionada com as esferas da mitologia, cosmologia e religião” (DIAS; SILVA, 2001, p.96).

Nesta abordagem tecnológica então, um objeto deve ser compreendido não somente, mas para além da forma, para além das características que lhe são visíveis. O objeto deve ser percebido como manufaturado através de escolhas técnicas específicas, estas não totalmente materiais, mas também pertinentes socialmente (LEMONNIER, 1986. p.153; DOBRES, 2001, p.63). Deve ainda ser concebido como expressão das relações sociais, das estruturas de poder, de visões de mundo e da reprodução social (DOBRES; HOFFMAN, 1994. p.212).

Estas escolhas, que são feitas de dentro de um universo de diferentes alternativas, determinam e resultam no material e no seu uso, na aplicação de dadas sequências de ações ou na utilização de um conhecimento técnico específico (LEMONNIER, 1986, p.153). Para explicar melhor como escolhas podem ter uma dimensão sociocultural, Lemonnier (1986) descreve como os 12 diferentes grupos da etnia *Anga*, na

Nova Guiné, fazem escolhas distintas em diferentes atividades. Mostra como distintos grupos escolhem diferentes formas de manufaturar suas lanças de caça, mesmo tendo conhecimento das alternativas "mais mortais" dos grupos vizinhos. Chama atenção para as três formas de fazer armadilhas para porco que são usadas indiferentemente pelos grupos *Anga*, dependendo do ambiente e lugar da armadilha, mas como o grupo *Langimar* não emprega um desses tipos de armadilha, mesmo sabendo e sendo capazes de fazê-la e mesmo sabendo apontar os vizinhos que a utilizam. E ainda observa como a tarefa de plantio pode ser feita em sequências diferentes dependendo do grupo (e.g. queimar, murar e plantar ou plantar, murar e depois queimar, e assim por diante) (LEMONNIER, 1986, p. 156-170). Lemonnier assim assevera que *"It is for this reason that we can speak of "choices"; a trait absent in one society is not unknown to it, and we may therefore conclude that this society has "chosen" not to utilize or produce it in favor of other technical trait"*²³ (LEMONNIER, 1986, p.161) e afirma que tentar explicar estas variantes técnicas é explorar o contexto sociocultural, o que geralmente revela conexões pertinentes entre fenômenos técnicos e fatores de ordem social (LEMONNIER, 1986, p.155).

Dias e Silva (2001) também discutem acerca das escolhas tecnológicas e os sistemas tecnológicos ao tentar compreender a variabilidade artefactual das indústrias líticas Umbu e Humaitá no sul do Brasil. Para tanto, as autoras analisam estudos de Sackett (1985), Wiessner (1985) e Schiffer e Skibo (1997) e destacam três aspectos centrais na análise da variabilidade artefactual (DIAS; SILVA, 2001, p.101).

Primeiramente ressaltam que a variabilidade artefactual encontrada em conjuntos arqueológicos é resultado de escolhas tecnológicas culturalmente determinadas e associadas a função do artefato. Em segundo lugar afirmam que tais escolhas tecnológicas refletem o estilo tecnológico de dada tradição cultural, isto é, refletem o modo como determinadas pessoas realizam seu trabalho. Este estilo tecnológico está localizado na seleção de materiais, técnicas, sequencias de produção e nos

²³ Tradução da autora: É por isso que podemos falar de "escolhas"; uma característica ausente em uma sociedade não lhe é desconhecida, e, assim, podemos concluir que esta sociedade "escolheu" não utilizá-la ou produzi-la em favor de outro traço técnico (LEMONNIER, 1986, p.155).

resultados materiais destas escolhas. Em terceiro lugar realçam que estilos tecnológicos podem servir como indicadores de identidades sociais e culturais (DIAS; SILVA, 2001, p.101).

Essas autoras focalizam a noção de estilo tecnológico por todo seu artigo. É esta noção que permite com que estabeleçam tais aspectos relativos a variabilidade artefactual, dado que elas veem estilo não somente como o padrão material decorativo ou morfológico, mas também como algo que é "inerente e subjacente aos processos de produção a partir dos quais esses aspectos visuais são resultantes" (DIAS; SILVA, 2001, p.96). Assim, denota-se que a maneira como estas autoras percebem o estilo (como mais do que é visual ao objeto), vai ao encontro da concepção adotada por esta pesquisa, isto é, o objeto e/ou estilo pode trazer consigo informações acerca de questões imateriais também, como identidade, interações, entre outros.

Partindo destas compreensões, Dias e Silva (2001) analisam as tradições arqueológicas Umbu e Humaitá no sul do Brasil através de dois estudos de caso no Rio Grande do Sul e conseguem concluir que a forma dos artefatos e sua distribuição espacial e temporal são variáveis que alicerçam os estudos acerca da função e do estilo tecnológico de determinados conjuntos artefatuais. Entretanto, é tendo consciência do estilo tecnológico que se nota como o processo produtivo é um campo complexo, onde "diferentes fenômenos (comportamentais, sociais, culturais e físicos) podem atuar e contribuir na configuração dos itens materiais" (DIAS, SILVA, 2001, p.105).

Mais uma vez vemos que a forma ou os aspectos visíveis da cultura material são importantes na investigação e estudo de certos fatores como função, mas que é necessário continuar construindo conhecimento sobre estes alicerces formais e ultrapassar as barreiras da materialidade para diagnosticar feições relativas a processos sociais e culturais.

Podemos discutir tecnologia e a cultura material como um fenômeno social ainda através de outros exemplos que mostram como essa mesma perspectiva da tecnologia como índice de adaptação e organização social/simbólica/política pode ser aplicada em contextos e estudos arqueológicos distintos.

Schiffer e Skibo (1997; 2001), por exemplo, apoiam este âmbito "imaterial" do objeto ao apontar não somente aspectos materiais influenciando as escolhas técnicas do artesanato, (como

presença de matéria-prima, capacidade de aquecimento, *etc.*), as quais vão determinar as características de performance dos objetos em toda a sua história de vida, mas também processos sociais (como negociação, conflitos, conhecimento, *etc.*). Já Nelson (1991), vê a importância do viés social no entendimento da tecnologia e da cultura material de um grupo, ao afirmar que o comportamento tecnológico do ser humano e suas estratégias tecnológicas podem ser vistos tanto como respostas a condições dos recursos do ambiente, quanto como estratégias econômicas e sociais. Ainda podemos citar Stark (1999), que afirma que objetos são e eram usados para montar limites sociais e culturais e para construir quadros sociais.

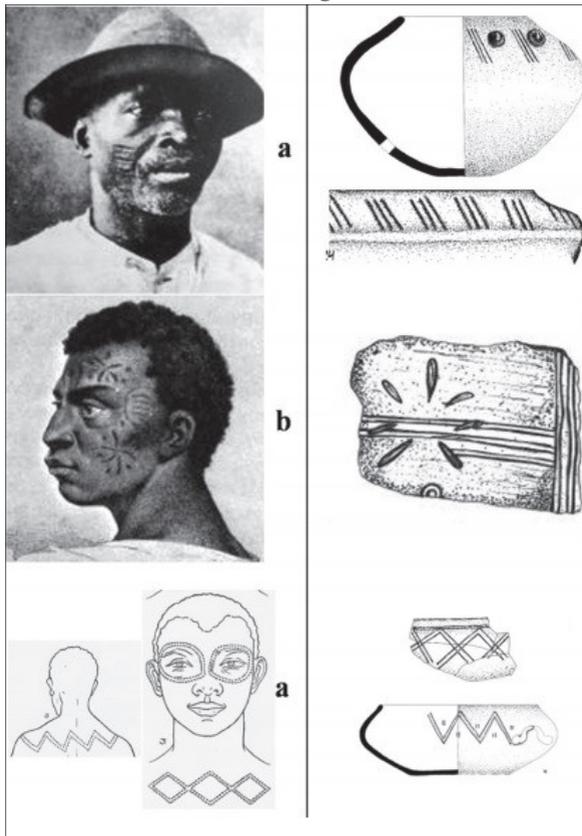
Estes autores discutiram de uma forma ou outra esta esfera imaterial que a tecnologia possui. Portanto, o que é notável aqui é como os objetos, a cultura material, é fruto de escolhas ou do exercício de escolhas de um amplo universo de técnicas conhecidas e como essas escolhas podem apontar traços da dimensão sociocultural, como identidades, relações sociais, crenças, entre outros. Percebe-se assim que o estudo da materialidade não pode encerrar-se na identificação de dados empíricos de atributos técnicos e de cadeias operatórias, mas ser o alicerce de abertura para a dimensão social da produção material (DOBRES; HOFFMAN, 1994, p.214), e assim focar-se não no artefato em si, mas nos artesãos (DOBRES; HOFFMAN, 1994, p. 232), ou seja, nos sujeitos das interações culturais e sociais.

2.2.3 Dois estudos de caso em contextos históricos no Brasil

Symanski (2010) valida as constatações do supracitado Lemonnier (1986) – mesmo não citando este autor – ao demonstrar como a variabilidade artefactual existente em sítios arqueológicos do século XVIII na Chapada dos Guimarães (MT) ocorre devido a questões imateriais que “dirigiam” as escolhas dos artesãos – diferentemente da noção de que a necessidade faria uma variação na tecnologia. Através da análise do contexto histórico, do sítio arqueológico e da cultura material, Symanski consegue identificar como grupos escravos utilizavam cerâmicas localmente produzidas para afirmar suas diferentes identidades, apontando como estes escravos preocupavam-se e *escolhiam*

reproduzir signos e motivos decorativos específicos de suas regiões de procedência no continente africano. Ademais, nota que também utilizavam signos religiosos sobrenaturais, os quais confiavam ser capazes de agir a favor deles no mundo natural.

Figura 3: Caixa da esquerda – (a) homem yoruba (foto de Guilherme Gaensly, c. 1880); (b) escravo da nação Moçambique (in Rugendas, 1979); (c) escarificações dos Ovimbundu (Hambly 1934, p. 300). Caixa da direita – fragmentos cerâmicos dos engenhos Rio da Casca e Água Fria.



Fonte: Symanski, 2010, p.307.

Tal atitude dos grupos escravos em muito lembra o Drama Tecnológico que Pfaffenberger (1992, p. 505-507) comenta em seu estudo acerca da antropologia social da tecnologia. Este autor

realça a dimensão sócio-política da tecnologia e explana sobre o uso social dos artefatos como um processo de comunicação não verbal, chamando este processo de Drama Tecnológico. Neste é possível reconhecer outros três processos: 1) regularização tecnológica; 2) ajuste tecnológico e 3) reconstituição tecnológica. No primeiro, o autor mostra uma mudança no processo de produção tecnológica devido a fatores políticos (como dominação). No segundo, estratégias são tomadas pelos “dominados” para compensar a perda de poder ou posição. No terceiro, há o que Pfaffenberger chama de antissignificação, isto é, a fabricação de contra-artefatos que incorporam características que se acredita negarem ou reverterem as implicações políticas do sistema dominante.

Denota-se a semelhança com o que ocorreu no século XVIII nos engenhos da Chapada dos Guimarães: 1) escravos são retirados de seus territórios e colocados em outros territórios como escravos; 2) signos são escolhidos para reafirmarem suas identidades e também agirem sobre o mundo natural e 3) manufacturam as vasilhas cerâmicas com tais signos que vão ser utilizadas tanto em seus ambientes, quanto na casa dos senhores de engenho. Symanski (2010, p.308) por fim assevera:

O caso dos engenhos de Chapada demonstra que africanos de diferentes regiões de África utilizaram a cerâmica como veículo de expressão de identidades diversificadas. Através desse material, os africanos reproduziram, no espaço dos engenhos, memórias e representações de sua terra natal e, assim, se *reapropriaram simbolicamente desses espaços* (grifo meu).

Pensar para além do estático e do visível, ver a cultura material como construída através de escolhas não somente materiais, mas também inerentemente culturais e sociais fez com que Symanski obtivesse este resultado riquíssimo, acerca da identidade e crenças de africanos e afrodescendente, bem como de formas de interação social existente naquele contexto colonial.

Uma relação pode ser feita entre esse trabalho de Symanski e o trabalho aqui apresentado. Além de focarem-se na cerâmica de produção local, ambos são estudos do mesmo

período histórico e ambos pretendem mostrar as identificações, relações e interações sociais de diferentes grupos étnicos num mesmo ambiente. Outro trabalho que também traz relações com o desenvolvido aqui é o de Rafael de Abreu e Souza e de Marcel Lopes (2014) sobre as cerâmicas de produção local no contexto colonial espanhol no século XVII em Santiago de Xerez (MS).

Os autores discutem acerca da cerâmica encontrada em contexto de presença indígena e europeia para buscar compreender fenômenos de interação cultural, bem como investigar a cerâmica resultante deste contexto. Percebendo questões extra materiais, Souza e Lopes (2014) discutem identidades por trás da função/uso dos objetos e demonstram como os espanhóis, dependentes quase completamente no uso de cerâmica de produção local, por conta de uma crise de abastecimento espanhol no século XVII, fazem demandas aos indígenas de cerâmicas com engobo vermelho e com formas abertas, muito parecidas com vasilhas utilizadas em sua terra natal. Esta demanda demonstra uma tentativa por parte dos espanhóis de manter práticas e reconstruir identidades partindo do consumo como processo ativo: “o indivíduo usa o consumo para dizer alguma coisa sobre si mesmo, sua família, sua localidade, seja na cidade ou no campo” (SOUZA; LOPES, 2014, p.211).

Esse proceder espanhol corrobora a afirmação de Schiffer e Skibo (1997, p.42) no que se refere à como processos sociais afetam as características de performance a serem efetivamente escolhidas. Estes estudiosos asseveram que unidades sociais entram em processos de negociação e conflito e as unidades com maior poder são frequentemente capazes de converter o ideal no real, isto é, dentro de uma série de características de performance possíveis e ainda ideais, a unidade social dominante realiza sua vontade na manufatura de artefatos com as características que desejam.

Vê-se que a característica de performance desejada pelos espanhóis era visual, isto é, semelhança às vasilhas utilizadas no reino. Sendo a unidade social dominante e por conta da assimetria no poder social, conquistaram a realização de suas demandas.

Entretanto, não se deve pensar os sujeitos deste processo numa dicotomia simples de dominador e dominado, no qual os dominados simplesmente sucumbem as exigências dos dominantes. Conforme falado, há uma negociação. Esta envolve

duas ou mais partes atuando ativamente. Ou seja, os indígenas ajustaram suas escolhas para adaptarem-se as necessidades dos europeus, não somente por restrições espanholas, mas também por escolhas próprias de seu grupo – por exemplo, para manter as relações com os espanhóis, ou para inserirem-se neste novo grupo que possuía armas e bens interessantes, entre outros.

Schiffer e Skibo (1997, p.32) mostram como os artesãos aprendem certas características acerca do artefato por eles manufaturados através de tentativa e erro. Os artesãos quando notam como certas características de performance e escolhas técnicas afetam as interações existentes e ativas no meio que vivenciam, alteram as escolhas com base neste feedback de performance, se assim acharem melhor. Dessa forma, podemos afirmar que aqueles indígenas alteraram suas escolhas técnicas, por conta de um feedback de performance que receberam ao manufaturarem cerâmicas de engobo vermelho e formas abertas: os espanhóis apreciavam estas àquelas que seu grupo comumente utilizava. Passaram então a manufaturar um maior número de vasilhas com estas características. As argumentações de Dobres e Hoffman (1994, p.245) em respeito à inovação tecnológica suportam esta concepção de escolha indígena nas modificações de sua cultura material. Anunciam que a inovação tecnológica (que não deve ser vista simplesmente como invento ou descoberta) é um processo formado por forças sociais e que se apoia em *conscientes e estratégicas* tomadas de decisão. Mostram com isto e outros exemplos que não comentaremos aqui, como a tecnologia possui qualidades políticas também (DOBRES; HOFFMAN, 1994, p.232).

Para além destes dados, Souza e Lopes (2014) ainda trazem informações acerca dos locais de uso desta cultura material e sobre a interação e papéis de indígenas no contexto colonial daquele local. Notam que os vasilhames com característica hispanófilas eram majoritariamente destinados para o serviço, ou seja, vasilhames que eram “mostrados” durante as refeições. Vasilhames marcadamente indígenas estavam confinados a locais de pouca visibilidade, como as cozinhas, local de preparo e armazenamento de alimentos. A partir disto, comentam acerca da interação entre espanhóis e as mulheres indígenas, pois, haja vista o incentivo da empresa colonial nas

relações interétnicas, o papel destas mulheres estavam associados ao ambiente doméstico, ou seja, a cozinha.

Como mencionado anteriormente, utilizaremos esta abordagem no presente trabalho e pretendemos analisar as vasilhas cerâmicas de barro produzidas e/ou utilizadas pelos grupos existentes na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina de forma a perceber não somente suas formas, usos e locais de uso, mas também o âmbito “invisível” inerente a esta cultura material. Assim, como feito nos trabalhos de Symanski (2010) e Souza e Lopes (2014), serão efetuadas análises de forma e estilo (aspectos estáticos e imediatamente visíveis do objeto) e de processos de manufatura e técnica (aspectos dinâmicos e adquiridos somente a partir análises de cadeia operatória), procurando investigar questões relativas a identificações e diversidade destes grupos e as relações e interações entre eles. Para tanto, devemos considerar, como os autores supracitados fizeram, que em cada etapa da história de vida do artefato, escolhas foram feitas a partir de uma série de alternativas existentes e que estas escolhas determinaram as características de performance da vasilha cerâmica.

3 ANÁLISE E RESULTADOS DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM HISTÓRIA

Neste capítulo apresentaremos as informações e conhecimentos gerados com a ciência histórica nesta investigação interdisciplinar. Notar-se-á que citaremos trabalhos tanto de história, quanto de arqueologia, de forma a complementar nossa análise e resultados.

Inicialmente exporemos as fontes escritas utilizadas nesta pesquisa. Para tanto, faremos uma breve introdução acerca dos escritos (“preto no branco”) existentes sobre a ilha, desde o início de sua história. Depois mostraremos focalmente as fontes elencadas e investigadas nesta pesquisa, as quais foram divididas em: Documentos Oficiais, Escritos de Viajantes e Fontes Secundárias.

A seguir apresentaremos os resultados da análise destes escritos através da continuação da história começada no capítulo 1. Ali narraremos os acontecimentos dos séculos XVIII e XIX (até 1823) e por fim apontaremos (ou não) os indígenas nesta sociedade colonial, seus papéis e a forma como se adaptaram ou não a esta sociedade ilhéu.

3.1 DOCUMENTOS, CRÔNICAS E LIVROS – ESCRITOS SOBRE A ILHA DE SANTA CATARINA

Conforme comentamos, muitos documentos, livros, crônicas e diários foram escritos acerca do litoral de Santa Catarina e mais focalmente sobre a ilha de Santa Catarina e seu continente fronteiro. Os primeiros documentos acerca desta região datam de 1504, quando Binot Paulmier de Gonneville aportou no litoral norte de Santa Catarina, na região do atual município de São Francisco do Sul. A partir de então muitos outros escritos, imagens e mapas foram construídos.

Figura 4: Detalhe do mapa “Novus Brasiliae Typus” de Willem Blaeu, datado de 1631, que indica a Ilha de Santa Catarina (I. de Sta Catrina), bem como aponta a presença de carijós (Carioes) na região.



Fonte: Biblioteca Digital Mundial (2017).

Antes disso, porém, temos informações providas de trabalhos arqueológicos, os quais demonstram como a história da ocupação deste território é anterior à chegada dos europeus na América Meridional.

Por conseguinte, temos desde milhares de anos atrás informações acerca da vida humana neste território. E há centenas de anos temos escritos (em tinta e papel) referentes a este mesmo espaço. Torna-se difícil, é claro, abarcar toda esta ampla gama de informações e escritos acerca deste ambiente. São numerosos trabalhos arqueológicos, crônicas de viajantes, documentos de reis, vice-reis, governantes e grandes homens, livros de história, antropologia, etnografia, monografias, dissertações e teses sobre esta temática.

Tais escritos estão em bibliotecas e arquivos, bem como hospedados em páginas eletrônicas. Alguns foram compilados e organizados por estes arquivos e bibliotecas, outros se tornaram livros com dezenas de edições diferentes e com transcrições transliteradas ou literais.

Denota-se que não há só uma ampla gama de escritos, como também uma ampla gama de diferentes formas de apresentação dos mesmos (arquivos, livros, compilações, digitalizações, etc.). E além destas diferenciações é interessante para a nossa pesquisa notar o período em que os escritos foram compostos. Isto é, diferenciamos os escritos redigidos no mesmo período sobre o qual se busca informações dos escritos compostos em períodos posteriores.

É importante fazer essa diferenciação, pois algumas de nossas indagações acerca do porquê do desaparecimento indígena em livros de história, perpassam esse diagnóstico, ou melhor, já que um dos motivos desse desaparecimentos é a inexistência de menção nos documentos oficiais da época ou a falta de menção por parte dos historiadores é interessante fazer essa distinção.

Dessa maneira, para o trabalho em foco, selecionamos os escritos referentes ao período em estudo, ou seja, escritos acerca do século XVIII e início do XIX. Estes foram separados em Documentos Oficiais, Escritos e Crônicas de Viajantes e Fontes Secundárias. Esta última seria referente aos escritos redigidos fora do período sobre o qual se busca informações.

Abaixo apresentaremos os escritos elencados e analisados neste trabalho. Ressalta-se, entretanto, que também investigamos escritos de fora deste período, bem como de fora desse ambiente. Durante o trabalho citaremos alguns destes “*outsiders*” utilizados para alicerçar melhor nossas argumentações, mas não citaremos eles na exposição abaixo.

3.1.1 Fontes Escritas sobre o período em estudo e investigadas na pesquisa

Para a presente pesquisa distinguimos três categorias de escritos em respeito à Ilha de Santa Catarina, conforme comentado acima: Documentos Oficiais, Escritos e Crônicas de Viajantes e Fontes Secundárias. Abaixo explicaremos um pouco sobre estes “tipos” de documentação e comentaremos brevemente sobre as “capacidades informativas” de cada fonte.

Devido à minuciosidade e à quantidade de documentos analisados, colocamos uma data limite para a análise de documentos alusivos à história da ilha. Esta refere-se ao fim da colônia portuguesa no Brasil e início do império, sendo marcada pela elevação da Vila de Nossa Senhora de Desterro à categoria

de cidade. Assim, nossa exposição dos resultados vai até o ano de 1823. Este corte temporal relaciona-se também ao foco de nossa análise: a sociedade colonial, ou seja, a sociedade existente durante o período colonial no Brasil. Destaca-se, contudo, que não conseguimos analisar todos os documentos escritos produzidos nesta época, por conta da dificuldade de acesso (muitos estando em outros Estados) e em virtude do tempo exíguo de uma pesquisa de mestrado.

Ressalta-se ainda que também analisamos alguns jornais da época, mais especificamente do século XIX. Estes não eram somente sobre a Ilha de Santa Catarina, principalmente porque o primeiro jornal desta localidade foi fundado em 1831, por Jerônimo Coelho, ou seja, fora de nosso foco analítico (MATOS, 2007, p. 21). Analisamos O Correio Braziliense (1808-1822), publicado em Londres por Hipólito José da Costa; a Gazeta do Rio de Janeiro, nas tiragens de 1808 a 1822, de prelo real; e O Patriota, dos anos de 1813 e 1814, do Rio de Janeiro²⁴. Entretanto, nenhuma informação relativa, mesmo que indiretamente, aos indígenas inseridos na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina foi encontrada. Após análise infrutífera destes três jornais, decidimos abandonar esta fonte de pesquisa.

3.1.1.1 Documentos oficiais

Inúmeros documentos oficiais foram remetidos da Ilha de Santa Catarina e para a Ilha de Santa Catarina, comunicando questões, casos e estado das coisas acerca desta ilha para o reino, vice-reino, governadoria em São Paulo ou Rio de Janeiro, entre outros.

De acordo com Serpa e Flores (2000) existem diferentes tipologias documentais que podem ser averiguadas pelo pesquisador. Em seu levantamento de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina citam alguns principais: Cartas, Cartas de Lei, Lei, Alvarás, Alvará de Lei, Provisão, Regimentos, Pragmáticas, Estatutos, Cartas Régias, Decretos, Resoluções, Carta Patente, Avisos ou Cartas dos secretários, Portarias, Consultas e Ofícios.

²⁴ Foram pesquisados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Digital Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 30 nov. 2016.

Em nosso levantamento notamos provisões, ofícios, cartas, cartas patentes, cartas régias, regimentos e bandos sendo mandadas pelo soberano (governador, rei, vice-rei, etc.) para a ilha e desta para o reino, conselho ultramarino, vice-reino, entre outros. É interessante indicarmos rapidamente o que são algumas dessas nomenclaturas e o que significam, visto não serem de pronta compreensão, como as Cartas e Cartas Régias. Faremos isto a partir das definições apresentadas por Serpa e Flores (2000).

Provisões são as ordens do soberano (rei) que proveem alguma coisa, sendo ordens expedidas pelos tribunais ou conselhos em nome do rei, mas não se tratando propriamente de uma legislação. Como exemplo temos a Provisão do rei D. João V ao provincial da Companhia de Jesus, ordenando que envie dois religiosos para atender aos casais açorianos e outros povos na ilha de Santa Catarina²⁵.

Ofício é a forma pela qual se faz correspondência dos assuntos tocantes à administração. O Ofício enviado pela Câmara Municipal para o governador da Ilha de Santa Catarina, Joaquim Xavier Curado²⁶, acerca da nomeação de capitães do mato é um exemplo.

Carta Patente se refere a cartas para divulgação da concessão de postos militares e títulos. O *Regimento* estabelece as obrigações dos oficiais ou tribunais magistrados, bem como são constituições que vigoram perpetuamente até revogação. E, por fim, *Bando* refere-se à decreto. Este não está enumerado por Serpa e Flores (2000), mas Cardoso (2013, p. 271) afirma que publicar um bando significa declarar publicamente um decreto, uma lei.

Estes documentos e os citados ao longo deste trabalho foram encontrados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Digital da UNESP (Universidade Estadual Paulista). Também encontramos a transcrição de alguns destes em livros e trabalhos

25 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. ACL_CU_021, Cx. 1, D. 56. Provisão do rei D. João V ao provincial da Companhia de Jesus ordenando que envie dois religiosos para atender aos casais açorianos e outros povos na ilha de Santa Catarina.

26 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Cartas datilografadas do governo da capitania (1748/1804). GC-59.

de autores que pesquisaram a ilha de Santa Catarina, como Espada (2015) e Silva (2008).

Destaca-se que os documentos pesquisados no Arquivo Histórico Ultramarino e na Biblioteca Digital da UNESP eram digitalizados. Os primeiros foram organizados por conta do Projeto Resgate de Documentação Histórica (SERPA; FLORES, 2000, p. 9-11) e estão disponibilizados na página eletrônica do Centro de Memória Digital²⁷. Nesta estão documentos oficiais manuscritos e digitalizados de várias localidades do Brasil, desde Grão-Pará até Colônia do Sacramento. Especificamente sobre Santa Catarina (que abarca a Ilha de Santa Catarina e demais localidades, como Lages, Laguna e São Francisco do Sul) há 619 documentos, no intervalo temporal de 1717 a 1827.

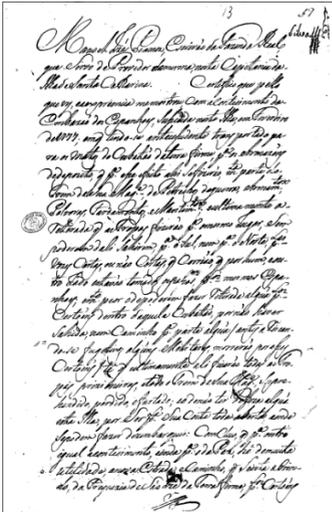
Não fomos capazes de investigar todos, mas grande parte. Muitos documentos que referiam-se a cartas patentes e registros de sesmarias, devido ao cronograma de pesquisa, não puderam ser analisados.

Já os documentos localizados na Biblioteca Digital da UNESP²⁸ estavam compilados nos Documentos Interessantes sobre a História e Costumes de São Paulo. Estes são também uma transcrição de documentos manuscritos referentes à história de São Paulo, perpetrados com o esforço inicial de Antônio de Toledo Piza em 1894. Essa coleção de “documentos interessantes” foi reunida em 95 volumes e são principalmente referentes ao século XVIII, contendo mesmo assim, inúmeras transcrições de documentos do século XIX.

²⁷ Disponível em: http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php Acesso em: 14 fev. 2017.

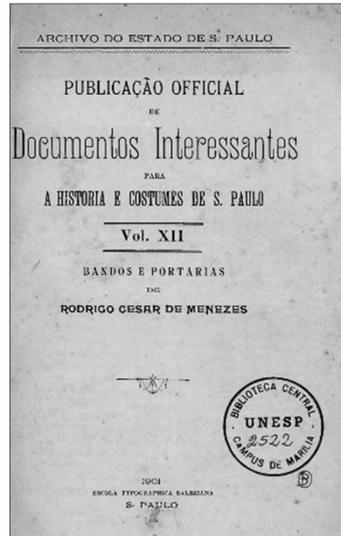
²⁸ Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/11916> Acesso em: 17 fev. 2017.

Figura 5: Imagem do manuscrito digitalizado existente no Centro de Memória Digital, pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino.



Fonte: AHU_ACL_CU_021, Cx. 5, D. 334.

Figura 6: Contracapa da coleção transcrita Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo.



Fonte: Biblioteca Digital UNESP (2017)

Estas publicações de “Documentos Interessantes” foram especialmente importantes, principalmente nas pesquisas sobre a Ilha até o ano de 1738, quando a Capitania de Ilha de Santa Catarina foi criada e desvincilhada da Capitania de São Paulo.

Também utilizamos a Coleção de Leis do Império do Brasil de 1808, publicada pela Typographia Nacional do Rio de Janeiro em 1891 e disponível na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados²⁹, bem como o Diretório dos Índios (Directorio que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário) localizado na obra de Moreira Neto (1988).

Com relação às pesquisas levadas a cabo no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina investigamos os seguintes catálogos organizados: Cartas Datilografadas do Governo da

²⁹ Biblioteca Digital da Câmara. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18319> Acesso em: 10 mar. 2017.

Capitania (1748/1804); Offícios das Câmaras Municipais para Governo da Capitania (1776/1808); Repertório sobre os Índios (transcrição de documentos selecionados sobre os índios pertencentes ao conjunto documental de Delegados e Subdelegados de Polícia no período de 1842 a 1892); e os processos de 1825 e 1827 do Catálogo dos Processos do Cartório Civil e Crime de Santa Catarina.

Foto 1: Documento transcrito e datilografado pertencente ao catálogo Cartas Datilografadas do Governo da Capitania (1748/1804) – Documento nº 148.

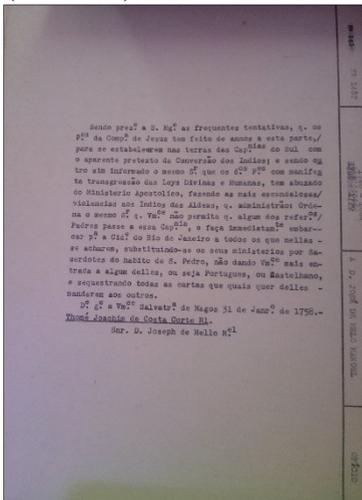


Foto: Autora (2016).

Foto 2: Documento manuscrito pertencente ao catálogo Offícios das Câmaras Municipais para Governo da Capitania (1776/1808).

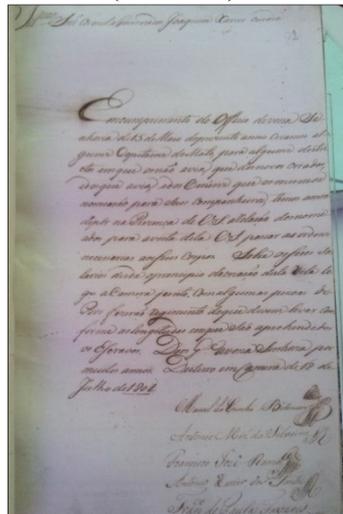


Foto: Autora (2016).

Muitos documentos foram analisados neste arquivo, mas poucos trouxeram informações relevantes acerca da presença ou ausência indígena na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina. Alguns nos tomaram um grande tempo até que conseguíssemos entender as letras e dados informados, demandando um paciente trabalho de paleografia.

Notamos nestes documentos que poucas informações eram dadas acerca do andamento daquela sociedade em formação e mais se referiam a assuntos que necessitavam resolução ou apresentação, por exemplo, estabelecimento de patentes,

nomeação para cargos, declarações das vontades do rei referentes a dado tema, ordens sobre como agir em determinado assunto, denúncias da câmara contra governadores, registros de sesmarias, entre outros. Entretanto, pudemos encontrar após horas de leitura alguns que traziam direta ou indiretamente informações acerca dos indígenas.

3.1.1.2 *Crônicas de Viajantes*

Viajantes de diversas partes do mundo estiveram na Ilha de Santa Catarina durante o século XVIII. Seus escritos registraram as mudanças que ocorriam nesta pequena póvoa de início do século XVIII, indicando sua transformação em uma vila militar, em meados deste mesmo século e descrevendo o estado da vila quando esta já estava bem estabelecida, principalmente comercialmente, em fins do século XVIII e início do XIX.

Obviamente não foram todos os viajantes e navegadores que aportaram na ilha de Santa Catarina que deixaram escritos. Encontramos escritos de 20 viajantes. Destes, 19 estão compilados num mesmo livro: “Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros no século XVIII e XIX”.

Martim Afonso Palma de Haro, em 1979, publica esse livro que compila diversos escritos. Antes da narração de cada viajante faz um pequeno histórico bibliográfico e depois apresenta sua descrição e/ou narrativa acerca da ilha e arredores. É bom ressaltar que nestas narrativas, Palma de Haro recorta a narrativa original do viajante para mostrar especificamente e somente a parte sobre a Ilha de Santa Catarina. Este autor também aponta que a pesquisa desta bibliografia alienígena foi efetuada por Paulo Berger e não por ele. Seu papel foi recortá-las e organizá-las nesta publicação (PALMA DE HARO, 1979, p. 7-8).

Os viajantes apresentados nesse livro são: Amédée François Frézier que esteve na ilha em 1712; George Shelvocke que aqui ancorou em 1719; William Betagh [1719]; George Anson [1740]; Antoine Joseph Pernetty [1763]; Jean-François La Pérouse [1785]; James George Semple Lisle [1797]; G. H. von Langsdorff [1803]; Urey Lisianski [1803]; Adam Johann von Krusenstern [1803]; John Mawe [1807]; Vassili Golovnin [1808]; David Porter [1812]; Otto von Kotzebue [1815]; Adalbert von Chamisso [1815]; Louis Choris [1815]; Louis Isidore Duperrey

[1822]; René Primevère Lesson [1822] e Carl Friedrich Gustav Seidler [1825]. Sobre este último não comentaremos, pois está fora de nosso foco temporal.

Nota-se que esses estrangeiros estiveram na ilha em diferentes momentos, distanciando-se mais de um século um do outro, bem como eram de diferentes países e tinham diferentes carreiras e histórias de vida. Esses aspectos devem ser sopesados quando lemos e analisamos os escritos destes viajantes. Dessa maneira, apresentamos algumas informações acerca destes viajantes, assim como um pouco do que notaram e descreveram sobre a ilha.

Essa apresentação foi anexada a este trabalho para que o objetivo deste capítulo não se perca em apresentações acessórias ao mesmo (Apêndice I).

3.1.1.3 Bibliografia

Caso tivéssemos tempo infindável poderíamos passar vários anos analisando as fontes secundárias criadas que analisavam a história da Ilha de Santa Catarina e dos grupos que aqui habitavam na sociedade colonial. São livros, teses, dissertações, monografias, artigos, relatórios e resenhas acerca desta temática que poderiam trazer informações muito interessantes para nossa pesquisa. Afinal de contas, estes autores talvez puderam ter acesso a documentações que já não existem mais ou que não há como acessarmos devido ao tempo/espço. Entretanto, não temos este tempo infindável.

Por conta disto, enumeraremos aqui algumas das principais obras nesta temática, as mais citadas neste trabalho e que exemplificarão o grande conjunto de fontes secundárias existentes. Dividimos em: obras clássicas e obras recentes. Salienta-se que aqui não demonstraremos as obras pesquisadas e lidas sobre outras temáticas que não a história de Santa Catarina e grupos ali presentes na sociedade colonial, por mais que tenham sido utilizadas em nossa pesquisa³⁰.

As obras clássicas que pesquisamos são dos historiadores ou entusiastas da História que investigaram a história de Santa Catarina, através de documentos oficiais (muitos que hoje nem existem mais) e história oral. Muitos destes escritos estão em

³⁰ Por exemplo: Monteiro (1994), Perrone-Moises (1992), Symanski (2010), Funari (1995), entre outros.

arquivos e bibliotecas, no setor de obras raras destas últimas, devido à frágil(idade) da publicação. Brito (1816), Coelho (1856), Várzea ([1900] 1985), Lucas Boiteux (1957), Cabral (1979; 1937) e Piazza (1983) são alguns destes autores de nomes célebres, sempre citados em trabalhos sobre esta temática, assim como os últimos sempre citavam os primeiros.

Esses em sua grande maioria são escritos tradicionais, bastante gerais acerca da história da Ilha e da capitania como um todo. Seguiam a cronologia de grandes eventos e feitos de grandes homens. Algumas das informações citadas e levantadas por eles não possuíam citação das fontes de onde as retiraram. Almeida Coelho (1856), por exemplo, escreve sua obra livremente, raramente citando a procedência da informação. Porém, no início da “Memória Histórica da Província de Santa Catarina”, comenta que não é autor, mas extraiu as informações de outros escritores, como Aires de Casal e Solano Constancio (COELHO, 1856).

Ressalta-se que não há nenhum demérito nos trabalhos destes autores acerca da forma cronológica com a qual seguiam seus escritos. Entretanto, destaca-se a falta de menções a outros grupos, além de eurocêntricos, em suas narrativas. Esses grupos somente aparecem enquanto ajudantes e/ou escravos dos europeus. Os indígenas, por exemplo, nestes escritos são raramente aludidos, menos ainda que os escravos africanos/afrodescendentes. Estão presentes quando os europeus chegaram, nos primeiros contatos da povoação com o ambiente e depois, desaparecem.

É curioso ainda comentarmos sobre Paulo José Miguel de Brito, com sua obra “Memória Política sobre a Capitania de Santa Catharina”, escrita em 1816. Nota-se que esta está incluída dentro do período enfocado pela presente pesquisa. Assim, além de ser uma fonte secundária, por conta das informações históricas que indica em sua publicação, é uma fonte primária do período.

Cabral (1979) e Várzea (1985) publicaram obras que focaram mais na Ilha de Santa Catarina, todavia da mesma maneira, seguem a metodologia acima mencionada dos trabalhos tradicionais.

Outros escritores, com obras mais recentes, seguiram os passos destes célebres escritores da História de Santa Catarina. Viera Filho (2001) e Correa (2005), por exemplo, não se

distanciam destes, narrando de forma geral a história da capitania, seguindo cronologicamente os grandes nomes que ocuparam cargos ou perpetraram atos dignos de nota.

Existem ainda publicações gerais, que contam com uma série de capítulos escritos por diferentes autores, como por exemplo “História de Santa Catarina – Séculos XVI a XIX” (2004) e “História de Santa Catarina no Século XIX” (2001) organizados por Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend. Nestas obras encontram-se estudos recentes de diversos pesquisadores (inclusive um arqueólogo) sobre a história de Santa Catarina. Diferentemente das obras clássicas anteriores, a imensa maioria destes autores tem metodologias distintas de narrar suas pesquisas historiográficas. O prefácio da obra dos séculos XVI a XIX aponta justamente a troca dos “personagens principais” da narrativa destes pesquisadores, não sendo mais grandes homens, mas outros objetos:

Índios, náufragos, escravos libertos. Fortalezas, instituições de Ensino, instituições de governo. Estratégias de poder, sistemas de colonização, formas de saber. Eis alguns dos personagens, temas e enfoques que constituem esta coletânea sobre a História de Santa Catarina (OLIVEIRA, 2004, p. 9).

Assim, nestes dois livros a história acerca de Santa Catarina começa antes da chegada dos europeus, com as populações indígenas que habitavam esta região (aí entra o arqueólogo). Mas, da mesma forma que os autores célebres supracitados, estes grupos indígenas “desaparecem” dos capítulos seguintes, figurando somente quando estavam conectados aos grandes feitos dos homens e mulheres europeus. Isto é, nos séculos XVI e XVII estavam presentes fortemente nas narrativas, mas depois, quase nenhuma menção é feita.

Ainda investigamos livros mais recentes referentes a edificações da ilha, como Silva (2007) acerca dos diferentes engenhos da ilha, Sara Reis (2008) referente à Casa de Câmara e Cadeia, Machado (1994) e Soares (2015) sobre as fortificações militares da ilha.

Além de livros, tivemos contato com teses, dissertações e monografias recentes. Analisamos trabalhos sobre a história de

Santa Catarina especificamente, como Silva (2008) e Cardoso (2013), sobre a história de grupos que habitaram este ambiente, como Darella (2009) e Milheira (2010), acerca de locais específicos investigados pela nossa pesquisa, como Zimmermann (2006), e sobre trabalhos arqueológicos na Ilha, por exemplo Comerlato (1998a), Silva (1996), Rossi (2008) e Soares (2011).

Ainda investigamos um número grande de artigos e capítulos de livro dentro das mesmas temáticas supracitadas: Aguiar (2010), Comerlato (2011), Soares *et al* (2010), Aguiar e Müller (2010), Espada (2015), Januário (2013), Wagner (2003) entre outros.

Estes trabalhos de tese, dissertação ou monografia, bem como os artigos e capítulos de livros trouxeram importantes contribuições para o trabalho. Alguns destes, por discutirem indígenas na região, tinham-lhes como personagens principais ou linha central de discussão. Destaca-se entretanto, que suas narrativas enfocavam-se em períodos anteriores ou posteriores ao que estamos pesquisando. Já outros tratavam da história política da região referentes aos mais diversos aspectos e não tinham um enfoque claro sobre a formação da sociedade colonial. Mesmo assim, conseguimos informações relevantes para formar o arcabouço de dados para nossa pesquisa. Ainda outros trabalhos que trouxeram importantes informações sobre as edificações existentes na ilha, por exemplo a Armação do Sul, no sul da Ilha de Santa Catarina, bem como acerca da sociedade existente naquele ambiente e naquele tempo, como Espada (2015) que discute a respeito da presença africana na ilha de Santa Catarina no século XVIII.

A partir destas fontes oficiais, narrativas, clássicas ou recentes tentamos levantar dados para repensar a História de Santa Catarina indicando, se existente, a presença indígena no crescimento desta sociedade.

3.2 RESULTADOS DA ANÁLISE DAS FONTES ESCRITAS

Conforme comentado no Capítulo 2 deste trabalho, buscou-se uma análise bastante minuciosa das fontes escritas. Não somente uma análise direta dos dados providos pelas linhas escritas foi feita, mas também uma análise metódica em documentos onde não se espera ou apontam informações acerca dos indígenas. Não havia, para o período focado neste estudo,

uma compilação de documentos acerca dos indígenas. Não há também nenhuma compilação de documentos focando as diferentes culturas que habitaram a ilha. Dessa maneira tivemos que encontrar esse grupo de outras formas: vendo o máximo de documentação que conseguíamos no tempo que tínhamos e tentando encontrá-los nas linhas ou entrelinhas.

Da mesma forma, foi necessário manter uma atitude crítica frente a estas fontes (o que também foi mencionado no segundo capítulos), pois estas foram criadas em momentos e contextos diferentes, por pessoas diferentes.

Esse esforço levou a alguns resultados positivos que abaixo apresentaremos. Demonstrar-se-á que nossos objetivos com a pesquisa histórica foram de certo modo alcançados. Lembrando, nossos objetivos eram: averiguar se efetivamente havia indígenas na região, se estavam afastados e/ou próximos da sociedade colonial em formação, como eram vistos pelos europeus e colonos na Ilha, que papéis desempenhavam (voluntariamente ou não), bem como a diversidade cultural da sociedade colonial da Ilha.

3.2.1 De 1711 a 1823 - Resultados Finais da análise das fontes escritas

Retomando o primeiro capítulo desta dissertação, começamos por lembrar que a história da ilha começa bem antes da chegada do europeu a essas paragens. Comentamos acerca da ocupação da ilha por diferentes culturas e também sobre os indígenas e o contato destes com os europeus nos séculos XVI e XVII. Agora exporemos a história da Ilha de Santa Catarina no século XVIII, com base na pesquisa realizada com as fontes escritas.

Como narramos, em 1689, Dias Velho havia morrido pelas mãos de vingadores/piratas. A Ilha de Santa Catarina estava sem o homem responsável por fazer a ponte entre esta povoação e o reino português. Os filhos deste bandeirante também foram embora, bem como alguns de seus ajudantes. Entretanto, outros tantos ficaram, inclusive alguns indígenas e africanos. Assim, inicia-se o século XVIII na Ilha de Santa Catarina que tinha uma nova liderança: Manoel Manso de Avelar.

3.2.1.1 *O vagaroso início do Século XVIII*

Nossa narrativa começa justamente com Manoel Manso de Avelar. Conforme apontamos no primeiro capítulo e segundo Cabral (1979) e Correa (2005), a Ilha neste início de século fica um tanto abandonada, sem supervisão e entregue à própria justiça. Aí entra em cena Manso de Avelar, que, de acordo com Cabral (1979, p. 22), se tornara o “maioral” da ilha. Esta foi categorizada, em 1711, por Manoel Gonçalves de Aguiar, capitão no Rio de Janeiro, como uma pequena reunião de “moradores em torno de sua igreja” (CABRAL, 1987, p.44).

A data de chegada de Manso Avelar na Ilha é incerta, bem como o início de seu mandato como capitão-mor. Entretanto, um inventário de 1711, citado por Cardoso (2013, p. 129), demonstra que Manso Avelar já estava na ilha nesta data. Este inventário era de Isabel Fernandes Padilha, moradora de Laguna, e coloca este “capitão” (Manso Avelar) como “procurador bastante” da filha de Isabel. Por conseguinte, é suficientemente provável que Manso Avelar estivesse pelas redondezas exercendo seu cargo de capitão-mor neste início de século.

Voltando à Manoel Gonçalves Aguiar, quando este veio à Ilha de Santa Catarina, foi incumbido pelo Governador do Rio de Janeiro de percorrer o litoral sul e verificar a possibilidade de ser fundado um estabelecimento na Enseada das Garoupas, poucas léguas ao norte da Ilha de Santa Catarina. Após cumprir sua incumbência, visitou a ilha e deparou-se ali com meros 22 casais (PIAZZA, 1983, p.205), sendo um deles, ao que tudo indica, Manoel Manso de Avelar, sua mulher Urbana Rodrigues Velha e também seu cunhado Salvador de Sousa Brito e Teodósia Rodrigues Velha (CARDOSO, 2013, p. 81).

Interessante pensar que um ano após a visita de Aguiar, Amedée Freziér, um viajante francês, aportou na Ilha de Santa Catarina e diz ter encontrado 147 habitantes brancos, além de negros e indígenas (PALMA DE HARO, 1979, p.20). Se considerarmos aqueles casais acima citados como famílias de 5 pessoas teríamos um número próximo a 110 habitantes (22x5). Assim, mesmo notando um leve crescimento populacional em apenas um ano não podemos anular o fato da póvoa estar pouco habitada, isolada e parcialmente esquecida pelo poder central neste alvorecer do século XVIII.

Esta frouxa relação com o poder central é notável nos documentos da época. Denotou-se, por exemplo, através de uma carta régia enviada em 1717 ao Governador da Praça de Santos, Sebastião da Veiga Cabral, certo desconhecimento por parte da coroa portuguesa da condição do povoado formado na Ilha, mesmo após mais de 50 anos de seu início. Na carta ela é descrita como “*dezerta, e inhabitada*”³¹, demonstrando não somente certa insciência da coroa acerca de como andam suas povoações no litoral sul – visto haver outras povoações em crescimento como Laguna e São Francisco do Sul – mas também o pouco zelo relativo a elas, tanto no que se refere a sua segurança, quanto a sua governança.

Assim, Manoel Manso de Avelar, entendido como o Capitão-mor da Ilha subordinado ao Capitão-mor de Laguna, estava em parte abandonado à própria sorte na condução da póvoa. Ele nem ao menos pagava corretamente os tributos ao rei de Portugal, mesmo subsistindo ali como súditos.

Dessa forma, como conhecedor da história de Dias Velho e seu trágico fim ocorrido não só por ter atacado uma embarcação inimiga e ser rechaçado anos depois, mas também por falta de um plano de segurança para os súditos de sua majestade, Manso Avelar acaba por escolher negociar e fazer trocas com embarcações de outros reinos, inclusive com a França que naquele momento estava em guerra com o reino português. Esta atitude custou sua liberdade em 1722, ficando preso por três meses e meio, por ordem de Rodrigo Cezar de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, a qual tinha sob seu domínio a Ilha de Santa Catarina e todo o litoral sul³² (CABRAL, 1987, p.48).

Após a soltura de Manoel Manso de Avelar, Cezar de Menezes ordena-o fazer melhorias na póvoa da ilha, através da substituição das coberturas das habitações por telhas de barro e buscando aumentar o povoamento³³.

Esse povoado estava concentrado principalmente ao redor da ermida erguida por Dias Velho e pendia para leste onde o terreno era mais plano e havia um pequeno riacho, além de ser

³¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 18, p. 8.

³² Em 1709 houve o desmembramento das Capitânicas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

³³ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 32, p. 46.

posição abrigada de ventos, por conta do morro do atual Hospital de Caridade, e possuir um “olho d’água” que supria as necessidades da população (CABRAL, 1979, p.20). Foi a partir desta disposição que a póvoa começou a crescer.

Figura 7: Recorte do Mapa de Freziér (1716), elaborado por conta de sua viagem a Ilha de Santa Catarina em 1712. No detalhe: ermida apontada por Freziér como “A-Chapelle de Nª Senhora”.



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Neste processo teve papel importante o Ouvidor Geral e Corregedor da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho, que, em 1720, esteve visitando todas as vilas do litoral catarinense e ao chegar na Ilha de Santa Catarina contou 27 casas e 130 habitantes (CABRAL, 1987, p.51). Ali “proveu que se elegeisse um Capitão de Ordenanças, um alferes e dois sargentos, ficando o povo obrigado a recorrer as armas, logo que tocasse rebate” (VIEIRA FILHO, 2001, p.72). Além disto, nomeou um Juiz Ordinário, um tabelião e um escrivão de órfãos (CABRAL, 1987, p.51).

A visita de Pardiniho estabelece um início de enquadramento da Ilha de Santa Catarina dentro da administração do estado português d’além mar, bem como impõe a presença de

outras lideranças, rateando, de certa forma, o domínio de Manoel Manso de Avelar nas decisões a serem tomadas na ilha.

O estreitamento das relações entre a ilha de Santa Catarina e a coroa portuguesa continuou e em 1726 a póvoa é elevada à condição de Vila de Nossa Senhora do Desterro por Lanhas Peixoto, Ouvidor da Comarca de Paranaguá³⁴. Este também elegeu os primeiros oficiais da Câmara de Desterro – Presidente de Câmara, Vereador e Procurador de Conselho – e colocou Manoel Manso de Avelar para sargento-mor, sendo posto em seu lugar, como capitão-mor, Sebastião Bragança (CABRAL, 1979, p.23).

Após estas nomeações a Vila de Nossa Senhora de Desterro continuou a crescer lentamente, principalmente em população. Soldados e navegadores desertores, fugidos das más condições da vida a bordo ou da farda, eram os principais fatores deste crescimento (CABRAL, 1979, p.24). A ilha prosseguiu sendo visitada por viajantes e navegadores estrangeiros que necessitavam fazer aguada, bem como por portugueses e brasileiros. A Igreja de Nossa Senhora do Desterro, que em 1732 tornara-se paróquia, realizava casamentos e batismos. Entretanto, foi somente em 1735 que a Ilha de Santa Catarina voltou a aparecer mais veementemente nas preocupações da coroa, visto a Colônia de Sacramento ter sido atacada pelos espanhóis.

Entretanto, antes de entrar nesta nova conformação do relacionamento da coroa portuguesa com suas possessões do sul da América meridional, a qual divide o século XVIII em dois momentos distintos, deve-se (finalmente) tomar um tempo para discutir acerca do foco deste trabalho: os indígenas.

Viu-se que os indígenas entraram em contato com os europeus quando estes aqui chegaram no século XVI e depois, no século XVII, observou-se que esses eram escravizados pelos sertanistas e bandeirantes ou estavam dentro de uma tentativa de catequização e administração³⁵ por parte de padres católicos. No

³⁴ Em novembro de 1723 a Comarca de São Paulo foi dividida, sendo criada outra em Paranaguá, a qual passou a pertencer a Ilha de Santa Catarina (CORREA, 2005, p.46).

³⁵ A administração de indígenas foi a forma encontrada pelos paulistas, já no século XVI, para explorar a mão de obra indígena (MONTEIRO, 1994, p.147-153). Estes indígenas “administrados” eram obrigados a trabalhar para seus administradores ou sob a ordem destes. Essa categoria foi a forma da Coroa Portuguesa permitir a mão de obra indígena forçada, mas não a escravidão indígena, sempre sob a noção de catequização (DIEHL, 2016).

entanto, afinal, onde estavam os indígenas no século XVIII que em nenhum momento foram foco de menção no breve histórico acima escrito?

Denotou-se aí que neste início do século XVIII os indígenas pouco figuraram nos documentos e narrativas acerca da história da região. Todavia, de fato estavam pela ilha, pois, conforme supracitado, muitos dos indígenas que vieram com Dias Velho ficaram após sua morte e depois, em 1712, também foram percebidos pelo viajante Amedée Frézier.

Frézier narra que a ilha de Santa Catarina era uma floresta contínua, sem muitos sítios para plantio a não ser os desbravados em torno das habitações, que eram 12 ou 15 sítios dispersos entre o continente e a ilha e que a população compunha-se de brancos, negros e indígenas. Destes, alguns estavam servindo voluntariamente os brancos ou estavam aprisionados por meio de guerra (PALMA DE HARO, 1979, p.20). Shelvocke, viajante inglês que aportou na ilha em 1719, da mesma forma, cita a presença indígena na região, asseverando, no entanto, nunca ter visto mais de dois ou três (PALMA DE HARO, 1979, p.47).

Esta afirmação de Shelvocke deve ser analisada com cuidado. Primeiramente porque Shelvocke quase não saiu de sua embarcação enquanto esteve na Ilha, visto sua tripulação ter ficado mal afamada entre os habitantes, por serem muito violentos, sendo normalmente recebidos a tiros. Dessa forma, sua constatação torna-se baseada em poucas e raras visitas à póvoa em si. Outra questão é relativa ao entendimento de Shelvocke acerca de quem eram os indígenas. É possível que este número seja apenas referente a indígenas “selvagens”, ou seja, os que carregavam consigo algum estigma que fazia parte do imaginário de Shelvocke acerca do que era um indígena, não contando assim, os indígenas que serviam aos brancos, com vestimentas e ações ajustadas à sociedade colonial emergente.

De qualquer forma, a probabilidade da afirmação de Shelvocke estar inexata é maior do que de ser precisa. Principalmente considerando que em 1720, o Ouvidor Pardinho dirigiu uma Provisão à Ilha de Santa Catarina, regulamentando o aprisionamento e escravidão dos indígenas nas terras brasileiras, reforçando a lei de 1560 que proibia a escravidão destes salvo

aqueles que fossem tomados em resgate³⁶ ou guerra justa³⁷ (CORREA, 2005, p. 26). Outro capítulo desta provisão proibia a “caça” de gentios no sertão, bem como obrigava a matrícula dos carijós “que há liberto nesta Vila para que em nenhum tempo venha em dúvida, se eles, seus filhos e netos são obrigados a esta tal e qual servidão e administração...” (CARDOSO, 2013, p. 181) Isto é, havia algo na Ilha que fizera Pardinho dirigir este documento para ali.

O que corrobora esta constatação é a Ordem enviada em 1721 por Cezar de Menezes, governador da Capitania de São Paulo, ao capitão-mor de Laguna, Francisco de Brito Peixoto. Nesta, Cezar de Menezes ordena Brito Peixoto a prender Pedro Jordão, francês que estava fazendo negócios na Ilha de Santa Catarina “com os moradores, e Índios que habitão naquela costa, sogeitos a coroa de Portugal”³⁸. Percebe-se que havia sim indígenas ali. E aparentemente estes estavam envolvidos no comércio de mercadorias. Mais ainda, nota-se que havia uma diversidade de situações nas quais estes indígenas estavam envolvidos, participando de formas distintas da sociedade e certamente ocupando espaços também diferenciados.

A narrativa de Almeida Coelho (1856) também os mostra na ilha neste período. Este cita Sebastião Bragança – capitão-mor da Ilha de Santa Catarina, que assumiu este cargo após Manso Avelar em 1726 por ordenação de Lanhas Peixoto – defendendo a ilha de desertores espanhóis, que desembarcaram no norte da ilha fugindo dos maus tratos de seus superiores, contando com o auxílio de seus índios munidos com suas flechas (COELHO, 1856, p.10). Além disto, este mesmo capitão institui, por força de Carta Patente de 28 de outubro 1726, a proibição do açoitamento para escravos ou índios (não que isso tenha sido levado a cabo) (CORREA, 2005, p.47).

Pouco antes disso, em janeiro de 1724, no Livro 1 dos Matrimônios de Nossa Senhora do Desterro, ocorre um matrimônio na igreja central entre Zalerio e Anna, dois “gentios

³⁶ Forma de escravizar os indígenas na qual os portugueses compravam dos próprios indígenas os prisioneiros obtidos das guerras intertribais (OLIVEIRA; FREIRE, 2006)

³⁷ As guerras justas e os resgates tinham sua legislação baseada no imaginário de que as práticas indígenas eram bárbaras e pagãs, tais com poligamia e canibalismo, e que era dever dos supostos cristãos lutar contra essa suposta degeneração (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 30-31).

³⁸ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 12, p. 17.

da terra”³⁹, pertencentes à administração de João Bicudo Cortes. Da mesma forma, em agosto do mesmo ano contraem matrimônio Miguel “índio de Buenos Aires” e Ambrósia, administrada. Outro ainda ocorre em novembro entre Paschoal, “gentio da Guiné”, e Izabel “do gentio da terra” (ESPADA, 2015, p. 9).

Ainda temos um documento de 1726, citado por Fábio Kühn (2006, p.54-55), de um mestre de campo chamado Davi Marques Pereira, que apresentava na ilha 26 casais brancos, 16 casais bastardos e 31 homens de guerra. Esses casais bastardos, de acordo com John Monteiro (1994), eram frutos de uma relação não legítima entre homem branco e mulher índia, no qual a criança era criada perto da mãe, numa situação de provável servidão.

Em 1730, alguns anos após esse mapa de população da ilha, mais casamentos entre indígenas ou entre indígenas e africanos estavam acontecendo: Maria “Angola” casava com Manoel “Carijó” e José Angola casava com Thereza Carijó. Destaca-se que Maria e José eram escravos de Sebastião Rodrigues Bragança, aquele capitão-mor supracitado, bem como Thereza, que era de sua administração (ESPADA, 2015, p.10).

Em síntese, neste início de século XVIII a póvoa da Ilha de Santa Catarina possuía poucos moradores, era praticamente isolada da administração central e, mesmo havendo algumas (raras) habitações espalhadas pela ilha e continente, a sede da póvoa se concentrava no entorno da igreja erguida por Dias Velho décadas antes. Em todo este ambiente onde inúmeras embarcações e viajantes eventualmente chegavam para fazer aguada ou para comerciar, onde as principais atividades eram a pesca, a agricultura e a coleta de frutas (laranjas, goiabas, limões e bananas), além de fortuitas trocas com embarcações, construção de casas, abertura de estradas, defesas contra piratas (CABRAL, 1979, p. 21), estavam inseridos os indígenas, bem como os africanos. Não só enquanto indígenas vivendo nas matas, como o estereótipo manda, mas como pertencentes à administração e sistema colonial.

Vemos que, diferentemente do que se percebe em algumas narrativas acerca da história da região, os indígenas faziam parte da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina. Dentro dela, ao

³⁹ Gentio da terra era a nomenclatura dada aos habitantes originais do Brasil (ESPADA, 2015, p. 7).

que tudo indica poderiam ter diversos papéis, uma vez que, considerando somente os documentos e fatos apresentados até aqui, pôde-se vê-los: 1) como mão de obra escrava ou administrada trabalhando para senhores que viviam na ilha; 2) como trabalhadores livres, trabalhando voluntariamente para alguém ou algum setor dentro da sociedade e 3) como comerciantes. Vale ainda destacar uma quarta categoria: como indígenas não administrados que optaram por manterem-se próximos da colonização, mas longe das suas regulamentações.

Todavia, deve-se aprofundar em um ponto acerca desta constatação da presença indígena na sociedade colonial ilhéu: o indígena, por mais que seja uma categoria de discriminação entre brancos e negros, não é uma cultura homogênea, assim como não o são os brancos e negros.

Serge Gruzinski em estudo citado anteriormente neste trabalho afirma que “não devemos considerar essas culturas e sociedades como conjuntos homogêneos [...]”, pois ao entender que existem inúmeras etnias em grupos sociais distintos, teremos uma imagem mais rica que não nos permitirá ver os indígenas como *unidades* imóveis e estáveis (GRUZINSKI, 2003. p.24).

Dessa forma, quando se está falando de indígenas, deve-se considerar que pode haver uma heterogeneidade dentro dessa categoria e esta heterogeneidade deve ser compreendida e perspectivada no momento da pesquisa.

Percebe-se, no entanto, que em nenhum momento, dentro da maioria das narrativas históricas da região, há uma discussão em torno das etnias destes indígenas que interagem com e na sociedade colonial. Contudo, ao analisar a documentação acerca deste período é notável a presença possível de dois grupos interagindo com os brancos na região da ilha. Os carijós – indígenas locais que se acredita serem representantes da etnia *guarani* – e os tupi, indígenas da região de São Paulo, aliados dos portugueses vicentistas na captura de indígenas *guarani*, devido a sua relação de inimizade com estes (MELLO, 2005, p. 26-27)⁴⁰.

⁴⁰ Um adendo deve ser feito acerca desta separação cultural dos “tupi” e dos “guarani”, visto ambos pertencerem ao grande tronco tupi. Acredita-se que estes grupos compartilham um mesmo grupo de origem que através da migração e expansão por diferentes rotas, separaram-se e acabaram diferenciando-se, mesmo que pertençam àquele mesmo tronco comum citado (NOELLI, 1993). Pereira (2011, p. 19), citando os trabalhos de Brochado (1989), aponta que o grupo “prototupi”, há cerca de 1500 anos, teria descido pela costa Atlântica até o Trópico de Capricórnio e daí se moveu

Ou seja, desde o século XVI, indígenas *guarani* estavam sendo levados para São Paulo e outras regiões como escravos e indígenas *tupi* estavam sendo usados como “soldados” e “guias” pelos portugueses. Estes portugueses, mais focalmente Dias Velho, trouxeram seus índios domesticados para Santa Catarina para iniciar a povoação da ilha. Isto significa que estes índios domesticados, ao que tudo indica, podem ser tanto *guarani*, quanto *tupi* e que ambos os grupos conviveram na ilha desde o início do intento de povoamento europeu.

Além disto, também se notou, através de carta enviada em 1725, por Cezar de Menezes para o Capitão-Mor da Vila de Laguna, Francisco Brito Peixoto, a presença eventual de outra etnia na ilha: os *minuanos*. Nesta carta Menezes regimenta uma ordem para que não se trate mal os indígenas que chegam na região de Santa Catarina, tanto em Laguna, quanto na Ilha de Santa Catarina, para negociar gado e outros produtos, asseverando ainda que “por meio deste comercio se conservará a amizade dos Indios *minuanes* com os portugueses”⁴¹.

É relevante comentar que historicamente, os índios Minuanos, bem como os Charruas (a quem sempre foram conectados, mas são grupos distintos) tinham uma forte vinculação com o gado cavalariço e vacum, após a inserção destes pela cultura europeia. Este gado era utilizado não somente para consumo ou transporte, mas para comércio e composição de suas habitações (couro) (GARCIA; MILDNER, 2012).

Vale ainda raciocinar sobre o supracitado “índio de Buenos Aires”. Haja vista o trabalho de Bonomo *et al.* (2015) poderíamos inferir tratar-se de um indígena guarani, que chegou à ilha de Santa Catarina através de caminhos que pertenciam ao *guará* (nação guarani que reúne um conjunto de *teko'á*) (MILHEIRA, 2010, p. 153). Entretanto, não podemos forçar esta afirmação, uma vez que este poderia também ser charrua ou pertencente a qualquer outra etnia. Dessa maneira, não poderemos contabilizá-lo aqui.

para o interior através dos rios. Já o “protoguarani” desceu para o sul e, seguindo cursos d'água, chegaram à costa atlântica sul há cerca de 1000 anos, partindo então em direção norte pelo litoral (BONOMO *et al.*, 2015). Estes movimentos contrários geraram uma região de encontro que resultou numa fronteira ativa e hostil (PEREIRA, 2011, p.19).

⁴¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 13, p.47.

Conclui-se até aqui que a Ilha de Santa Catarina do início do século XVIII, era pouco habitada, parcialmente esquecida pelo poder central do Reino Português e com uma sociedade culturalmente heterogênea, que se compunha de interações entre brancos, negros e indígenas, sendo estes de ao menos três grupos diagnosticadas (*Guarani, Tupi e Minuanos*). Além disto, notamos que casamentos entre indígenas e africanos e entre indígenas e brancos estavam acontecendo, sendo possível inferir filhos destas relações.

As principais atividades desenvolvidas por esta sociedade eram a agricultura e a pesca, além de eventuais trocas comerciais com indígenas e navegantes que passavam pela ilha e outros trabalhos necessários para o mantimento da póvoa, tais como construção de estradas, reparos nas habitações (por exemplo a troca da cobertura das casas ordenada por Cezar de Menezes) e defesa contra supostos malfeitores. Dentro disto, indígenas de diferentes grupos culturais realizavam atividades, tanto como mão de obra escrava quanto voluntária/assalariada.

Aqui é interessante destacar um aspecto comentado em capítulos anteriores para pensarmos acerca desta presença indígena. Não podemos ver estes indígenas como passivos e submissos à empresa colonial, somente fazendo as coisas que eram obrigados a fazer, mas como sujeitos, capazes não somente de adaptarem-se e ajustarem-se a esta empresa, como também de influenciar o outro grupo dominante. Ou seja, as interações culturais que ocorreram na Ilha de Santa Catarina por toda sua história funcionaram como vias de mão-dupla, isto é, brancos, indígenas e africanos influenciaram-se mutuamente.

Prova disto são as pirogas ou canoas monóxilas. Estas pirogas foram percebidas logo nos primeiros contatos dos indígenas com os europeus na região. Hans Staden narra como foram abordados por elas, cheias de indígenas e um cristão a bordo no ano de 1557, na Ilha de Santa Catarina (Figura 8). Freziér mostra como, em 1712, os habitantes da Ilha vinham com suas pirogas até sua embarcação para fazer trocas, trazendo nelas galinhas, frutos e fumo (PALMA DE HARO, 1979, p.19). Anos mais tarde, em 1763, outro viajante que aportou na ilha de Santa Catarina, Antoine Joseph Pernetty, descreve esta piroga, que se aproximou para fazer trocar, afirmando ser “uma espécie de bote feito de um só tronco de árvore, côncavo, que os selvagens da

América meridional tinham o costume de usar” (PALMA DE HARO, 1979, p.85).

Figura 8: Mapa de Hans Staden quando esteve na Ilha de Santa Catarina. Destaque para as canoas no lado direito e para a Aldeia Acutia existente no continente.



Fonte: Staden (1930, p. 46).

Percebe-se que a utilização destas pirogas não se deu exclusivamente pelos indígenas, mas por todos os habitantes que delas pudessem tirar proveito e por grande período de tempo, demorando para serem substituídas pelas embarcações que hoje veem-se ancoradas em algumas praias da ilha.

Outro aspecto⁴² que mostra a influência indígena na sociedade colonial da Ilha e também do Brasil inteiro é o uso da

⁴² Aqui poderíamos citar vários aspectos nos quais os indígenas influenciaram a sociedade em Santa Catarina: músicas, jogos, brincadeiras e toponímias. Sobre este último, Brighenti (2012, p.44) demonstra como algumas denominação de localidades na ilha tem forte influência Guarani (Itaguaçu, Caiacanga, etc.).

mandioca. O processo de produção da farinha de mandioca foi desenvolvido inicialmente pelos indígenas (PEREIRA, 1993, p. 87). A farinha de mandioca por muitos anos foi o item de maior exportação da Capitania de Santa Catarina. Além disto, foi base da alimentação da tropa e de grande parte da população ilhéu por muito tempo, como mostram os viajantes (Frézier [1712], Langsdorff [1803], entre outros) e listas de governadores e oficiais do governo (Miranda Ribeiro [1796], Miguel de Brito [1816]). Houve até momentos em que a coroa portuguesa ordenou aumentar a produção de mandioca na ilha para enviar o excedente ao Reino, devido à esterilidade e falta de pão neste⁴³.

Demonstra-se com isso a interação cultural como via de mão-dupla afirmada acima, na qual os indígenas estavam incluídos na sociedade colonial, fazendo parte de suas trocas e trabalhos, onde também podiam influenciar esta, através de diferentes formas.

Thereza, Zalerio e Anna, Ambrosia e Miguel, indígenas presentes no Livro 1 de Matrimônio da igreja de Nossa Senhora de Desterro, se nenhuma fatalidade ou força maior os colocou para fora da ilha de Santa Catarina, estavam ali trabalhando em suas atividades de comércio, defendendo a cidade, ou talvez na cozinha da casa de João Bicudo Cortes e Sebastião Rodrigues Bragança, quando um incidente diplomático em Madrid levou a um ataque à Colônia de Sacramento pelos espanhóis em 1735, que nos leva à já citada maior preocupação da Coroa Portuguesa com a Ilha de Santa Catarina no século XVIII.

3.2.1.2 *O avanço político-militar no Século XVIII (1735-1777)*

Mesmo com este início de século um tanto desacelerado, a póvoa da Ilha de Santa Catarina e, mais especificamente, a vila de Nossa Senhora do Desterro avança e chega a um novo momento de sua história, no qual o poder central interessa-se um pouco mais pela ilha, exigindo sua fortificação militar e estabelecendo políticas de povoamento para a região.

Esta mudança começa efetivamente quando, em 1735, a Colônia de Sacramento, localizada na beira do Rio da Prata, é atacada por espanhóis. Resistindo ao ataque, os súditos do reino português pedem socorro recebendo de Laguna víveres e outros

⁴³ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v.25. p.135.

amparos necessários (CABRAL, 1987, p.59). Tal ataque vira os olhos da coroa para a América Meridional e no ano de 1736 a soberania portuguesa organiza diligências a estes territórios meridionais com o intuito de 103presen-los da ameaça espanhola. Percebem então a importância estratégica da Ilha de Santa Catarina no trajeto do Rio de Janeiro à Colônia de Sacramento (SALOMON, 2004, p.88).

Tendo isto em vista, Portugal ambiciona fortificar e aumentar sua presença na Ilha de Santa Catarina. Para tanto, em maio de 1737 envia 63 homens à ilha para formar a primeira guarnição de infantaria paga, sendo um capitão, um alferes, dois sargentos e 52 soldados (SILVA, 2008, p.165). Após, em 11 de agosto de 1738, a Capitania da Ilha de Santa Catarina é criada, desmembrando-a de São Paulo e deixando-a subalterna diretamente à capitania do Rio de Janeiro (SILVA, 2008, p.57-58). A coroa autoriza, ao mesmo tempo, a construção das fortificações necessárias para sua defesa contra ameaças externas (CABRAL, 1987, p. 60).

O homem responsável por estas construções e por governar a recém-criada capitania era o brigadeiro José da Silva Paes, que, em 1736, havia sido incumbido da defesa da Colônia de Sacramento.

Homem de muita atividade logo no decorrer do primeiro ano de seu governo, Silva Paes inicia a construção de três fortificações, todas localizadas na Baía Norte formada pela ilha e continente: Santa Cruz do Anhatomirim (1739), São José da Ponta Grossa (1740) e Santo Antônio de Ratoles (1740). Alguns anos depois, para proteger a entrada pela Baía Sul, ordena a edificação da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba (1742) na ilhota de Araçatuba.

Além destas 4 fortificações, Paes também ordena a construção de quartéis na sede da Vila de Nossa Senhora do Desterro, bem como baluartes e trincheiras. Ademais, inicia o duradouro Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, que teve papel importante nas batalhas do Brasil Meridional, sendo extinto em 1831 (PIAZZA, 1983, p. 124). Saindo da esfera militar, este governador ainda projetou a nova Igreja Matriz, afirmando ser aquela muito pequena e sem simetria

para a população crescente do local⁴⁴ e uma Casa de Governo (CABRAL, 1979, p. 25) – que demorou um tanto para ser construída efetivamente.

Também no início de seu governo, Silva Paes já aponta para a coroa os problemas há muito tempo conhecidos de pouca população na ilha. Comunica que na ilha havia cerca de 900 pessoas, mas que faltavam especialistas como médico, cirurgião e botica (SILVA, 2008, p.166).

Por conta disto, Silva Paes inicia um plano de intervenção e sugere, em carta de 23 de agosto de 1742 endereçada ao Rei D. João V, o aumento da povoação, afirmando que “não bastão fortificações sem haver gente que as guarneça, e juntamente povoe, e cultive as terras; quando aquelas pela sua natural fertilidade podem sustentar os mesmos 104presentas” (VIERA FILHO, 2001, p. 91). Nos anos seguintes formulou e desenvolveu a ação que resultou, a partir de 1748, na vinda de milhares de açorianos e madeirenses para a ilha de Santa Catarina e adjacências, reforçando o *uti possidetis* nesta fronteira meridional da colônia portuguesa (PIAZZA, 1983, p. 124).

Foi ainda durante seu governo que a primeira armação baleeira do litoral catarinense foi implantada: a Armação da Piedade, no atual município de Governador Celso Ramos, defronte a ponta norte da Ilha de Santa Catarina. Após 5 anos do pedido oficial ao Rei⁴⁵, Tomé Gomes Moreira arremata o contrato para a pesca da baleia e “se comprometeu em estabelecer à sua custa `com todos os apetrechos necessários: embarcações, casas, armazéns, fornalhas, tanques, caldeiras de cobre, além de terras, escravos e tudo mais que fosse preciso` (SILVA, 2008, p. 171).

Mesmo com idas e vindas à Colônia de Sacramento e outros locais onde era requisitado, deixando interinos no governo da ilha, Silva Paes completou 10 anos como governador da capitania, sendo substituído oficialmente em 2 de fevereiro por Manoel Escudeiro Ferreira Souza que fica neste cargo até 1753.

No governo de Manuel Escudeiro é criada a Provedoria da Fazenda Real da Ilha de Santa Catarina, em 1750, como também há um aumento territorial da Capitania, vindo sob seu comando a

⁴⁴ AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 27. Carta do governador da ilha de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Pais, ao rei [D. João V], comunicando que precisa de ajuda de custo para concluir as obras da igreja matriz desta ilha. 25 de setembro de 1746.

⁴⁵ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v. 24. p. 240.

Vila de São Francisco – colocando todo litoral de Santa Catarina sob uma unidade administrativa (PIAZZA, 1983, p. 128; SILVA, 2008, p. 72).

Destaca-se também que foi este governador que recebeu a maioria dos imigrantes das ilhas dos Açores, Madeira e Terceira que vieram para a Ilha de Santa Catarina e outras localidades da colônia⁴⁶. Foi em seu governo que as obras na Matriz foram iniciadas e que as primeiras povoações pela ilha começaram a ser erigidas, como a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1750) (PIAZZA, 1983, p. 128).

A chegada dos imigrantes açorianos/madeirenses traz um choque demográfico significativo à sociedade colonial ilhéu. Este choque começa a partir do ataque à Colônia de Sacramento, quando militares começaram a ser transferidos para a ilha, criando uma categoria social diferenciada, com um *status* superior às demais (SILVA, 2008, p.176). Este *status* é devido ao poderio quantitativo e/ou poderio econômico dos militares e oficiais das tropas, bem como a sua importância conjuntural momentânea, isto é, por conta da importância da defesa daquela praça dos espanhóis.

Entretanto, o *boom* populacional mais expressivo acontece nos primeiros meses do governo de Manoel Escudeiro. Tamanho foi o aumento populacional que o número de pessoas circulando pela vila e ilha em janeiro de 1749, mais que duplicou (PIAZZA, 1983, p. 146). E após um ano de governo, a população duplicou novamente. Isso se só pensarmos nos açorianos e madeirenses que foram para ali enviados, sem contar outros imigrantes brasileiros ou estrangeiros. Essa nova conformação populacional trouxe profundas alterações na organização política, econômica e sociocultural dessas regiões (SILVA, 2008, p. 178).

Com a chegada destes imigrantes era incentivado, pela coroa e pelo governo da capitania, o uso da mão-de-obra livre, isto é, dos casais das ilhas⁴⁷. Estes trabalhavam com as obras públicas (construção de fortes, ruas, igrejas, etc.), construção naval, na pesca e na agricultura com a produção de víveres para as tropas, tecelagem e faziam pequenos trabalhos à jorna tais

⁴⁶ Estes imigrantes foram transportados das ditas ilhas de 1748 até 1756, totalizando cerca de 6500 pessoas (PIAZZA, 1983, p. 154-155)

⁴⁷ Os imigrantes das ilhas dos Açores, Madeira e Terceira eram comumente chamados de casais das ilhas em documentos oficiais e mapas das freguesias deste período.

quais de pedreiros, carpinteiros de obra branca e ribeira, serradores, falquejadores, ferreiros, calafates, serventes e remeiros (SILVA, 2008, p. 207-208; PIAZZA, 1983, p. 153). Piazza (1983, p.153) ainda afirma ser bastante provável que estes açorianos/madeirenses tenham aderido à pesca das baleias, visto esta estar intensa neste período e também porque a coroa não estava sendo capaz de dar aquilo que prometeu a eles⁴⁸.

Em 1753 Manoel Escudeiro deixa o cargo e José de Mello Manoel assume em seu lugar. Este governante ficou conhecido por obrigar os moradores da ilha e seu continente a plantar 100 árvores de algodão para cada porção de 50 braças de terras lavradas e cultivadas (SILVA, 2008, p.190). Também foi em seu governo que a ordem de Marquês de Pombal, acerca da expulsão dos Jesuítas, foi levada a cabo na ilha. Precisou expulsar os jesuítas que haviam construído um hospício no centro da Vila, próximo da Matriz (PIAZZA, 1983, p. 130). Durante seu mandato também a ilha se tornou fornecedora de farinha de mandioca para as tropas do Rio Grande (SILVA, 2008, p. 190), demonstrando o interesse da coroa nesta cultura na ilha de Santa Catarina e continente, o que provavelmente impulsionou seu cultivo.

Logo no início de seu governo, José de Mello Manoel envia um ofício para o Marquês de Pombal contabilizando a população na ilha de Santa Catarina⁴⁹. Para tal, faz a distinção entre os casais das ilhas e seus filhos e os casais naturais e seus filhos. Em sua contagem não são colocados outros grupos pertencentes à sociedade colonial, nem militares. Pois bem, contabiliza 4281 “almas” na Vila de Nossa Senhora de Desterro e 503 na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.

⁴⁸ A Provisão Régia de 07 de Agosto de 1746 estabelecia que um quarto de légua, armas, gado, dieta, alimentação antes do estabelecimento na dita terra e ferramentas seria disponibilizadas para os casais que decidissem se fixar na colônia meridional portuguesa (PIAZZA, 1983, p.152-154)

⁴⁹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 92. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], José de Melo Manuel, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo sobre as precárias condições das regiões e fortalezas da ilha de Santa Catarina; a utilidade que tem para a ilha as produções de linho, algodão, trigo e madeira e acerca da abolição das propinas que pagavam os navios que entravam na ilha. Sugere a construção de uma nova igreja matriz para os habitantes da vila de Nossa Senhora do Desterro da ilha de Santa Catarina. 30 de novembro de 1753.

Aquele *boom* acima mencionado ganha números. De cerca de 900 pessoas, contando militares, em 1739, pulou-se em 14 anos para mais de 5000 pessoas (considerando outros grupos da sociedade). Um crescimento de cerca de 500%.

Este *boom* certamente trouxe mudanças espaciais na ilha. Novos locais passaram a ser ocupados. Além de Nossa Senhora de Desterro e da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa ainda foram ocupados outros espaços, antes pouco conhecidos, entre as edificações oficiais, como as fortalezas ao norte e ao sul da ilha, e comerciais, como o depósito de azeite de baleia produzido na Armação da Piedade desde 1746, localizado ao sul da ilha no que depois seria a Armação da Lagoinha, fundada em 1772 (ZIMMERMANN, 2013, p. 47). Assim, novos caminhos por terra são abertos, para além da costumeira e mais comum utilização dos caminhos pelo mar (REIS, 2014, p. 75). A abertura destes caminhos também acarreta numa diminuição dos espaços sem forte presença da empresa colonial, bem como num maior conhecimento do território por parte dos habitantes ilhéus. No mapa abaixo podemos notar a ocupação da ilha de Santa Catarina durante este período.

Figura 9: Recorte de mapa francês “Plano da ilha e porto de Santa Catharina e enseada das Garopas / Déposé au Depot des Cartes et Plans de la Marine par le Capitaine de Vaisseau Margendie”, datado de 1770.



Legenda: A: Nossa Senhora do Desterro. B: Nossa Senhora da Conceição. C: S. Antônio. D: Aguada. E: Fortaleza de Ponta Grossa. F: Ponta do Norte em Canasvieiras. G: Ponta Sul, H: Forte da Barra de Araçatuba; I: Ilha de Ratonas e Forte de Santo Antônio. J: Forte de Santa Cruz. Fonte: Bibliothèque nationale de France, département Cartes et plans. Disponível em: <ark:/12148/btv1b53123109j>.

A substituição de José de Mello Manoel aconteceria em 1760, mas seu substituto faleceu antes de assumir, o que levou Mello Manoel a ficar no cargo até 1762. Por conseguinte, foi ele o governador responsável pelo início da construção do Forte Santana, em 1761, localizado no estreito entre a ilha e o continente, pouco ao norte da Vila de Nossa Senhora do Desterro (SOARES, 2011, p. 35).

Foi Antônio Cardoso de Menezes e Sousa que substituiu Mello Manoel como governador, assumindo em 1762 e mantendo-se no cargo até 1765. Durante seu governo, o coronel e governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, toma a Colônia de Sacramento (1762) e depois ocupa a vila do Rio Grande de São Pedro, em maio de 1763.

A defesa da ilha tornou-se mais uma vez foco. Assim, este governador foi visto como impopular, assim como seu antecessor, por ter obrigado o povo a trabalhar na conclusão das obras da igreja Matriz e nos Fortes Santana e São Francisco da Praia de

Fora⁵⁰ (PIAZZA, 1983, p. 130) e por que iniciou os treinamentos militares constantes isto é, ao menos uma vez por semana, com a população civil (SILVA, 2008, p. 181) afastando-os das lavouras e outros trabalhos que traziam seu sustento.

Ademais, D. Pernetty, membro da expedição francesa de Bougainville, deixou registrada sua visita à ilha de Santa Catarina, em 1763, durante o governo de Menezes e Souza. Este viajante notou no centro da Vila de Nossa Senhora do Desterro 150 casas, “todas tendo somente o rés-do-chão⁵¹”, bem como percebeu que a guarnição ocupava uma parte destas (PALMA DE HARO, 1979, p. 88). A vila havia expandido de seu diminuto centro ao redor da ermida de Dias Velho.

Com a defesa da Ilha de Santa Catarina, mais uma vez, no centro das atenções da coroa portuguesa, por conta de sua posição estratégica (SILVA, 2008, p. 211, PIAZZA, 1983, p.182), o sucessor de Cardoso de Meneses, Francisco de Souza de Menezes (governou de 1765 a 1775), teve que instituir o recrutamento militar obrigatório e continuar com os exercícios e treinamentos militares constantes sobre os civis (PIAZZA, 1983, p. 130). Destaca-se que antes estes exercícios eram feitos somente duas vezes por ano⁵².

Certamente esta quantidade de exercícios não foram bem sentidos pela população, a qual, através da Câmara, reclama em Carta à Sua Majestade afirmando que “se perdem totalmente as Lavouras e os negócios dos habitantes”⁵³ acarretando em prejuízos para todos.

Entretanto, estas atitudes eram apoiadas pela coroa. Em carta de 18 de abril de 1766, a Coroa e sua majestade aconselha que estas “evoluções militares” continuem e sejam feitas sempre aos domingos e dias santos, “porque de outra sorte virião a perder

⁵⁰ Este forte estaria hoje localizado na Praça Esteves Júnior em Florianópolis.

⁵¹ Casas de andar térreo, com a mesma altura da rua, ou terreno circundante.

⁵² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Cartas datilografadas do governo da capitania (1748/1804). GC-59. Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado (Secretario do Ultramar na Corte) para o Governador de Santa Catarina (Francisco de Souza de Menezes). 18 de abril de 1766.

⁵³ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARICO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 3, D. 194. CARTA dos oficiais da Câmara da ilha de Santa Catarina, ao rei [D. José] sobre a solenidade da posse do governador desta ilha, Francisco de Sousa de Meneses, e solicitam o pagamento dos soldos e fardamentos das tropas da ilha de Santa Catarina, como também o salário das pessoas que trabalharam nas faxinas, e o salário dos oficiais que trabalharam nas obras dos governos anteriores. 27 de julho de 1765.

em pouco tempo a sciencia, que com tanto trabalho adequeriram”⁵⁴.

Mesmo tendo tantos braços desviados da lavoura, visto cerca de 500 pessoas estarem recrutadas para as “evoluções militares” (PIAZZA, 1983, p. 130), no governo de Souza de Menezes ainda mais braços foram necessários para as obras públicas, como a construção da Casa de Câmara e Cadeia, do Forte São Luiz, localizado na Praia de Fora (CORREA, 2005, p.67; 72) e do Forte de Santa Bárbara numa ilha localizada próximo da sede da Vila de Desterro. Sublinha-se que Reis (2008, p. 12) afirma ter sido utilizada a mão de obra escrava para edificar a Casa de Câmara e Cadeia. Declara ainda que esta era a força bruta indispensável na arquitetura dos núcleos urbanos coloniais, isto é, era sempre presente (REIS, 2008, p. 12).

Entretanto, diferentemente da lavoura dos casais que sofria com sua falta de assiduidade, a pesca da baleia apresentava grande fartura. De tal forma que, em 1772, ergueu-se uma nova armação na costa oriental sul da ilha: a Armação Sant’Anna da Lagoinha. Esta fazia parte do Núcleo Baleeiro da Lagoinha que era do contrato da família Quintela e Cia (PIAZZA, 1983, p. 197).

Em 1774, quase ao final do governo de Souza de Menezes, o Marquês de Pombal dá novas instruções para a defesa da Capitania da Ilha de Santa Catarina (PIAZZA, 1983, p. 183). Com isto, era colocado no comando das forças militares da Ilha de Santa Catarina, em 19 de setembro de 1774, o então governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, o Brigadeiro Antônio Carlos Furtado de Mendonça. Francisco de Sousa de Menezes continuava no cargo de governador de toda Ilha, mas Furtado de Mendonça ficava na administração dos assuntos militares (SILVA, 2008, p.212).

Um ano após a nomeação de Furtado de Mendonça, um novo governador é nomeado: Pedro Antônio da Gama Freitas. Este assume o cargo com poderes mais restritos que seus antecessores na capitania, visto os assuntos militares serem

⁵⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Cartas datilografadas do governo da capitania (1748/1804). GC-59. Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado (Secretario do Ultramar na Corte) para o Governador de Santa Catarina (Francisco de Souza de Menezes). 18 de abril de 1766.

tratados por Furtado de Mendonça (SILVA, 2008, p.213; PIAZZA, 1983, p. 131).

Mesmo com a divisão de cargos, de onde se suporia uma melhor acurácia e qualidade nos trabalhos de defesa e gestão da capitania, em 1777 a Ilha de Santa Catarina se torna alvo e é facilmente atacada pelos espanhóis em 23 de fevereiro. D. Pedro de Cevallos, o mesmo que cercou a Colônia de Sacramento e o Rio Grande, desembarca na praia de Canasvieiras com seis batalhões e doze peças de artilharia (CORREA, 2005, p.103). Os fortes e soldados tentaram inutilmente defender a ponta norte, mas não conseguiram e em 24 de fevereiro o Forte de São José de Ponta Grossa foi tomado pelas forças espanholas (PIAZZA, 1983, p. 186).

Um dia depois, o coronel Furtado de Mendonça, assim como a guarnição militar portuguesa evacuou a ilha e passou para o continente (PIAZZA, 1983, p. 186). Uma parte da população, alarmada, fez o mesmo (CORREA, 2005, p.103). A 26 de fevereiro, D. Cevallos entra na sede da Vila de Nossa Senhora do Desterro e dois dias depois recebe o termo de capitulação da Ilha de Santa Catarina, assinado pelas tropas portuguesas no continente (PIAZZA, 1983, p. 186).

Com essa invasão a ilha ficou sob posse dos espanhóis e as atividades pesqueiras das duas armações, a da Piedade e a da Lagoinha, bem como as lavouras de algumas famílias foram interrompidas (SILVA, 2008, p.216).

A Ilha de Santa Catarina está sob controle dos espanhóis.

Vemos que nestes 40 anos do avanço militar da ilha de Santa Catarina o principal fator que estimulou a corte portuguesa a impulsionar o povoamento e ocupação da região da Ilha de Santa Catarina foi a tensão na relação com a Coroa Espanhola. A transferência de soldados e oficiais, a construção de obras de defesa, a imigração de açorianos e madeirenses, a ocupação de territórios antes pouco conhecidos, a criação da Provedoria Real, entre outras, foram atitudes tomadas para manter sob poder português aquela possessão. Até aqui vimos portugueses, espanhóis, franceses e escravos africanos, bem como considerável número de açorianos e madeirenses exercendo suas atividades cotidianas, trabalhando nos cargos oficiais, servindo banquetes, atendendo a bailes e jantares, pescando baleias, plantando mandioca, arroz, trabalhando a jorna para as obras, etc.

Mas e os indígenas, onde estão neste avanço militar, populacional e econômico da ilha? Vimos que eles estavam antes, então, teriam desaparecido com a chegada dos militares? Teriam aproveitado a provisão de 1720 de Rafael Pardini, protocolado sua liberdade e voltado as suas aldeias?

Não é bem isso que os documentos analisados neste período comentam. Alguns indígenas até podem ter fugido, ou mesmo requerido sua liberdade e voltado para as aldeias, mas outros continuavam pela ilha.

Vamos começar do início.

Em 1735 a Coroa fica alarmada e manda tropas para a ilha. Como comentado, foram enviados 63 homens, em 1737. Um desses homens era Francisco Ferreira da Cunha que, conforme Espada (2015, p.10) aponta, era homem rico, com conexões no Rio de Janeiro e “senhor” de alguns indivíduos. Entre 1747 e 1770 são registrados no Livro 1 de Matrimônio da Matriz 27 casamentos entre indivíduos “sob sua tutela”. Estes são 18 homens escravos africanos, 8 escravos crioulos pretos e pardos, e um pardo forro, que se casaram com 24 escravas (17 africanas e 7 crioulas), duas africanas forras e uma mulher identificada como “administrada”. Ou seja, é bastante provável que quando veio este oficial para a Ilha de Santa Catarina trouxe consigo alguns trabalhadores próprios, inclusive indígenas. Assim como, é presumível que continuasse aumentando ou mantendo o número de indivíduos sob sua tutela.

Silva Paes, da mesma forma, quando veio assumir o cargo de governador e iniciou a construção das fortificações trouxe consigo indígenas para auxiliar nos trabalhos braçais (CORREA, 2005, p.53; PIAZZA, 1991, p.54; PIAZZA, 1983, p.124).

Este mesmo governador, ainda em 1739, noticiando o rei acerca da chegada de um navio estrangeiro em Itapocoróia, 18 léguas ao norte da Ilha, que estava “descarregando fazendas em terra”, lamenta ao soberano que se encontrava sem “forças competentes” para defender a região, visto que possuía somente “cento e cinquenta pessoas, entre soldados, pedreiros, carpinteiros, ferreiros, índios e escravos” (SILVA, 2008, p.166).

Destaca-se que estes índios não estavam vinculados a nenhuma função específica, isto é, para Silva Paes estes indígenas não tinham profissão. Eram “pau pra toda obra” ou mão de obra simples a ser posta onde fosse necessário. Outra questão

interessante é que eles não são vinculados à denominação “escravos”. Provavelmente porque a escravidão indígena era vista de certo modo como combatida pelo Reino Português – mesmo ainda sendo praticada pelo Brasil por conta da “cláusula” da guerra justa, já apontada anteriormente.

Vemos assim que para além dos indígenas que mencionamos na seção acima e que já estavam na ilha de Santa Catarina no início do século XVIII, trabalhando voluntariamente ou não, como comerciantes, soldados ou executando outros trabalhos, vieram “novos” indígenas trazidos pela leva de oficiais militares. Como comentamos, esses indígenas não podem ser visto como um grupo homogêneo, de índios simplesmente, mas como diferentes grupos que estavam intercambiando-se por algum tempo, e que, em nossa pesquisa até aqui apontaram três grupos: os *tupi*, os *guarani* e os *minuanos*.

Agora, afora estes indígenas vindos de outras partes da colônia, os indígenas que já estavam na ilha também foram envolvidos nestes trabalhos de obras públicas. Em 1740, o Ouvidor Geral da Comarca de Paranaguá, Manuel Tavares de Siqueira, deixou um conjunto de provimentos para a Vila de Desterro, o qual apontava que os moradores locais deveriam dar apoio às obras sendo executadas na Ilha, como as fortificações e outras. Se estes não quisessem prestar serviços por si, deveriam enviar “seus escravos e administrados” (CARDOSO, 2013, p. 303-304). Ou seja, nestes primeiros anos do novo ímpeto colonialista da coroa em relação às suas colônias atlânticas meridionais, tanto os “novos” indígenas, quanto os indígenas locais estavam envolvidos na tarefa de construir defesas para estas praças, assim como os escravos africanos.

Os indígenas também estavam envolvidos na defesa propriamente dita. Notou-se isso quando, em 1743, Silva Paes saiu em diligência para a Colônia de Sacramento e deixou aconselhado para seu substituto, Patrício Manuel de Figueiredo, que se algum inimigo da Coroa Portuguesa entrasse nos portos da ilha deveriam ser presos nas fortalezas e “alguns paisanos ou índios da terra” deveriam ser “puxados” para dentro delas aumentando assim a guarnição da ilha (SILVA, 2008. P.167).

Alguns anos depois, em 1746, podemos ainda ver indígenas nesta função de soldados através de um mapa da guarnição, artilharia e outras munições de guerra que existiam nas

fortalezas e postas da Ilha de Santa Catarina. Nesta eram apresentados: 4 capitães, 7 alferes, 2 sargentos, 3 tambores, 175 soldados, 68 índios e negros, perfazendo um total de 259 militares. (SILVA, 2008, p.166). Ou seja, durante todo o governo de Silva Paes, os indígenas estavam se fazendo presentes, tanto como mão-de-obra para as construções das fortificações, quartéis, trincheiras, quanto como soldados.

Após a saída de Silva Paes do governo esses indígenas continuaram sendo vistos pela sociedade colonial, bem como continuaram trabalhando como soldados. No governo de Manuel Escudeiro, por exemplo, uma provisão, datada de 26 de junho de 1749, do rei D. João V ao provincial da Companhia de Jesus, ordena que se envie dois religiosos para atender aos casais açorianos e outros povos na ilha de Santa Catarina, inclusive “os bárbaros que viverem naqueles contornos”⁵⁵, destacando a presença indígena na região. Um ano mais tarde o rei José I (João V havia falecido) reclama ao governador da Ilha de Santa Catarina acerca das deserções de soldados, índios, recrutas e degredados daquela praça militar e ressalta sua posição de não violência aos índios que se encontram dentro da Ilha de Santa Catarina ou nas aldeias próximas a ela (CARDOSO, 2013, p. 302).

O sucessor de Manuel Escudeiro, José de Mello Manoel, também os contabiliza nas despesas de seu governo em 1753, tanto com relação às férias dos índios e recrutas que devem ser pagas, quanto às contas no hospital que cuidava da infantaria, dos índios e recrutas⁵⁶.

Observamos que os indígenas estavam presentes na sociedade colonial crescente da Ilha de Santa Catarina também em meados do século XVIII. Isto é, desde o início da colonização com Dias Velho, passando pela pequena póvoa coordenada principalmente por Manso Avelar até o princípio da Capitania da Ilha de Santa Catarina, instituída em 1738, temos indígenas, de

⁵⁵ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 1, D. 56. PROVISÃO do rei D. João V ao provincial da Companhia de Jesus ordenando que envie dois religiosos para atender aos casais açoreanos e outros povos na ilha de Santa Catarina.

⁵⁶ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 2, D. 92. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], José de Melo Manuel, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra], marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. Op. Cit.

diferentes grupos culturais, relacionando-se com a população crescente da ilha. Aparecem tanto como servos e trabalhadores nas obras públicas, quanto como soldados ou como indígenas “bárbaros”. Destaca-se também que neste momento as três edificações estudadas pela pesquisa arqueológica aqui perpetrada já haviam sido construídas ou estavam neste processo.

É válido retomar aqui a anotação acima feita acerca da mudança espacial na ilha, ocasionada pelo aumento populacional. O mencionado maior conhecimento de caminhos e rotas terrestres entre os diferentes edifícios e habitações construídos na ilha nestas primeiras décadas da capitania ocasionaram uma diminuição dos espaços não alcançados e conhecidos pela sociedade colonial. Pensar sobre a diminuição destes espaços é importante, pois, há uma alteração nas formas de interação entre estes habitantes do interior (que poderiam ser indígenas, fugitivos ou homens pobres) e a sociedade colonial que se expandia. Ou seja, essa expansão pode ter trazido repercussões a estes habitantes que tiveram que se ajustar a essa nova conformação. Infere-se inclusive que se fossem pequenos grupos indígenas tentando manter seu modo de vida fora das regulamentações da sociedade colonial, passariam a ter que decidir se manter-se-iam no local, ajustando-se à nova dinâmica espacial (multiplicação de encontros e pressão espacial), ou se alocar-se-iam em “outro interior”, fora da ilha.

Agora é interessante salientar a interação que deve ter ocorrido entre estes indígenas e outros “fatores” da sociedade colonial neste período, além da supracitada. Conforme comentado, os casais das ilhas, ou melhor, a mão-de-obra livre que eram, foram incentivados pela coroa a auxiliar na construção de obras públicas, bem como na lavoura, prestação de serviços e outros. Da mesma forma, sua vinda à Ilha de Santa Catarina significava mais braços para defesa e, por isso, eram recrutados, treinados e haviam ganhado armas do governo da capitania. Se contrapormos isto, com os locais e trabalhos onde os indígenas foram empregados podemos notar que os açorianos e madeirenses entraram em contato com os indígenas.

Vale destacar neste momento que, em 1750, quando o rei D. José I dispõe sobre a não violência aos índios da ilha ou das aldeias próximas, ele também ordena que *se* for realmente necessário o emprego da mão de obra destes indígenas, eles

seriam convidados para trabalhar com o mesmo pagamento que seria dado a um branco, “conforme seu trabalho e préstimo” (CARDOSO, 2013, p. 302). Ou seja, através desta carta do rei, vemos os indígenas tendo o apoio real de exercer as mesmas atividades dos brancos recebendo o mesmo salário – o que não deveria estar acontecendo para ter que ser expresso dessa forma. Ou seja, os pequenos trabalhos à jorna que os casais das ilhas faziam, que citamos anteriormente, poderiam também ser exercidos pelos indígenas se assim fosse necessário, não somente como administrados e mão-de-obra escrava, mas também como assalariados.

Enfatiza-se ainda que, devido a esta conjuntura de proteção ao indígena (a qual não era tão efetiva, mas de certo modo existia) e por conta do ritmo crescente do fluxo de escravos no atlântico sul, no período entre 1740 e 1750 há também um aumento da população escrava africana em Desterro (CARDOSO, 2013, p. 304). Augusto Silva (2008, p. 185) assevera isto ao afirmar que “A partir de meados do século XVIII, a escravidão negra passou a ocupar posição cada vez mais significativa na organização social e produtiva daquela colônia”⁵⁷. Isto em certa parte ocorre por conta de um aumento de pessoas mais economicamente favorecidas, ligadas ao novo ímpeto militar da ilha, que compravam e traziam escravos para este ambiente e também por conta do crescimento econômico como um todo que favorecia a compra de novos escravos. Como exemplo temos a Armação da Piedade, que em 1750 possuía 107 escravos, todos africanos. Outro aspecto que aponta para este crescimento de africanos na ilha é a permissão concedida à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos “Homens Pretos” para dar início a sua igreja (PIAZZA, 1983, p. 128).

Esse aumento da mão-de-obra escrava africana não necessariamente significa uma substituição total, mas uma mudança de foco no “tipo” de mão de obra cativa utilizada primordialmente. Ressalta-se inclusive, o que Mamigonian e Cardoso (2013, p. 22) afirmam sobre a mão de obra mais comum até as duas últimas décadas do século XVIII ser exercida pelos

⁵⁷ Pensando em nível de Brasil, Schwartz (1988) também aponta um declínio da mão de obra indígena já desde meados do século XVI, indicando 3 fatores: 1) a reação dos índios à escravidão e ao trabalho agrícola; 2) a disseminação de doenças e 3) o incremento do tráfico negroiro.

colonos recém-instalados e a mão de obra cativa (indígena ou africana) ser apenas uma mão-de-obra complementar. Assim, mesmo com as constantes provisões e leis que previam a proteção ao indígenas, a mão de obra indígena (escrava ou administrada) continuou sendo usada por um bom período, pois a instabilidade daquelas provisões e leis acabavam por facilitar esse uso.

Analisando esta questão legal indígena somente no século XVIII vemos que: 1) em 1720 Rafael Pardiniho proíbe a escravidão de indígenas, salvo em guerra justa, e reforça a liberdade dos índios dentro da sociedade; 2) em 1724, existe a presença de indígenas administrados no Livro 1 de Matrimônios da Igreja de Desterro; 3) em 1726, por força de Carta Patente fica proibido o açoite de escravos ou índios; 4) ainda em 1726, Cezar de Menezes, Governador da capitania de São Paulo, registra através de um bando a prisão de qualquer carijó administrado que esteja tentando fugir da administração portuguesa, afirmando ainda que serão presos e poderão ser mandados para Ilha de Santa Catarina, Rio Grande ou para onde lhe parecer conveniente para auxiliar os senhores⁵⁸; 5) também em 1726, em carta régia, o rei Dom João reafirma a proibição da escravidão indígena, mas permite a utilização deles como auxiliares dos bandeirantes, na descoberta do ouro, “desde que sejam bem tratados”⁵⁹; 6) em 1739, há o uso da mão-de-obra de indígenas vindos de outros lugares nas construções da Capitania da Ilha de Santa Catarina; 7) em 1740, há a Provisão do Ouvidor de Paranaguá permitindo o uso de escravos e administrados dos habitantes da ilha nas obras públicas; 8) Em 1743, Dom Luiz de Mascarenhas, governador de São Paulo, reforça que era proibido utilizar índios das aldeias de padres (reduções) sem a autorização prévia do governo e se forem achados índios assim, os donos seriam desterrados para Ilha de Santa Catarina e os índios seriam açoitados⁶⁰; 9) em 1750, o rei D. José I reafirma a liberdade dos índios e ordena pagamento igual ao dos brancos pelos trabalhos prestado; 10) em 1753, o governador da Ilha de Santa Catarina aponta índios como soldados e com direito a férias e remuneração; 11) em 1758 o Diretório dos Índios, que dispunha sobre a liberdade dos índios desde que civilizados, é estendido para toda a colônia brasileira, e

⁵⁸ Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo. v. 13. p. 95.

⁵⁹ Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo. v. 18. p. 201.

⁶⁰ Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo. v. 22. p. 182.

12) em 1766, o Governador de São Paulo (D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão) ordena que se capturassem indígenas que vivam libertos na região dos campos de Lages, e “para os ditos feitos, todos os foros carijós administrados, que tiver notícia andam vadios, não tem casa, nem domicílio certo, nem são úteis a República, e os obrigue ir povoar as ditas terras”. (VIEIRA FILHO, 2001, p.95).

Com tudo isso é perceptível a volubilidade neste assunto. Oliveira e Freire (2006, p.36) demonstram esta inconstância ao afirmar que havia uma imensa legislação colonial referente aos índios e direitos gerais (liberdade, trabalho, etc.), mas esta legislação mudava suas disposições de acordo com os relacionamentos estabelecidos com os indígenas. Da mesma forma, Perrone-Moises (1992, p. 115) classifica essa legislação como “contraditória, oscilante e hipócrita”.

Assim as legislações davam proteção, mas só até quando precisassem; indígenas poderiam ser livres, mas não podiam escolher entre ir ou não ir; não poderiam ser açoitados, mas poderiam se descumprissem ordens e assim por diante. Dessa maneira, observamos que mesmo com a suposta proteção aos indígenas, eles ainda eram usados como mão-de-obra, ainda eram obrigados a fazer trabalhos sob pena de açoite, e tinham deveres para com a empresa colonial. Frisa-se mais uma vez que isso não significa que os indígenas não tinham “voz” ou que eram completamente submissos, mas apenas que as cartas, provisões e bandos para tentar proteger os índios eram mais para descansar “a alma” do soberano do que uma proteção aos indígenas propriamente dita. Por conseguinte, provavelmente o indígena, através de ajustes e adaptações, teve que se manter protegido por seu próprio intermédio.

Em síntese, temos até aqui, nestas décadas iniciais da Capitania da Ilha de Santa Catarina e, mais focalmente, na Ilha de Santa Catarina em si, a pequena póvoa de Nossa Senhora de Desterro crescendo e ultrapassando seus limites. Novas localidades são criadas na ilha e continente, devido ao aumento populacional. Novos profissionais são requisitados. Há um fortalecimento da economia com a presença de mais “homens ricos”, como Espada apontou acerca de Francisco Ferreira da Cunha (2015, p. 10). O plantio da mandioca e outros produtos também cresceram, sendo inclusive exportada para as tropas do

Rio Grande de São Pedro. A pesca da baleia movimentava e trazia mudanças na sociedade. O número de africanos na sociedade colonial ilhéu aumentava⁶¹. As obras públicas ocorreram por todo período, empregando a mão-de-obra existente e necessária. Muitas fortificações e redutos de defesa foram construídos. O número de militares na ilha também se tornou bastante expressivo. A edificação da Casa de Governo e da Casa de Câmara e Cadeia estabeleceram firmemente o poder político no centro da Vila de Nossa Senhora de Desterro. Neste mesmo ambiente central eram feitas as festas e procissões, os julgamentos, a venda de escravos, a entrada e saída de viajantes, entre outros. Ali também estavam as casas dos principais da vila (CABRAL, 1979) e, de acordo com Extrato enviado em 1765 para o Conselho Ultramarino sobre o estado da Ilha de Santa Catarina⁶², havia ali 2 sobrados, mostrando que alguns habitantes desta parte central estavam enriquecendo.

⁶¹ É importante também destacarmos rapidamente a pluralidade existente dentro desta categoria africana. Mamigonian e Cardoso (2013, p. 20) afirmam que no início deste século XVIII havia africanos “de Guiné, Macau, Mina, Benguela, entre outros”. Mesmo que não focamos muito nesta heterogeneidade em nosso trabalho, sabemos que ela existe.

⁶² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 3, D. 205. EXTRATO (cópia) do governador de Santa Catarina, com informações sobre a ilha no que se refere à localização das fortalezas, das freguesias, Câmara e Igreja. 1765.

Figura 10: Plano da Vila de Nossa Senhora de Desterro. Em vermelho construções da vila (Plano de la Villa de N^a.S^a Del Destierro y sus Inmediaciones Capital de la Isla de S. Catalina situada en la Costa del Brasil, por la Parte del Norte a los 27. Gra. Y 23. Min. De Lat. Austral. Escala em varas castelhanas). Datado de 14 de dezembro de 1777.



Fonte: Fortalezas.org. Disponível em: <http://fortalezas.org/> Acesso em: 12 mar. 2017.

Os indígenas, africanos e europeus (portugueses, espanhóis, franceses e açorianos/madeirenses) estavam envolvidos nestes ambientes em crescimento desenvolvendo suas atividades diárias. Estes diferentes grupos interagiam constantemente uns com os outros. Os indígenas especificamente, poderiam estar trabalhando na casa de algum senhor, tanto dentro da casa, quanto na lavoura, poderiam estar exercendo alguma profissão assalariada, construindo alguma edificação, realizando a pesca às baleias e defendendo a praça militar ou mesmo afastados do centro da sociedade colonial.

Zalerio e Ana, ou Miguel e Ambrósia, ou ainda Manoel Carijó e Maria Angola se ainda estivessem pela ilha, já estariam mais velhos, testemunhando todas estas mudanças. Provavelmente já tiveram filhos, frutos do relacionamento entre africanos e indígenas, ou entre brancos e indígenas ou entre grupos de uma mesma “categoria”. Nada disto é possível de afirmar, mas é certo ressaltar que estava aumentando o número de indivíduos, resultado destes relacionamentos entre os diferentes grupos da sociedade colonial, da mesma forma como estava havendo um aumento populacional na Ilha de Santa Catarina.

O documento de 1726 citado anteriormente já mostra os frutos destes relacionamentos. Homens bastardos eram frutos de uma relação não legítima entre homem branco e mulher indígena. Similarmente, em 1763, o viajante Pernetty aponta estas “misturas” ao afirmar que a vila de Desterro era uma parte ocupada pela Guarnição, outra por brancos (de um lado) e outra por negros ou mulatos (do outro lado), asseverando que “veem-se na Ilha de Santa Catarina homens de todo tipo de pele, do negro até o branco”, estando o mulato em maior número (PALMA DE HARO, 1979, p. 88). Ou seja, descendentes de indígenas estavam inseridos na sociedade colonial ilhéu.

Destaca-se, entretanto, que a miscigenação entre indígenas e outros grupos culturais não significava uma obliteração de suas raízes, tanto para os próprios descendentes, quanto para os outros.

Isso é perceptível em uma carta enviada em 1766 ao Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina (Francisco de Souza de Menezes) pelo Secretário do Estado da Marinha e do Ultramar (Francisco Xavier Mendonça Furtado), na qual este elogia aquele no que se refere aos exercícios militares sendo feito pelos súditos e aponta que esses treinamentos devem ser comandados por alferes ou oficial superior para corpos militares maiores e para corpos militares menores o comando caberia a sargentos, desde que “não tenham a qualidade de pardos”⁶³. Este aposto é feito, pois a Câmara havia reclamado ao rei, achando

⁶³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Cartas Datilografadas do Governo da Capitania (1748/1804). GC-59. Carta de Francisco Xavier Mendonça Furtado (Secretario do Ultramar na Corte) para o Governador de Santa Catarina (Francisco de Souza de Menezes). 18 de abril de 1766.

incabível pardos darem ordens aos moradores durante os exercícios militares⁶⁴.

Ou seja, o número de mulatos poderia ser maior, estes poderiam estar exercendo um bom cargo de forma livre, mas, mesmo assim, a categorização destes homens livres como pardos, os denunciavam como sendo de uma ancestralidade de condição jurídica inferior (escravo, forro ou administrado), a qual não poderia ter poder de mando sobre outros de ancestralidade e condição jurídica superior.

Logo, a “transformação” destes descendentes de indígenas em mulatos, pardos ou bastardos pelas categorizações da época não ocultavam sua hereditariedade. Isto não colocava seu papel dentro da sociedade colonial como possuindo maior peso que sua ascendência. Por isso podemos notar que, devido a sua genealogia, eram vistos pelos brancos dominantes da sociedade colonial como de condição inferior, haja vista brancos, sargentos e livres estarem *sobre* eles, neste caso da organização das esquadras para treinamento militar, bem como por serem aceitáveis no treinamento de moradores.

Mais para frente neste capítulo, discutiremos mais acerca desta transformação dos descendentes de indígenas em mulatos, pardos ou bastardos.

Em todo caso, da mesma maneira, estes “homens de todo tipo de pele”, viram os espanhóis entrarem na Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1777. Alguns podem ter fugido da ilha com seus senhores, outros levaram seus pertences e suas ferramentas de trabalho antes que os espanhóis as tomassem e outros ainda resolveram ficar na ilha. Por fim, brancos, mulatos, pardos, bastardos e negros ouviram dizer que a tropa portuguesa havia entregue o termo de capitulação da Ilha de Santa Catarina.

3.2.1.3 *O avanço continua: a vez do comércio (1777-1823)*

As forças espanholas estabeleceram-se na ilha e tomaram posse dela até julho de 1778. A devolução ocorreu por conta da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso pela Rainha de Portugal

⁶⁴ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 3, D. 194. CARTA dos oficiais da Câmara da ilha de Santa Catarina, ao rei [D. José] sobre a solenidade da posse do governador desta ilha, Francisco de Sousa de Meneses, e solicitam o pagamento dos soldos e fardamentos das tropas da ilha de Santa Catarina, como também o salário das pessoas que trabalharam nas faxinas, e o salário dos oficiais que trabalharam nas obras dos governos anteriores. 27 de julho de 1765.

Maria I⁶⁵, em outubro de 1777, que além de prever a paz entre as coroas espanhola e portuguesa, descrevia como se fariam os limites das fronteiras na América e devolvia a Ilha de Santa Catarina para o Portugal (PIAZZA, 1983, p. 189-190).

Por conseguinte, em 31 de julho de 1778, o Coronel e Marechal de Campo Francisco Antônio da Veiga Cabral da Câmara, por ordem do vice-rei, recebia a Ilha de Santa Catarina do Marechal de Campo espanhol, Guilherme Vaughan (SILVA, 2008, p.216). Dia 03 de agosto, Veiga Cabral toma posse efetivamente perante todos em frente à Casa de Câmara da vila (PIAZZA, 1983, p. 131).

O principal objetivo de Veiga Cabral era iniciar a reconstrução da ilha pós-espanhóis. Para tanto chamou de volta os habitantes que haviam fugido, reparou os prédios públicos e deu início aos reparos nas fortalezas, arregimentando os batalhões para a defesa da ilha (CABRAL, 1937, p. 100).

Um ano depois, em 1779, Francisco Barros Morais Araújo Teixeira Omem foi nomeado governador ficando neste cargo até 1786. Em seu governo surgiram os primeiros estabelecimentos comerciais da vila, continuaram-se os reparos dos prédios públicos e terminou-se a construção da Casa de Câmara e Cadeia, bem como se iniciou a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, na localidade fundada pelos açorianos próxima à Lagoa da Conceição (CABRAL, 1937, p. 100; SOARES, 2011). Também em seu governo são extintas as fábricas e manufaturas por todo Brasil, forçando a compra de mercadorias estrangeiras (ou o contrabando), o que atinge diretamente a pequena indústria de tecelagem manual que estava se desenvolvendo na Ilha de Santa Catarina com os casais das ilhas (PIAZZA, 1983, p. 132).

Em 1785, durante o governo de Teixeira Omem, o viajante La Pérouse visitou e teceu alguns comentários referentes à Ilha de Santa Catarina e ao estado em que estava quando de sua visita (PALMA DE HARO, 1979, p. 121-125). Expõe que havia na vila de Nossa Senhora de Desterro cerca de 400 habitações de aspecto agradável. Aponta ainda que existia falta de objetos manufaturados e que a terra era muito boa para a cultura da cana de açúcar, mas visto não possuem muitos escravos, por não

⁶⁵ D. José I havia morrido dia 24 de fevereiro, um dia após o desembarque de D. Cevallos na praia de Canasvieiras. A Rainha Maria I, filha de José, toma seu lugar.

serem suficientemente ricos, não conseguiam desenvolvê-la. Após alguns dias e elogiando grandemente a ilha e o governador, La Pérouse vai embora. Destaca-se nesta narrativa o aumento do número de casas na vila de Desterro. Pernetty havia comentado a existência de umas 150 casas em 1763 e agora havia cerca de 400 habitações.

Figura 11: Vista da Ilha de Santa Catarina (*Veduta dell'Isola di Sta. Catterina*). Nota-se a igreja matriz e a praça central da ilha, bem como algumas casas térreas. *Desenho: La Pérouse.*



Fonte: Palma de Haro, 1979, p. 146

O sucessor de Teixeira Omem foi José Pereira Pinto. Este governou até 1791 e em seu governo foi terminado o Hospital dos Pobres da Caridade (1788) e deu-se a construção do edifício da Alfândega (1788), que ficava na esquina entre a Rua do Príncipe (Conselheiro Mafra) e a Praça da Matriz (CORREA, 2005, p. 183-184). Interessante assinalar que este prédio explodiu em 1866, não deixando vestígios sobre a superfície hoje.

Após Pereira Pinto, em 1791 foi a vez de Manoel Soares de Coimbra assumir. Este também teve construções em seu governo, para não fugir da regra. Foi responsável pela construção do Quartel do Campo do Manejo e para tal utilizou mão-de-obra militar, isto é, os próprios soldados foram responsáveis pela construção do quartel (CABRAL, 1937, p. 102). Isso rendeu-lhe alguns problemas que teve que resolver após ter sido sucedido

por João Alberto de Miranda Ribeiro em 1793⁶⁶. Cabral (1979, p. 86) ainda aponta que no governo de Coimbra a praça e praia em frente ao largo da matriz já fervilhavam com os vendedores de farinha, peixes, legumes, frutas e caças, bem como com quitandeiras. Ou seja, o comércio entre os moradores já se demonstrava bastante presente e possuía um local central onde ocorria.

Miranda Ribeiro, de acordo com Cabral (1979, p. 276-277), governou num dos momentos de grande miséria da Ilha de Santa Catarina no período colonial. Esta dificuldade econômica só foi aumentada quando em 1795 estabeleceram um aumento do imposto para a reedificação da Cidade de Lisboa. Além disto, foi no governo deste governador que a coroa portuguesa ordena o aumento das plantações de mandioca para mandar o excedente para o Reino, devido à falta de pão local por conta da esterilidade de seus campos⁶⁷.

Miranda Ribeiro também fez um dos censos estatísticos mais citados da história do século XVIII da Ilha de Santa Catarina. É através deste que podemos apontar que, em 1796, a farinha de mandioca constituía o principal produto da Capitania da Ilha de Santa Catarina, sendo produzida em grande quantidade em todas as freguesias dela (SILVA, 2008, p. 229). Ainda demonstrou números da produção de aguardente, arroz, milho, feijão e peixe seco.

Com relação à população, Miranda Ribeiro enumera especificamente para a Vila de Desterro 2652 fogos⁶⁸, além de 35 pretos (15 homens e 20 mulheres) e 75 pardos (32 homens e 43 mulheres) forros e 206 pardos (119 homens e 87 mulheres) e 789 pretos escravizados (433 homens e 356 mulheres)⁶⁹. Já no

⁶⁶ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 6, D. 415. AVISO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ao [presidente do Conselho Ultramarino], conde de Resende, [D. António José de Castro], ordenando que se consulte sobre a representação dos povos da ilha de Santa Catarina, para que em vista de outra representação se examine as acusações feitas contra o ex-governador [coronel Manuel Soares Coimbra]. 15 de abril de 1800

⁶⁷ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v.25, p.135

⁶⁸ Fogos: Ambiente destinado à habitação de um núcleo familiar.

⁶⁹ ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Ofício do [governador da ilha de Santa Catarina], tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro ao vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende, D. António José de Castro, remetendo relatórios e mapas referentes a extensão e limites da ilha de Santa Catarina e distritos de sua jurisdição. 17 de novembro de 1797.

Distrito do Ribeirão da Ilha, localidade onde estava inserida a Armação da Lagoinha, havia 733 fogos, 4 pretos forros (3 homens e 1 mulher) e 19 pardos (12 homens e 7 mulheres) e 284 pretos (217 homens e 67 mulheres) escravizados. Destaca-se a diferença de sexo entre estas duas localidades. Na Vila de Desterro a diferença de homens e mulheres não é tão gritante quanto no Distrito de Ribeirão. Em grande parte isso ocorre, pois a Armação da Lagoinha (ou Armação do Sul) possuía grande escravaria essencialmente masculina (ZIMMERMANN, 2006, p.75).

Miranda Ribeiro ainda expõe ao Conde de Resende, para quem estes números e mapas foram enviados, que havia da Ilha de Santa Catarina inúmeros profissionais com suas lojas próprias, tais quais, alfaiates, barbeiros, ferreiros, tanoeiros, funileiros, além de boticas e curtumes, apontando por fim 43 tavernas e 18 lojas⁷⁰. Ainda enumerou 38 fábricas de açúcar, 102 engenhocas de aguardente, 67 atafonas e 350 engenhos de farinha de mandioca na Ilha de Santa Catarina (SILVA, 2007, p. 36).

Ademais, em seu governo foram construídos os Fortes de São João do Estreito, na parte continental do estreito formado pela ilha e continente, como também foram criadas novas companhias de ordenanças de cavalaria e infantaria (PIAZZA, 1983, p. 132).

Em 1800, João Alberto de Miranda Ribeiro falece e em seu lugar assume um triunvirato formado pelos: Tenente-Coronel José da Gama lobo Coelho D'Eça, pelo ouvidor Aleixo Maria Caetano e pelo vereador José Pereira da Cunha (PIAZZA, 1983, p. 132). Após este triunvirato assume Joaquim Xavier Curado, que se mantém no cargo até 1805.

Durante seu governo alguns estrangeiros passaram pela ilha e entre eles estava a expedição russa de 1803 que trazia Urey Lisiansky, A. J. von Krusenstern e G. H. von Langsdorff (PALMA DE HARO, 1979, p.139-195). Todos escreveram acerca do que viram. Krusenstern, por exemplo, aponta que as fortalezas e canhões estavam em mal estado, com a guarnição mal chegando a 50 homens. Já Lisiansky comenta que há na ilha cerca de 1000 soldados e 3000 milicianos, afirmando que em

⁷⁰ Idem.

tempos de paz, somente metade destes soldados está a serviço e que a outra metade está em sua casa, cultivando suas terras⁷¹.

Langsdorff (PALMA DE HARO, 1979, p. 171-195) é mais minucioso e aponta a qualidade das inúmeras e pequenas lojas existentes na Vila, afirmando encontrar quase todas as mercadorias vindas da Europa. Assevera ainda que quase todos os moradores pescam para seu próprio sustento e que poucos vendem a pesca, comentando ainda que são os escravos negros é que cuidam da pescaria. Fala dos diferentes plantios existentes na ilha, dos teares ainda manuais e da fabricação de potes de barro. Sobre estes comenta que são de ótima qualidade, sendo exportados para o Rio Grande e para o Rio de Janeiro. Ainda expõe suas impressões acerca da pesca da baleia, afirmando esta dar trabalho e sustento para muitas pessoas, inclusive escravos.

Xavier Curado, além de ter sido elogiado pela hospitalidade por estes três homens da expedição russa, foi responsável pela construção do prédio da Provedoria da Real Fazenda, pela reedificação da Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, por reorganizar os Regimentos de Infantaria de Linha da Ilha, bem como por colaborar na mudança ocorrida com os contratos de pesca da baleia, os quais passaram das mãos de particulares para a administração da Fazenda Real, em 1801 (PIAZZA, 1983, p.132).

Dom Luiz Maurício da Silveira assumiu como governador em 1805, ficando neste cargo até 1817. Maurício da Silveira, em 1807, também enviou ao ultramar um censo com resumos de produção, consumo, exportação da capitania, bem como mapas da população e dos regimentos militares da ilha. Nestes aponta que viviam somente na Vila de Nossa Senhora do Desterro 4223 pessoas no total, sendo 1267 homens e 1531 mulheres, 779 escravos, 526 escravas, 43 pretos e pardos forros e 77 pretas e pardas forras⁷². Ainda aponta a população do Ribeirão (1383

⁷¹ Vê-se que são duas narrativas que se contrapõem em alguns pontos, o que nos leva a reiterar o que afirmamos no capítulo 2: existem subjetividades neste narradores que os levam a interpretar o que veem de formas distintas.

⁷² ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 9, D. 523. OFÍCIO do [governador da ilha de Santa Catarina], Luis Maurício da Silveira, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, enviando mapas dos resumos da produção de 1806, do consumo e exportação dos gêneros, relações das madeiras de construção, mapa da população da ilha e mapas do Regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina e do Corpo de Milícia desta ilha. 8 de junho 1807.

pessoas, sendo 413 escravos e 9 forros pardos e pretos), Lagoa (2496 pessoas, sendo 578 escravos e 48 forros pardos e pretos) e Necessidades (2914 pessoas, sendo 503 escravos e 60 forros pardos e pretos), outras localidades dentro da Ilha de Santa Catarina. Aqui, 50 anos após os números apontados por Mello Manoel, podemos perceber cerca de 200% de aumento da população. Isto considerando somente as povoações existentes dentro da ilha de Santa Catarina.

Ainda no ano de 1807, ocorre a criação da Capitania de Rio Grande de São Pedro, desanexada do Rio de Janeiro. A nova capitania fica subalterna à capitania da Ilha de Santa Catarina, mesmo seus governadores ainda prestando contas principalmente ao Vice-rei no Rio de Janeiro e depois em 1808 à Corte (SILVA, 2008, p.90-91), que, devido à expansão do poder napoleônico na península ibérica, transferiu-se de centro, saindo de Lisboa e alocando-se no Rio de Janeiro (VIEIRA FILHO, 2001, p.115).

Deve-se destacar rapidamente que a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil trouxe mudanças para toda sociedade colonial daquela época, principalmente as litorâneas. Isso procede, pois, devido à abertura dos portos, havia a permissão para navios estrangeiros comerciarem livremente nos portos brasileiros, o que aqueceu o comércio brasileiro. Outro aspecto que fortaleceu a economia do Brasil foi a permissão de montar indústrias que haviam sido proibidas pelo reino português anteriormente. Por fim, toda uma nova coleção de leis foram transferidas e transmitidas para o Brasil. Deve-se deixar isto em mente, pois ter a Corte Portuguesa no Brasil traz novas expressões aos acontecimentos.

Em 1809, portanto já com a corte no Brasil, o distrito do Ribeirão é elevado a Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão (PIAZZA, 1983, p. 134). Mas esse crescimento não significava abastança, pois, alguns anos mais tarde, de acordo com Cabral (1979, p. 284), mais uma vez a população se encontra em dificuldades, tendo o governo que comprar farinha de mandioca de outros locais para revender ao povo.

Essa carência da população já é citada por Mawe, viajante inglês que visitou a ilha em 1807 (PALMA DE HARO, 1979, p. 202). Nesta visita Mawe nota que a vila possui várias ruas, com casas de dois ou três andares e assoalhadas com madeira, diferente das casas notadas por Pernetty em 1763. Interessante

notar que Mawe via a população como carente, mas também via boas casas, já assobradadas, apontando uma desigualdade presente na sociedade.

Outros viajantes vieram durante o governo de Maurício da Silveira, como Golovnin (1808), Porter (1812) Kotzebue, Chamisso e Choris (1815) (PALMA DE HARO, 1979). Porter, ao comentar sobre a Vila de Nossa Senhora de Desterro fala: “Parece lugar de comércio; vários bergantins e barcos estavam, ainda, em frente à Vila, e os mercados eram numerosos e bem abastecidos [...] As casas, em geral, são construídas com elegância” (PALMA DE HARO, 1979, p. 232). Denota-se que a vila de Desterro, mesmo com as dificuldades que a capitania passava, mantinha um sólido comércio na sede da vila, bem como um bom nível de qualidade de suas habitações.

Outra contagem da população, desta vez perpetrada por Paulo Jozé Miguel de Brito (1816, p. 41) demonstra um crescimento da população desde o último censo aqui citado. Este autor afirma que a população de Desterro, em 1810, compunha-se de 5250 almas, sendo homens brancos: 1468; mulheres: 1916; homens de cor libertos: 71; mulheres de cor libertas: 106; escravos homens: 955; e escravas mulheres: 734. O mesmo ocorre com as outras localidades da Ilha de Santa Catarina, isto é, ao que tudo indica, há um crescimento populacional, referente também a um aumento de libertos e de escravos.

Salienta-se ainda que em 1815, em âmbito nacional, o Brasil é elevado à categoria de Reino, o que acarreta na elevação das capitanias a províncias. Todavia, isto ocorreu mais tarde, em 1821, durante o governo do sucessor de Maurício da Silveira.

Assim, em 25 de abril de 1817, toma posse o governador João Vieira Tovar e Albuquerque que fica neste governo até 1821. No governo deste é criada Intendência da Marinha de Santa Catarina e a edificação do Hospital de Caldas do Cubatão. No ano de 1820, a Capitania de Santa Catarina incorpora a vila de Lages (que pertencia à Capitania de São Paulo) ao seu território, deixando de ser uma capitania majoritariamente litorânea (PIAZZA, 1983, p. 133).

Nesse mesmo ano, Saint-Hilaire, naturalista francês, visitou a ilha de Santa Catarina e deixou relato bastante longo acerca do que viu e encontrou na ilha. Fazemos uma pequena síntese aqui de alguns pontos interessantes:

A ilha de Santa Catarina é montanhosa, fértil e extensamente cultivada, sendo a mandioca o arroz e o feijão os seus principais produtos [...]. A cidade de Santa Catarina, também chamada de Desterro é muito comprida mas de pouca largura [...] suas ruas são mais estreitas, mas em geral bem alinhadas. Só são calçadas defronte das casas, e no entanto [...] nunca há lama nelas porque o terreno é muito arenoso. [...]

Desterro é uma cidade marítima e comercial, não se mantém deserta como as cidades do interior. À época de minha viagem havia normalmente uma dúzia de embarcações de pequeno porte tanto no seu porto quanto em Santa Cruz, e o canal era animado pelo constante tráfego de canoas que, principalmente pela manhã, traziam víveres pela cidade.

Em nenhuma outra parte a não ser em São Paulo eu havia visto [...] lojas tão bem sortidas e em tão grande número como em Santa Catarina. [...] os principais produtos de exportação, em 1820, eram a farinha de mandioca, o arroz, o óleo de baleia, a cal, o feijão, o milho, o amendoim, o melado, a madeira para construção e carpintaria, couros, potes de barro, peixe salgado, tecidos de linho e tecidos feitos com uma mistura de cânhamo e algodão. [...]

Nas imediações da cidade veem-se bonitas chácaras e mais ao longe um grande número de sítios espalhados por toda parte. [...] ali se vê a cada passo um casinha rodeada por uma prodigiosa quantidade de laranjeiras, tendo ao lado uma plantação de mandioca. [...]

A população da Ilha de Santa Catarina e mesmo a do resto da província é em grande parte originária das Ilhas dos Açores. O número de negros, como já

disse, é pequeno ali, e o dos mulatos é ainda menor. (SAINT HILAIRE, 1978, p.167-173)

É notável a grande quantidade de informações que este naturalista dá sobre a ilha e continente fronteiro. Vê-se também que, durante o governo de Tovar e Albuquerque a população e agricultura da ilha já estava bastante espalhada por seu território, bem como o comércio estava solidamente desenvolvido. Salienta-se, no entanto, que suas impressões da Ilha e continente sempre foram escritas em relação a outros lugares que visitou. Assim, quando fala que havia poucos escravos não relaciona este número com a própria população da ilha, mas com o que viu em outros lugares.

Ainda no ano de 1820 deu-se o retorno do Rei João VI a Portugal. Isto ocorreu por conta da Revolução de Porto e a necessidade de reunir as cortes para normalizar a situação político-administrativa da nação (PIAZZA, 1983, p. 225).

Por fim, um ano antes da independência e do fim do domínio das cortes e coroa portuguesas no Brasil, o Rei João VI transformou as capitânicas em províncias com uma junta governativa composta por 5 membros escolhidos por um Colégio Eleitoral. A capital da província continuou sendo a mesma, mas o nome da vila mudou, suprimiu-se o “Nossa Senhora” denominando-se Vila do Desterro (CORREA, 2005, p. 147).

Em 1822, dia 7 de outubro, chega a notícia na ilha da Independência do Brasil de Portugal (CORREA, 2005, p. 147-149). Em 12 de outubro uma ata de aclamação na qual 143 pessoas assinaram, declara aceitar a independência do Brasil na Câmara da Vila de Desterro (PIAZZA, 1983, p.226) e pouco tempo depois, em fevereiro de 1823, a vila é elevada à categoria de Cidade de Desterro, por decreto do imperador D. Pedro I (CORREA, 2005, p. 149).

Vemos que a ilha de Santa Catarina continuou crescendo. A pequena póvoa alargou-se. Outras localidades foram fundadas e firmadas com a construção de igrejas, habitações e lavouras. No centro da vila mais habitações e prédios foram edificadas. Muitas destas novas habitações foram assobradadas, assim como as casas que já estavam ali, destacando o crescimento econômico de alguns. Desta vez, não somente o militarismo e o medo de uma

guerra eram as principais alavancas para seu crescimento, mas também o implemento do comércio. Citamos como o comércio aumentou, não somente com vendedores ambulantes, mas também com estabelecimentos, como tavernas de secos e molhados e lojas de diferentes profissionais. A produção e exportação de diferentes produtos agrícolas e de produtos manufaturados, como as louças de barro, movimentavam a economia da capitania e provavelmente empregavam muitos habitantes nisto.

O número destes habitantes também aumentou, tanto na vila como nos distritos e freguesias de outros pontos da ilha. Havia um bom número de indivíduos brancos, mas o número de escravos pretos e pardos, bem como de pretos e pardos forros era considerável. E como comentamos estavam empregados (voluntariamente ou não) em distintos setores da sociedade, tanto no meio agrícola e comercial, quanto no meio militar e da pequena indústria (por exemplo olarias), sem esquecer das sempre presentes obras públicas.

Certos agora do crescimento populacional, econômico, agrícola e militar neste período “pós-espanhóis” na ilha podemos questionar: e os indígenas? Vimos que cresceu o número de pretos africanos e afrodescendentes, mas e o número de indígenas e descendentes de indígenas? Onde estavam estes neste momento de um maior crescimento?

A imensa maioria das citações diretas acerca de indígenas neste período acontece referente a indígenas do interior da capitania.

Encontramo-los sendo enviados pelo Governador de São Paulo para a povoação de Lages, em 1777, onde começariam lavouras de alimentos para tropas militares portuguesas que por aquela região passavam. Estes são apresentados como indígenas aldeados de São Paulo, isto é, indígenas administrados⁷³.

Em 1780, localizamo-los também como indígenas administrados num despacho enviado pelo provedor da Fazenda Real da ilha de Santa Catarina, Teles Gomes de Figueiredo, acerca da arrecadação da Fazenda Real, das despesas com as

⁷³ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v. 42. p. 275.

tropas, da doação de carne e administração dos índios da parte meridional da colônia brasileira⁷⁴.

Em 1797, o viajante Semple Lisle, aponta o auxílio que os indígenas prestaram no trajeto por terra que fizeram de Rio Grande até a vila de Laguna. Estes indígenas, de acordo com Semple Lisle, foram “fornecidos” pelo Governador do Rio Grande aos viajantes (PALMA DE HARO, 1979, p. 134). Isso nos leva a considerar que podem ser indígenas administrados ou indígenas trabalhando para aquela governadoria.

Outros viajantes, vindos em 1803 para a Ilha de Santa Catarina, também apontaram indígenas no interior da capitania, entretanto dessa vez, não os apontavam como administrados, mas sim como “gentio bravo”. Estes viajantes são Krusenstern, Lisiansky e Langsdorff (PALMA DE HARO, 1979).

Krusenstern afirma que nativos bravos estavam importunando os habitantes da região da ilha de Santa Catarina, asseverando:

O povo está exposto aos ataques dos nativos, [...] esses ataques não são, entretanto, levados a efeito com qualquer consequência sangrenta; os nativos se contentam em pilhar e levam consigo particularmente o gado pertencente aos portugueses. (PALMA DE HARO, 1979, p.151).

Lisiansky demonstra que quase não via os nativos, pois, por serem muito arredios, “nenhuma correspondência consegue se estabelecer entre eles e os portugueses” (PALMA DE HARO, 1979, p. 165). Já Langsdorff afirma de igual modo a presença de indígenas somente no interior do continente fronteiro à ilha e seus ataques a habitantes da povoação ali estabelecida (PALMA DE HARO, 1979, p. 174).

Entretanto, Langsdorff dá outras informações. Ele constata que estes indígenas são chamados ali de “gentio brava,

⁷⁴ ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO. AHU_ACL_CU_021, Cx. 4, D. 292. DESPACHO do [provedor da Fazenda Real da ilha de Santa Catarina, Teles Gomes de Figueiredo], ordenando que o escrivão da Fazenda Real desta ilha, Manuel José Ramos passe por certidão as cartas registradas nessa Provedoria das instruções do vice-rei do estado do Brasil, conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, acerca da arrecadação da Fazenda Real, das despesas com as tropas, da doação de carne e administração dos índios.

povos selvagens ou caboccos” e que os ataques a habitações não eram coisas raras, mas comuns na região (PALMA DE HARO, 1979, p. 174). Ademais, verifica que muitos escravos, que fugiam das mãos de seus senhores, uniam-se no interior com estes “gentios”, cooperando nos assaltos supracitados (PALMA DE HARO, 1979, p. 177).

Esta informação vinculada à nomeação de novos capitães do mato para distritos que ainda não o possuíam, em 1801, pela Câmara da Vila de Nossa Senhora do Desterro⁷⁵, nos leva a considerar que estes capitães deveriam relacionar-se de forma belicosa com estes escravos fugidos e indígenas “bravos”.

O ataque a estes indígenas se tornou institucionalizado quando, no Brasil, o Príncipe Regente João, filho da Rainha Maria I, em Carta Régia de 5 de novembro de 1808, declara guerra contra os “infestadores” de seus territórios, denominados bugres⁷⁶.

Estes bugres⁷⁷ eram os indígenas do interior, os quais eram temidos por todos os habitantes do interior que desejassem montar suas povoações, principalmente no caminho que ligava Curitiba a Lages.

Entretanto, fora deste caminho e mais próximo da Ilha de Santa Catarina, foi relatado um ataque destes indígenas por Debret, em 1815. O ataque havia acontecido antes de sua visita à ilha, mas descreve-o como ocorrendo em um empreendimento de águas termais “situada numa das várias montanhas próximas a ilha de Santa Catarina” (GERLACH; MACHADO, 2007, p.24). Aponta como ferozmente destroem todos os soldados trabalhando para este empreendimento, com sua “máquina” feita com materiais orgânicos que incendeia facilmente madeira (GERLACH; MACHADO, 2007, p.25).

Saint-Hilaire (1973, p. 158-159) um dos últimos viajante a vir para a Ilha de Santa Catarina no período colonial, corrobora com as afirmações dos outros viajantes, indicando que indígenas

⁷⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Ofícios da Câmaras Municipais para Governo da Capitania (1776/1808). CAM-GC-66. Carta da Câmara enviada a Joaquim Xavier Curado. 18 de julho de 1801.

⁷⁶ Coleção de Leis do Império do Brasil de 1808. 1891. v.1. p.156.

⁷⁷ Alguns historiadores apontam que estes indígenas denominados “bugres” tem conexão com grupos Jê, como os Xokleng (WITTMANN, 2007). Saint-Hilaire (1973, p.159), da mesma forma, aponta estes como os “Socrê”, que em muito se assemelha com a nomenclatura “Xokleng”, grupo conhecidamente Jê.

vindos do interior atacavam localidades e habitantes no litoral, degolando-os. Afirma ainda que estes indígenas abandonam seus filhos, quando estes não conseguiam os acompanhar em suas emboscadas.

Divergindo dos períodos anteriores citados neste trabalho, vemos até aqui que os documentos que apontam diretamente os indígenas, não os colocam como possuindo algum papel dentro da sociedade colonial ilhéu após a invasão espanhola. Vimo-los como índios administrados, auxiliando em regiões próximas, e como indígenas fora da administração e sistema colonial. Foram percebidos tanto como auxiliares, quanto como inimigos pela sociedade colonial dominante da ilha.

Será que aqueles indígenas comerciantes, soldados e trabalhadores existentes nos períodos anteriores abandonaram a ilha?

Este prospecto seria possível, mas difícil de assumir prontamente devido a sua presença manente nos períodos anteriores. E mais ainda porque em outras regiões do Brasil estes indígenas ainda estavam envolvidos em atividades dentro da sociedade colonial.

Voltando-nos somente para São Paulo já notamos alguns exemplos.

Na vila de Mogi-Mirim na Capitania de São Paulo, por exemplo, o sargento-mor de ordenanças, Manoel Roiz Araújo Belem, ao apontar quantos habitantes havia naquele distrito em 1791, indica 3991 pessoas, entre brancos, carijós, mamelucos e bastardos⁷⁸.

Alguns anos mais tarde, da mesma forma encontram-se indígenas na sociedade colonial de São Paulo, visto Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, governador da Capitania de São Paulo comentar com Dom Rodrigo da Souza Coutinho acerca dos resultados positivos das feiras que ocorriam em São Paulo, que além de outros vendedores, havia índios vendendo suas “louças ordinárias”⁷⁹.

Em 1801, este mesmo governador da Capitania de São Paulo, fala de um indígena, chamado Luiz Francisco, que passaria a receber salário, visto ser ajudante de um novo sargento de

⁷⁸ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v.15. p. 80.

⁷⁹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v.29. p. 213.

milícias⁸⁰. Luiz Francisco provavelmente era um soldado auxiliar deste sargento. Outros soldados indígenas deveriam existir naquela sociedade, pois, ao comentar sobre o Hospital Militar de São Paulo, este governador indica como este ajuda “soldados, índios e 136present”⁸¹. Ressalta-se, no entanto, que não somente indígenas com função de soldados frequentavam estes hospitais. O físico-mor das tropas de São Paulo, João Alvares Tragozo, fala do trabalho de indígenas auxiliando no hospital, tanto como cozinheiros, quanto como enfermeiros⁸².

Vemos os indígenas presentes nesta sociedade paulista, bem como realizando diferentes tarefas. Sendo assim, pode ser que sua ausência nos documentos pesquisados acerca da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina seja explicada não por uma ausência real na sociedade ilhéu, mas sim por uma invisibilidade nos documentos ou por conta de não termos encontrado os documentos que os apontavam.

Contudo, se lembrarmos do que comentamos acima acerca dos pardos, mulatos e bastardos, consegue-se inferir que essa tal invisibilidade documental dos indígenas e descendentes de indígenas pode ser devida a uma modificação na denominação dada a estes indígenas e descendentes. Ou seja, é possível que a nomenclatura indígena fosse somente empregada quando se referia a indígenas administrados e/ou indígenas fora da sociedade colonial, isto é, indígenas com estigmas de “selvagens” (mesmo que sob controle da administração). Já quando indígenas e descendentes de indígenas estavam empregados livremente em atividades dentro da sociedade colonial, sua denominação era outra, como mulatos e pardos, isto é, sua cor sobressaía-se a sua identificação cultural.

Agora, discutiremos um pouco acerca desta transformação na denominação dos indígenas e descendentes de indígenas e a consequente invisibilidade nos documentos oficiais.

Mencionamos acerca do uso do nome “*cabocolos*” (caboclos) por Langsdorff. Sabe-se que este nome homogeneizante era dado para os mestiços Brasil afora. Seriam indivíduos filhos de relacionamentos entre brancos e indígenas. Entretanto, Langsdorff usa também esse termo juntamente com a

⁸⁰ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v.30. p. 34-35.

⁸¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v.30. p. 44.

⁸² Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v.31. p. 325

designação “gentio bravo”. Seriam estes *caboccos* de Langsdorff, descendentes de indígenas?

Continuando com este pensamento e adicionando o comentário do mesmo viajante acerca de escravos fugindo para o interior e unindo-se aos gentios, torna-se possível que estes grupos “bravos” não fossem formados somente por indígenas. Ou melhor, haveria grupos “bravos” compostos somente de indígenas e seus filhos e outros formados por africanos e indígenas, bem como seus descendentes.

Funari (1995), em seu trabalho sobre a cultura material e relações sociais em assentamentos de fugitivos, mostra que diferentes grupos de ameríndios, de brancos pobres e de africanos entravam em interação neste ambiente, por segurança ou como forma de fugir do sistema. Aqui pode não ser diferente. Podemos ter grupos de culturas distintas, em interação e vivendo em assentamentos no interior, eventualmente atacando aquilo que os trazia insegurança ou por conta da necessidade. Alguns destes indivíduos poderiam ser frutos de relacionamentos inter-étnicos entre brancos, africanos e indígenas. Talvez por esse motivo os habitantes da ilha comentaram com Langsdorff que os chamavam de “*caboccos*”, bem como de “gentio bravo”.

Infere-se com isso que havia caboclos inseridos em assentamentos no interior que eram percebidos como gentio bravo pela sociedade colonial. Conforme argumenta Maria Almeida (2009) em seu trabalho sobre índios mestiços e selvagens⁸³ civilizados, nota-se a fluidez existente entre o mundo civilizado e o mundo selvagem neste contexto colonial. Nas elucubrações que fazemos a seguir, essa fluidez se liquefaz ainda mais.

Essa visão de caboclos como “gentio bravo” fortalece a noção de que somente quando os indígenas estavam com seus estigmas de “selvagens” eles eram considerados indígenas de fato, pois, como mestiços, caboclos, pardos ou mulatos, esses descendentes de indígenas dentro de assentamentos do interior eram considerados “índios selvagens”. Isto é, no imaginário

⁸³ Usamos essa nomenclatura selvagem aqui não porque aceitamo-la, isto é, não porque cremos que eram como animais selvagens, mas sim porque tal nomenclatura traz a forma como eram percebidos no período em questão, quer dizer, eram percebidos como animais selvagens, não domesticados. Essa nomenclatura também é inferiorizante e não concordamos com sua utilização, ou ainda com seu uso depreciativo.

européu colonial, uma vez que esses homens abandonavam a sociedade colonial cristã e europeia e retornavam aos costumes (supostamente) “bárbaros” e “pagãos”, característicos dos “gentios bravos”, deveriam ser considerados e denominados como tais.

Do outro lado, temos os descendentes de indígenas (mulatos e pardos) que apontamos algumas vezes dentro da sociedade colonial neste período. Estes eram frutos dos relacionamentos que citamos anteriormente entre indígenas, africanos e brancos. E, por estarem incluídos nesta sociedade colonial e exercendo funções dentro dela sem os estigmas supracitados, eram denominados por estas nomenclaturas de mestiços.

Avançando nesta ideia, é possível que os indígenas “puros” (não mestiços), livres e empregados dentro da sociedade colonial, acabassem sendo denominados como mulatos e pardos também, visto estarem sem aqueles estigmas. Ou seja, se mestiços (caboclos) com os “estigmas” viravam indígenas (“gentio bravo”), pode ser que indígenas sem estigmas tornavam-se mestiços (mulatos e pardos)⁸⁴. Assim, tanto indígenas, como descendentes de indígenas poderiam ser homogeneizados pela cor de sua pele (pardo ou mulato) quando estavam exercendo atividades inseridos na sociedade colonial ilhéu. Essa homogeneização, como comentamos anteriormente, não ocultava sua ascendência jurídica inferior, isto é, sua ascendência escrava, administrada ou “selvagem”, mas indicava diferença do “gentio bravo”.

Para fortalecer toda essa conjectura considera-se as asseverações de Oliveira e Freire (2006) e Almeida (2009) acerca do imaginário europeu durante a colônia. Estes afirmam que a política indigenista do período colonial fragmentava esses grupos autóctones em dois polos contrastantes: os aliados, sob controle da administração e os inimigos, bárbaros e bravios escondidos no interior. Não havia, neste imaginário, espaço para relatividades distintas (OLIVEIRA; FREIRE, 2006, p. 35). Por conseguinte,

⁸⁴ Vale ressaltar que estes estigmas não são o que “faz” do indígena um indígena, mas sim o que parecia ser notado na época como indígena. Para este trabalho um indígena inserido na sociedade colonial era um indígena. Todavia este está ajustando-se a este sistema e as suas escolhas nele. Da mesma forma que indígenas fora da sociedade colonial estavam ajustando-se a outro sistema e suas escolhas nele.

alicerça-se mais a noção de que para o imaginário colonial europeu a caracterização de indígenas orbitava *somente* por estes dois polos: bravios x administrados. A declaração de guerra justa outorgada pelo príncipe regente D. João, em 1808, contribuiu para reforçar ainda mais essa ideia (ALMEIDA, 2009, p.100). Fora destas duas atribuições (bravios x administrados) outras denominações poderiam ser empregadas. Talvez nome e sobrenome de “famílias de Portugal”, conforme assentado pelo Diretório dos Índios.

Neste Diretório está outro aspecto que parece apontar para essa transformação na denominação dos indígenas e descendentes de indígenas dentro da sociedade colonial. Esta refere-se a dois parágrafos presentes no Diretório que, como comentamos, foi estendido para toda a colônia brasileira em 1758 e atuou no Brasil até 1798⁸⁵. Nestes parágrafos era preconizado que estes índios não seriam mais chamados de “negros” (da terra), mas “terão daqui por diante todos os Índios sobrenomes”, como os brancos e famílias de Portugal⁸⁶. Assim, estes índios civilizados, que deveriam ser batizados na fé católica, seriam enquadrados dentro de padrões que imitariam aos demais cidadãos brancos (OLIVEIRA, FREIRE, 2006, p. 71). Ou seja, há uma indicação para utilização de nomes “de brancos” (o que não quer dizer que foi rapidamente aceita), diminuindo a utilização de denominações que os conectem a sua cultura autóctone, visto que dessa maneira estariam a “imitação dos Brancos”, como o Diretório reitera, e consequentemente inseridos na sociedade colonial de bases europeias. O objetivo deste Diretório era assimilar definitivamente estes indígenas nos sistema colonial do Império Português, fazendo-os valorosos súditos de sua majestade, assim como os brancos supostamente o eram.

Ademais, Almeida (2009, p. 101-102) assevera que era interessante para as autoridades e moradores denominar os indígenas e descendentes dessa forma “mestiça”, pois não sendo mais indígenas, as terras das aldeias se tornavam um bem a ser conquistado por Câmaras Municipais e moradores. Assim, há

⁸⁵ Mesmo oficialmente extinto o Diretório continuaria servindo de parâmetro oficial em várias regiões (ALMEIDA, 2009, p. 101).

⁸⁶ Parágrafo 10 e 11 do Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. 3 de maio de 1757.

mais um esforço para não chamar os indígenas de indígenas, mas sim de outra coisa.

É interessante destacarmos rapidamente estes outros interesses e mecanismos econômicos e ideológicos por trás do sumiço da identificação destas pessoas como indígenas ou descendentes de indígenas. Ao tornarem-se assalariados, como D. José I dispõe em 1750, e desprovidos da nomenclatura de indígenas (possuindo inclusive nomes de portugueses), tornam-se trabalhadores com os mesmos direitos e deveres do homem branco, mas trabalhadores sem terra. Ou seja, enquanto indígenas teriam uma garantia ou poderiam garantir acesso aos meios de produção, isto é, a terra. Mas ao esconderem essa identificação indígena, o vínculo com a terra se perdia (inclusive juridicamente) e o indivíduo passaria a ter que vender sua força de trabalho para o mercado, bem como pagar tributos ao rei. Uma categoria exclusivamente trabalhadora é formada.

Em síntese, percebemos que havia uma fluidez na percepção do indígena entre o mundo civilizado e o mundo selvagem. Essa existia por conta de uma tentativa de polarização de *todos* os indígenas (e descendentes) em duas categorias, as quais não abarcavam a todos e nem relativizavam a complexidade existente dentro destes grupos. Os que não eram facilmente abarcados e categorizados, ficavam flutuando nesta fluidez, não sendo brancos, nem índios. Não eram índios porque não eram administrados, nem selvagens. Não eram brancos porque sua ancestralidade era selvagem ou administrada.

Coube assim, outra denominação. Essa dependia da relação que estabeleciam com a sociedade colonial. Isto é, caso escolhessem estabelecer-se dentro da sociedade colonial, como cristãos (o que não significava que eram cristãos efetivamente), de forma livre, trabalhando em atividades de brancos e com sobrenomes de brancos era dada uma denominação que não ocultava sua ascendência, mas se conformava com sua civilidade e inclusão dentro da sociedade. São os mestiços, mulatos, pardos, caboclos e bastardos. Esses não eram índios e nem brancos, mesmo possuindo “nome de branco”. Eram trabalhadores, pagantes de tributos e dízimos da sua majestade⁸⁷.

⁸⁷ De outra maneira, se escolhessem estabelecer-se em assentamentos fora das regulamentações da sociedade eram os “bárbaros” e incivilizados nativos e indígenas, como vimos citados em muitos viajantes. E se escolhiam aceitar a administração pelos

Salienta-se, entretanto, não podermos esquecer a presença africana nestas miscigenações, isto é, existiram relacionamentos entre africanos e brancos que também geravam mestiços. Sendo assim, não podemos considerar todos pardos ou mulatos como descendentes de indígenas ou indígenas, mas sim, assumir sua presença nestes números e relatos.

Já citamos no breve histórico acima algumas passagens onde pudemos notar esses pardos e mulatos. Vimos principalmente os pardos, como forros e escravos. Indicamos antes deste período também sargentos pardos.

Encontramos ainda, em 1816, Miguel de Brito comentando em respeito à “classe dos habitantes de côr” (BRITO, 1816, p.75). Assinala serem estes inclinados “a toda qualidade de indústria e aos ofícios mecânicos: os mulatos são dotados de muita habilidade e viveza, qualidades geralmente inerentes a esta casta de gente, em consequência do cruzamento das raças de que procedem” (BRITO, 1816, p.75). Este autor demonstra crer nesta “mistura” entre as diferentes culturas existentes na Ilha de Santa Catarina, bem como expõe que estes mulatos trabalham com todo tipo de indústria e ofícios mecânicos. Assim, já que comentamos haver descendentes de indígenas ou até mesmo indígenas na região, podemos imaginar serem estes alguns dos hábeis trabalhadores de quem Miguel de Brito comenta.

Outra mulata, citada por Cabral (1979, p. 163) andava por Nossa Senhora do Desterro, em 1817, com uma das primeiras carruagens existentes na vila. Era a mulata do governador D. Luis Maurício da Silveira (governou de 1805 a 1817), a Mariazinha. Um destes passeios foi retratado numa aquarela assinada por J.P (Figura 12).

Interessante percebermos os mulatos e pardos em diferentes atribuições. As mudanças causadas pelo crescimento econômico, populacional e militar da ilha eram sentidas por estes indivíduos. Tiveram que se ajustar a estas novas conformações. Eles estavam incluídos na sociedade colonial ilhéu e desempenhavam diferentes funções, inclusive de homens brancos livres. Mesmo assim, não eram considerados iguais aos brancos, como comentamos no subtítulo anterior.

Figura 12: A mulata do governador D. Luis Maurício da Silveira. Diz a legenda da aquarela: “Coisas de ver em Santa Catarina – A Gostosa Dona Mariazinha do senhor Governador, toda de vermeio vestida, bota carrinho arruá, rocalha rica, sota di luxo e cavalinho de paleino”.



Fonte: Cabral, 1979, p. 163.

Os indígenas estavam na Ilha de Santa Catarina. E estão até hoje⁸⁸. Não são um grupo homogêneo, no qual todos fizeram as mesmas escolhas em uníssono, mas por conta disto, podemos inferir que alguns foram embora, alguns ficaram, outros voltaram e outros foram mais tarde. Mesmo assim, podemos afirmar que os indígenas estavam na Ilha de Santa Catarina e estão até hoje.

Estavam aqui quando os europeus chegaram no século XVI. Participaram na ereção da pequena ermida de Dias Velho no século XVII. Foram mão de obra para lavouras, construção de estradas, edificação de casas e manobras de embarcações no início do século XVIII. Enquanto soldados, auxiliaram Sebastião Bragança a defender a pequena povoação da Ilha de Santa Catarina, assim como o auxiliaram em suas necessidades diárias. Com Manso Avelar, fizeram comércio, tanto com os franceses, quanto vendendo gado para aqueles que desejassem comprar.

⁸⁸ De acordo com Brighenti (2012, p.38) há atualmente cerca de 1028 indígenas vivendo em Florianópolis, fora das terras indígenas, visto neste município não existir nenhuma terra indígena. Em Santa Catarina como um todo também há inúmeros indígenas vivendo em zonas urbanas e rurais fora das terras indígenas.

Interagiram livremente com outros que não eram eles. Casaram-se com africanos e brancos. Tiveram filhos.

Adaptaram-se, ajustaram-se, transformaram-se conforme as *suas* escolhas. Viram um grande número de militares chegarem à ilha. Auxiliaram José da Silva Paes a construir as tão famosas fortalezas. Foram braços para Francisco Ferreira da Cunha aumentar suas riquezas através de plantações e comércio. Ampararam Manoel Escudeiro e José de Mello Manoel na construção de igrejas. Trabalharam lado a lado com os açorianos e madeirenses em atividades de “homens livres”, podem ter sido ferreiros, carpinteiros, pescadores. Da mesma forma trabalharam ombro a ombro com africanos em atividades de escravos, foram açoitados e enviados para outros lugares.

Outros decidiram ficar e defender a praça militar da ilha, quando em 1746, figuraram como soldados da guarnição. Viram seus filhos crescerem, tendo sua liberdade garantida (mas não certa) por cartas régias, como a de D. José I em 1750. Perceberam que o número de escravos africanos na ilha aumentava, da mesma forma que se alargava a pequena póvoa e expandia-se a população. Seus filhos começaram a ser chamados de bastardos, pardos, mulatos e mestiços e, por suas raízes, eram inferiorizados. Mesmo assim, poderiam ter bons cargos e eram hábeis trabalhadores, tanto na lavoura, como em outras atividades.

Ainda outros decidiram sair e formavam assentamentos de fugitivos no interior próximo a ilha. Para segurança e sobrevivência, ou qualquer outra causa, atacavam habitações quando havia necessidade. Alguns destes grupos envolviam-se com africanos, mulatos, pardos e outros grupos culturais.

Os indígenas *minuanos*, *tupi* e *guarani* e seus descendentes dentro da sociedade colonial, bem como os indígenas e “cabocolos” orbitando a ilha tomavam suas próprias decisões frente às inúmeras opções que tinham. Ficar próximo ou longe da sociedade? Auxiliar os homens brancos ou atacá-los? Construir grandes fortificações e igrejas enquanto administrados ou requerer a liberdade? Conquistar cargos na sociedade colonial ou fugir do sistema que os inferiorizava? Defenderam e lutaram, transformaram-se a partir de escolhas próprias e visões próprias, como qualquer grande homem ou branco rico da sociedade colonial daquele período.

Assim, por serem senhores de sua própria história, os estereótipos criados e as denominações homogeneizantes não puderam compreender as complexidades de suas escolhas em diferentes ambientes e condições da sociedade colonial.

Destaca-se que esse trabalho também não tem a pretensão de ser bem sucedido na compreensão da complexidade dessas escolhas. Mas sim de tentar indicar que os indígenas estavam ali e estão até hoje, nas praças e ruas da antiga Vila de Desterro. Estão na praça da Matriz, próximo das habitações assobradadas e em frente à casa do governo. E não chegaram ali por serem homogêneos, estáticos, passivos e fracos perante a empresa colonial, mas sim por serem complexos, vívidos, dinâmicos e sujeitos da própria história.

4 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM ARQUEOLOGIA

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA AMOSTRA

Resolvemos expor essa contextualização partindo do macro em direção ao micro, isto é, apontaremos os sítios arqueológicos com datações entre os séculos XVI e XX em Florianópolis, suas características e funcionalidades neste período e posteriormente, serão apresentados os sítios de interesse na pesquisa. Nesta apresentação mostraremos as intervenções arqueológicas lá feitas, metodologias aplicadas e resultados obtidos. Por fim explicaremos o porquê da escolha da cerâmica de “barro” não vidrada, alicerçando nossa opção em informações pertinentes.

4.1.1 Sítios Arqueológicos dos Séculos XVI a XX

No Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)⁸⁹, base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), estão cadastrados 148 sítios arqueológicos no município de Florianópolis, mostrando o grande potencial arqueológico do município⁹⁰. Diferentemente do que muitos pensam, os sítios arqueológicos não são somente referentes ao homem pré-histórico, mas dos homens em toda sua história. Ou seja, desde milênios antes da chegada dos europeus a estas paragens, este território insular e continental era ocupado, usado e vivenciado por humanos. Esse uso e ocupação contínua deixaram evidências que caracterizam os sítios arqueológicos.

Por conseguinte, cadastrados no CNSA existem 13 sítios arqueológicos referentes ao período entre os séculos XVI e XX. Entretanto, este cadastro está desatualizado e muitos sítios arqueológicos já foram encontrados, demarcados e/ou pesquisados, mas não foram registrados no sistema.

Em sua tese de doutoramento Soares (2011) acredita, em levantamento realizado no Arquivo do IPHAN e em literatura especializada, ser possível a existência de 35 sítios arqueológicos

⁸⁹ Cadastro disponibilizado na página eletrônica do IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa> Acesso em: 10 mar. 2017.

⁹⁰ De acordo com BUENO *et al.* (2015) existem 244 sítios arqueológicos em Florianópolis.

em Florianópolis dos séculos XVIII, XIX e XX e não 13 como demonstra o CNSA.

São eles: Armação do Sul, Forte Santo Antônio de Ratonos, Conjunto de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Casa da Antiga Alfândega, Posto da Alfândega de Sambaqui, Armação da Ilha do Campeche, Igreja de Nossa Senhora da Lapa, Forte São José de Ponta Grossa, Casa d'Itália, Casa Natal de Victor Meirelles, Forte Santana, Cemitério Antigo Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, Engenho Ventura, Engenho do João Idalino, Casa da Praia do Saquinho, Engenho da Pedra Branca, Engenho da Cachoeira Grande, Engenho do Vitorino, Engenho do Rodolfo, Engenho da Lagoinha, Barra da Lagoinha, Caminho do Peri I, Caminho do Peri, Palácio Cruz e Souza, Aldeia Fluvio Aducci, Igreja de Nossa Senhora do Parto, Praia dos Ingleses I, Navio de Naufragados, Largo da Alfândega, Fortaleza Nossa Senhora de Araçatuba, Casa da Alfândega, Casa de Câmara e Cadeira, Ponte Hercílio Luz, Catedral Metropolitana e Fábrica Rita Maria (SOARES, 2011. P.29-30).

É importante apontar um questionamento que esta autora faz referente ao que é considerado sítio arqueológico nesta conjuntura. Vemos na lista supracitada muitos engenhos enumerados como sítios arqueológicos. Entretanto, Osvaldo da Silva, no fim da década de 1990, registra 77 engenhos apenas no setor meridional da ilha de Santa Catarina e destes somente alguns foram caracterizados como sítio arqueológico. Aí entra a indagação crítica dessa autora acerca de porque algumas edificações históricas são consideradas como sítios arqueológicos e outras não. Visto não ser objetivo desta pesquisa discutir acerca dos problemas conceituais e também políticos da categorização de sítios arqueológicos, apenas exporemos o que os recentes trabalhos de levantamento arqueológico enumeraram⁹¹. Entretanto, podemos destacara que somos simpatizantes do questionamento de Soares (2011).

Seguindo, três anos após o levantamento de Soares (2011), o Laboratório de Estudos Interdisciplinares em Arqueologia (LEIA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

⁹¹ Por esse mesmo motivo, não entramos aqui numa discussão profunda acerca do que é sítio arqueológico. Os que aqui foram elencados referem-se aos que outros trabalhos elencaram, conjuntamente ao que comentamos no início: locais onde há evidencias de uso e ocupação humanas pretéritas.

realizou o projeto Florianópolis Arqueológica, coordenado pelo arqueólogo Lucas de Melo Reis Bueno, no qual fez novo levantamento e recadastramento dos sítios arqueológicos e enumerou 47 sítios arqueológicos concernentes aos séculos XVI a XX (BUENO *et al.*, 2015).

Destes 47 sítios a equipe do projeto contabilizou os mesmos sítios enumerados por Soares (2011), entretanto considerou como um sítio arqueológico o que Soares avaliou como dois, a saber, Caminho do Peri e Caminho do Peri I. Para a equipe do LEIA/UFSC estes sítios são o mesmo caminho, chamado de Caminho da Gurita. A nomenclatura e extensão do caminho foram priorizadas pela equipe por ser utilizada pela administração do parque (Parque Ecológico Lagoa do Peri) onde o caminho está inserido, a qual se embasou em pesquisas históricas (BUENO *et al.* 2015).

Outra diferença entre estas duas pesquisas está na enumeração por parte de Soares de um sítio arqueológico que Bueno *et al.* (2015) não elencou, a Casa de Alfândega. Soares (2011, p.51) afirma que esta foi pesquisada pela arqueóloga Luciana Ribeiro (2011) em um projeto de arqueologia preventiva devido à construção de uma Agência da Caixa Econômica Federal e por conta disto o colocou em sua lista. Nós, da mesma forma, o consideraremos sítio arqueológico.

No projeto do LEIA/UFSC a equipe ainda identificou 14 novos sítios arqueológicos referentes aos períodos históricos da ilha de Santa Catarina. São eles: Engenho Morro dos Ingleses, Engenho dos Moura, Vargem Grande I, Engenho da Cachoeira, Engenho do Fabriciano, Casa e Engenho do Vitalino, Casa Rural da Costeira do Ribeirão, Fazenda da Tapera, Muro Histórico da Armação, Poço Histórico do Pântano do Sul, Cemitério Histórico do Pântano do Sul, Casa no Caminho da Gurita, Engenho Restinga do Peri e Muro no Caminho da Gurita.

Por fim, existe no CNSA/IPHAN um sítio cadastrado recentemente que, devido a brevidade de registro, não foi incluído nos trabalhos supracitados: o sítio arqueológico SC-Carianos-V.

Dessa maneira, no total temos 49 sítios arqueológicos levantados por Soares (2011) e Bueno *et al.* (2015). Estes sítios podem ser divididos em quatro categorias no tocante às funções

principais que os caracterizam⁹²: militar, comercial-produtivo, religioso e doméstico. Assim, cinco sítios são categorizados como militares⁹³, 29 como comercial/produtivo, seis como religiosos e nove sítios como domésticos. Na tabela abaixo estão os sítios divididos dentro destas categorias.

⁹² Estas categorias foram discutidas por Oliveira e Symanski (1999), que classificam os sítios arqueológicos do período histórico da região sul do Brasil em 05 categorias: sítios religiosos, sítios militares, sítios comerciais/produtivos, sítios domésticos e lixeiras coletiva.

⁹³ Deve-se comentar que existiram 08 fortificações militares em Florianópolis por toda a sua história, mas somente 04 são categorizadas como sítio arqueológico.

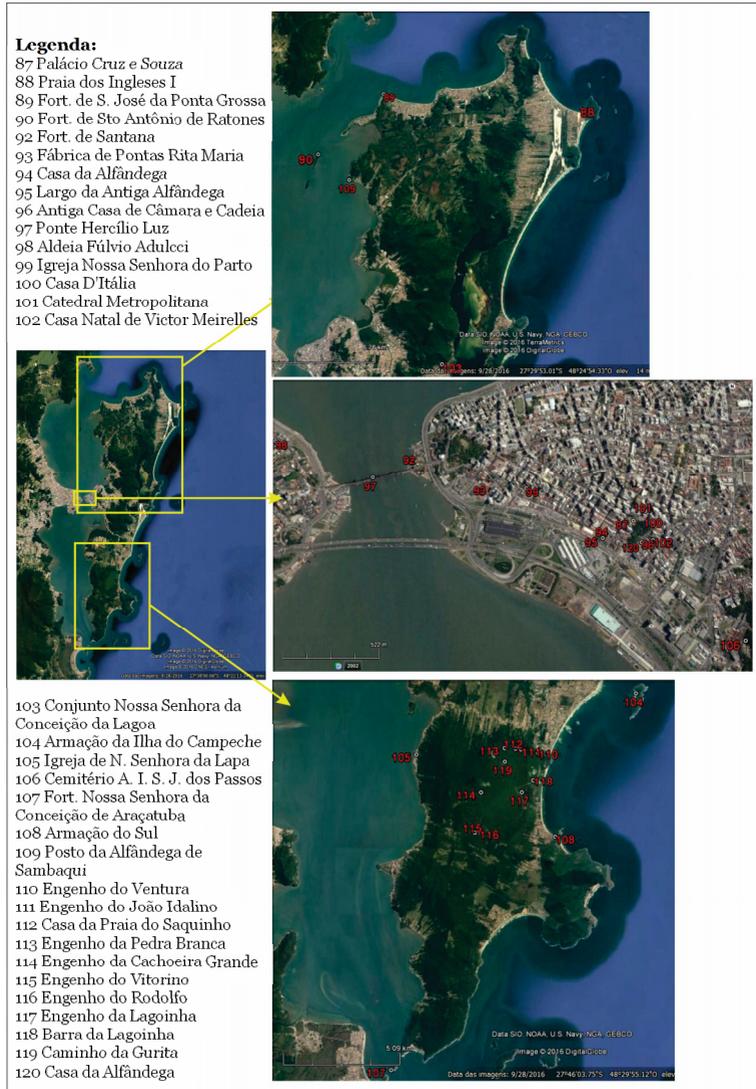
Tabela 1: Sítios arqueológicos datados dos séculos XVI a XX divididos entre categorias referentes às suas funções principais.

| | |
|-------------------------|---|
| Militar | Forte Santo Antônio de Ratoles; Forte São José de Ponta Grossa; Forte Santana; Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba; Antiga Casa de Câmara e Cadeia. |
| Comercial/ Produtivo | Armação do Sul; Casa da Antiga Alfândega; Posto da Alfândega de Sambaqui; Armação da Ilha do Campeche; Engenho Ventura; Engenho do João Idalino; Engenho da Pedra Branca, Engenho da Cachoeira Grande; Engenho do Vitorino; Engenho do Rodolfo; Engenho da Lagoinha; Caminho da Gurita; Poço Histórico do Pântano do Sul; Engenho Restinga do Peri; Muro no Caminho da Gurita; Praia dos Ingleses I; Largo da Antiga Alfândega; Ponte Hercílio Luz; Engenho da Cachoeira; Engenho do Fabriciano; Casa e Engenho do Vitalino; Casa Rural Costeira do Ribeirão; Fazenda da Tapera; Muro Histórico da Armação; Casa da Alfândega; Navio de Naufragados; Fábrica de Pontas Rita Maria; Engenho Morro dos Ingleses; Engenho dos Moura. |
| Religiosos | Conjunto Nossa Senhora da Lagoa da Conceição; Igreja de Nossa Senhora da Lapa; Cemitério Antigo Irmandade do Senhor Jesus dos Passos; Cemitério Histórico do Pântano do Sul; Igreja Nossa Senhora do Parto; Catedral Metropolitana (Capela Nossa Senhora das Dores). |
| Domésticos | Casa d'Itália; Casa Natal de Victor Meirelles; Casa Praia do Saquinho; Barra da Lagoinha; Palácio Cruz e Souza; Casa no Caminho da Gurita; Aldeia Fluvio Aducci; Vargem Grande I; SC-Carianos-V |

Deve-se destacar, no entanto, que tal categorização não é exclusiva, isto é, sítios militares podem possuir propriedades domésticas, assim como sítios comercial/produtivos podem possuir características militares.

Para não alongarmos as explicações no correr deste trabalho acerca de cada um destes sítios arqueológicos, sua localização e história, mas acreditando ser importante apresentá-los decidimos anexar a enumeração seguida da explicação de cada um destes sítios (Apêndice II).

Figura 13: Mapa com a localização dos sítios arqueológicos acima citados. Dados levantados pela equipe do Florianópolis Arqueológica



4.1.2 Sítios arqueológicos de interesse na pesquisa e suas coleções

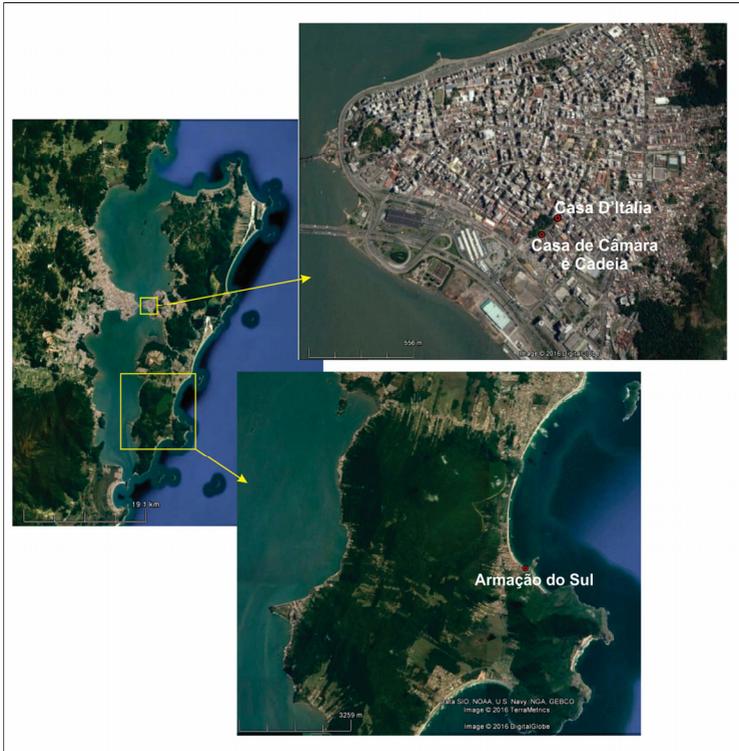
Escolhemos três sítios arqueológicos datados do período em foco para elaborarmos nossa investigação. Cada um tem funcionalidades distintas. São eles: Casa de Câmara e Cadeia caracterizado como um sítio arqueológico de funções militares; Armação do Sul, o qual possuía funcionalidade comercial/produzida e Residência Oitocentista Casa D'Itália, com funcionalidades domésticas.

Um sítio categorizado como religioso não foi elencado por conta da ausência de cultura material que pudesse trazer informações acerca dos grupos que as utilizavam, manufaturavam ou descartaram.

Escolhemos estes sítios por algumas questões: 1) são edificações que tiveram seus “ápices” nos séculos em estudo; 2) a coleção (ou parte dela) estava acessível para análise e 3) as informações de campo eram compreensíveis (o que não quer dizer fáceis de interpretar).

Inicialmente para o sítio doméstico havíamos escolhido a Barra da Lagoinha, contudo ao fazermos uma pré-análise do material denotamos não se adequar as nossas pesquisas, visto a grande maioria do material cerâmico ser vidrado e muito fragmentado. Assim, resolvemos analisar a Casa D'Itália que também tem material bastante fragmentado, mas possui informações bastante ricas retiradas de campo, bem como fácil acesso à coleção.

Figura 14: Mapa da Ilha de Santa Catarina e recortes apontando a localização dos sítios arqueológicos analisados na pesquisa.



Fonte: Google Earth, 2017. Montagem: Autora (2017).

4.1.2.1 Armação do Sul (FLN 050)

Juntamente com a Armação da Ilha do Campeche, a Armação do Sul ou Armação da Lagoinha fazia parte do Núcleo Baleeiro da Lagoinha, fundado em 1772, na orla da praia do Pântano do Sul, hoje Praia da Armação. O principal objetivo desta armação era a captura de baleias para manufatura e beneficiamento do óleo de baleia, que servia para iluminação pública e privada (PIAZZA, 1983, p.202).

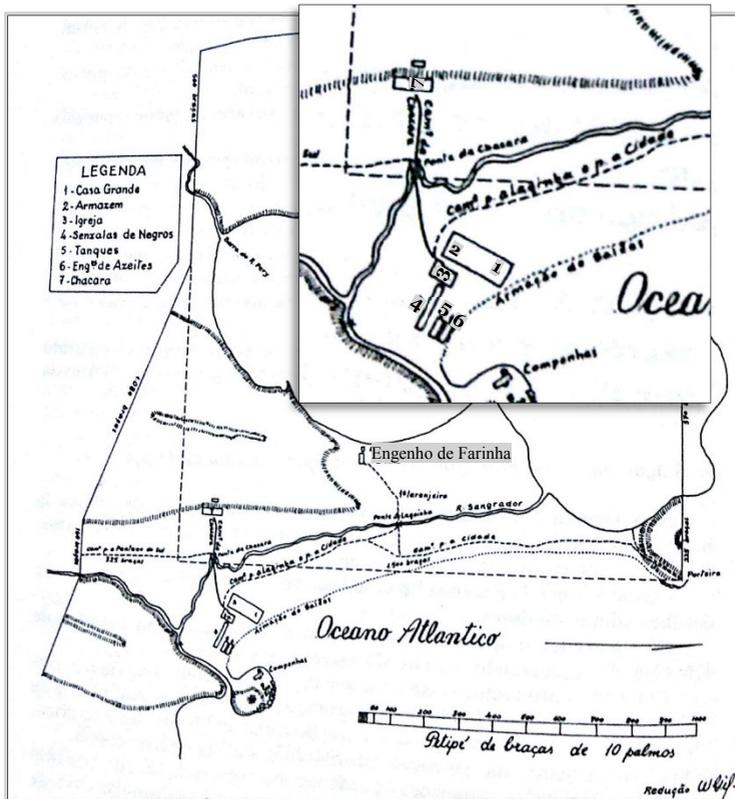
Inácio Pedro Quintela foi o responsável pela instalação e construção desta armação. Este, juntamente com seus sócios, possuía contrato de privilégio de pesca da baleia pela costa do Brasil, pagando por tal privilégio 80 mil cruzados (PIAZZA, 1983, p. 198).

No ano de 1777, ainda sob domínio de Inácio Quintela, com a invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina, as atividades pesqueiras da Armação da Lagoinha foram interrompidas (SILVA, 2008, p.216).

Ao não renovar o contrato com a família Quintela e Cia, em 1801 a coroa tomou posse da armação. Neste período em que a Armação da Lagoinha ficou sendo administrada pela Real Fazenda a decadência se instalou. Esta só foi freada quando a coroa novamente passou para particulares a administração das Armações em 1816 (ZIMMERMANN, 2006, p. 21).

A Armação Sant'Ana da Lagoinha, como foi chamada, era um complexo que em 1816 compunha-se de Casa Grande, Armazém, Igreja (na mesma localização da Igreja ainda hoje existente na comunidade), Senzalas, Tanques, Engenhos de Azeite e Farinha e Chácara ou Fazenda, com café, cana-de-açúcar, mandioca, laranjeiras, etc. (COMERLATO, 2012; ZIMMERMANN, 2006; PIAZZA, 1983) (Figura 15).

Figura 15: Planta da Armação da Lagoinha retirada de Piazza (1983, p. 200). Em detalhe: aproximação para melhor visualização das estruturas.



Por ser um negócio de grande lucro, com produtos destinados à exportação, utilizava-se considerável mão de obra escrava, além de trabalhadores livres e profissionais. Em 1816, quando a Armação já não estava em seu ápice, havia 46 escravos habitando a senzala (PIAZZA, 1983; ZIMMERMANN 2006). Antes, quando a armação participava do auge da caça à baleia, só podemos imaginar o número de escravos trabalhando forçadamente nesta armação.

Assim, após 1801, mesmo com o investimento de particulares a partir de 1816, a armação não adquiriu o mesmo

sucesso. No início do século XIX norte-americanos começaram a vir até o atlântico sul, com suas grandes embarcações para também fazer parte deste negócio. Eram concorrentes na caça de baleia. Esse fator acrescido da diminuição dos cetáceos na região fez com que o lucro da Armação descaísse ainda mais, até que se tornou desinteressante sua produção.

Ainda entre 1828 a 1831 a Armação serviu como alojamento para imigrantes alemães, os quais tempos depois fundaram a São Pedro de Alcântara (COMERLATO, 1998^a, p. 136).

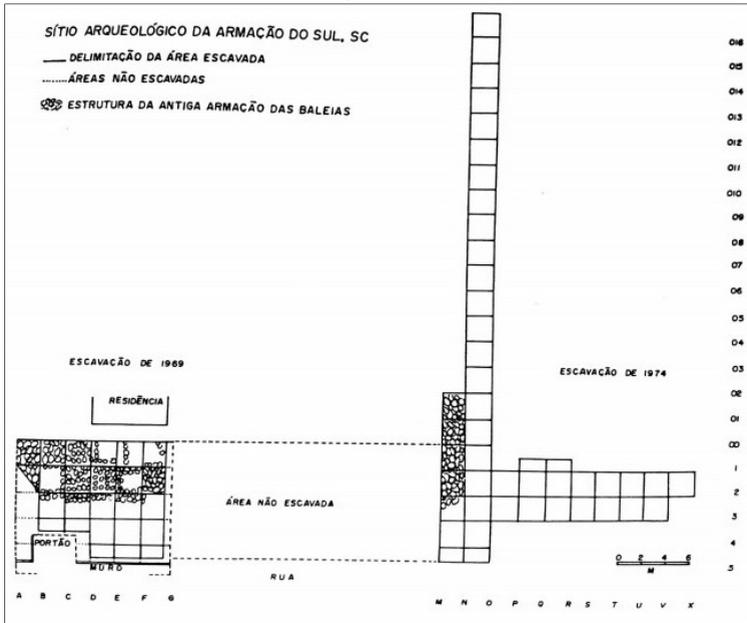
Atualmente, com relação ao sítio arqueológico e devido ao seu alto grau de significância, inúmeras pesquisas foram publicadas com sua coleção e dados levantados através das intervenções arqueológicas. Entre eles estão Rohr e Andreatta (1969), Schmitz *et al.* (1992), Comerlato (1998a) e Oppitz (2015) recentemente. Entretanto, na grande maioria destes trabalhos, “outra parte” do sítio é focalizada nas pesquisas: a parte pré-colonial, visto este caracterizar-se como um sítio multicomponencial, isto é, possui evidências arqueológicas do século XVIII e do período pré-colonial (2670 ± 90 AP).

4.1.2.1.1 Intervenção Arqueológica 1969 e 1974 – Pe. João Alfredo Rohr e Margarida Andreatta

Este sítio foi pela primeira vez diagnosticado e escavado pelos arqueólogos Pe. João Alfredo Rohr e Margarida Andreatta no ano de 1969 e depois novamente em 1974.

Nestas empreitadas foram abertas duas áreas. Uma em 1969 com área escavada de 85m² e outra, 10m afastada da primeira, escavada em 1974 com uma área de 184m². Em ambas etapas as quadriculas tinham 4m² e chegaram a cerca de 2m de profundidade (Figura 16). O sítio possui uma área total de 2.025,2691m² (SCHMITZ, 1992, p. 25-27).

Figura 16: Croqui das escavações de 1969 e 1974 conduzidas na Armação do Sul.

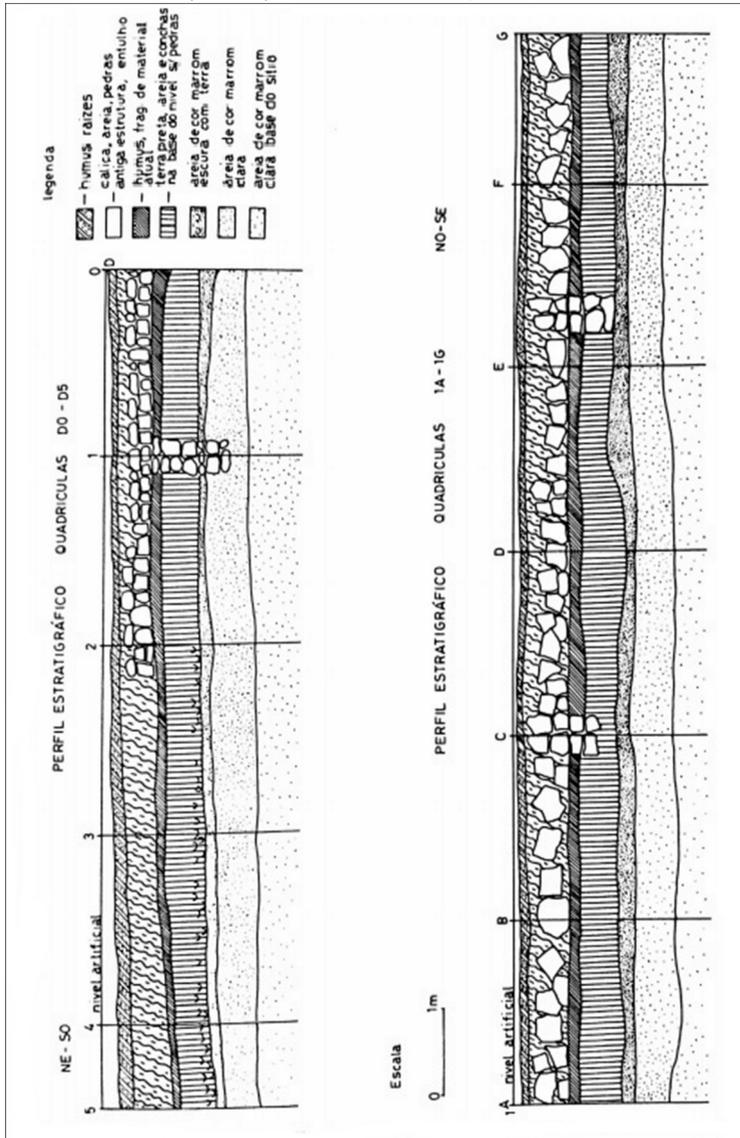


Fonte: Schmitz *et al.* (1992).

As escavações foram realizadas através de níveis artificiais de 10cm de espessura, a partir de um marco zero arbitrário e não a partir da superfície do terreno. De acordo com Schmitz *et al.* (1992) os perfis da escavação de 1969 e 1974 são bastante parecidos e contam com sete estratos: 1) camada de húmus e raízes; 2) camada de ocorrência de caliça, pedras e entulho da antiga armação para caça de baleias; 3) camada de húmus e fragmentos de material sub-recente; 4) camada descrita como terra preta com areia, compacta, com conchas e grandes lentes de conchas, nas profundidades onde não mais ocorrem pedras da estrutura da Armação; 5) camada composta por areias de cor marrom escura com terra; 6) camada composta por areia de cor marrom clara e 7) camada de areias de cor marrom clara, que formam a base do sítio (Figura 17).

A maior diferenciação de estratigrafia entre as duas intervenções é relativa à camada 4, que na escavação de 1974 é menos espessa.

Figura 17: Perfil Estratigráfico das quadras D0 a D5 (acima) e 1ª a 1G (abaixo), ambos da escavação de 1969.



Fonte: Schmitz *et al.* (1992).

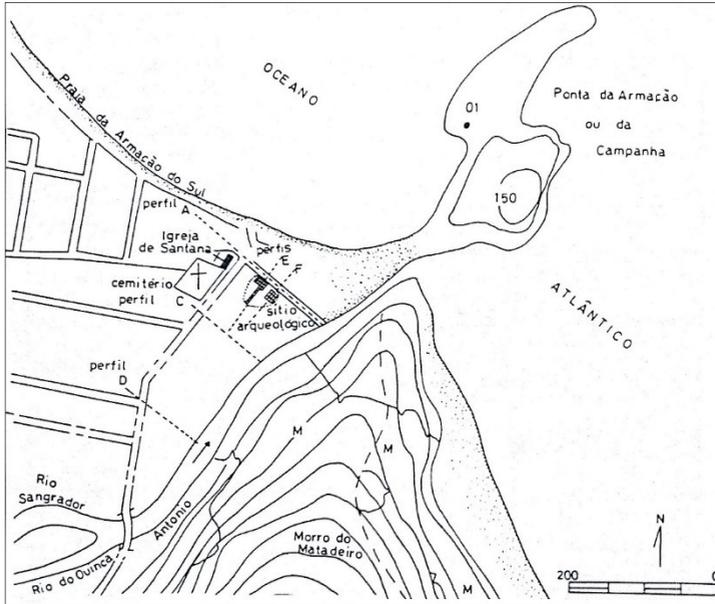
A “parte” pré-colonial do sítio arqueológico foi caracterizada como um sítio de assentamento litorâneo de grupos pré-cerâmicos. Aventou-se tratar de um local onde havia o estabelecimento de um pequeno número de habitações, devido às estruturas de combustão e grande quantidade de lixo alimentar. Ao redor destes espaços habitacionais estavam sepultados os mortos, todos estendidos, sem ordem ou orientação aparente. Referente a este “período” do sítio foram encontrados cerca de 10000 peças líticas, pontas de projéteis manufaturadas em ossos longos, adornos feitos em osso, dente e concha, restos alimentares e 86 sepultamentos.

Com relação a parte referente a Armação do Sul, isto é, referente ao século XVIII, pouquíssimas informações são dadas. Rohr e Andreatta somente afirmam, para a escavação de 1969, que de 0 a 50cm de profundidade há presença de material da cultura atual e relativa a remanescentes da Armação de baleias. Apontam ainda que encontraram 40 cacos de cerâmica “possivelmente neobrasileira” (ROHR; ANDREATTA, 1969, p. 136).

Denota-se que menos importância foi dada pelos arqueólogos a este “componente” do sítio arqueológico, focalizando grande parte de seus esforços na coleta de informações referentes aos habitantes pré-coloniais. Entretanto, sabemos que mais de 400 fragmentos cerâmicos, foram coletados, além de moedas, louças e outros metais.

Por fim, todos os artefatos e materiais arqueológicos coletados foram encaminhados para o Museu Homem do Sambaqui, localizado no Colégio Catarinense, no centro de Florianópolis. Ali Rodrigo Lavina, ex-curador do Museu, lavou, numerou e organizou o material, colocando à disposição dos pesquisadores.

Figura 18: Mapa da localização do sítio e das intervenções de 1969 e 1974.



Fonte: Schmitz *et al.*, 1992.

Alguns fatores antropogênicos afetaram este sítio arqueológico. Primeiro, a armação de baleias interferiu no sítio pré-colonial existente na área, depois a ocupação humana mais maciça através de casas, ruas e campings afetaram (e afetam) ambos os componentes deste sítio (colonial e pré-colonial).

Por conta disto, por inúmeras vezes o IPHAN/SC (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Santa Catarina) foi chamado para resolver pendências relativas a destruição deste sítio. Os dois trabalhos envolvendo arqueologia mencionados a seguir são referentes a tentativa de resolução destas pendências.

4.1.2.1.2 Monitoramento Arqueológico em 1997 – Fabiana Comerlato

A arqueóloga Fabiana Comerlato, realizou trabalho arqueológico neste sítio em novembro de 1997. Esta acompanhou a instalação do sistema hidro-sanitário da Pousada Maré da Lua, localizada no bairro, visto esta instalação impactar o sítio

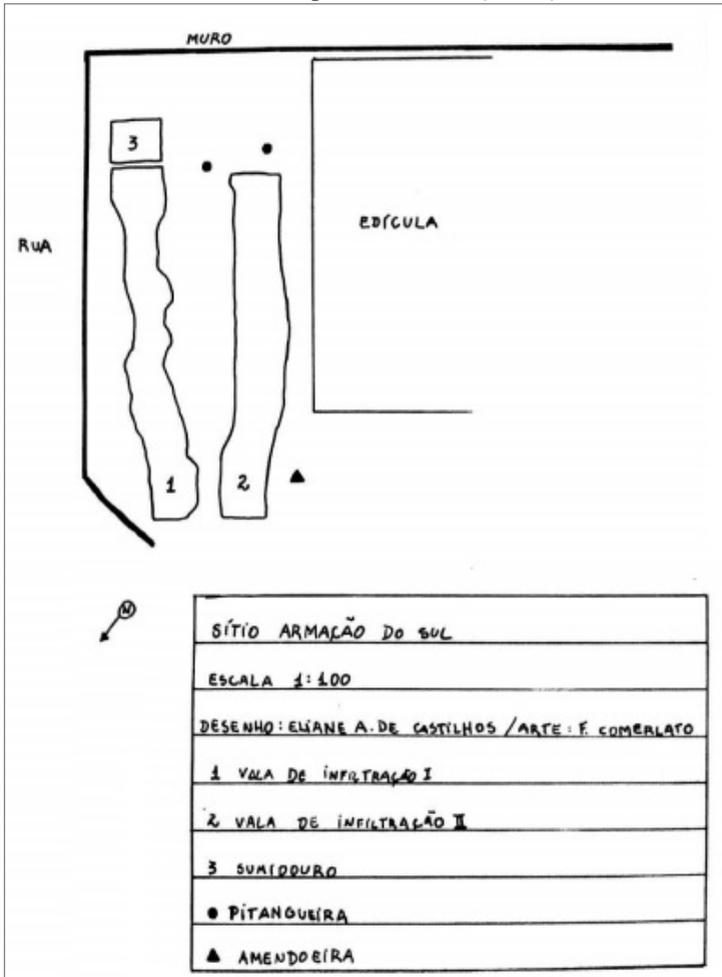
arqueológico. As informações presentes acerca deste sítio foram retiradas do relatório deste projeto (COMERLATO, 1998b).

Este monitoramento da abertura das valas referia-se à observação do solo retirado e remexido pelos operários. Entretanto, logo no início dos trabalhos Comerlato notou que já havia impactos negativos no sítio. Sem autorização foi construída uma caixa de gordura e caixa de passagem da fiação elétrica. Esta última possuía material arqueológico.

O material encontrado nesta abertura para caixa de fiação (0,85m x 0,85m x 1m) foi coletado pelos operários e higienizado pela arqueóloga, a qual os guardou em uma caixa de papelão. Totalizaram-se 136 ossos humanos, 25 líticos, 02 vertebrae de peixe e 01 peso de chumbo (material recente).

Após este embaraço, a arqueóloga acompanhou a abertura da fossa séptica (incluindo duas valas de infiltração e um sumidouro) que se localizava na mesma porção do sítio escavada por Rohr e Andreatta em 1969.

Figura 19: Desenho das intervenções perpetradas pelos operários e monitoradas por Comerlato (1998b).



Fonte: Comerlato (1998b).

Na fossa foram encontrados materiais que não foram coletados por Rohr e Andreatta, como seixos brutos e quebra-coquinhos. Além disto, no local da quadra 4D, foi encontrado a 80cm de profundidade parte de um sepultamento, que provavelmente não foi coletado devido a sua má-conservação.

Referente à vala de infiltração 1 e 2 foram encontrados: 01 cachimbo, 19 fragmentos cerâmicos vitrificados e não vitrificados, 03 fragmentos de vidro, 21 fragmentos de louças, material construtivo, grés e metais.

Já no sumidouro foi encontrado um sepultamento, com alguns ossos fragmentados, adornos vinculados ao sepultamento e 46 fragmentos líticos.

Uma parte deste material coletado foi enviado ao Laboratório Técnico do IPHAN de Laguna/SC e outra parte ficou guardada em caixas de papelão na Pousada Maré da Lua, para o proprietário aguardar determinação do IPHAN sobre o que fazer com este material.

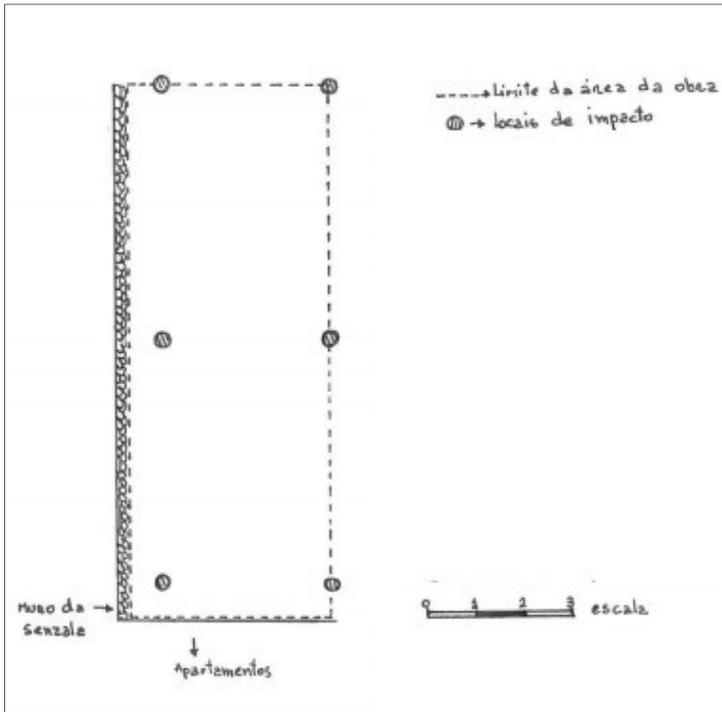
Destaca-se que no Laboratório Técnico do IPHAN de Laguna, através de trabalho e relatório elaborado pela equipe do GRUPEP-UNISUL, somente materiais pré-coloniais da Ponta da Armação do Sul estão acondicionados (FARIAS, 2012).

4.1.2.1.3 Peritagem Arqueológica em 2001 – Patrícia Lima

Patrícia Nóbrega Pereira Lima (2002) realizou peritagem arqueológica na Pousada Maré da Lua entre novembro e dezembro de 2001, bem como efetuou processos de conservação e catalogação dos materiais arqueológicos já existentes e guardados na pousada.

Esta peritagem foi necessária devido a obras que estavam sendo realizadas na Pousada Maré da Lua. Estas se tratavam de 06 perfurações realizadas com cavadeira, com dimensões de aproximadamente 50cm de diâmetro e 110cm de profundidade. Três destas perfurações foram realizadas a 75cm do muro da senzala da Armação, ainda evidente no local.

Figura 20: Desenho dos impactos causados no sítio arqueológico Armação do Sul requerendo peritagem arqueológica feita por Patrícia Lima.



Fonte: Lima (2002).

Os sedimentos retirados destas perfurações foram concentrados em dois pontos específicos e foram analisados pela pesquisadora. Nestes “montes” encontrou: 09 fragmentos ósseos de cetáceo, 03 seixos, 01 lâmina de machado, 01 artefato fusiforme, 04 fragmentos cerâmicos, 03 fragmentos de porcelana, 02 cravos de ferro, 01 dobradiça de madeira, material conchífero e construtivo.

Por conta de estarem descontextualizados não há informação de nível destes materiais, mas foram higienizados, enumerados e acondicionados. Patrícia Lima ainda higienizou e catalogou o material referente ao monitoramento de Comerlato (1998b) que estavam na Pousada desde 1997. Assim, as

numerações feitas começam com a sigla AS (Armação do Sul) e terminam com números sequenciais (de 001 a 632).

Este material foi, por fim, acondicionado em caixas plásticas e ficaram sob a guarda da pousada. Alguns artefatos foram ainda colocados em expositores na recepção da pousada. Após 14 anos, em 2016, perpetrou-se a união do material arqueológico da Armação do Sul em somente um local, no Museu Homem do Sambaqui.

4.1.2.1.4 Estado da coleção arqueológica

Conforme comentado a coleção dos materiais coletados no sítio arqueológico da Armação do Sul estão salvaguardados pelo Museu Homem do Sambaqui “Pe. João Alfredo Rohr”, localizado no Colégio Catarinense, no centro de Florianópolis.

O responsável do museu demonstrou a existência de 04 caixas possuindo material histórico da Armação do Sul, todas pertencentes as escavações de 1969 e 1974. Quanto ao material das intervenções de 1997 e 2001, a equipe do Museu estava terminando a catalogação deste, para dar entrada na reserva técnica do museu.

Nestas 04 caixas das primeiras intervenções havia metais, vidros, cerâmica vidrada, cerâmica não vidrada, louça, material construtivo, restos alimentares, grês, entre outros.

Especificamente o material cerâmico, referente às escavações de 1969 e 1974, estava dividido em 03 caixas. Nestas não somente cerâmica foi acondicionada, mas também louça, vidro, restos alimentares, metais, materiais construtivos e outros. Destas 03 caixas, 02 eram caixas plásticas brancas e 01 era de papelão. As duas caixas plásticas possuíam a identificação “Armação – Neobrasileira/Afro” e foram numeradas: 2671^a e 2671B (Foto 3). Já a caixa de papelão foi identificada: “Armação do Sul – Cerâmica” e numerada: CX 0155 (Foto 4).

O motivo para esta divisão em caixas se perdeu nos anos em que o material ficou guardado. Dentro das caixas plásticas o material estava embalado sem proteção, em sacos plásticos. Alguns sem identificação alguma e sem numeração. Etiquetas de campo estavam dispersas em outros sacos, descontextualizadas. Já o material da caixa de papelão estava cuidadosamente organizado dentro de sacos *zip*, estes numerados com uma numeração aleatória (ao menos para nós) de 0 a 5. A higienização

destes fragmentos foi precária, isto é, muitos fragmentos ainda apresentavam bastante sedimento encrustado.

**Foto 3: Caixas Plásticas:
“Armação – Neobrasileira/Afro”
numeradas individualmente
2671^a e 2671B.**



Foto: Autora (2016).

**Foto 4: Caixa de papelão:
“Armação do Sul – Cerâmica” e
numerada CX 0155.**



Foto: Autora (2016)

**Foto 5: Estado do material
dentro da caixa plástica.**



Foto: Autora (2016).

**Foto 6: Estado do material
dentro da caixa de papelão.**



Foto: Autora (2016).

A numeração destas peças foi feita relativa a sua localização no sítio, ou seja, eram escritas as iniciais do sítio (ARM), a quadra (1D, por exemplo) e o nível (20-30). Assim, foram identificadas 20 quadriculas: 1D, 1G, 1 e 2M, 2C, 3M, 3D, 3E, 3F, 4C, 4D, 4E, 4F, 4 e 5M, 4 e 5N, 5F, 01M e 0N. Ainda

existem peças numeradas com “ARM”, nas quais não há identificação de quadrículas, nem de nível. Outros fragmentos não possuíam informação de quadra, nem nível.

Com um olhar mais apurado conseguimos constatar que todo material estava misturado, isto é, quadrículas e níveis não foram respeitados na divisão entre caixas. Também se denotou que era possível remontar inúmeros fragmentos pertencentes a um mesmo pote, os quais estavam distribuídos indiferentemente entre estas três caixas. Por conta disto resolveu-se reunir os fragmentos destas 03 caixas, fazer a divisão por quadrículas e níveis e depois partir para a análise. Essa tarefa tomou algum tempo da análise.

Foto 7: Local onde tivemos que iniciar as análises do material da Armação do Sul.



Foto: Autora (2016)

Foto 8: Forma como a numeração foi realizada. Destaca-se o grande intervalo de nível.



Foto: Autora (2016)

Já que o museu estava passando por processo de reestruturação, no início tivemos que nos adequar a um pequeno espaço para análise do material o que dificultou uma visualização mais acurada da coleção. Mesmo assim, conseguimos realizar remontagens, inclusive entre quadras e níveis e constatar que as informações de nível eram bastante diferenciadas e não seguiam os níveis artificiais adotados em campo. Algumas quadrículas possuíam grande intervalos, de 0-50cm ou 0-70cm, o que complicou uma análise mais meticulosa do sítio arqueológico.

Após a análise do material acima mencionado, o material das intervenções de 1997 e 2001 já estavam disponíveis para

análise. Estes estavam numerados sequencialmente, conforme supracitado, e foram dispostos de forma bastante cuidadosa em caixas plásticas pela equipe do Museu do Homem do Sambaqui.

A numeração seguiu-se sequencialmente em todos as categorias de evidências, isto é, numeraram louça, vidros, material construtivo, cachimbo, todos de forma sequencial, não havendo separação do material.

Dessa maneira, antes de iniciar a análise, separou-se o material cerâmico não vidrado do material vítreo, metálico, cerâmico vidrado, das louças, entre outros. Após finalizarmos esta análise guardamos o material de volta as caixas plásticas, mas com separação por tipo de material.

Da mesma forma, o material das escavações de 1969 e 1974 foram reorganizados em 02 caixas plásticas, separados por quadrículas e níveis.

4.1.2.2 Casa de Câmara e Cadeia

Primeiramente devemos destacar que classificamos este sítio arqueológico como militar devido a sua função inicial como cadeia, assim como Soares (2011) também o fez.

Esta edificação, além de abrigar sete celas da cadeia no térreo, ainda abrigava a casa do carcereiro (com cozinha) e a casa de câmara no andar superior, para os políticos locais realizarem suas reuniões (REIS, 2008, p.26-27).

Localizava-se (como ainda hoje localiza-se) no centro da vila, próximo a igreja matriz e em frente à praça principal da Vila de Desterro, onde também estava o Palácio do Governo. Quase em frente à Casa de Câmara e Cadeia achava-se o pelourinho da Vila, instituído por Lanhas Peixoto em 1726 (REIS, 2008, p. 12).

A construção do edifício iniciou-se no ano de 1771 no governo de Francisco de Souza de Menezes e tinha como projetista principal Thomaz Francisco da Costa, que mais tarde seria sargento-mor de ordenanças na Ilha de Santa Catarina e assumiria inúmeros outros importantes cargos. A conclusão da obra deu-se em 1780, quando o governador da capitania era Francisco de Barros Morais Araújo Teixeira Omem.

De acordo com Reis (2008, p.12), a construção da Casa contou com a mão de obra escrava e foi erguida utilizando-se óleo de baleia para dar maior solidez as paredes (CABRAL, 1979, p.63).

Com seu término passou a receber os vereadores da capital, na Vila de Desterro, bem como os presos, que ficam alocados no térreo da casa. Cabral (1979) comenta que foram presos ali “loucos, os escravos mal comportados ou em depósito judicial, e os paus d’água da vila”. Ainda afirma, assim como Reis (2008), que os presos ficavam em condições terríveis, sem higiene alguma, com água lodosa para beber e sem um despejo adequado para as enxovias.

Esta edificação ainda abrigou a Assembleia Provincial no século XIX, bem como também serviu para acolher desabrigados e como Tribunal do Júri. Certas solenidades, como: posse de presidentes da província e comemorações solenes do aniversário de D. Pedro II, eram sediadas ali também (REIS, 2008).

O imóvel sofreu diversas reformas, tanto para melhoria das instalações prisionais entre 1860 e 1876, quanto para alterações arquitetônicas no final do século XIX. Nessa última, ganhou características semelhantes às do Palácio Cruz e Sousa, além da retirada de elementos que remetiam a sua função de cadeia (REIS, 2008).

Até 2005 o edifício foi utilizado como Câmara dos Vereadores e já estava muito depredado pelo uso de instalações eletrônicas que não eram adequadas a estrutura do prédio (ar condicionado, por exemplo). Eventualmente era ainda utilizada para festas sazonais de Natal, como Casa do Papai Noel.

Em 2010, as pesquisas arqueológicas na casa começaram. Distintas etapas de intervenções ocorreram. A primeira foi realizada por Madalena Velho do Amaral, arqueóloga responsável pelo trabalho arqueológico realizado no ano de 2010. Este foi necessário para mitigar os danos causados pelo restauro arquitetônico, que começou sem o trabalho arqueológico preventivo.

Em 2011, O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) contratou a equipe do GRUPEP/UNISUL e Sapienza Arqueologia para realizar outro procedimento arqueológico na edificação, desta vez para identificar possíveis vestígios arqueológicos em superfície e sub-superfície, ultrapassando em profundidade o trabalho realizado por Amaral.

Em 2015, O IPUF ainda contratou o arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva para mais um trabalho na Casa de Câmara e Cadeia, tendo terminado oficialmente em janeiro de 2016.

Já que o material que analisamos provém principalmente da terceira etapa, focaremos nossas atenções, sobretudo nos procedimentos realizados nesta etapa.

Esta casa juntamente com Palácio Cruz e Sousa e a Igreja de Nossa Senhora do Desterro formavam os principais edifícios no Largo do Palácio no século XVIII (SOARES, 2011, p.37). Hoje a Casa de Câmara e Cadeia é um dos imóveis que compõe o Conjunto nº I de bens tombados do Centro Histórico de Florianópolis (BUENO *et al.*, 2015).

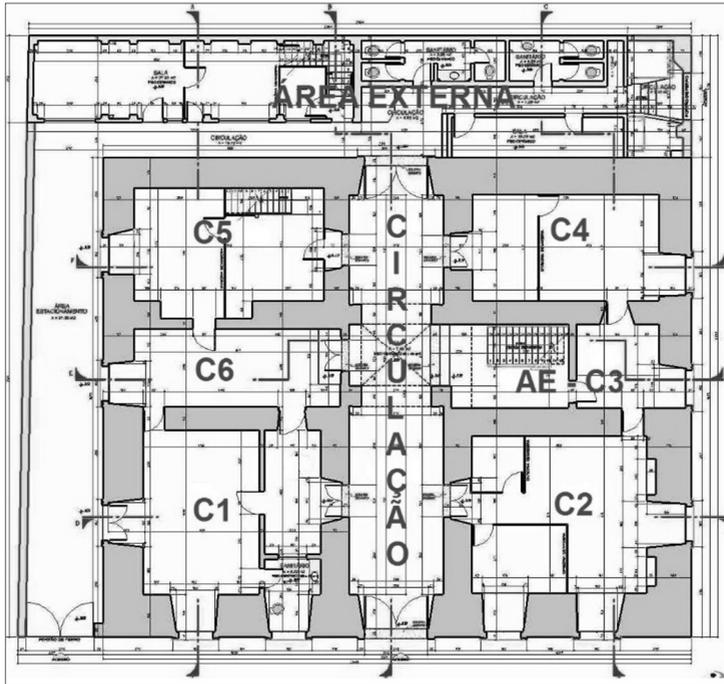
4.1.2.2.1 Intervenção Arqueológica em 2010 – Maria Madalena Velho do Amaral

Conforme comentado a intervenção arqueológica perpetrada pela arqueóloga Maria Madalena Velho do Amaral foi requisitada para mitigar os danos causados pelo restauro arquitetônico. As informações contidas aqui foram retiradas de relatório (AMARAL, 2012) arquivado no IPHAN/SC.

Dessa forma, arqueóloga e equipe realizaram 1) a retirada dos entulhos depositados sobre a camada superficial do sítio, 2) limpeza dos cinco cômodos térreos e 3) evidenciação das estruturas que sustentavam os pisos de madeira, antes existentes. Foram evidenciados tijoleiras, contra pisos e fundações de paredes em alvenaria do século da construção do edifício, bem como artefatos e ecofatos.

Para realizar essas etapas de trabalho, a equipe resolveu registrar os seis cômodos térreos da casa de forma numeral, isto é, Cômodo 1, Cômodo 2, Cômodo 3, etc. (Figura 21).

Figura 21: Planta do pavimento térreo da Casa de Câmara e Cadeia com as denominações dadas pela equipe coordenada por Maria Madalena Velho do Amaral.



Legenda: AE – Área Escada; C1 – Cômado 1; C2 – Cômado 2; C3 – Cômado 3; C4 – Cômado 4; C5 – Cômado; 5 C6 – Cômado 6. Fonte: Amaral, 2012.

Os 6 cômodos foram quadriculados numa malha de 1m². As áreas onde não foi possível quadricular, devido a irregularidade, foi dada a nomenclatura “nicho”. Destaca-se que usaram a janela como ponto inicial (P^o) para estabelecimento de nível.

O material evidenciado e coletado era registrado em fichas, com informações de procedência e nível, bem como registro fotográfico. Após coleta eram embalados em sacos plásticos, devidamente etiquetados e guardados num contêiner provisoriamente, até ser mandado ao MARQUE (Museu de Etnologia e Arqueologia da UFSC).

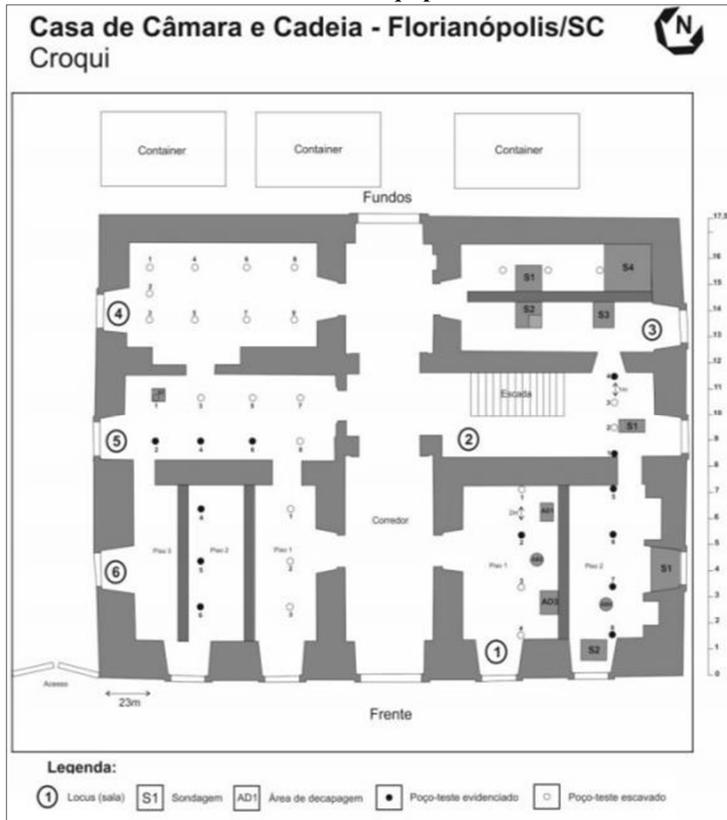
Os 9074 objetos coletados foram inventariados e higienizados no MARQUE (Museu de Etnologia e Arqueologia da UFSC), onde estão até a presente data.

4.1.2.2.2 Intervenção Arqueológica em 2011 – Deise Farias

Iniciando em 2011, a arqueóloga Deise Scunderlick Eloi de Farias e sua equipe realizaram caminhamentos e perfuração em *transects* na Casa, bem como abertura de sondagens, poços testes e áreas de decapagem. Além disto, realizou entrevistas na área e pesquisa histórica bibliográfica sobre a pré-história e história local (FARIAS, 2011).

Como no trabalho arqueológico realizado por Amaral, nomearam as 6 salas do piso térreo de *Locus*, isto é, *Locus 1*, *Locus 2*, *Locus 3*, etc. Ainda denominaram *Locus 7* para o pátio que contorna a Casa de Câmara e Cadeia, mas esse não sofreu intervenções (Figura 22).

Figura 22: Croqui das intervenções realizadas pela arqueóloga Deise Farias e equipe.



Fonte: Farias (2011).

No trabalho de levantamento efetuaram perfurações com trado de 15cm (poços testes), em linhas paralelas de 2m em todo interior da casa, atingindo até um metro de profundidade. Além disto, utilizaram um GPR (Radar de Penetração de Solo) para identificar áreas de interesse arqueológico. A partir das informações levantadas com estas duas técnicas, escolheram pontos onde fazer abertura de sondagens de 1m x 1m e eventuais áreas de decapagem.

O material coletado durante as prospecções foi levado para o laboratório de arqueologia do GRUPEP/UNISUL, onde foi feita a quantificação do material. Foi encontrado um total de 710

vestígios arqueológicos. Destes 122 são fragmentos de cerâmica “vermelha” vidrada e não-vidrada.

4.1.2.2.3 Intervenção Arqueológica em 2015 – Osvaldo Paulino da Silva

A última etapa de intervenções arqueológicas na Casa de Câmara e Cadeia foi perpetrada por Osvaldo Paulino da Silva e sua equipe a partir de 10 de agosto de 2015 e terminaram em janeiro de 2016. Suas intervenções foram levadas a cabo em dois setores da casa de Câmara e Cadeia: os fundos e o corredor central da casa. As informações contidas aqui foram encontradas nos relatórios escritos pela equipe (SILVA, 2015; SILVA, 2016).

A primeira atividade caracterizou-se pela abertura de poços testes nos fundos da casa. Estes, no total de 07, tem dimensões horizontais de 1m² e profundidades variadas, assim como encontravam-se alinhados com espaçamento de 2m entre si. Antes do início da abertura destes poços-teste foi necessária a remoção do piso cimentício contemporâneo existente.

No *Poço Teste 1* foi encontrado um buraco de 30cm de diâmetro, feito anteriormente, bem como uma parede ocupando 28cm da quadra feita. Ao fim a estratigrafia ficou assim: 0-5cm: primeira camada de piso cimentício (revestida por piso cerâmico); 5-10cm: segunda camada de piso cimentício; 10-20cm: aterro de coloração avermelhada com entulhos; 20cm: lâmina com restos de argamassa; 20-25cm: aterro com entulhos; 25-28cm: lente de aterro de coloração vermelha; 28-35cm: aterro de coloração avermelhada com entulhos; 35-45cm: camada com entulhos pesados; 45-48cm: camada de carvões com faiança; 48-75cm: camada de aterro de coloração alaranjada com entulhos pesados; 75-85cm: aterro argilo-arenoso marrom; 85cm: surge estrutura arqueológica com alinhamento de rochas.

No *Poço Teste 2* foi encontrado uma parede, dividindo o poço quase ao meio. Após a retirada de duas camadas de piso cimentício, a 10cm de profundidade encontrou-se de um dos lados da quadrícula uma espécie de piso de tijolos, que provavelmente foi posto lá para sustentar o piso cimentício superior. De 15 a 20cm foi encontrada uma superfície de pisoteamento e optaram por terminar a escavação deste poço neste nível. Nenhum material foi encontrado.

No *Poço Teste 3* encontraram quase as mesmas configurações que no poço teste 2, mas dessa vez escolheram continuar a escavação após encontrar a superfície de pisoteamento. Assim, aos 35cm encontraram, no perfil do poço, um objeto metálico cilíndrico, que depois viram tratar-se de um canhão. Assim a estratigrafia do poço fica assim: 0-5cm: primeira camada de piso cimentado (revestida por piso cerâmico); 5-10cm: segunda camada de piso cimentado (revestida por cimento alisado de coloração avermelhada); 10-25cm: aterro avermelhado com entulhos; 25cm: superfície de pisoteamento; 25-32cm: aterro alaranjado; 32-70cm: aterro alaranjado com entulho pesado, encerrando ao encontrar estrutura fixa de rochas argamassadas. Nenhum material foi coletado neste poço teste.

No *Poço Teste 4* encontraram 3 camadas distintas de piso cimentício. Após estas havia uma camada de aterro avermelhado com entulhos, onde encontraram uma placa metálica com a inscrição “ambulante” e vários fragmentos de uma xícara de porcelana na cor verde. Aos 45cm surgiu outro canhão, desta vez dentro do poço. A presença deste levou a paralisação da escavação neste nível.

Ao abrir o *Poço Teste 5* identificaram duas camadas de piso cimentício. Logo abaixo destas perceberam uma caixa desativada de inspeção da rede elétrica e canos de PVC e ferro. A Caixa não foi removida, mas os canos que ocupavam até 45cm de profundidade foram removidos.

A estratigrafia final ficou: 0-5cm: primeira camada de piso cimentado (assentamento de piso cerâmico); 5-10cm: segunda camada de piso cimentado (contrapiso); 10-20cm: aterro arenoso; 20-60cm: aterro avermelhado com entulhos; 60-70cm: aterro argilo-arenoso marrom; 70-80cm: aterro marrom com entulhos; 80-95cm: aterro alaranjado com entulhos; 95-120cm: aterro arenoso marrom com pouco entulho. Foram coletados cerâmica, restos faunísticos (alimentares ou não), louça e metal neste poço.

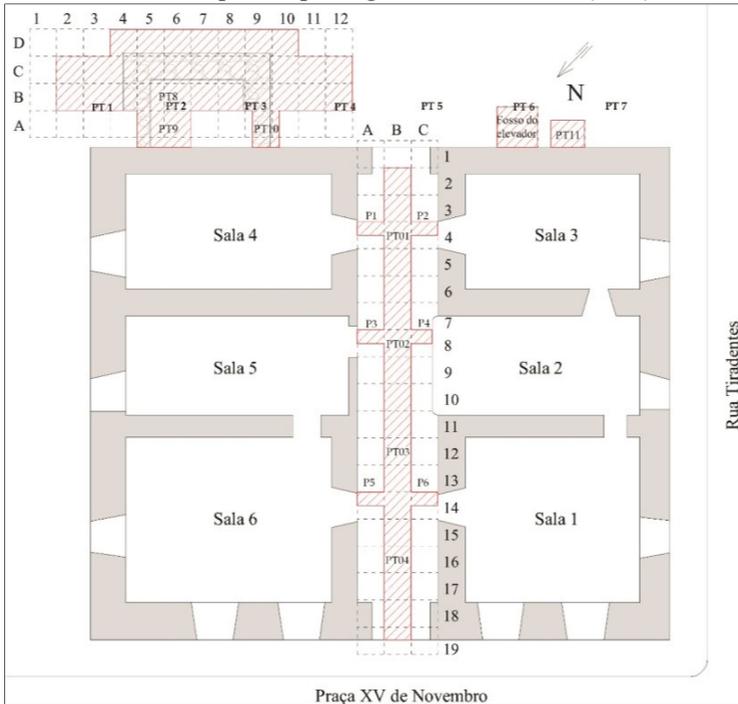
No *Poço Teste 6* encontraram 3 camadas de piso cimentado. Após estas uma camada de aterro se apresenta com tubos de PVC instalados até a profundidade de 70cm. Da mesma forma que no poço teste 5, o pouco espaço existente devido a estes tubos PVC que ainda poderiam estar em uso, paralisou a escavação. Nenhum vestígio arqueológico foi coletado.

O *Poço Teste 7* era muito similar ao poço teste 6. Entretanto, a partir dos 40cm vestígios arqueológicos de grande interesse começaram a aparecer. Aos 145cm surge uma tubulação de esgoto em manilha cerâmica esmaltada que, após evidenciação, sinalizou o final da escavação, aos 160cm de profundidade. Materiais construtivos, louça, vidros e plásticos foram encontrados pela equipe neste poço teste.

Após esta etapa de abertura de poços teste decidiu-se quadricular e escavar parte dos fundos da casa, objetivando não só retirar os canhões encontrados, como também entender a estratigrafia do local. Houve ainda a abertura de uma trincheira e poços testes ao longo do corredor central da edificação, com enfoque de buscar informações materiais sobre o cotidiano das pessoas que ali viveram desde a sua construção, segunda metade do século XVIII.

As quadriculas foram delimitadas nos fundos da casa considerando as informações levantadas com os poços testes. Estas foram rebaixadas arbitrariamente em níveis artificiais de 10cm de espessura, tendo como referência a superfície do sítio. Totalizaram 31 quadriculas, podendo atingir até 120cm de profundidade. Estas foram denominadas alfanumericamente (B1, B2, B3, etc.) (Figura 23).

Figura 23: Croqui das intervenções perpetradas pela equipe coordenada pelo arqueólogo Osvaldo da Silva (2015).



Legenda: PT – Poço Teste; P – Prospecção. Fonte: SILVA (2016).

A partir do nível 2, vestígios arqueológicos começaram a ser coletados, em meio aos aterros e entulhos existentes. Estes vestígios são fragmentos de faiança branca e decorada, cerâmica de barro cozido, vidros, restos alimentares (ossos de animais), metais e restos construtivos.

Do nível 2 a 4 a equipe denotou a presença da superfície de pisoteamento também notada nos poços teste e, concentradas nas quadriculas C6, C7 e C8, foram encontradas plaquetas metálicas esmaltadas que traziam inscrições com o nome de Florianópolis, uma categoria (“ambulante”, “produtos suínos”, “carreta lavrador”, “aranha”, “carro mão”, entre outras) e um ano (majoritariamente 1950). Indicaram ainda que esta superfície pisoteada pode ser considerada como uma divisão temporal nos fundos da casa, pois sobre e havia os pisos cimentados e imediatamente sob a mesma estavam depositados os canhões.

A partir do nível 4 conseguiram visualizar os canhões e efetuar suas retiradas. Os canhões estavam localizados nas quadras B11 e B12 (Canhão 1) e B8, B9, C8, C9 e C10 (Canhão 2).

Após as retiradas continuaram o rebaixamento das quadrículas e encontraram materiais de cunho arqueológico de forma frequente até o nível 7, tornando-se mais escassos depois daí. Ainda identificaram paredes argamassadas “surgidas” após a superfície de pisoteamento. Estas são formadas por 3 segmentos de 120-140cm de espessura. Dois destes conectam-se com a casa, formando um retângulo de 3,5m x 5,5m.

Buscando identificar a base destas paredes argamassadas, a equipe resolveu abrir dois poços testes nos ângulos internos do retângulo (poços teste 8 e 9), conforme Figura 23. O *Poço Teste 8* atingiu 380cm de profundidade, mas ao alcançar o lençol freático e devido ao alto risco que isto traz aos trabalhadores, tiveram que parar a escavação, sem encontrar o final da estrutura argamassada. Neste poço, até 310cm de profundidade foram encontrados vestígios arqueológicos, como vidros, metais, cerâmica e louça.

No *Poço Teste 9* evidenciou-se estratigrafia parecida com a do Poço Teste 8, com um diferencial no que se refere as intervenções contemporâneas com tubos de PVC, que no PT 9 encontram-se logo abaixo do piso cimentado. Notou-se com este poço teste que o momento da construção destas paredes argamassadas era o mesmo da construção da Casa de Câmara e Cadeia, visto as pedras argamassadas de ambas estruturas estarem intertravadas entre si. Foram coletados cerâmica, louça, restos alimentares (fauna) e vidros até 90cm de profundidade.

Outros dois poços testes foram ainda abertos nos fundos da casa: Poços Teste 10 e 11. O *Poço Teste 10* foi aberto sobre o terceiro segmento de paredes argamassadas. Como no Poço Teste 9 havia canos de PVC e cabos contemporâneos interferindo na intervenção. Aos 25cm aparecem sedimentos e restos construtivos que continuam até 80cm. Foram encontrados fragmentos de garrafas de vidro, de utensílios de faiança e de louça de barro cozido.

O *Poço Teste 11* aberto a 4,5m da moldura da porta dos fundos do prédio atingiu 140cm de profundidade. Foram coletados 3 fragmentos de faiança decorada, um fragmento de

utensílio de ferro, 1 fundo de garrafa de vidro e um fundo de utensílio de faiança.

Além das escavações nos fundos da casa, uma trincheira estava sendo aberta no corredor central. Esta também foi denominada a partir de caracteres alfanuméricos. Além disto, poços testes e prospecções foram efetuados no corredor central.

Na trincheira identificaram 4 camadas de piso sendo: Camada 1 – piso cerâmico atual; Camada 2 – argamassa de assentamento de pisos “São Caetano”; Camada 3- argamassa de assentamento de ladrilhos hidráulicos e Camada 4 – contrapiso de cimento.

Após esses pisos, já no nível artificial 2, foi encontrado um fragmentos de vidro, bem como vestígios de madeira decomposta. Entretanto, as escavações executadas no corredor revelaram poucos vestígios arqueológicos. Com isto, resolveram abrir 04 poços testes para avaliar a estratigrafia do local. Por serem poços testes abertos sobre as quadriculas já catalogadas os nomes destes poços traz consigo a quadricula de onde vem.

O *Poço Teste 1 (B4)* foi aberto até 185cm de profundidade e foram coletados fragmentos de lítico, vidro, cerâmica e louça. O *Poço Teste 2 (B8)* atingiu 155cm de profundidade e encontrados fragmentos de carvão, restos construtivos, cerâmica, louça e metal. O *Poço Teste 3 (B12)* também alcançou 155cm de profundidade, nos quais foram recolhidos restos alimentares, cerâmica e vidro. No *Poço Teste 4 (B16)* encontrou-se apenas 2 fragmentos de cerâmica e a escavação chegou até cerca de 60cm de profundidade.

Ainda no corredor central a equipe, coordenada por Osvaldo da Silva, efetuou a abertura de 6 prospecções transversais a trincheira, nas portas das salas térreas da Casa de Câmara. Na *Prospecção 1*, não foi encontrado nenhum material arqueológico, excetuando-se um único fragmento cerâmico.

A *Prospecção 2* apresentou largura de 50cm, comprimento de 120cm e profundidade máxima de 140cm. Nenhum vestígio arqueológico foi encontrado.

Na *Prospecção 3*, que chega até 100cm de profundidade, também não houve existência de materiais arqueológicos.

Na *Prospecção 4* evidenciou-se em vários momentos restos construtivos contemporâneos, como rebocos e tijolos.

Somente dois fragmentos de cerâmica foram encontrado pela equipe nos 100cm de profundidade desta prospecção.

Os também 100cm de profundidade da *Prospecção 5* apresentaram características interessantes. Até 80cm a estratigrafia é quase similar aos outros: camadas de pisoteamento, sedimento vermelho e reboco. Mas aos 80cm é evidenciada uma fogueira formada por uma mancha negra com restos de cinza e pequenos pedaços de peixe. Esta está sobre superfície de pisoteamento. Entretanto, mais nenhuma informação conseguem retirar da intervenção que foi até 100cm de fundo.

Na *Prospecção 6*, que atingiu 100cm de profundidade também, foi retirado o piso cimentado e, abaixo destes, um sedimento vermelho com restos construtivos se estabelecem até 58cm. Após este estrato, um sedimento arenoso aparece e se mantém até os finais 100cm. Foi encontrado um fragmento cerâmico a 50cm de profundidade.

E assim em janeiro de 2016 é entregue o relatório das intervenções arqueológicas realizadas na Casa de Câmara e Cadeia ao IPHAN/SC. Os materiais coletados nestes foram levados para o laboratório da empresa Geoarqueologia, chefiada por Osvaldo da Silva, e foram higienizados e numerados, se assim fosse adequado.

Coletou-se cerca de 1300 fragmentos arqueológicos, destes, 500 são fragmentos cerâmicos.

4.1.2.2.4 Estado da coleção arqueológica

É importante destacarmos aqui que em nenhum momento conseguimos vislumbrar a coleção completa da Casa de Câmara e Cadeia. Isso ocorreu pois duas das três intervenções que coletaram vestígios arqueológicos tinham seu material “preso” em algum processo. Isto é, o material da escavação de 2010 estava sendo numerado e quantificado e o material da escavação de 2011 estava “em trânsito”, ou melhor, seria enviado a qualquer momento para o MARQUE/UFSC quando a burocracia se cumprisse.

Dessa maneira, somente obtivemos acesso prolongado aos vestígios arqueológicos da escavação de 2015, o qual estava ainda no laboratório da empresa Geoarqueologia, a qual, permitiu gentilmente nossa pesquisa.

O material cerâmico estava disposto sobre uma mesa, já higienizado, numerado e analisado pela equipe da empresa (Foto 9). Em outros setores da empresa estavam as louças, metais, vidros e grés. Destaca-se que os metais e canhões estavam passando pelo processo de eletrólise para retirada de concreções.

A higienização e numeração do material foi muito bem feita, sendo que a numeração foi aplicada sequencialmente em todos os fragmentos e vestígios arqueológicos, conforme exemplo: CCC3-1, CCC3-2, CCC3-11, etc. Esta sigla “CCC3” significa Casa de Câmara e Cadeia 3ª etapa de intervenções (Foto 10).

Foto 9: Material Cerâmico não vidrado da Casa de Câmara e Cadeia exposto sobre a mesa de trabalho. Foto: Autora (2016)



Foto 10: Numeração dos Fragmentos da 3ª Etapa de Intervenções, perpetrada pela empresa Geoarqueologia. Foto: Autora (2016)



Ganhamos um espaço na mesa da cerâmica e pudemos trabalhar sem dificuldade sobre o material cerâmico não vidrado. Bem como, foi-nos disponibilizada a ficha de inventário deste material o que nos forneceu informações acerca da localização, tipo de intervenção (Poço Teste, Quadra, Trincheira) e nível.

Após a análise a equipe da empresa responsabilizou-se por sua guarda em local adequado, para depois ser encaminhado ao MARQUE/UFSC, responsável pela guarda permanente.

4.1.2.3 Casa d'Itália – Residência Oitocentista da Praça XV

Esta casa está localizada na Praça XV do centro de Florianópolis, próximo do Largo da Matriz, que como vimos era a núcleo principal da Vila de Desterro no século XVIII. Ali

estava a Igreja Matriz, o Palácio do Governo, a Casa de Câmara e Cadeia e o Mercado Principal. Inúmeras casas foram construídas ao redor destes estabelecimentos principais, sendo tanto casas assobradadas, quanto casas térreas (CABRAL, 1979, p.30).

Inicialmente as casas térreas eram mais comuns na vila, mas com o crescimento econômico e devido a proeminência de algumas pessoas que viviam no centro da vila, muitas destas casas foram assobradadas. Destaca-se, no entanto, que havia distinções entre essas casas térreas, como Cabral (1979, p. 222) afirma. Isto é, as casas térreas dos menos abastados eram mais simples, com menos repartições que as casas dos mais abastados, que podiam contar com algumas alcovas, sala, sala de jantar e cozinha.

O sítio arqueológico em questão caracteriza-se como uma destas casas construídas ao redor da praça da matriz. De acordo com Comerlato (1999), seu estilo construtivo indica sua construção no primeiro quartel do século XIX. Destaca-se que em consequência de sua importância histórica, os sobrados em torno da Praça XV de Novembro são tombados como patrimônio municipal, tanto pelo Decreto nº 22 de 19 de fevereiro de 1980, quanto pelo Decreto nº 270/86, que identifica este como Conjunto nº 1 dentro dos conjuntos municipais.

Atualmente ali funciona o Círculo Ítalo-Brasileiro de Santa Catarina.

4.1.2.3.1 Intervenção Arqueológica 1999 – Fabiana Comerlato

Comerlato, em julho de 1999, iniciou a intervenção arqueológica na Casa D'Itália na Praça XV de Novembro. Esta foi necessária devido a construção de duas sapatas para melhor sustentação do edifício. A prospecção objetivava identificar e evidenciar possíveis estruturas arqueológicas e artefatos ligados ao sobrado, bem como os analisar contextualmente.

Com cerca de 4 dias de trabalho de campo foram abertas duas áreas, denominadas A e B, respectivas a cada sapata. As quadrículas feitas nestas áreas tinham o tamanho de 2 x 1m e o método de decapagem era artificial, isto é, de 10cm em 10cm. Além da coleta de material arqueológico e informações estratigráficas, a equipe coordenada por Comerlato ainda documentou e registrou todo trabalho através de fotografias.

Na *Área A* inicialmente notaram a presença de barro de aterro (sobre o qual não informam nível) existente em toda extensão da quadra. Abaixo deste perceberam um solo escuro bastante compactado, com algumas manchas brancas. Sobre este solo encontraram uma camada muito fina (3cm) com minúsculos fragmentos de osso de pequenos mamíferos e peixes, pregos, cravos, fragmentos de vidro plano, cerâmica (vidrada e não vidrada) e louça. Ainda encontraram uma depressão com 7cm de diâmetro e uns 10cm de profundidade no centro da quadrícula.

Estas informações estratigráficas e de perfil fizeram a equipe reconhecer a área escavada como sendo a base de um fogão devido ao escurecimento do solo, sendo o buraco parte da estrutura deste fogão, isto é, local onde estava enterrado o objeto que sustentava a chapa do fogão.

Com relação ao escurecimento do solo a equipe ainda identificou nesta área, atrás do fogão, um forno. Foi possível deduzir isto devido ao formato semicircular das manchas no solo, bem como pela presença de um buraco encontrado ao final da mancha, com 20cm de diâmetro e revestido internamente com telhas tipo canal, que se presume ser uma chaminé.

Destes fornos detectaram ainda entre a área do fogão e do forno, uma base divisória com 15cm de largura que foi diagnosticado como uma das paredes de alvenaria deste forno.

Ainda nesta área a equipe identificou uma vala com 130cm de comprimento e 20cm de largura a qual supôs-se ser o local onde era armazenada e posta para secar a lenha utilizada no fogão.

Em função destas descobertas a área foi ampliada para mais do que haviam planejado. Esta ampliação estendeu-se até a parede, sendo que nos fundos da base do forno foi aberta uma trincheira com 100cm x 20cm, na qual encontraram louça, cerâmica e vidro. A abertura da porção lateral, até a parede, apresentou uma estrutura argamassada com pedras. Esta deduziram ser uma parede da casa na qual se utilizava o forno e fogão (Figura).

Figura 24: Croqui da intervenção da Área A na Casa D'Itália.

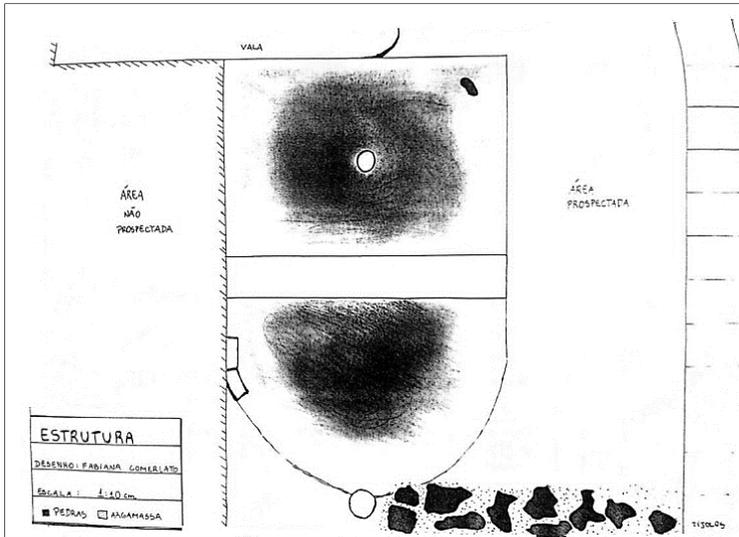


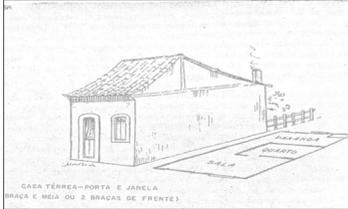
Figura Fonte: Comerlato (1999).

Na *Área B* identificaram uma estratigrafia variada, com sucessivas camadas de aterro. A estratigrafia encontrada pela equipe foi a seguinte: 1ª Camada: 10,5 cm de solo preto com grande quantidade de entulho e material histórico misturado; 2ª Camada: 7cm de barro; 3ª Camada: 5cm de solo preto com material arqueológico; 4ª Camada: 6cm de barro e 5ª Camada: areão acinzentado. Nenhuma estrutura foi encontrada nesta área. Os vestígios arqueológicos caracterizaram-se por fragmentos cerâmicos, vidro, restos alimentares e material construtivo.

Com a união das informações levantadas pela equipe nestas duas áreas, deduziram tratar-se de estruturas de forno e fogão de uma casa térrea (área A), cuja lixeira encontrava-se no quintal (área B). O solo compactado da área A era o chão batido com incidência de carvão e as manchas brancas eram cal, usado para higienizar e tirar o mal cheiro. O areão acinzentado da área B foi interpretado como sendo o solo do quintal da casa térrea.

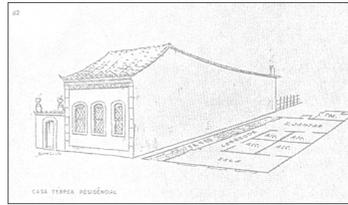
Abaixo (Figura 25 e Figura 26), mostramos plantas retiradas de Cabral (1979) que mostram como se estruturavam essas casas térreas. Vê-se que a cozinha ficava nos fundos da casa, próxima a saída para o quintal. Salienta-se que a varanda das casas menos abastadas era o local do preparo dos alimentos.

Figura 25: Casa térrea mais simples, sem tantas repartições.



Fonte: Cabral (1979).

Figura 26: Casa térrea de pessoas mais abastadas.



Fonte: Cabral (1979).

A equipe ainda usa uma citação de Cabral (1979, p. 218) sobre as cozinhas para fortalecer suas inferências acerca das estruturas encontradas: “Tinha a mesa das refeições, os bancos que a ladeavam [...] muitas vezes também o fogão, de tijolos e pedras, ou sobre um jirau, se elevado do próprio chão [...]”.

Os vestígios arqueológicos coletados neste trabalho de campo foram levados para o MARQUE/UFSC, onde, de acordo com o relatório, foram higienizados e numerados.

4.1.2.3.2 Estado da coleção arqueológica

Inicialmente tivemos dificuldade em encontrar o material deste sítio arqueológico na Reserva Técnica do MARQUE/UFSC, pois a sua nomenclatura na caixa que o guardava era Residência Oitocentista da Praça XV e não Casa D'Itália. Ao entendermos esta dubiedade pudemos finalmente entrar em contato com o material.

Já pelo tamanho da caixa que o guardava conseguimos notar que se tratava de um pequeno número de vestígios arqueológicos, não totalizando mais que 500 fragmentos entre cerâmica, louça, vidros, metais etc. Entretanto, ao separarmos os fragmentos cerâmicos não vidrados denotou-se que poderia ser um material bastante interessante para nossos objetivos.

Assim, iniciamos nossos trabalhos no Laboratório de Arqueologia do MARQUE/UFSC. Primeiramente percebemos que, diferente do que o relatório afirmava, os vestígios arqueológicos não estavam numerados, a exceção de um pequeno número de fragmentos de louça importada.

Dessa maneira, tivemos que numerá-los e para tanto utilizamos a mesma identificação existente na louça (“ROPXV”

que significa Residência Oitocentista da Praça XV) e números sequenciais. Perpetramos a numeração em etiquetas impressas, devido ao pouco tempo para efetuarmos a análise. Estas etiquetas foram colocadas dentro de pequenos plásticos e colocadas dentro de sacos *zip* com a peça a que se referia (Foto 11).

Foto 11 e 12: Metodologia utilizada para numerar as peças do sítio Casa D'Itália: etiqueta protegida por saco plástico, colocado junto com peça armazenada em saco *zip*.



Foto da Autora (2016)



Foto da Autora (2016)

Outro problema que pudemos perceber é que não havia informação de nível nas peças, somente das áreas de onde foram resgatadas. Entretanto, já que houve somente um nível de coleta de material na área A e dois níveis na área B que se caracteriza como uma lixeira esse problema não afetou tão pesadamente na análise.

Após a análise guardamos o material de volta a sua caixa de origem com uma ficha de informações acerca da numeração que efetuamos.

4.1.3 A escolha da cerâmica

Conforme já comentado na introdução a fonte material investigada dentro dos sítios arqueológicos é a cerâmica feita do “barro” – os “ceramólogos” chamam de cerâmica de terracota (BRANCANTE, 1981, p. 5). Esta palavra “cerâmica” é derivada do grego *keramikos*, que significa “de argila”.

Para além da discussão da riqueza de se investigar a tecnologia de um povo – que já foi discutido no capítulo 2 – a escolha deste “tipo” de cerâmica se deu por sua forte vinculação

com as populações indígenas litorâneas, as quais manufaturavam – e em algumas culturas ainda manufaturam – suas vasilhas cerâmicas a partir da argila e as utilizavam em seu dia a dia, tanto no preparo e cocção de alimentos, quanto para armazenamento e consumo.

Tal vínculo foi definido, por exemplo, por arqueólogos que estudam sítios arqueológicos tupi-guarani de antes do contato, de 600 a 1000 anos atrás, apontando a grande profusão de material cerâmico encontrados nos assentamentos destes povos (NOELLI, 1993; PROUS, 1992). Da mesma maneira, cronistas e viajantes do século XVI descreviam os vasilhames cerâmicos que viam dentro das aldeias no litoral brasileiro, bem como a forma como os manufaturavam, pintavam e usavam (STADEN [1557], 1930; THEVET [1555], 1978).

Dessa forma, entendendo que esses objetos eram comumente manufaturados e utilizados entre as populações indígenas e também compreendendo que deveriam ser bastante presentes em seu cotidiano, porque não escolher esse objeto utilitário e de uso diário para tentar, de certa forma, identificar a presença indígena em algum lugar e em algum período?

Todavia, afora esta aparente obviedade de escolha, tivemos ainda outros pontos que nos levaram a toma-la. Primeiramente, percebemos através de bibliografia que em outras regiões do Brasil há presença de indígenas na sociedade colonial do século XVIII ainda manufaturando e usando vasilhames cerâmicos (BRANCANTE, 1981; SYMANSKI; GOMES, 2012). Assim, reforçamos nossa noção de ser possível identificar, através da análise cerâmica, a presença indígena dentro da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina, tanto de forma direta (manufaturando as vasilhas) quanto de forma indireta (influenciando as escolhas do artesanato).

Outro aspecto que pesou na escolha foi referente ao *uso* destes recipientes cerâmicos. Isto é, este material cerâmico das edificações em foco caracteriza-se majoritariamente por vasilhas, garrafas e potes cerâmicos. Entende-se que estes, tanto simples, quanto decorados, na imensa maioria das vezes tinham a finalidade de conter alimentos líquidos ou sólidos, tanto para a cocção, quanto para armazenamento, serviço, e/ou consumo. Por conta disto, esses vasilhames, com sua forma, tamanho e manufatura podem muito informar sobre a prática social da

alimentação. E esta é muito elucidativa da cultura de um grupo, pois, além de obviamente ocorrer cotidianamente, é possível perceber através dela se houve uma interação cultural entre os diferentes grupos que formam uma sociedade. Ela

[...] consiste em um componente básico da identidade individual e de grupo, podendo servir tanto para indicar e construir relações sociais baseadas na igualdade, intimidade e solidariedade, quanto para sustentar relações caracterizadas por hierarquia, distância e segmentação (SYMANSKI; GOMES, 2012. P.77).

Symanski e Gomes (2012) apontam essa interação cultural como perceptível através da cultura material (primordialmente das utilizadas na cozinha, ou seja, com alimentos), entre grupos indígenas, africanos e luso-brasileiros na cidade de Santarém (PA) durante o século XVIII. Beaudry analisando estudos elaborados sobre vestígios materiais de diferentes lugares do mundo – a saber: materiais de sítios pertencentes ao império Inca, vestígios da Nova Orleans (EUA) colonial e evidências materiais da Palestina controlada pelos romanos no século I d.C. – também conclui que a alimentação “*also played a vital role in cultural mixing and the creation of intercultural variability in contact situations that afforded prolonged transcultural interactions*”⁹⁴ (BEAUDRY,2013, p.286).

Assim, vemos que esses recipientes cerâmicos muitas vezes utilizados no preparo e consumo de alimentos pode trazer informações importantes acerca da forma como as interações estão ocorrendo dentro da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina.

Por fim, decidimos realizar este estudo com a cerâmica deste período, que pode ou não ter influência indígena, como contribuição a este campo de conhecimento acerca da cerâmica produzida em solo brasileiro. Zanettini (2005, p. 247) faz uma suave crítica em seu trabalho de tese acerca da escassez de estudos neste campo. Afirma:

⁹⁴ Tradução da autora: [...] também desempenhou um papel vital na mistura cultural e na criação de variabilidade intercultural em situações de contato que proporcionaram interações transculturais prolongadas (BEAUDRY,2013, p.286).

Não obstante, os estudos devotados à cerâmica produzida em solo brasileiro após o contato do mundo indígena com o europeu, nos períodos colonial e pós-colonial, apresentam um volume menor de trabalhos, se comparados aos estudos dedicados ao material de origem estrangeira que aqui desembarcou após 1500, sejam as porcelanas do Oriente e Europa, as faianças lusitanas, a majólica espanhola, as faianças finas inglesas e assim por diante [...].

Portanto, nosso objetivo é também somar aos poucos conhecimentos já produzidos acerca da cerâmica brasileira “colonial e pós-colonial”.

4.2 A ANÁLISE CERÂMICA

O início da análise cerâmica diferente do que se imagina começa sem a cultura material que se pretende analisar. Conforme comentado no capítulo 2 é necessário antes de tudo uma análise de contexto e estabelecer certos objetivos com a análise para aí sim, iniciar mais efetivamente a análise da cultura material.

Dessa maneira, denotamos que diferentes grupos culturais estava envolvidos nas atividades cotidianas da Ilha de Santa Catarina e entravam em contato com as vasilhas cerâmicas durante todo contexto da história de vida destes objetos, desde sua produção até o descarte. Esses grupos estavam inseridos dentro dos edifícios estudados e dentro da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina neste período enfocado. Deste modo, esta heterogeneidade não pode ser ignorada durante a análise, pois sua existência exige certas considerações prévias e direciona a ficha de análise à diferentes variáveis.

Isto posto, pudemos perceber: indígenas Tupi, Guarani e Minuano formando a sociedade colonial, bem como africanos e afrodescendentes e europeus (lusitanos ou luso-brasileiros), especialmente uma grande comunidade de açorianos. A partir desta informação começamos levantar algumas características marcantes de cada um destes grupos culturais para sabermos identifica-las nas vasilhas cerâmicas. Quando dizemos marcantes

queremos dizer que podem diferenciar e possibilitar vislumbre de distinção cultural através da história de vida da vasilha cerâmica, ou seja, o que é diferente entre um grupo e outro no que se refere a todo o processo da história de vida destes recipientes cerâmicos.

Deve-se ainda tomar o cuidado para não reificar estes grupos nos artefatos que produziam, visto que não são feitos por categorias sociais imutáveis e estáticas, mas fluidas (ORSER JR, 2005, p.63). Dessa maneira, os diferentes grupos apontados aqui não necessariamente mantiveram “sempre” a mesma forma de manufaturar seus artefatos cerâmicos sem nunca transformar seu modo de fazer. Entretanto, como mencionado, este trabalho de elencar estas características tornou-se necessário para tentarmos vislumbrar possíveis variações.

Para fazer um levantamento das características das vasilhas cerâmicas produzidas e utilizadas pelos Tupi utilizamos como fonte a série de artigos do livro “os Ceramistas Tupiguarani”, publicado em 2008, com a organização de André Prous e Tania Andrade Lima. Além destes utilizamos a dissertação de David Pereira acerca da arqueologia guarani na bacia do Rio Santo Anastácio (SP), a qual discute brevemente acerca das características de recipientes cerâmicos tanto dos “tupi”, quanto dos guarani e o livro, bastante citado de La Salvia e Brochado (1989) em respeito a “Cerâmica Tupiguarani”.

Assim, Dias e Panachuk (2008, v.1, p. 91-116) apontam a decoração dos vasilhames cerâmicos dos “tupi” como principalmente pintado, mas com corrugado, escovado, unglado e inciso. Evidenciam também que diferente dos guarani do sul, este corrugado pode ser feito com espátula. Apontam ainda bordas cambadas como traço marcante, além de borda com reforço externo e expandida. Salientam também que a forma da boca das vasilhas “tupi” diferem da guarani do sul, afirmando que além de circulares existem ovoides, elípticas, retangulares.

Já Prous (2008, v.2, p.113-216) afirma que as vasilhas pintadas no sul (guarani) são essencialmente fechadas (*Cambuchi*) e semi-abertas (*caguaba*), enquanto que ao norte (tupi) são abertas ou raramente fechadas (*igaçaba*). Este autor assevera ainda que os “proto-tupi” pintavam sobretudo vasilhas abertas possíveis de serem visualizadas inteiramente, já os proto-guarani pintavam a face externa, preferencialmente de vasilhas fechadas, visíveis só parcialmente. Ainda comenta que no proto-

guarani não há a utilização da coloração escura (preto ou marrom escuro), existente no proto-tupi.

Pereira (2011), em sua dissertação, aponta uma característica bem geral com relação as duas culturas do tronco tupi: a Tupi possui decoração predominantemente pintada e os Guarani teriam predomínio no tratamento de superfície plástico, sobressaindo a decoração corrugada (PEREIRA, 2011, p.19).

É possível denotar que estas bibliografias acima citadas já mostram algumas características dos grupos guarani. A estas características podemos acrescentar as informações de Mentz Ribeiro (2008). Este afirma que técnicas de decoração associadas nos guarani do sul são muito raras, mas aparecem. Ainda discorre acerca de alguns atributos comumente encontrados em vasilhames guarani: base modelada ou em espiral; antiplástico arenoso, com grãos arredondados e com presença de hematita, caco moído e mica; queima normalmente incompleta.

O outro grupo indígena que buscamos informações acerca da produção cerâmica foram os Minuanos. Em nossas pesquisas não encontramos nenhum dado relativo a manufatura ou uso de recipientes cerâmicos *diretamente* referente a este grupo. Entretanto, de acordo com Schmitz, Naue e Becker (2006, p.101) as populações que habitavam no território historicamente conhecido como dos minuanos e charruas eram populações vinculadas a Tradição Vieira. Ou seja, foi somente no tempo da colonização europeia que estas populações habitantes dos campos do sul da América meridional ficaram conhecidos como Charruas e Minuanos.

Dessa maneira, exporemos aqui as características desta cerâmica da Tradição Vieira, visto haver esta relação de ocupação de território levantada por Schmitz e colaboradores. Para tanto, utilizamos como fontes os textos de Schmitz, Naue e Becker (2006) e o artigo de Bruno Ribeiro e Rafael Milheira, publicado na Revista Teoria e Sociedade em junho de 2015.

Diagnosticamos que a cerâmica da tradição vieira apresenta formas pequenas a médias, pouco profundas, elaborada por roletes, possuindo contornos simples (SCHMITZ, NAUE, BECKER, 2006, p.107-109; RIBEIRO; MILHEIRA, 2015, p.100). As formas mais recorrentes foram as abertas e paralelas (bacias ou painéis) enquanto pratos ou tigelas abertas são menos verificadas (RIBEIRO; MILHEIRA, 2015, p.108). O antiplástico

é constituído majoritariamente por minerais, mas Schmitz *et al.* (2006, p.107) também apontam presença de palha, tanto como impressões na superfície, quanto na pasta. Com intenso uso no fogo, são vasilhas em sua grande maioria sem indicativos de maior dedicação aos acabamentos de superfície e poucos motivos decorados, plásticos (corrugado, espatulado, ou digitado) ou pintados (RIBEIRO; MILHEIRA, 2015, p.114).

Schmitz e colaboradores afirmam que as vasilhas desta tradição são mal acabadas e de aspecto “feio”, com a superfície externa e interna mal alisada, presumindo simplicidade ou falta de habilidade do artesão. No entanto, Ribeiro e Milheira (2015) denotaram que esses vestígios que pareciam de evidências da produção poderiam ter uma relação com tratamentos de superfície. Com isso, perceberam que a não eliminação destes vestígios de produção eram manifestações estéticas. Dessa maneira, aquilo que foi nomeado como mal acabado, passou a ser visto como decoração intencional. Por conseguinte, esta expressão do “mal-alisado ou acabamento plástico” teve que entrar em nossos atributos de análise.

Foto 13: Tigela tupi com forma da boca retangular.



Fonte: Acervo Digital UNESP. Acesso em 26 ago. 2016

Foto 14: Fragmento de cerâmica atribuída à tradição vieira com superfície “mal alisada ou com acabamento plástico”.



Fonte: Ribeiro; Milheira, 2015, p.116.

Com relação às propriedades dos recipientes cerâmicos atribuídos aos grupos africanos e afrodescendentes, utilizamos principalmente uma autora como fonte: Fernanda Borba (2013, 2015) que trabalhou com a cultura material de grupos escravos (ou não) africanos e/ou afrodescendentes em São Francisco do Sul/SC. Foi à proximidade espacial e conjuntural (isto é, a

ocupação branca começou praticamente no mesmo período e com os vicentistas da mesma forma, o território é litorâneo, a agricultura de mandioca eram a mais comum, entre outras similaridades) que motivaram a utilização majoritariamente desta bibliografia.

Esta autora aponta que a decoração mais presente nas peças por ela analisada foi o padrão escovado (linear ou diagonal) e os traços incisos em vários motivos (linear, angular, em arco secante) (BORBA; BANDEIRA, 2013, p.105; BORBA, 2015, p.7). Comenta ainda sobre a cerâmica monjolo, atribuída a africanos e afrodescendentes da fala banto, e as características atribuídas a este tipo cerâmico, citando os estudos de Miller (1967):

Asa, inciso sobre roletes, pinçado sobre roletes, ponteados sobre roletes, decoração escovada e combinada com as técnicas anteriormente descritas [...]. Compõe-se tanto de recipientes decorados como não decorados. Os primeiros abrangem a maioria, desdobrando-se em engobada e plástica, predominando a última. A forma desses recipientes é globular e de pequenas dimensões, não ultrapassando a 40 cm de altura. O método de manufatura é de roletes sobrepostos. O tempero é de quartzo moído, areia fina e mica. A textura é de compacta a média e a fratura raramente ocorre entre roletes (MILLER, 1967, p. 23-24). (BORBA, 2013, p.48).

E por último, os dados levantados acerca dos atributos dos vasilhames produzidos e usados pelos açorianos da Ilha de Santa Catarina. Utilizamos como fonte o trabalho de Zanettini (2005), o livro de Cabral (1951) acerca da olaria de São José, cidade vizinha a Florianópolis, artigo de Etchevarne (2006; 2013) e o livro de Vasconcelos (1921), que discute os púcaros de Portugal. Entretanto, poucos atributos marcantes e diferenciados foram evidenciados para este grupo.

Inicialmente deve-se destacar que a introdução do torno oleiro na Ilha de Santa Catarina é remetida aos açorianos e madeirenses, que imigraram para ilha em meados do século

XVIII (CABRAL, 1951). Outro aspecto, apontado por Zanettini (2005, prancha 109), da herança lusitana nas vasilhas cerâmicas é a decoração incisa com motivos fitoformes (florais). Ele também comenta acerca da uma cerâmica de barro vermelho, sendo produzida no Brasil, muito parecida com a cerâmica produzida em Estremoz (cidade portuguesa) (ZANETTINI, 2005, 313).

Em respeito a esta cerâmica Vasconcelos (1921) escreve um livro, explicando os atributos desta cerâmica de Estremoz (além de cerâmicas de outros lugares) e como eram vistos e utilizados pela alta sociedade de Portugal, Espanha e da Europa como um todo. Assim, destaca como características das vasilhas cerâmicas produzidas em Estremoz a sutileza do barro, a finura dos grãos e da vasilha como um todo (VASCONCELOS, 1921, p.25). Etchevarne (2006, p.65; 2013, p.12) também comenta acerca destas mesmas características e ainda aponta como, as cerâmicas semelhantes a Estremoz, no Brasil eram muito utilizadas no fogo (como panelas) e para conservação de líquidos.

Foto 15: Fragmentos de cerâmica com características africanas.



Legenda: decoração escovada no sentido horizontal e marcas incisas na diagonal (a) e decorações incisas paralelas horizontais e diagonais (b e c). **Fonte:** Borba, 2013, p.158.

Foto 16: Fragmento de Cerâmica com herança lusitana, motivos fitoformes.



Fonte: Zanettini, 2005 (prancha 109).

Ficha de Análise

Após este levantamento das características marcantes existentes nos recipientes cerâmicos de cada um destes grupos culturais, iniciamos a montagem da ficha de análise (Apêndice 3).

Esta foi elaborada considerando toda a história de vida dos vasilhames cerâmicos, levando em conta aspectos morfológicos, tecnológicos e funcionais. Para visualização do leitor, montamos um esquema simples, que pondera as etapas de produção e uso de um artefato, utilizada na montagem da ficha de análise.

Os critérios empregados na análise deste material foram estabelecidos conforme a terminologia arqueológica baseada em Chmyz (1976), La Salvia e Brochado (1989), Orton, Tyers e Vince (1993), Rice (1987), Zanettini (2005) e Moraes (2007). Ainda adicionamos atributos identificados em nosso levantamento dos grupos culturais acima apresentado.

Iniciamos com a identificação e localização da peça e passamos a classificar a peça referente à sua “posição” na vasilha. Estas foram elencadas considerando os trabalhos de Chmyz (1976) e Zanettini (2005) e podem ser vistas na ficha de análise anexada a este trabalho. Depois dados métricos relativos a espessura máxima da vasilha foram colhidos.

A partir da medida da maior espessura de cada fragmento, obtida com o auxílio do paquímetro podemos inferir, aliado a outras informações métricas, se os vasilhames cerâmicos possuíam grandes proporções, visto que para a sustentação de vasilhames maiores são necessárias paredes mais grossas (ROBRAHN-GONZÁLEZ, 1989, p. 79). Além disto, pode-se inferir também que vasilhames maiores tem o transporte afetado (ZANETTINI, 2005, p.256).

Referente a procura identificamos a coloração da argila utilizada pelo artesão (amarelo, laranja, marrom e preto) e o tipo de antiplástico adicionado à pasta para manufatura da vasilha. Este antiplástico caracteriza-se como uma matéria introduzida, intencionalmente ou não, na pasta para conseguir condições técnicas propícias a uma boa manufatura e uso, como cacos triturados, areia fina, quartzo, conchas, cauxi, cariapé, etc. (CHMYZ, 1976, p. 144; RICE, 2005, p.118). Neste trabalho elencamos como antiplástico: mineral, mineral e caco moído, mineral e carvão, mineral, carvão e caco moído e palha como tipos de antiplástico. Palha foi relacionada devido à informação levantada na pesquisa prévia acerca da cerâmica vieira.

Seguindo na análise, diagnosticamos aspectos relativos ao processo de manufatura da peça. Iniciando com a preparação e formação da vasilha analisamos a técnica de manufatura utilizada

e o tamanho e porcentagem de antiplástico presente no fragmento.

A técnica de manufatura caracteriza-se como “as ações exercidas para a fabricação de uma vasilha cerâmica” (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 11) e poderia ser categorizada como acordelada (roletada), modelada, acordelada e modelada, moldada, torneada e sem leitura.

O *acordelado* é uma técnica utilizada por praticamente todos os grupos indígenas ceramistas brasileiros e consiste na sobreposição de cordéis de argila, partindo de uma base até a formação completa da vasilha (ZANETTINI, 2005, p.257). Zanettini (2005, p.257) afirma que esta técnica de manufatura era comum não somente aos grupos indígenas brasileiros, mas também a africanos e europeus e por esse motivo não pode ser automaticamente associada a um grupo específico.

O *modelado* é uma técnica à mão livre, em que a partir de massa uniforme, levanta-se a vasilha até atingir a forma desejada (CHMYZ, 1976, p. 137). Diferente do modelado, o *moldado* refere-se a técnica de aplicação de uma porção de argila dentro de uma molde pré-fabricado que por fim dará a forma da peça (LA SALVIA e BROCHADO, 1989, p. 11).

Torneado trata-se de uma técnica que utiliza o torno no fabrico da peça. A argila utilizada no torno é normalmente mais úmida e macia que a usada nas técnicas de acordelamento e modelamento. Isso se deve em primeiro lugar porque a ação utilizada para levantar as vasilhas não seria possível com uma argila mais dura e seca. Em segundo lugar necessita-se de mais água porque durante a rotação da argila no torno a circulação de ar leva a uma maior evaporação da água. A argila tem também uma textura mais fina, para evitar abrasão excessiva da mão do artesão (RICE, 1987, p.128-129).

A variável associada *acordelado e modelado* representa fragmento que possuem esses dois tipos de técnica de manufatura, sendo mais comum quando há adição de adereços, apêndices na peça.

As variáveis de tamanho do antiplástico adotadas foram as mesmas de Zanettini (2005). Escolheu-se analisar este aspecto, pois a escolha do tamanho do antiplástico dará características a vasilha que “funcionarão” durante seu uso e manufatura.

Já para frequência de antiplástico adotou-se as mesmas variáveis de Azevedo de Moraes (2007), a qual se utilizou de Orton, Tyers e Vince (1993) e La Salvia e Brochado (1989). Entender o tipo, tamanho e frequência de antiplástico auxilia no entendimento das escolhas dos artesão para a função mentalizada do vasilhame, bem como seu comportamento no momento da queima (ZANETTINI, 2005, p.281; MORAES, 2007, p.121-122), por exemplo, antiplásticos minerais apresentam uma melhor efetividade térmica e a pequena espessura das partículas evita a ocorrência de quebras ou rachaduras devido ao *stress* térmico desses vasilhames sobre o fogo (ZANETTINI, 2005, p.259).

Referente ao *tratamento de superfície* analisamos as seguintes variáveis: alisamento bom (quando não são percebidas grandes ranhuras ou incorreções que interferem no visual e suavidade das faces da vasilha⁹⁵), alisamento com imperfeições, brunidura, polimento, acabamento plástico, acabamento plástico ou alisamento mal-acabado e sem leitura. O alisamento é executado pelo artesão para suavizar as faces após ou durante o erguimento da vasilha, quando a pasta da vasilha ainda está maleável. Para isso pode utilizar-se das mãos, pedras, couro, entre outros (RICE, 1987, p. 138).

A variável acabamento plástico ou alisamento mal-acabado alude a característica percebida por Ribeiro e Milheira (2015) acerca dos fragmentos que aparentam ser mal alisados, mas aparentemente tinham uma motivação estética.

Brunidura e Polimento, diferente do Alisamento, são feitos com a pasta mais seca e caracterizam-se por um lustro na peça feito com osso, pedra, chifre ou sementes (RICE, 1987, p. 138). A brunidura difere polimento por deixar as superfícies *escuras* com brilho intenso (MORAES, 2007, p. 124).

Analisamos ainda a presença ou não de engobo no fragmento (branco e vermelho, tanto na face interna quanto externa). Engobo é aqui definido como uma fina camada de barro fluido aplicada sobre a vasilha cerâmica antes desta ser queimada (CHMYZ, 1976, p. 130). Este pode ser aplicado para colorir a pasta, como para deixar suavizar a superfície (RICE, 1987, p. 150).

⁹⁵ Destaca-se que o que estipulamos como “bom” aqui não significa o belo e bonito que poderia significar para os indivíduos que estavam manufaturando e manipulando estas vasilhas, mas apenas aquele tratamento de superfície sem grandes imperfeições.

Tanto as variáveis utilizadas para analisar o engobo, quanto o acabamento plástico foram adaptadas do trabalho de Zanettini (2005). No que se refere aos acabamentos plásticos esse autor distingue entre os acabamentos feitos com a digital (dedo), unha, de forma impressa, estriada, roletada, com apliques e excisos. A partir destas categorias elenca 17 variáveis de acabamento plástico. Em nosso trabalho utilizamos 16, sendo as feitos com o dedo: corrugado, digitado, dígito-ungulado e acanalado; feitos com a unha: unguado, beliscado; feitos através de impressões: ponteado e impresso; feitos com instrumentos ocasionando estrias: inciso, escovado, espatulado e penteado; com utilização de cordéis de argila: roletado; utilização de apliques: aplicado e a partir da extração de argila: entalhado. É interessante ressaltar que no acabamento plástico impresso buscamos impressões de cestaria, pois Schmitz *et. al.* (2006) destacou essa característica como presente nas cerâmicas da tradição vieira.

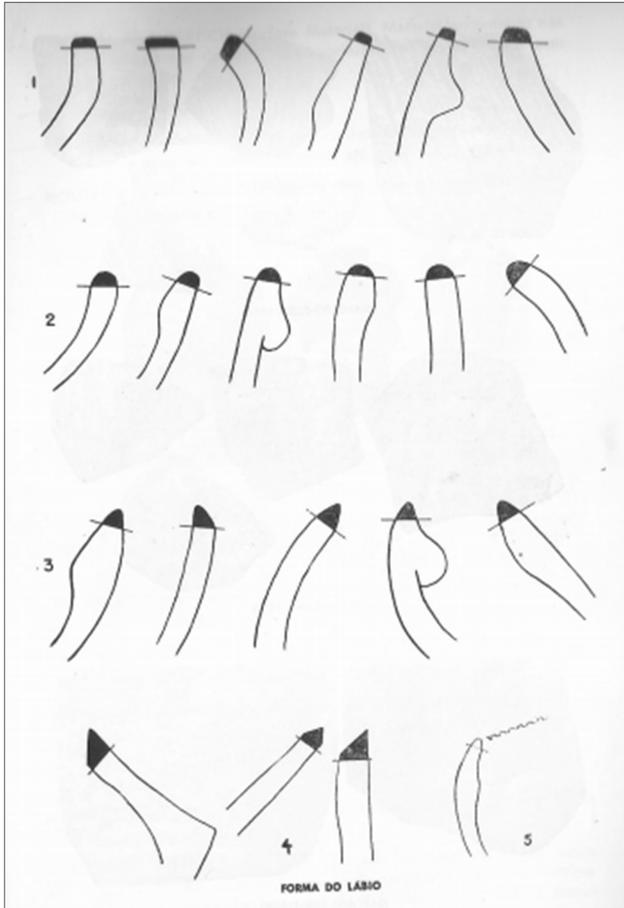
Também tentamos diagnosticar presença de decoração pintada nos fragmentos cerâmicos analisados. Esta poderia ser em base branca ou vermelha, faixas brancas ou/e vermelhas e linhas brancas, pretas ou/e vermelhas (LA SALVIA; BROCHADO, 1989, p. 100).

Para acabamento plástico inciso e penteado e decoração pintada ainda elencamos variáveis relativas aos motivos relativos ao padrão “desenhado”. Utilizando-se das variáveis propostas por Zanettini (2005) e Borba (2013), chegamos aos seguintes motivos: retilíneos verticais, retilíneos horizontais, retilíneos diagonais cruzados, retilíneos ziguezague e retilíneos losangos, arcos secantes, curvilíneos, complexos e sem leitura. Durante a análise ainda diagnosticamos motivos em semicírculo.

Ainda diagnosticamos a localização das pinturas e acabamentos plásticos, bem como se estas se apresentavam de modo simples ou misto. O modo simples trata-se de quando apenas um tipo de decoração foi aplicado na peça e o modo misto pode ser caracterizado por superposto ou duplo. O superposto refere-se à dois tipos diferentes de decoração pintada ou acabamento plástico aplicados um sobre o outro. Já o duplo ocorre quando dois tipos diferentes de decoração são aplicados em espaços distintos de uma mesma peça. Estas divisões foram feitas adaptando de Zanettini (2005).

Passamos então a analisar a morfologia da vasilha, começando com a borda. Nesta analisamos o lábio, que pode ser plano, arredondado, apontado, biselado, ou sem leitura (caso a erosão seja grande) (baseado em CHMYZ, 1976, p. 135).

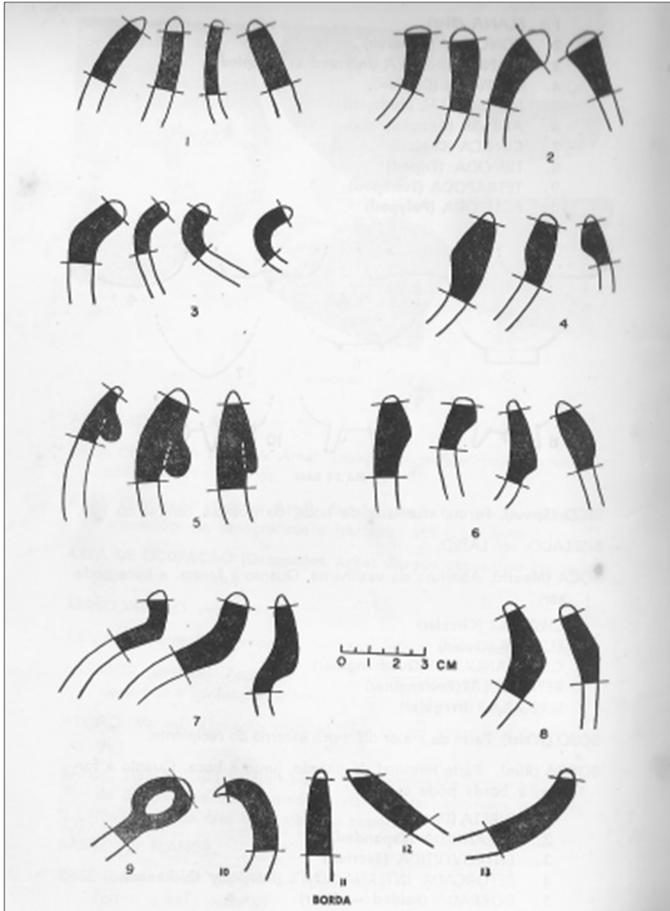
Figura 27: Formas de lábio relacionada por Chmyz (1976, p. 135.:



Legenda: 1- Plano, 2- Arredondado, 3- Apontado, 4- Biselado e 5- Dentado ou Serrilhado. Fonte: Chmyz (1976)

Referente a forma da borda atribuímos as seguintes variáveis: direta, extrovertida, introvertida, cambada, contraída, dobrada e sem leitura (baseado em CHMYZ, 1976, p. 124).

Figura 28: Bordas relacionadas por Chmyz (1976, p. 124).



Legenda: 1- Direta, 2- Expandida, 3- Extrovertida, 4 – Reforçada Internamente, 5- Dobrada, 6- Reforçada Externamente, 7- Cambada, 8- Contraída, 9- Vasada, 10- Introvertida, 11 – Vertical, 12- Inclinada Internamente e 13-Inclinada Externamente. Fonte: Chmyz (1976)

Nota-se que não utilizamos as mesmas variáveis que Chmyz (1976) apresenta. Resolvemos dividir estas variáveis para analisarmos inclinação e espessura da borda separadamente. Dessa maneira indicamos em outro atributo se possuía inclinação

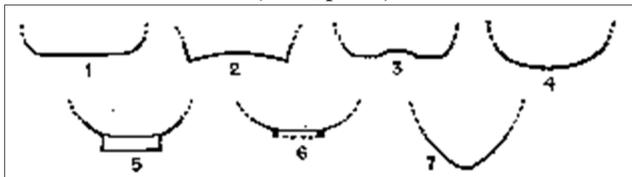
interna ou externa, ou nenhuma inclinação notável (vertical). Da mesma forma, apontamos em um segundo atributo se a borda era expandida, reforçada externamente ou reforçada internamente. Essa metodologia de análise foi também utilizada por Zanettini (2005) e demonstrou-se capaz de dar mais informações acerca de cada fragmento de borda do que a nomenclatura estabelecida por Chmyz (1976).

Ainda com relação a borda inferimos seu diâmetro e a forma da boca. É importante inferirmos o diâmetro uma vez que a partir dele podemos perceber o tamanho da vasilha. Para medir o diâmetro ou abertura de boca, usamos a Escala de Círculos Concêntricos, também chamada de Ábaco, graduada em intervalos de 2 cm.

Decidimos analisar a forma de boca das vasilhas, pois Dias e Panachuk (2008) afirmaram que as vasilhas cerâmica tupi poderiam ter a forma da boca retangular. Dessa maneira elencamos as variáveis: circular, ovoide, elíptica, retangular e sem leitura (quando não se aplicava ou era impossível diagnosticar a forma)

Passando para análise de fragmentos de base tentamos diagnosticar atributos relativos a morfologia, diâmetro e ângulo da base. A morfologia consiste na forma da base que pode ser plana, convexa, côncava, plana com pedestal, anelar e sem leitura. Adaptamos nossa lista de variáveis de Chmyz (1976), entretanto não utilizamos as mesmas variáveis usadas por este pesquisador.

Figura 29: Algumas morfologias de base relacionadas por Chmyz (1976, p.123)



Legenda: 1- Plana, 2-Concava, 3- Plano-Convexa, 4- Convexa, 5- Em pedestal, 6- Anelar e 7- Côncava. Fonte: Chmyz (1976)

O diâmetro da base foi analisado da mesma forma que o diâmetro da borda e o ângulo foram divididos entre: 0°-45°, 46°-90°, 91°-135° e 136°-180°.

Examinamos ainda os aspectos da estrutura geral da vasilha, que poderia ser aberta (quando o diâmetro for igual ou maior que o diâmetro máximo), levemente restrita (quando o diâmetro da boca for um pouco menor que o diâmetro máximo e nesse caso o acesso ao interior da peça não é dificultado) ou fechada (quando o diâmetro da boca for menor que o diâmetro máximo, dificultando o acesso ao interior da vasilha) (MORAES, 2007).

Ainda em relação à forma final das vasilhas tentamos averiguar o contorno da vasilha, se estes era de contorno simples (contornos suaves sem mudanças bruscas de direção), contorno infletido (presença de um ponto de inflexão) ou composto (presença de um ou mais pontos angulares) (ZANETTINI, 2005).

Por fim, na morfologia do vasilhame, tentamos inferir qual tipo de recipiente foi manufaturado, através das variáveis: prato, tigela, vaso ou panela. Estas foram escolhidas de dentro do trabalho de Zanettini (2005).

Analisamos ainda a queima efetuada no fragmento, quando isto foi possível. A queima refere-se ao processo executado após ao “erguimento” da vasilha e secagem da mesma. Pode ser definida como “processo físico-químico que consiste em transformar a pasta em cerâmica, por meio de elevação de temperatura, durante o qual a maior ou menor presença de oxigênio determina a oxidação ou redução, evidenciada pela textura e cor da cerâmica” (CHMYZ, 1976, p. 140). Por vezes não conseguimos analisar este atributo nem diagnosticar o tipo de queima presente, devido à forte marca de uso presente no fragmento. As variáveis para esta análise eram: queima completa, queima incompleta com núcleo reduzido, queima incompleta com uma ou duas faces reduzidas, queima incompleta totalmente reduzida e sem leitura. Estas foram adotadas e adaptadas considerando Zanettini (2005) e Rye (1981).

Já referente ao uso da vasilha dedicamo-nos a investigar as marcas presentes nos fragmentos analisados. Estas foram ocasionadas por uso no preparo de alimentos tanto sobre o fogo (cocção) quanto para serviço, armazenamento e/ou consumo. Poderiam ser marcas de depósito carbônico (Foto 35), fuligem, redução e oxidação (causadas por uso intenso no fogo), fermentação, desgaste por instrumento, furos para conserto ou suspensão, ou sem leitura quando nenhuma marca era visível.

Tentamos ainda analisar marcas de gestos de produção como marcas de cestaria e folhas na base dos vasilhames e marcas de dedos e palhas nas faces e base do recipiente. Ainda tentamos diagnosticar marcas de objetos para alisar, como pedras, conchas ou mesmo as mãos (Foto 30), bem como marcas de torno, ou seja, sulcos ocasionados pelas mãos do artesão (Foto 31).

Estes atributos foram colocados em uma tabela de análise que foi preenchida com números que se referiram as variáveis acima apresentadas. A partir destes atributos e variáveis analisamos os fragmentos e coleções escolhidas para tentar atingir os objetivos almejados. Os resultados serão apresentados a seguir.

4.3 RESULTADOS DA ANÁLISE CERÂMICA

Apresentaremos os dados e informação que conseguimos inferir e levantar com a análise das coleções de fragmentos cerâmicos não vidrados. Para tanto apresentaremos as análises feitas em cada sítio arqueológico e ao final desta colocaremos algumas inferências levantadas para o sítio em questão. Após esta exposição, apresentaremos os resultados finais das análises.

4.3.1 O sítio arqueológico Armação do Sul – apresentação e análise dos dados

Foram analisados 466 fragmentos (sem contar os fragmentos que se remontavam) no sítio arqueológico da Armação do Sul. Conforme comentado anteriormente muitos destes fragmentos foram numerados com sua localização no sítio e não com número sequenciais. Já outra parcela de fragmentos foi numerada com números sequencias sem informação de nível ou localização. Dessa maneira, na exposição deste sítio arqueológico identificações variadas serão utilizadas para diferenciar os fragmentos.

Quatro etapas de coletas de materiais foram efetuadas, conforme comentado anteriormente. Duas perpetradas por Rohr e Andreatta, em 1969 e 1974, uma feita por Comerlato em 1997 e outra por Lima em 2001.

A numeração de localização e nível do material foi feita pelos profissionais do Museu do Colégio Catarinense, na década de 1990, no material das escavações de Rohr e Andreatta. Já a numeração sequencial foi executada por Patrícia Lima, em 2001, no material dos trabalhos de 1997 e 2001.

Das 20 quadras escavadas (pelos trabalhos de Rohr e Andreatta), os fragmentos foram coletados majoritariamente nas quadras 4 e 5 M (45%), 3 M (15%) e 1 e 2 M (7%), estando o remanescente espalhado pelas quadras restantes. Deve-se destacar, no entanto, que a imensa maioria dos fragmentos estavam localizados nas quadras escavadas em 1974.

Foi encontrado material do período histórico neste sítio desde a superfície até 1,30m de profundidade, mas com relação aos fragmentos de vasilhas cerâmicas não vidrados a profundidade atinge somente 90 cm, estando a grande maioria localizada entre 0 e 50cm. Conforme comentado, houve uma escolha nas escavações executadas em 1969 e 1974 que preteriu a parte do sítio com material dos séculos coloniais em relação a parte com características pré-coloniais. Dessa maneira há muitos fragmentos com a informação de nível dentro de um grande intervalo, por exemplo nas quadras 1 e 2 M que possui nível de 0 a 70cm. Tal estado das informações complicaram uma análise espacial mais acurada.

Destaca-se ainda que efetuamos uma remontagem entre níveis e entre quadras nos materiais da escavação de 1974. Estes foram coletados cerca de 3m de distância um dos outros (1 e 2 M e 3 M) e em três níveis distintos (0-70cm 20-30cm e 30-40cm) (Foto 17).

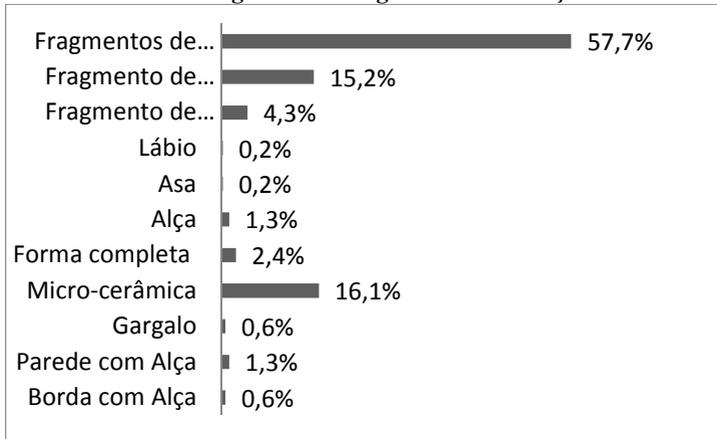
Foto 17: Remontagem entre quadras (3M e 1 e 2M) e níveis (20-30cm; 30-40cm; 0-70cm).



Foto: Autora (2016).

Entretanto, analisando a Figura 16 e de acordo com que afirmamos acima, vemos que grande parte do material localiza-se do lado de uma parede de pedras. Sabendo que era uma senzala e unindo ao fato de que encontramos neste local fragmentos com fuligem pós deposicional e outros artefatos como faiança fina, faiança, vidros, material construtivo, restos alimentares e cerâmica vitrificada de forma constante num pacote, bem como material de uma mesma vasilha coletado a metros de distância, neste mesmo pacote, cremos que seja parte de uma lixeira.

No que se refere a categoria do fragmento ou classe da peça para os fragmentos cerâmicos na coleção analisada, mais da metade dos fragmentos são porções da parede (bojo) da vasilha, seguidos por micro-cerâmicas e fragmentos de borda (Gráfico 1). É a partir destes fragmentos de diferentes partes das vasilhas que inferimos as informações que apresentaremos a seguir.

Gráfico 1: Categoria dos Fragmentos – Armação do Sul.

Destaca-se que para continuar a apresentação dos dados seguiremos o esquema apresentado para vislumbrar a história de vida dos artefatos. É necessário ter em mente, no entanto, que antes do início do trabalho de manufatura destes artefatos os artesãos já vislumbram seu objeto final, ou seja, há um conhecimento prévio das capacidades que cada escolha tomada possui, relativa a qualquer etapa do processo de produção. Esta constatação foi afirmada e discutida por Fabiola Silva (2000) em sua tese acerca dos Asurini do Xingu.

Procura:

Com relação a argila e sua coloração denotou-se e elencaram-se três cores: marrom, laranja e preto. O marrom pode ser marrom claro ou marrom, dentro dos matizes 7.5YR 6/6, 6/3, 7/6. O laranja caracteriza-se por matizes ao redor desta cor, podendo estar entre 2.5YR 5/8, 4/8, 6/6, 7/8, 6/6. Já para o preto também se considerou o acinzentado dentro desta variável. Destaca-se, no entanto, que a coloração é um quesito um tanto complicado de analisar devido a esta modificar-se no processo de queima, uso ou ações pós-deposicionais (ZANETTINI, 2005, p. 261).

Assim temos 62% dos fragmentos possuindo coloração marrom enquanto 27% possuem coloração laranja e 11% possuem a coloração preta ou cinza.

Com relação ao antiplástico presente nestas argilas de diferentes colorações foi possível denotar que havia quartzo em todas, mas a hematita era mais presente na argila de coloração vermelha. Mica apresentou-se raramente e em todas as colorações. Deve-se destacar que somente foi notado antiplástico mineral. Nenhum caco moído, carvão ou palha foi visto como antiplástico.

Manufatura

Na preparação da argila para manufatura da vasilha houve a adição ou não de antiplástico. Na análise destes fragmentos, devido à presença em argilas de uma mesma cor e tipo de antiplástico com porcentagens e tamanhos de antiplástico diferentes, acredita-se ter ocorrido alguma ação em relação a modificação da pasta para manufatura da vasilha.

Tabela 2: Tamanho e Frequência de Antiplástico – Armação do Sul

| Tamanho e Frequência de Antiplástico | | | |
|---|-----|-------------------------------|-----|
| <i>Até 1 mm</i> | 26% | <i>Pouco Antiplástico</i> | 26% |
| <i>De 1,1 mm até 3 mm</i> | 52% | <i>Presença Mediana</i> | 65% |
| <i>Mais de 3 mm</i> | 22% | <i>Antiplástico Abundante</i> | 9% |

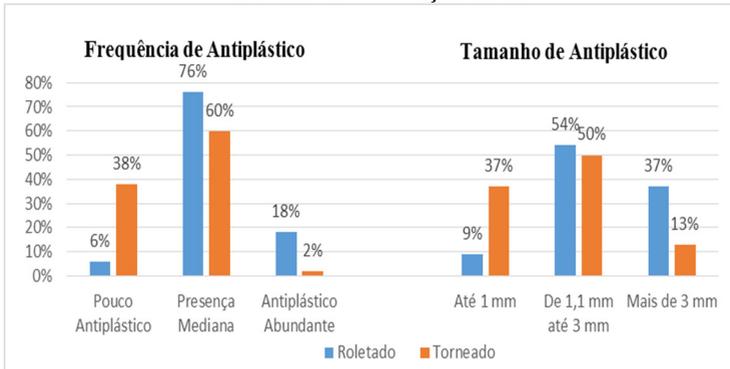
Com isso em mente, identificamos que o tamanho de antiplástico mais comum (52%) é o médio, ou seja, de 1,1mm até 3mm. Da mesma forma a frequência de antiplástico na pasta mais comum é relativo a uma presença mediana (65%) (Tabela 2).

Com esses dados denotamos que há uma presença majoritária de vasilhas cerâmicas com pasta intermediária no universo material da armação do sul. Dessa forma, poderíamos inferir que os artesãos e usuários destas vasilhas preferiam a performance de cerâmicas com este tipo de pasta intermediária.

Entretanto, essa inferência sofre “adendos” quando passamos a pensar na formação da vasilha, isto é na técnica de manufatura. A formação mais comum de vasilhas neste sítio arqueológico é através do torno, com 41% dos fragmentos possuindo esta técnica. Segue a esta, a técnica do roletado (acordelado) (34%). Nota-se que estas são as técnicas mais comuns deste sítio arqueológico.

Assim, se pensarmos dentro de cada uma destas técnicas mais comuns e relacionarmos ao tipo de pasta teremos algumas inferências interessantes (Gráfico 2).

Gráfico 2: Frequência e Tamanho de antiplástico x Técnica de Manufatura – Armação do Sul



Notamos que no torneado, 87% das vasilhas eram manufaturadas com antiplástico mineral menor que 3mm e somente 13% dos fragmentos possuem minerais maiores que 3mm. Em contraposição, no roletado 63% dos fragmentos tem esse antiplástico mais fino e 37% apresentam antiplástico maior que 3mm.

Essa porcentagem alta, demonstrando a utilização majoritária de uma pasta mais fina na manufatura através do torno e relegando papel secundário a pasta mais grossa, pode ser explicada por um aspecto na técnica do torno: minerais grandes podem deixar marcas de arraste na parede da vasilha, bem como machucar a mão do artesão. Isto é, minerais mais finos formando a pasta a ser utilizada na manufatura da vasilha trazem um ganho positivo para o artesão, diminuindo o atrito e/ou facilitando a etapa de alisamento posterior.

Ainda no torno, por conta do atrito, que gera calor, e da rotação do torno, que seca mais rapidamente a peça devido a quantidade de ar circundante, há a necessidade de utilizar uma pasta menos seca, bem como mais água na manufatura da vasilha.

Esta informação vai ao encontro dos dados levantados para frequência de antiplástico. Isto é, apenas 2% dos fragmentos

torneados apresentaram pasta seca com antiplástico abundante, em contraposição a 18% dos fragmentos de vasilhas roletadas.

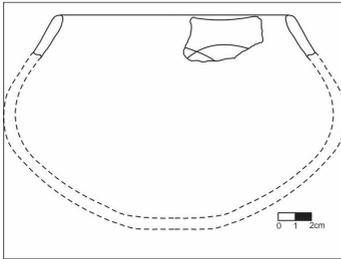
Estes números demonstram que os artesãos que manufaturaram através do torno as vasilhas encontradas na Armação do Sul, escolhiam (ou eram pautados pela sua técnica) em grande proporção das vezes, pastas finas e plásticas. Dessa maneira precisavam: ou limpar a pasta para que ficasse fina e plástica, ou somente adicionar pouco antiplástico de pequena granulometria, além de água. Diferentemente, os fragmentos feitos através de cordéis de argila, onde tamanho e frequência de antiplástico são maiores, denota-se que a técnica não aponta para uma escolha mais afiada de tamanho e frequência de antiplástico por parte dos artesãos, isto é, a técnica permite uma maior “liberdade”. É importante deixar claro, no entanto, que o artesão não obrigatoriamente precisa escolher pasta fina para o torneado, mas que há uma tendência inferida através da análise desta coleção.

Após a preparação da pasta e escolha da técnica de manufatura, inicia o artesão a estruturação da vasilha. Esta pode ser aberta, levemente restritiva ou restrita.

Devido à grande fragmentação, não foi possível identificar a estrutura de muitas vasilhas. Somente 19 apresentaram informações suficientes para detectar a estrutura geral das vasilhas. Destas a grande maioria é aberta (13), três são levemente restritas, onde o acesso ao interior ainda não é dificultado, mesmo tendo diâmetro da boca um pouco menor que o diâmetro total e 3 são restritas.

Destaca-se que 10 das 13 vasilhas abertas são pratos, mais fáceis de identificar por serem mais chatos, pois com um pequeno pedaço da borda já é possível vislumbrar a base e definir o fragmento como aberto. As levemente restritas foi possível identificar devido a presença de bordas onde conseguimos inferir o diâmetro e desenhar a vasilha (Figura 30). Já as vasilhas restritas foi possível identificar por serem gargalos evidentes (Foto 18).

Figura 30: Vasilhas Levemente Restritas (4E 40-50cm).



Desenho: Autora (2016)

Foto 18: Vasilha Restrita – Gargalo (AS599).



Foto: Autora (2016)

Os contornos desta estrutura também foram analisados. Somente foi possível identifica-los em 14 fragmentos. Assim, temos 12 fragmentos com contorno simples e 02 com contorno infletido (apresentando um ponto de inflexão).

Da mesma forma, devido a fragmentação, foi difícil identificar os tipos de vasilhames que foram manufaturados pelos artesãos. Em somente 13 fragmentos conseguimos perceber o tipo, sendo 10 pratos (como supracitado) e 03 panelas.

Ainda com relação a estruturação da vasilha podemos analisar as espessuras de suas paredes. Notamos que majoritariamente as partes das vasilhas (70%) foram feitas com espessura pequena/média indicando que não eram vasilhames muito grandes, pois como comentado anteriormente vasilhas maiores precisam de paredes maiores para 209present-las (Tabela 3).

Estas espessuras não variam significativamente dentro das diferentes técnicas de manufatura. É destacável, no entanto, que os fragmentos modelados possuem maior espessura, o que é explicável por serem majoritariamente fragmentos de base, as quais são comumente mais espessas, e alças.

Tabela 3: Tabela das espessuras dos fragmentos x a técnica de manufatura – Armação do Sul

| Espessura x Téc. De Manufatura | <i>Roletado</i> | <i>Modelado</i> | <i>Roletado-Modelado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>0-5cm</i> | 13 | 1 | 0 | 48 | 28 | 90 |
| <i>6-10cm</i> | 135 | 2 | 2 | 132 | 58 | 329 |
| <i>11-15cm</i> | 11 | 11 | 0 | 6 | 4 | 32 |
| <i>16-20cm</i> | 2 | 2 | 0 | 0 | 0 | 4 |
| <i>29cm</i> | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| <i>Sem Leitura</i> | 0 | 1 | 0 | 2 | 7 | 10 |

Na estrutura e morfologia das vasilhas o artesão ainda escolhe uma série de aspectos referentes a borda e a base da vasilha. Dessa forma, com relação a borda analisamos a morfologia do lábio, morfologia da borda referente a seu tipo, inclinação, espessura, diâmetro e a forma da boca. Já com a base, procuramos identificar sua morfologia, diâmetro e ângulo.

Foi possível identificar os aspectos de borda em 3 categorias de peça: borda, forma completa e gargalo, totalizando 88 fragmentos. Destes denotou-se que a grande maioria apresentava lábio arredondado (69%), seguido por lábio plano (22%) e lábio apontado (8%). Em um fragmento não foi possível identificar a morfologia do lábio.

Foto 19: Borda direta com lábio plano (4 e 5 M, 30-40cm).



Foto: Autora (2016).

Foto 20: Base Plana (1 e 2 M 0-70cm).

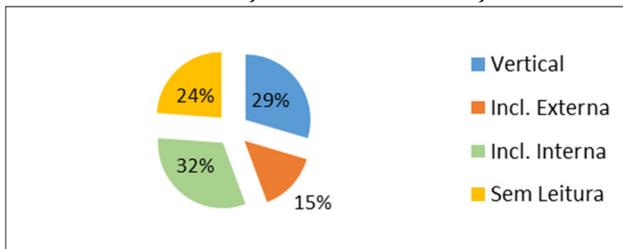


Foto: Autora (2016).

Com relação ao tipo de borda, denotou-se a borda direta como tipo mais comum (83%), sucedida pela borda extrovertida (13%) e dobrada (3%). Devido a erosão não se conseguiu identificar a morfologia da borda de um fragmento.

No que se refere a inclinação da borda (Gráfico 3) se presenciou uma maior igualdade. As bordas com inclinação interna foram as mais recorrentes, seguidas por bordas verticalizadas e por fim bordas com inclinação externa. Aqui, por conta da fragmentação e erosão não conseguimos ver a inclinação de 11 bordas. Da mesma forma, não foi atribuída inclinação a bordas de pratos, por estarem “rente ao chão”. Ou seja, 21 fragmentos não apresentaram leitura neste atributo.

Gráfico 3: Inclinação da borda – Armação do Sul



É interessante destacar que se percebeu uma diferenciação entre bordas manufaturadas através do torno e bordas manufaturadas por cordéis. Aquelas apresentam 42% das bordas

com inclinação vertical e estas apresentam 56% das bordas com inclinação interna. Isto nos leva a pensar que os últimos movimentos do artesão na manufatura das vasilhas torneadas eram para mantê-las com o interior visível, já na manufatura roletada a finalização do “levantar” da vasilha tendia a fechar-se.

Modificações na espessura da borda em relação ao corpo também foram percebidas (Tabela 4). Notaram-se 25 bordas expandidas e 02 bordas com reforço externo. A majoritária parte restante não apresentou modificação. É interessante deixar destacado que 84% das bordas expandidas possuíam como técnica de manufatura o torneado. Isto também representa mais da metade das bordas torneadas possuindo esta modificação.

Tabela 4: Modificações da Borda x Técnica de Manufatura – Armação do Sul

| Modificações Borda x Téc. Manufatura | <i>Roletado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Modelado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>Expandida</i> | 4 | 20 | 0 | 1 | 25 |
| <i>Reforço Externo</i> | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 |
| <i>Sem Leitura</i> | 27 | 18 | 8 | 8 | 61 |
| <i>Total</i> | 32 | 38 | 8 | 10 | 88 |

Foi possível identificar o diâmetro de 21 bordas. A maioria destas tem tamanho pequeno a intermediário, isto é, de 10 a 15cm de diâmetro (9 frags.). Seguida desta temos bordas de 16 a 20cm (7 frags.) e ainda 2 bordas com 30 cm de diâmetro. Os três gargalos identificados possuem 4cm de diâmetro.

Denota-se que não são vasilhas grandes, principalmente se lembrarmos das grandes vasilhas para armazenamento guarani. Esta informação tomada junto a das espessuras nos leva a considerar que o tamanho destas vasilhas realmente não ultrapassava aquilo que era facilmente carregável de um lugar a outro. Todavia outra inferência é também possível: talvez não houvesse necessidade de vasilhas grandes, pois poucas pessoas se serviam delas, tanto para comer, cozinhar, servir ou armazenar. Estas inferências requerem mais informações e serão retomadas adiante.

Foi possível perceber a morfologia da base em 30 fragmentos, sendo estes categorizados como bases ou como formas completas. Percebeu-se que a imensa maioria delas são planas (28 frags.) e somente 02 fragmentos apresentaram morfologia plana com pedestal.

Com relação ao ângulo, 14 apresentaram ângulo entre base e início da vasilha de 0-45°. Outros 11 apresentaram ângulo de 45 a 90°. Em 05 fragmento não foi possível perceber o ângulo, devido a fragmentação da peça ter ocorrido no centro da base, não permitindo assim a visualização da parede.

Em somente 13 fragmentos conseguiu-se inferir o diâmetro. Destes a maioria está no intervalo entre 6 a 10 cm (7 frags). Há ainda 02 fragmentos com diâmetro de 11-15cm, 01 fragmento com diâmetro de 20cm e 03 fragmentos com diâmetro de 32cm. Estes 03 fragmentos de diâmetro maior ocorrem não em vasilhas altas, mas em pratos chatos.

Estes dados relativos ao tamanho da base reforçam a inferência acima feita de que as vasilhas presentes na Armação do Sul não são tão grandes, nem tão pesadas. Além disso, é perceptível que bases planas estão presentes em todas as vasilhas, apresentando somente variação quanto a presença ou não de pedestal.

Após “levantar” a vasilha o artesão segue para o acabamento desta. Sobre as faces da vasilha ele age, alisando, polindo, brunindo, ou fazendo um acabamento plástico. O polimento e a brunidura diferem dos demais, pois são feitos com a pasta da vasilha já seca ou quase seca, enquanto os outros precisam que a pasta da vasilha esteja “maleável”.

Com relação ao tratamento de superfície da vasilha, denota-se através da Tabela 5 que grande parte possui um bom alisamento e poucos possuem um alisamento que deixou alguma imperfeição visível. Pode-se notar ainda que 25% das peças possuem acabamento plástico. Este número poderia ser maior, mas por vezes se tornou difícil decidir se a diferenciação visível em uma das faces era algum efeito plástico deixado ou feito propositalmente pelo artesão ou era um alisamento imperfeito.

Tabela 5: Tratamento de superfície da FI e FE dos fragmentos – Armação do Sul.

| Tratamento de Superfície | <i>N. Frags FI</i> | <i>N. Frags FE</i> | <i>% FI</i> | <i>%FE</i> |
|--|--------------------|--------------------|-------------|------------|
| <i>Alisamento bom</i> | 430 | 279 | 92,3% | 59,9% |
| <i>Alisamento com imperfeições</i> | 19 | 37 | 4,1% | 7,9% |
| <i>Brunidura</i> | 4 | 4 | 0,9% | 0,9% |
| <i>Polimento</i> | 1 | 2 | 0,2% | 0,4% |
| <i>Acabamento Plástico</i> | 2 | 119 | 0,4% | 25,5% |
| <i>Acabamento Plástico ou alisamento mal acabado</i> | 1 | 10 | 0,2% | 2,1% |
| <i>Sem Leitura</i> | 9 | 15 | 1,9% | 3,2% |

Com relação ao alisamento por vezes era possível notar o objeto (ou não) utilizado no movimento do alisamento. Foi notável a presença de dedos e objetos com ponto de pressão de 1mm de diâmetro, podendo ser uma pedra ou concha. Estes gestos de produção também foram analisados.

Perceberam-se gestos em 61 fragmentos. Foram marcas de folhas (ou objeto em que a peça ficou apoiada) (1 fragmento), negativos de digital (5 frags), marcas de objeto para alisar (13 frags) e sulcos ocasionados pelo torno (43 frags). Dedos e objetos para alisar foram notados tanto em fragmentos bem alisados, quanto em fragmentos mal alisados, e tanto em fragmentos roletados quanto em fragmentos torneados e modelados, não sendo possível notar alguma relação entre estas variáveis.

Foto 21: Marca do objeto utilizado para alisar.



Foto: Autora (2016).

Com estas informações podemos inferir que tanto as mãos, quanto objetos para alisar as faces da vasilhas eram usadas no tratamento da superfície destas, indiferentemente da técnica de manufatura.

Entretanto, denotou-se que o alisamento mal acabado ocorre em porcentagem maior entre os roletados, pois em 19% destes foi percebido um alisamento mal acabado. Em contrapartida, somente 8% dos fragmentos torneados possuíam um alisamento com imperfeições.

Agora com relação ao acabamento plástico foi possível constatar inúmeros movimentos distintos para este. Estes podem ser vistos na Tabela 6.

Mas, antes de entrar na discussão acerca disto, temos que considerar algo na análise de acabamentos plásticos: os movimentos de acabamento nem sempre tomam toda a vasilha. Isto é, muitos fragmentos analisados como não possuindo acabamento plástico, na realidade podem ser fragmentos de uma vasilha que recebeu acabamento somente em sua borda, por exemplo. Dessa maneira, não podemos simplesmente pensar que o grande número de *fragmentos* sem acabamento plásticos, significam números de *vasilhas* sem acabamento.

Dito isso, podemos dividir esses movimentos entre acabamento plástico simples e acabamento plástico misto. No acabamento plástico simples vemos que o maior representante é inciso, seguido pelo escovado e pelo penteado.

No acabamento plástico misto, notamos que misturas compreendendo o inciso e o escovado são majoritárias, pois dos 22 fragmentos com acabamento misto, apenas 05 não apresentam o escovado ou o inciso. Afora isto, vemos uma boa variabilidade de combinações.

Observando a Tabela 6, ainda podemos notar que a variabilidade de acabamento é menos presente em fragmentos torneados do que em fragmentos roletados e modelados. Apenas 13% dos fragmentos torneados apresentaram algum acabamento plástico, em contrapartida a 50% dos fragmentos roletados. Essa informação nos leva a inferir uma padronização maior no acabamento plástico de fragmentos torneados do que em fragmentos roletados.

Relacionado a isso é interessante perceber que muitos acabamentos plásticos acontecem somente em fragmentos roletados ou modelados. Mais expressivo nisto, é o escovado, que existe em significável número na coleção analisada e ocorre em quase todas as vezes em fragmentos roletados (o restante não foi possível identificar a técnica de manufatura devido a fragmentação da amostra).

Devemos lembrar também que conforme comentado anteriormente, estes diferentes acabamentos são feitos com diferentes instrumentos, podendo ser utilizada a própria mão ou dedos e unhas (Digitado, Dígito-Ungulado, Ungulado, Acanalado, Beliscado), como também instrumentos de ponta simples (ponteado, inciso) ou pontas múltiplas (escovado, penteado).

Tabela 6: Acabamento Plástico x Técnica de Manufatura – Armação do Sul

| Acab. Plast. X Téc. Manufatura | <i>R</i> | <i>M</i> | <i>R+M</i> | <i>T</i> | <i>S/ Leitura</i> | <i>Total</i> | |
|---------------------------------------|----------------------------|----------|------------|----------|-------------------|--------------|----|
| <i>Acab. Simples</i> | <i>Digitado (2)</i> | | 3 | | 1 | 4 | |
| | <i>Digito-Ungulado (3)</i> | 3 | | | | 3 | |
| | <i>Acanalado (6)</i> | 3 | | | | 1 | 4 |
| | <i>Beliscado (7)</i> | 1 | | | | | 1 |
| | <i>Ponteadado (8)</i> | | 1 | | | | 1 |
| | <i>Inciso (10)</i> | 30 | 1 | | 22 | 6 | 59 |
| | <i>Escovado (11)</i> | 23 | | | | 3 | 26 |
| | <i>Penteadado (16)</i> | 4 | | | 1 | 2 | 7 |
| <i>Acab. Misto</i> | <i>10, 11</i> | 6 | | | | | 6 |
| | <i>10, 11, 12</i> | 1 | | | | | 1 |
| | <i>10, 12</i> | 3 | | | | | 3 |
| | <i>10, 16</i> | 1 | | | | | 1 |
| | <i>7, 11, 12, 14, 15</i> | 1 | | | | | 1 |
| | <i>2, 8</i> | | 1 | | | 1 | 2 |
| | <i>2, 13</i> | | | | 1 | | 1 |
| | <i>2, 6, 8</i> | | 1 | | | | 1 |
| | <i>10, 3</i> | 1 | | | | | 1 |
| | <i>10, 6, 12</i> | 2 | | | | | 2 |
| | <i>4, 11</i> | 1 | | 1 | | | 2 |
| <i>6, 16</i> | 1 | | | | | 1 | |
| <i>Sem Acabamento</i> | 80 | 10 | 1 | 164 | 84 | 339 | |
| <i>Total</i> | 161 | 17 | 2 | 189 | 97 | 466 | |

Legenda: R-Roletado, M-Modelado, 2-Digitado, 3-Digito-Ungulado, 4-Ungulado, 6-Acanalado, 7-Beliscado, 8-Ponteadado, 10-Inciso, 11-Escovado, 12-Roletado, 13-Aplicado, 14-Entalhado, 15-Espatulado, 16-Penteadado.

Esta boa variabilidade é enriquecida através dos diferentes motivos existentes para os fragmentos incisos e penteados. Ou seja, além de diferentes acabamentos plásticos, tanto simples, quanto mistos, existem ainda diferenciações entre eles no que se refere ao motivo empregado no movimento plástico. Na Tabela 7 apresentamos os diferentes motivos encontrados para fragmentos incisos e penteados, bem como para fragmentos com acabamento plástico misto.

Tabela 7: Dados referentes aos motivos existentes em relação ao acabamento plástico – Armação do Sul.

| Motivos x Acab. Plást. | <i>10</i> | <i>16</i> | <i>10, 11</i> | <i>10, 11, 12</i> | <i>10, 12</i> | <i>10, 16</i> | <i>10, 3</i> | <i>10, 6, 12</i> | <i>6, 16</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-------------------|---------------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------------|------------------|--------------|
| <i>Retilíneos Verticais</i> | 5 | | 2 | | | | | | | 7 |
| <i>Retilíneos Horizontais</i> | 15 | 3 | | | | | | | | 18 |
| <i>Retilíneos Diagonais</i> | 15 | 4 | 1 | | | | 1 | | 1 | 22 |
| <i>Retilíneos Cruzados</i> | 1 | | | | 2 | | | | | 3 |
| <i>Retilíneos Zigue-Zague</i> | 1 | | | | | | | | | 1 |
| <i>Arcos Secantes</i> | 7 | | 1 | | | | | | | 8 |
| <i>Semi-Circular</i> | 2 | | 1 | | | | | | | 3 |
| <i>Ret. Vert. + Semi-Circular</i> | 1 | | | | | | | | | 1 |
| <i>Ret. Vert. + Ret. Horiz</i> | 2 | | | 1 | | 1 | | | | 4 |
| <i>Ret. Vert. + Ret. Diag.</i> | 3 | | 1 | | | | | 2 | | 6 |
| <i>Ret. Vert. + Ret. Cruzados</i> | 0 | | | | 1 | | | | | 1 |
| <i>Ret. Horiz + Semi-Circular</i> | 1 | | | | | | | | | 1 |
| <i>Ret. Horiz + Ret. Diag.</i> | 4 | | | | | | | | | 4 |
| <i>Ret. Horiz + Ret. Zig. Zag</i> | 1 | | | | | | | | | 1 |
| <i>Ret. Horiz + Curvilineos</i> | 1 | | | | | | | | | 1 |

Legenda: 3-Digito-Ungulado, 6-Acanalado, 10-Inciso, 11-Escovado, 12-Roletado, 16-Penteado.

Considerando cada uma dessas expressões plásticas como um tipo de acabamento diferente, podemos perceber uma variedade significativa no movimento de acabamento plástico. Ao artesão, ao que tudo indica, havia um leque de escolhas possíveis. Cabe questionar se aquela pouca variedade evidenciada para o torneado referente ao acabamento plástico ainda se aplica aqui.

Foto 22: Fragmentos com acabamento plástico aplicado e digitado sobre o aplique



Foto: Autora (2016).

Foto 23: Fragmentos de borda com incisões em arcos secantes.



Foto: Autora (2016).

Foto 24: Fragmentos de parede remontados com acabamento escovado e inciso vertical.



Foto: Autora (2016).

Foto 25: Fragmento de borda com acabamento plástico digito-ungulado.



Foto: Autora (2016).

Na Tabela 8 contrapomos os motivos existentes na coleção e a técnica de manufatura. Através desta podemos evidenciar que o roletado não só mantém, como também aumenta a sua variabilidade no acabamento plástico, bem como notamos uma maior proporção de fragmentos com motivos retilíneos diagonais em relação aos outros.

Em fragmentos torneados, da mesma forma denotou-se um aumento na variabilidade, visto que, outras 07 expressões plásticas foram percebidas para fragmentos com acabamento misto, inciso e/ou penteado. Além disto, é perceptível uma maior proporção de fragmentos com motivos retilíneos horizontais.

Entretanto, mesmo assim, se compararmos estas duas técnicas de manufatura, fica claro que os artesãos que manufaturavam suas vasilhas através de cordéis de argila variavam significativamente mais que os artesãos que se utilizavam do torno.

Tabela 8: Motivos de Acabamentos plásticos x Técnica de Manufatura – Armação do Sul

| Motivos X Téc. Manufatura | <i>Roletado</i> | <i>Modelado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|
| <i>Retilíneos Verticais</i> | 6 | | 1 | |
| <i>Retilíneos Horizontais</i> | 6 | | 10 | 2 |
| <i>Retilíneos Diagonais</i> | 13 | 1 | 5 | 3 |
| <i>Retilíneos Cruzados</i> | 3 | | | |
| <i>Retilíneos Zigue-Zague</i> | 1 | | | |
| <i>Arcos Secantes</i> | 5 | | 3 | |
| <i>Semi-Circular</i> | 1 | | 1 | 1 |
| <i>Ret.Vert. + Semi-Circular</i> | 1 | | | |
| <i>Ret.Vert. + Ret.Horiz</i> | 4 | | | |
| <i>Ret.Vert. + Ret.Diag.</i> | 6 | | | |
| <i>Ret.Vert. + Ret. Cruzados</i> | 1 | | | |
| <i>Ret.Horiz + Semi-Circular</i> | 1 | | | |
| <i>Ret.Horiz + Ret. Diag.</i> | 1 | | 2 | 1 |
| <i>Ret.Horiz + Ret. Zig.Zag</i> | | | | 1 |
| <i>Ret.Horiz + Curvilineos</i> | | | 1 | |

Conforme comentado no início desta apresentação acerca do acabamento da vasilha, o polimento ou brunidura são feitos com a pasta da vasilha quase seca. Ou seja, os artesãos esperam a

vasilha perder um pouco da água para agir sobre as faces num movimento de polimento. De acordo com Rice (1987, p.138) um movimento contínuo é feito com um seixo, osso, chifre ou sementes para compactar e reorientar as partículas da argila dando um aspecto lustroso as faces da vasilha.

Nesta coleção de vasilhas cerâmicas notamos poucos fragmentos apresentando estes acabamentos. Apenas 08 (0,1%) fragmentos apresentaram estes movimentos feitos após secagem parcial.

Outra atitude que o artesão pode fazer sobre a superfície da vasilha, antes de sua finalização para ir ao fogo é o engobo. Este foi denotado em 27 fragmentos, isto é, em apenas 5% das peças.

Foto 26: Engobo vermelho na face externa – Armação do Sul.



Foto: Autora (2016).

Devido ao pequeno tamanho dos fragmentos possuindo engobo, não foi possível identificar a forma como este engobo foi aplicado, se por mergulho, banho ou utilizando um objeto para aplicar este sobre a superfície.

Afora isto, percebemos engobo vermelho e branco, tanto na face interna quanto externa. Todavia, a coloração vermelha e engobo interno são mais comuns (Tabela 9). Destaca-se que o engobo branco refere-se ao engobo numa coloração clara, por vezes aparentando-se a coloração da argila. Denotou-se também que o engobo apresentou-se majoritariamente em fragmentos

torneados do que roletados. Esta porcentagem nos leva a ver uma tendência maior de atitudes de “engobar” vasilhas em artefatos manufaturados através do torno, bem como uma escolha maior pela coloração avermelhada e pelo engobo interno. Esta aplicação maior na face interna *pode* ser um indicativo de melhora na cobertura, preenchendo melhor os buracos e imperfeições deixados após o “levantar” da vasilha.

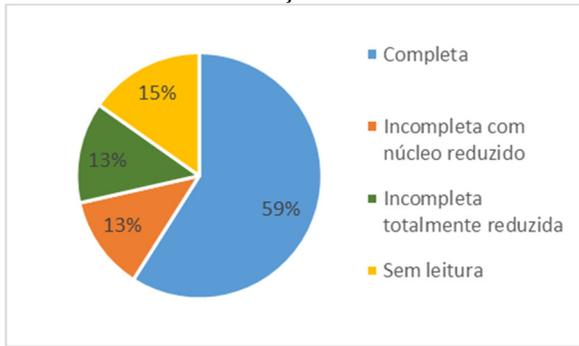
Tabela 9: Presença ou ausência de engobo x Técnica de Manufatura – Armação dos Sul

| Engobo x Téc. Manufatura | <i>Roletado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>Ausente</i> | 155 | 172 | 94 | 421 |
| <i>Interno Vermelho</i> | 2 | 8 | 0 | 10 |
| <i>Externo Vermelho</i> | 1 | 3 | 0 | 4 |
| <i>Interno e Externo Vermelho</i> | 0 | 1 | 1 | 2 |
| <i>Interno Branco</i> | 3 | 7 | 0 | 10 |
| <i>Externo Branco</i> | 0 | 1 | 0 | 1 |

Queima

Após o acabamento da vasilha e secagem, esta segue para queima. Nesta coleção denotou-se que a grande maioria das peças possuía queima completa, seguida por queima incompleta totalmente reduzida e queima incompleta com presença de núcleo reduzido (Gráfico 4). Em 15% dos fragmentos não foi possível identificar a queima, por conta de erosão, marca de uso acentuada e/ou fuligem pós-deposicional.

Gráfico 4: Porcentagem dos tipos de queima encontrados na coleção – Armação do Sul



Aqui também foi possível denotar uma diferenciação na relação entre técnica de manufatura e tipo de queima. Apenas 6% dos fragmentos torneados apresentaram queima incompleta de qualquer tipo (Gráfico 6), em contraposição a 55% dos roletados (Gráfico 5). Infere-se com este dado que há um controle na queima feita em vasilhas torneadas pois a porcentagem de tipos de queimas diferentes da completa é bastante pequeno.

Gráfico 5: Tipos de queima em fragmentos roletados – Armação do Sul.

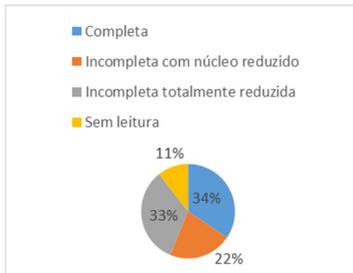
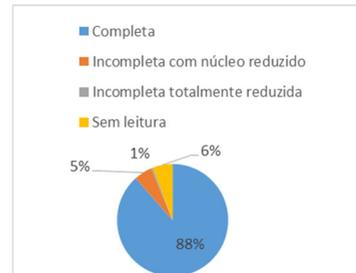


Gráfico 6: Tipos de queima em fragmentos torneados – Armação do Sul.

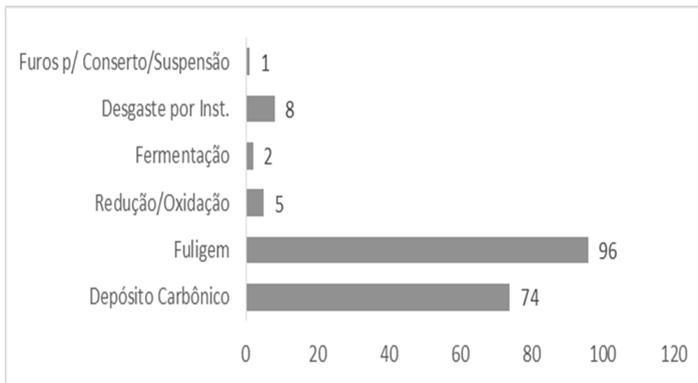


Após a queima a vasilha encontra-se em seu estágio final antes do uso para os artesãos que fizeram as vasilhas encontradas no sítio arqueológico da Armação do Sul – uma vez que não houve aplicação de resina durante a queima, nem de pintura após a queima.

Uso

A vasilha passa então a ser usada. Para tanto, procuramos diagnosticar marcas de uso visíveis nos fragmentos. Estes podem ser vistos no Gráfico 7. Percebe-se que a marcas uso mais aparentes são de uso no fogo, totalizando 175 fragmentos apresentando marcas como Depósito Carbônico, Fuligem e Redução/Oxidação. Somente 08 fragmentos tinham marcas relativas a desgaste por instrumentos (*e.g.* colher), 02 apresentaram marcas de fermentação e 01 exibiu furo para suspensão da vasilha.

Gráfico 7: Marcas de uso diagnosticados na amostra – Armação do Sul



Com estes dados e lembrando os usos gerais mencionados ao longo deste trabalho (serviço, consumo, armazenamento e cocção), podemos ver que fica clara a presença de vasilhas utilizadas na cocção. Os fragmentos com marcas de fermentação mostram certo armazenamento de misturas fermentadas. Para discutir acerca dos outros usos é necessário unir as informações levantadas neste subcapítulo e aí sim fazer inferências mais alicerçadas.

Mais uma vez demonstra-se a relação entre a técnica de manufatura e as marcas de uso. Este número de fragmentos com marcas de uso no fogo fica mais interessante quando contrapomos a técnica do roletado e torneado (Tabela 10).

Tabela 10: Dados da relação entre marcas de uso e técnica de manufatura – Armação do Sul

| Uso X Téc. Manufatura | <i>Roletado</i> | <i>Modelado</i> | <i>Roletado-modelado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> |
|------------------------------|-----------------|-----------------|--------------------------|-----------------|--------------------|
| <i>Fogo</i> | 73 | 6 | 2 | 45 | 27 |
| <i>Fermentação</i> | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 |
| <i>Desgaste por Inst.</i> | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| <i>Furos p/ Suspensão</i> | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| <i>Total</i> | 161 | 17 | 2 | 189 | 97 |

Acredita-se, uma vez que o número de fragmentos apresentando marcas de uso no fogo é alto, uma relação simples se estabeleceria entre este número alto e a técnica de manufatura mais presente. Entretanto, não é isso o que acontece. Mesmo havendo maior número de fragmentos torneados, é o roletado que apresenta maior porcentagem de fragmentos com marcas de uso no fogo. Além disso, denota-se que cerca de 45% dos fragmentos roletados de toda coleção apresentam marcas de uso no fogo.

Esta informação leva-nos a cogitar uma tendência, pois os usuários destas vasilhas usaram no fogo muito mais vasilhas de técnica de manufatura roletada do que vasilhas torneadas.

Com este uso, ou outros, as vasilhas vão perdendo as qualidades que possuíam e, por fim, a utilidade para o usuário (muitas vezes devido à quebra). Dessa maneira, as vasilhas são descartadas. Este descarte, como comentamos no início deste capítulo provavelmente era feito em uma lixeira, onde não somente cerâmica não vidradas eram jogadas, mas faiança, restos alimentares, cerâmica vidrada, material construtivo, entre outros.

Inferências finais

Através das informações produzidas com esta análise pudemos fazer algumas inferências já apontadas no texto e outras mais que vamos apontar agora.

Demonstrou-se em vários momentos algumas diferenciações entre fragmentos torneados e roletados, referentes a variados atributos analisados. Percebeu-se que logo na preparação da pasta para vasilha há diferença porcentual de

tamanho e frequência de antiplástico entre essas técnicas de manufatura.

Outra diferença que não foi apontada acima, mas mencionada no subcapítulo anterior, é que o torneado é uma técnica de manufatura que necessita de implemento para levantar a vasilha, isto é, necessita do torno. Enquanto no roletado, são os cordéis de argila sobrepostos que estruturam a vasilha.

Diferente informação que os dados nos dão advém do tipo de queima. Denotamos que a imensa maioria dos fragmentos torneados possuem queima completa, demonstrando um controle maior na queima, diferente do roletado que apresenta majoritariamente queima incompleta com diferentes graus de redução.

De acordo com Rice (1987, p.153-164), fornos fechados apresentam maior controle de queima, dando maior probabilidade de queima completa, pois atingem maior temperatura e conseguem mantê-la por mais tempo, bem como possuem maior equilíbrio na presença de oxigênio em todos os setores do forno. Em contrapartida, fornos abertos possuem espaços com menos oxigênio (atmosfera redutoras), não conseguem atingir temperaturas tão elevadas e mantem-se ardentes por menos tempo.

A união destas informações nos levam a crer que a implementação existente por trás dos fragmentos torneados, no caso da Armação do Sul, não somente diz respeito ao torno, mas também a fornos fechados. Do mesmo modo, os roletados estão conectados a um modo doméstico de produção, que não utiliza implemento para estruturar a vasilha e vale-se de fornos ao ar livre (deixando a queima menos controlada).

Dessa maneira, podemos começar a inferir que os fragmentos torneados estão conectados a uma escala de produção não doméstica, onde há um investimento em equipamentos para produção, sendo talvez numa oficina ou olaria particular. E o roletado estaria vinculado a produção doméstica sem incremento nas ferramentas de produção (ZANETTINI, 2005, p.316-317).

Esta inferência é fortalecida pela menor variabilidade de acabamentos plásticos encontrada nos fragmentos torneados, conforme mostramos acima. Ou seja, essa pouca variabilidade pode estar relacionada a uma padronização ligada a escala de produção das vasilhas torneadas. Rice (1987, p.202) comenta

acerca desta padronização afirmando que esta não significa que somente um tipo de vasilhame é produzido, mas que há uma menor heterogeneidade dentro de cada categoria, justamente o que percebemos para os fragmentos torneados.

Com isso podemos ainda dizer que a produção de vasilhames conectada a um ambiente doméstico possui maior variabilidade de acabamentos plásticos. Bem como, analisando mais pontualmente o acabamento plástico, podemos ainda aventar que alguns destes só foram feitos em contextos domésticos, tais quais o escovado, o digito-ungulado, beliscado, unguido e o roletado. Além disto, há também motivos específicos deste contexto, que são os Retilíneos Cruzados e Retilíneos Zigue-Zague.

Podemos também inferir que dentro deste contexto doméstico há a manufatura de vasilhas com tamanho de antiplástico de médio a grosso e frequência de antiplástico de médio a abundante, apontando para uma ação de estabelecimento da pasta menos minuciosa e fina do que em escalas de produção não domésticas.

De acordo com Zanettini (2005, p.258-259), o antiplástico mineral (único presente neste sítio arqueológico) pode estar conectado a funcionalidade da vasilha, visto este permitir uma melhor efetividade térmica. Entretanto, este autor ainda afirma que o tamanho pequeno das partículas de antiplástico evitam a ocorrência de quebra ou rachaduras na vasilha, quando esta é posta sob um *stress* térmico (ZANETTINI, 2005, p.259).

Assim, podemos depreender duas suposições: 1) ao que tudo indica, na escala doméstica de produção, as vasilhas são produzidas com maior frequência de antiplástico mineral, o que aumenta a efetividade térmica, mas o tamanho dos antiplásticos aplicados na pasta acabam por facilitar quebras e 2) no contexto de oficina particular de produção, a efetividade térmica é reduzida, devido a frequência de antiplástico ser baixa, mas a possibilidade de quebra diminui, por conta do pequeno tamanho do antiplástico.

Esta última suposição fortalece a noção de uma produção em escala não doméstica, visto que ao diminuir o tamanho do antiplástico, a probabilidade das vasilhas produzidas quebrarem no forno, onde há *stress* térmico, diminui. Isto é, diminui a margem para prejuízo, aumentando a eficiência da produção.

Com relação a primeira suposição, denotamos que uma característica se sobrepõe a outra, visto que o artesão tinha consciência que o tamanho do antiplástico traria propensão a quebras ou rachaduras na vasilha. Ou seja, o artesão deste contexto doméstico escolheu ter uma maior efetividade térmica em suas vasilhas. Fica claro, que esta característica traz qualidades positivas para vasilhas que se utilizam no fogo. Assim, inferimos que dentro deste contexto doméstico a manufatura era bastante focada em vasilhas para serem usadas no fogo.

Essa inferência vai ao encontro dos dados que apontamos aqui acerca das marcas de uso, nos quais demonstramos que cerca de 45% dos fragmentos roletados apresentam marcas de uso no fogo. Também demonstramos que foram usadas no fogo mais vasilhas roletadas, do que torneadas. Com isso vemos uma preferência por parte dos usuários, de vasilhas manufaturadas em contexto doméstico para serem usadas no fogo.

Assim aperfeiçoa-se a conexão entre a manufatura em contexto doméstico, que estava focada em vasilhas com boa efetividade térmica e usuários que escolhiam estas vasilhas para utilizarem no fogo em detrimento daquelas de oficinas implementadas que possuíam efetividade térmica menor. Seriam artesãos e usuários as mesmas pessoas?

Zanettini (2005, p.251) mostra em seu trabalho como em contextos coloniais pode haver uma separação entre escalas de produção e de consumo. Ou seja, os artesãos não necessariamente produzem cerâmicas para uso próprio. Por vezes, produzem para troca ou venda. Portanto, não podemos inferir diretamente que usuários e artesãos eram as mesmas pessoas. É necessário antes sopesar e entrelaçar as informações, por isso discutiremos isso pouco mais a frente, após apresentarmos as informações seguintes.

Destaca-se que este uso no fogo, que tanto comentamos, remete a um uso destas vasilhas para cocção e preparo de alimentos sobre o fogo. É senso comum que estas atividades (preparo de alimentos, cocção de alimentos) ocorrem predominantemente em cozinhas. Com isso, conseguimos inferir que as vasilhas cerâmicas produzidas em contexto doméstico tinham um claro uso dentro de cozinhas. É interessante salientar aqui que alguns arqueólogos que estudam contextos coloniais,

como Marcos Torres de Souza (2010) e Symanski e Gomes (2015) mostraram como as cozinhas são espaços predominantemente femininos, ou seja, provavelmente havia mulheres nestas cozinhas e conseqüentemente dentro da Armação.

Outra informação que levantamos em nossa análise é que as vasilhas não são grandes, nem pesadas. Pensando dentro das diferentes escalas de produção, isso foi percebido em ambas, ou seja, tanto numa produção doméstica, quanto numa oficina implementada havia um foco na manufatura de vasilhas médias.

Refletindo dentro da escala de produção implementada e padronizada, de oficina ou olaria, vemos que esta regularidade pode representar uma resposta a demanda de vasilhas médias, ou seja, os usuários favoreciam vasilhas médias. Do mesmo modo, essa demanda existiu dentro de um contexto doméstico de produção cerâmica.

Também conseguimos vincular esta informação relativa ao tamanho das vasilhas com a informação relativa ao uso na cozinha. Primeiramente devemos apontar que 75% dos fragmentos com espessura entre 6-10cm possuem marcas de uso no fogo, para cocção. Dessa maneira, pode-se deduzir que uma vasilha média, utilizada para cocção e no preparo de alimentos, não comporta fazer comida para um grande número de pessoas.

Assim, podemos retornar ao que começamos a inferir anteriormente sobre os tamanhos das vasilhas. Mostramos que o tamanho não somente indica uma transportabilidade facilitada, mas também pode se referir a não necessidade de vasilhas grandes, pois um restrito número de pessoas estavam servindo-se dela. Ao que indicamos até aqui, esta inferência procede.

Ligando todas estas informações levantadas acerca do uso de vasilhas produzidas em escala doméstica, conseguimos deduzir que possivelmente no contexto da Armação do Sul e através dos fragmentos analisados, havia mulheres usando vasilhas dentro de cozinhas para cocção e preparo de alimentos, estas vasilhas eram em grande parte manufaturadas em escala de produção doméstica e em recipientes não muito grandes, com uma boa variabilidade de acabamentos plásticos.

Ainda no que se refere ao uso presumido destas vasilhas temos 06 recipientes que nos forneceram informações suficientes para inferirmos algo. Salienta-se que são as funções presumidas,

pois nenhuma marca de uso real se fez presente nestes fragmentos de vasilha. Temos 03 gargalos: um demonstrando ser um bico modelado de moringa, a qual servia de armazenamento de água, e os outros dois demonstrando ser gargalos torneados de garrafa, que também serviam para armazenamento de líquidos.

Podemos ainda presumir a existência uma pequena vasilha (10cm de diâmetro de borda) para consumo, feita no torno e sem decoração, bem como dois vasilhames bastante abertos e pouco maiores (20 e 30cm de diâmetro de borda) para serviço, também feitos no torno. É interessante destacar que estes 03 últimos recipientes possuem engobo interno: os de 20 e 30 cm possuem engobo vermelho e o de 10 cm possui engobo branco. Acreditamos que isto pode apontar para um apelo estético, principalmente no caso do engobo vermelho, ou para diminuir as imperfeições existentes na face interna da vasilha, principalmente no caso do engobo branco.

Por fim, e agora que discutimos todas estas questões acerca dos artesãos e usuários das vasilhas cerâmicas, bem como em respeito das escalas de produção e usos das vasilhas, podemos comentar um pouco sobre as identificações culturais, com as quais tentamos ver diversidade e interações culturais.

Primeiramente vemos como estes fragmentos se adequam ao que arqueólogos por muito tempo chamaram de cerâmica neobrasileira. Sob esta nomenclatura estão englobadas todas as vasilhas cerâmicas fabricadas por “neobrasileiros ou caboclos” que apresentam, de acordo com Chmyz (1976, p.145) “decorações: corrugada, escovada, incisa, aplicada, digitada, roletada, bem como asas, alças, bases planas em pedestal [...]”. Visto esta nomenclatura ser alvo constante de críticas por simplesmente assumir um caráter miscigenado da sociedade brasileira, homogeneizando e simplificando questões muito mais complexas acerca das diferenças sociais e ajustes culturais existentes no Brasil, não utilizaremos esta nomenclatura aqui. Nosso objetivo é oposto ao que esta nomenclatura faz, isto é, pretendemos observar a diversidade e não assumir uma homogeneização – mesmo reconhecendo como este trabalho pode ser nebuloso.

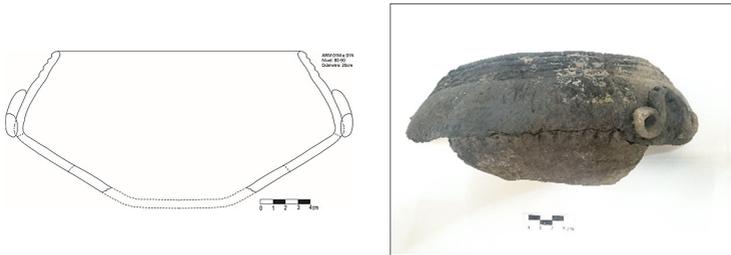
Subtraindo os obstáculos desta nomenclatura podemos continuar. Apontamos que existem tipos de acabamentos específicos dentro da técnica de manufatura roletada, que é ligada

a uma produção doméstica, não implementada. Se lembrarmos das características dos grupos culturais apontados no início do subcapítulo anterior, vemos como estes acabamentos plásticos podem ser vinculada a alguns destes grupos.

A conexão que parece mais evidente e que podemos fazer é relativa a grupos da cultura africana e afrodescendente, pois como comentamos, citando Fernanda Borba (2013): incisões sobre roletado, escovado, beliscado sobre roletes são algumas das características da cerâmica monjolo, atribuída a africanos e afrodescendentes da fala banto.

Além disto, outras informações encontradas em outros fragmentos e não só nos roletados, como formas pequenas e globulares, motivos em arcos secantes, tempero mineral de quartzo moído e fratura raramente ocorrendo no rolete também apontam para esta identificação africana ou afrodescendente. Acima de tudo estamos falando de materiais encontrados em uma senzala, bem como de uma armação baleeira, que conforme comentado anteriormente tem presença escrava negra bem documentada.

Figura 31: Vasilha roletada com acabamento plástico muito rico de evidente influência africana/afrodescendente.



Desenho e Foto: Autora (2016).

Entretanto, o roletado, incisões e escovado estão presentes em grupos indígenas também. A manufatura por roletes é comum a ambos grupos culturais, igualmente é o uso de antiplástico mineral. Prous (1992, p.390) demonstra a presença do escovado em sítios arqueológicos guarani no sul do Brasil e ainda afirma que este acabamento se torna mais comum em sítios com datações posteriores ao século XIV. Assim poderíamos

depreender que o escovado poderia representar uma influência indígena nesta produção.

Mas, mesmo assim, ao analisarmos a coleção não denotamos nenhuma vasilha cerâmica que nos dê clareza e certeza de uma presença ou influência indígena neste sítio arqueológico. Nenhuma pintura característica e nenhum corrugado apresentou-se, por exemplo. Nada de carvão ou caco-móido. Esta presença ou influência indígena só pôde ser presumida, pois parece que existem acabamentos plásticos e técnicas de manufatura em comum entre esses grupos.

Contudo, ao fim da análise cerâmica, pareceu-nos bem mais marcada a presença africana e afrodescendente no sítio arqueológico da Armação do Sul do que uma evidência de presença indígena. Isso é um dado em si, que pode trazer inúmeras hipóteses e discussões, as quais discutiremos a seguir.

Contudo, agora podemos voltar ao questionamento feito antes: seriam os usuários e os artesãos os mesmos, no que se refere as vasilhas produzidas em escala doméstica?

Denotando esta influência africana e afrodescendente na manufatura das vasilhas domésticas e sendo uma senzala, local onde eram concentrados os escravos, que eram maioria africana e afrodescendente, os quais estavam usando vasilhas não muito grandes para cocção, acreditamos ter evidências que apontam para mesmas escalas de consumo e produção, isto é, eles produziam e consumiam as vasilhas.

Entretanto, podemos também pensar que estes vasilhames foram obtidos através da troca. Ou seja, estas vasilhas estavam sendo produzidas em outro local, de forma doméstica não implementada, e eram objeto de troca com os grupos habitantes da armação. Zanettini (2005, p.317), por exemplo, aponta a existência de produção doméstica de vasilhames para trocas não monetárias.

Dessa forma, podemos estar falando de outros grupos manufaturando vasilhas para troca, de forma doméstica, fazendo acabamentos plásticos vinculados a cultura africana e afrodescendente. É provável que este outro grupo seja de africanos e afrodescendente, mas não podemos confirmar isto precisamente.

Contudo, o que podemos demonstrar, citando Symanski e Souza (2007, p. 234) é que estes vasilhames não foram usados

exclusivamente por grupos escravos, mas também por homens e mulheres livres de baixa condição social, uma vez que estes poderiam funcionar como substitutos mais baratos de louças importadas.

De qualquer forma vemos um comércio existente entre estes grupos de baixa condição social, uns comprando ou trocando produtos baratos e outros produzindo sem implementação.

Outro aspecto interessante apontado por Symanski e Souza (2007, p. 234) em seu artigo referente a questão escrava no registro arqueológico brasileiro é acerca da produção destes tipos de vasilhames cerâmicos, principalmente em contextos do século XVIII. Eles asseveram, em concordância a referências históricas, que os vasilhames com algumas das características acima apontadas eram produzidos por mulheres escravas.

Conclui-se que na Armação do Sul há vasilhas cerâmicas não vidradas para diferentes usos presumidos, mas principalmente para uso no fogo. Estas foram principalmente usadas na cozinha, mas as vasilhas de serviço e consumo podem ter sido usadas à mesa, na sala de refeições. Foram produzidos em diferentes escalas de produção, uma doméstica e outra de oficina particular. A produção doméstica ao que tudo indica pode ter sido feita por africanos e afrodescendentes, pois existem características marcantes destes grupos nestas vasilhas. Entretanto, características comuns com outros grupos culturais podem incluir a influência ou presença de outros grupos nesta manufatura, e este é o caso dos indígenas.

Ainda deve-se considerar que vendas e trocas ocorreram após a fabricação das vasilhas torneadas, pois não há indícios históricos de uma oficina particular na Armação e a presença de cerâmica de oficinas dentro dela mostra que ela entrou de alguma forma ali. Da mesma forma, a cerâmica doméstica pode ter entrado através de trocas com outros grupos, mas também pode ter sido produzida ali, devido à presença retratada pelas documentações históricas de grupos africanos e afrodescendentes na Armação e o edifício escavado tratar-se de uma senzala.

4.3.2 O sítio arqueológico Casa de Câmara e Cadeia – apresentação e análise dos dados

Foram efetuadas 207 análises no sítio arqueológico da Casa de Câmara e Cadeia, totalizando 296 peças. Deve-se destacar que muitas peças foram numeradas como cerâmica não vidrada, mas com um olhar mais apurado notamos tratar-se de material construtivo, cerâmica vidrada ou grês. Também foram efetuadas algumas remontagens que contamos como uma análise.

Como comentamos anteriormente, nesta etapa foram abertas intervenções arqueológicas em 02 ambientes da Casa de Câmara e Cadeia, na parte de trás da casa e no corredor central. Na parte de trás da casa abriram poços testes de 1m x 1m e após diagnosticarem a necessidade de abertura de uma área mais ampla abriram quadriculas de 1m², escavando-a em níveis artificiais de 10cm em 10cm. No corredor central uma trincheira foi aberta, mas devido à pouca presença de material arqueológico, procederam para abertura de poços testes sobre a trincheira e prospecções ao lado desta, em cada abertura de porta.

A majoritária parte do material cerâmico analisado (95%) encontra-se nos fundos da Casa de Câmara e Cadeia. Como na Armação do Sul, acredita-se que este material seja proveniente de uma lixeira encontrada nos fundos da Casa de Câmara e Cadeia, pois encontramos fragmentos com fuligem pós-deposicional nos níveis 8 e 9 e existe material variado misturado, isto é, metal, cerâmica vidrada e não vidrada, louça, restos alimentares, fragmento de cachimbo, material construtivo, entre outros.

Outro aspecto que fortalece essa inferência refere-se a 08 das 14 remontagens feitas, nas quais alguns fragmentos remontados podiam distar até 7m entre si, além de estarem em níveis distintos. Esta “mistura” é características de atitudes de descarte secundário.

Tabela 11: Distribuição por quadra e nível do material cerâmico não vidrado nas quadras abertas nos fundos da Casa de Câmara e Cadeia.

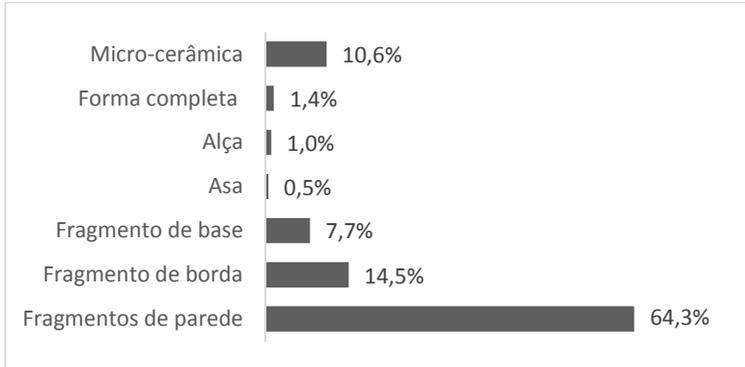
| Quadra x Nível | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | Total Qua- dra |
|----------------------------|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----------------------|
| B2 | | | 4 | 1 | | 3 | 1 | | | | | 9 |
| B3 | | | 1 | 2 | | | | | | | | 3 |
| B4 | | | | | | | 2 | 1 | | | | 3 |
| B5 | | | | 1 | | | 1 | | | | | 2 |
| B6 | | | 5 | 1 | 1 | | | | | | | 7 |
| B8 | | | 3 | | 1 | | | | | | | 4 |
| B10 | | | | | 1 | 5 | 5 | 1 | 7 | 8 | 5 | 32 |
| B11 | | | | | | 2 | | 4 | | | | 6 |
| B12 | | | | | | 1 | 8 | 5 | | | | 14 |
| C2 | 4 | 2 | 2 | 2 | 2 | | | | | | | 12 |
| C3 | | | | 3 | 6 | 3 | | 3 | 9 | 9 | | 33 |
| C4 | | 1 | 2 | 3 | 2 | 3 | 4 | 1 | 6 | | | 22 |
| C5 | | | 1 | 1 | 1 | | | | | | | 3 |
| C6 | | 1 | | | | | | | | | | 1 |
| C7 | | 1 | 2 | 3 | 2 | 3 | 4 | 1 | 6 | | | 22 |
| C9 | | | | | | 2 | | | | | | 2 |
| C10 | | 1 | | | 3 | 2 | 1 | 4 | | | | 11 |
| C11 | | | | 1 | 2 | 1 | 1 | 4 | | | | 9 |
| C12 | | | | 3 | | | | | | | | 3 |
| Total por nível | 4 | 6 | 20 | 21 | 21 | 25 | 27 | 24 | 28 | 17 | 5 | |

Nos fundos da casa a grande maioria dos materiais analisados encontram-se entre 50 e 100cm de profundidade, ocupando os níveis de 0 a 310cm. Do mesmo modo no corredor central, localizam-se principalmente na mesma profundidade, mas ocupam os níveis de 30 a 130cm. Entretanto, frisa-se novamente a pouca quantidade de material na parte interna da

casa. As quadras mais densas são C3 e B10 e as quadras vizinhas a estas.

Em relação a categoria do fragmento, mais da metade dos fragmentos são porções da parede (bojo) da vasilha, seguidos por fragmentos de borda e micro-cerâmicas (Gráfico 8).

Gráfico 8: Categorias de fragmentos encontrados na Casa de Câmara e Cadeia



Conforme feito com a apresentação dos dados da Armação do Sul seguiremos o esquema montado acerca da história de vida dos artefatos.

Procura:

Com relação a argila e sua coloração denotou-se e elencaram-se três cores: marrom, laranja e preto. O marrom pode ser marrom claro ou marrom, dentro dos matizes 7.5YR 6/6, 6/3, 7/6. O laranja caracteriza-se por matizes ao redor desta cor, podendo entre 2.5YR 5/8, 4/8, 6/6, 7/8, 6/6. Já para o preto também se considerou o acinzentado dentro desta variável (Foto 27).

Foto 27: Diferentes colorações na coleção analisada da Casa de Câmara e Cadeia



Foto: Autora (2016)

Assim temos 53% dos fragmentos possuindo coloração laranja enquanto 36% possuem coloração marrom e 11% possuem a coloração preta ou cinza.

Com relação ao antiplástico presente nestas argilas de diferentes colorações foi possível denotar que havia quartzo em todos os fragmentos, hematita em alguns fragmentos das colorações laranja e (mais raramente) nas colorações marrom. Mica apresentou-se muito raramente e em todas as colorações. Somente o antiplástico mineral foi notado, não aparecendo fragmentos com caco moído, carvão ou palha.

Manufatura

Assim como na Armação do Sul, acredita-se ter ocorrido alguma ação em relação a modificação da pasta para manufatura da vasilha, por conta da presença, em argilas de uma mesma cor e tipo de antiplástico, de porcentagens e tamanhos diferentes de antiplástico.

Tabela 12: Tamanho e Frequência de Antiplástico – Casa de Câmara e Cadeia

| Tamanho e Frequência de Antiplástico | | | |
|---|-----|-------------------------------|-----|
| <i>Até 1 mm</i> | 35% | <i>Pouco Antiplástico</i> | 36% |
| <i>De 1,1 mm até 3 mm</i> | 43% | <i>Presença Mediana</i> | 56% |
| <i>Mais de 3 mm</i> | 23% | <i>Antiplástico Abundante</i> | 9% |

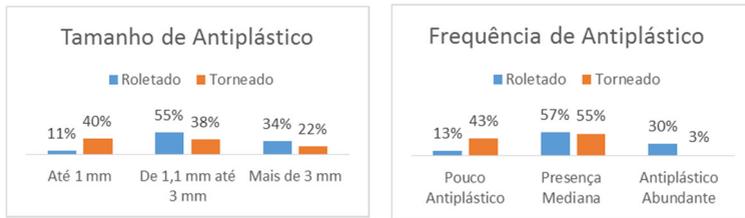
Nota-se através da Tabela 12 que o tamanho de antiplástico mais comum (43%) é o médio, ou seja, de 1,1mm até 3mm. Da mesma forma a frequência de antiplástico na pasta mais comum é relativo a uma presença mediana (56%).

Aqui, como na Armação do Sul, denotamos que vasilhas com pastas intermediárias eram mais presentes no registro arqueológico.

Com relação a técnica de manufatura utilizada para “erguer” a vasilha, temos o torneado (54%), seguido pelo roletado (23%) e pelo modelado (1%). Em 18% dos fragmentos não conseguimos definir a técnica de manufatura, por conta da erosão e fragmentação desses.

Se, da mesma forma como fizemos com a Armação do Sul, contrapomos estes dados com a técnica de manufatura, denotamos os mesmos aspectos que no sítio anteriormente exposto. Temos que 78% das vasilhas torneadas eram manufaturadas com antiplástico mais fino (de 1 a 3mm), inclusive sendo majoritário a presença de grânulos menores que 1mm na formação da pasta da vasilha. Referente ao roletado, percebemos uma porcentagem maior de fragmentos com antiplástico maior que 3mm (34%) (Gráfico 9).

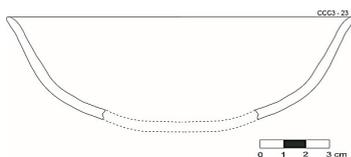
Gráfico 9: Frequência e Tamanho de antiplástico x Técnica de Manufatura – Casa de Câmara e Cadeia



Na associação entre técnica de manufatura e frequência de antiplástico, também se mantem os mesmos aspectos que os encontrados na Armação do Sul: apenas 3% dos fragmentos torneados apresentavam antiplástico abundante, em divergência ao roletados onde 30% apresentam esta frequência maior. Denota-se com isso que a técnica do torneado aparentemente pauta estas escolhas de pasta mais fina.

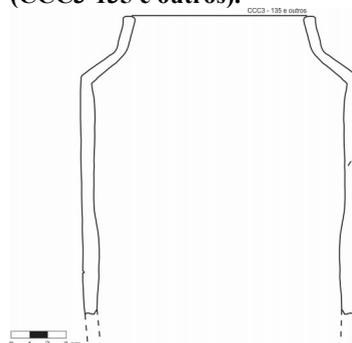
Com relação a estruturação da vasilha 07 fragmentos apresentaram informações das quais foi possível extrair a estrutura, sendo 04 abertas e 03 restritas. Este número é baixo por conta da fragmentação da coleção.

Figura 32: Vasilha Aberta (CCC3 – 23).



Desenho: Autora (2016)

Figura 33: Vasilha Restrita – Vaso com contorno composto (CCC3-135 e outros).



Desenho: Autora (2016)

De 06 fragmentos conseguimos identificar os contornos desta estrutura. Temos 4 fragmentos com contorno simples, 01

com contorno infletido e um com contorno composto (apresentando mais de um ponto de inflexão).

Referente aos tipos de vasilhames conseguimos inferir de 4 fragmentos as categorias a que pertencem: são 2 tigelas e 2 vasos. Foi possível identificar estes tipos, pois apresentam uma boa integridade da vasilha, ou seja, apresentavam tamanho e informações suficientes para possibilitar a identificação do vasilhame.

Ainda com relação a estruturação da vasilha analisamos as espessuras de suas paredes. Notamos que majoritária partes das vasilhas (62%) foram feitas com espessura pequena/média (6-10cm) indicando que não eram vasilhames muito grandes (Tabela 13). Denota-se também que estas espessuras não variam significativamente dentro das diferentes técnicas de manufatura.

Tabela 13: Tabela das espessuras dos fragmentos x a técnica de manufatura – Casa de Câmara e Cadeia

| Espessura Manuf. x | <i>Roletado</i> | <i>Modelado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>0-5cm</i> | 4 | 0 | 27 | 13 | 44 |
| <i>6-10cm</i> | 36 | 1 | 73 | 18 | 128 |
| <i>11-15cm</i> | 5 | 2 | 13 | 2 | 22 |
| <i>Sem leitura</i> | 2 | 0 | 7 | 4 | 13 |

Os aspectos referentes a borda foram analisados em 33 fragmentos de borda. Com estes identificou-se que a maioria das vasilhas na Casa de Câmara e Cadeira apresentavam lábio arredondado (64%), seguidas por lábio plano (21%) e apontado (15%).

Referente ao tipo de borda denotou-se a borda direta como tipo mais comum (76%), sucedida pela borda extrovertida (21%) e dobrada (3%). E no quesito inclinação de borda percebeu-se que as vasilhas da Casa de Câmara possuíam principalmente inclinação externa (55%). Ainda 24% das bordas apresentavam inclinação interna e 15% estavam verticalizadas em relação ao plano (90° do chão). Em duas bordas não foi possível perceber inclinação por conta da erosão.

As modificações da borda em relação ao corpo também foram percebidas em 16 dos 33 fragmentos. Estes apresentavam

um aumento na espessura, caracterizando-se como borda expandida. Assim, denota-se que quase metade das bordas foram manufaturadas com esse espessamento final. E este se fez presente tanto no torneado quanto no roletado. Infere-se com isso que os artesãos da vasilhas da Casa de Câmara e Cadeia, ao invés de terminar a borda de forma “normal”, muitas vezes espessavam-na com roletes maiores ou “carregando” mais argila no torno.

Também conseguimos inferir o diâmetro de 16 bordas. Em outros 17 fragmentos de borda não conseguimos inferi-lo por conta de seu pequeno tamanho ou erosão. Desse modo temos diâmetros de 6-10cm (2 frags), 11-15cm (3 frags), 16-20cm (3 frags), 21-25cm (7 frags) e de 36cm (1 fragmento).

Percebe-se que não são vasilhas gigantes, mas há exemplares de vasilhas um pouco maiores do que na Armação do Sul, principalmente se vemos que temos 8 bordas com diâmetro maior que 21cm e 8 bordas com diâmetro menor. Da mesma forma, podemos inferir, conjuntamente a espessura dos fragmentos, que não são vasilhas pesadas e exageradamente grandes e que mantem a transportabilidade facilitada.

Para a base das vasilhas conseguimos inferir morfologia, ângulo e diâmetro. Assim, pudemos averiguar a morfologia em 17 fragmentos de base. A maioria destas são bases planas (12 frags), seguidas por 04 bases planas com pedestal (Foto 29) e 01 base anelar (Foto 28).

Com relação ao ângulo, 03 apresentaram ângulo entre base e início da vasilha de 0-45°. Outros 11 apresentaram ângulo de 45 a 90°. Em 01 fragmento não foi possível perceber o ângulo, devido a fragmentação da peça. Denota-se que a maioria das vasilhas tem a transição da parede para base mais suave do que na Armação do Sul.

O diâmetro foi inferido em 12 fragmentos. Destes a maioria está no intervalo entre 6 a 10 cm (06 frags). Há 01 base com diâmetro de 0-5cm, 04 fragmentos com diâmetro de 11-15cm e 01 fragmento com diâmetro de 22cm. Em 03 fragmentos de base não foi possível inferir o diâmetro.

Foto 28: Base Anelar (CCC3 – 1210).



Foto: Autora (2016).

Foto 29: Base pedestal com diâmetro de 7cm (CCC3 – 1236).



Foto: Autora (2016).

Da mesma forma como denotado no diâmetro das bordas, percebe-se que as bases não são muito grandes, mesmo existindo exemplares pouco maiores que os encontrados na Armação do Sul.

Os artesãos que manufaturaram as vasilhas existentes na Casa de Câmara e Cadeia em grande parte fizeram um bom alisamento no acabamento dessas (Tabela 14). A majoritária parte das vasilhas encontradas nesta etapa dos trabalhos da Casa de Câmara e Cadeia foram finalizadas com este alisamento e depois levadas para o forno. Somente 43 fragmentos sofreram acabamento diferenciado, sendo plástico ou através do polimento.

Tabela 14: Tratamento de superfície da FI e FE dos fragmentos – Casa de Câmara e Cadeia

| Tratamento de Superfície | N. Frags FI | N. Frags FE | % FI | %FE |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------|-------|
| <i>Alisamento Bom</i> | 176 | 165 | 85,0% | 79,7% |
| <i>Alisamento Imperfeições</i> c/ | 6 | 3 | 2,9% | 1,4% |
| <i>Polimento</i> | 11 | 0 | 5,3% | 0,0% |
| <i>Acabamento Plástico</i> | 3 | 30 | 1,4% | 14,5% |
| <i>Sem Leitura</i> | 11 | 9 | 5,3% | 4,3% |

Aqui também, como na Armação do Sul, por vezes era possível notar o objeto (ou não) utilizado no movimento do alisamento. Foi notável a presença de dedos e objetos para alisar, podendo ser uma pedra ou concha.

Perceberam-se gestos em 47 fragmentos. Foram marcas de folhas (ou objeto em que a peça ficou apoiada) (1 fragmento), negativos de digital (8 frags), marcas de objeto para alisar (16 frags) e sulcos ocasionados pelo torno (24 frags) (Foto 31).

Foto 30: Negativos da digital na FE (CCC3 – 40).



Foto: Autora (2016).

Foto 31: Sulcos de Torno (CCC3-40) – Casa de Câmara e Cadeira.



Foto: Autora (2016).

Dedos e objetos para alisar foram notados tanto em fragmentos bem alisados, quanto em fragmentos mal alisados, e tanto em fragmentos roletados quanto em fragmentos torneados e modelados, não sendo possível notar alguma relação entre estas variáveis. Assim denotamos que tanto mãos, quanto objetos foram utilizados pelo artesão para alisar as faces das vasilhas, indiferentemente da técnica de manufatura empregada.

Já referente aos acabamentos plásticos podemos ver os distintos movimentos perpetrados pelos artesãos na Tabela 15. Como comentamos foram poucos fragmentos que apresentaram este tipo de acabamento. Talvez seja por conta do que mencionamos anteriormente e relembramos aqui: os movimentos de acabamento plástico nem sempre tomam toda a vasilha, por vezes, ocupam só uma parte desta, como borda, aplique, etc.

Aqui também podemos dividir esses movimentos entre acabamento plástico simples e acabamento plástico misto. No acabamento plástico simples vemos que o maior representante é inciso, seguido pelo escovado e pelo acanalado. Já no acabamento plástico misto, notamos que o escovado compõe duas das três formas de mistura de acabamentos.

Vemos que aqui também é maior a padronização nos acabamentos plásticos dos fragmentos torneados do que dos roletados. Na mesma porcentagem da Armação do Sul, somente 13% dos fragmentos torneados possuem algum tipo de acabamento plástico. Enquanto isso, vemos maior variabilidade nas vasilhas roletadas, inclusive apresentando acabamentos que só foram feitos nestas. O escovado é o mais expressivo nisto, não ocorrendo em nenhuma outra técnica de manufatura.

Nesta coleção também vemos acabamentos plásticos produzidos com diferentes instrumentos: a própria mão ou dedos (Acanalado, Beliscado), instrumentos de ponta simples (inciso) ou pontas múltiplas (escovado).

Tabela 15: Acabamento Plástico x Técnica de Manufatura – Casa de Câmara e Cadeia

| Técnica de Manuf. X Acab. Plástico | | <i>Role-tado</i> | <i>Mode-lado</i> | <i>Tor-neado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Tot.</i> |
|---|-----------------------------|------------------|------------------|------------------|--------------------|-------------|
| <i>Acab. Simples</i> | <i>Acanalado (6)</i> | | 1 | 1 | 1 | 3 |
| | <i>Beliscado (7)</i> | 1 | | | | 1 |
| | <i>Impresso (9)</i> | | | 1 | | 1 |
| | <i>Inciso (10)</i> | 1 | | 14 | 1 | 16 |
| | <i>Escovado (11)</i> | 6 | | | | 6 |
| | <i>Aplicado (13)</i> | 1 | | | | 1 |
| <i>Acab. Misto</i> | <i>Inciso e Escovado</i> | 1 | | | | 1 |
| | <i>Aplicado e Beliscado</i> | 2 | | | 1 | 3 |
| | <i>Beliscado e Escovado</i> | 1 | | | | 1 |
| <i>Sem Acabamento</i> | | 34 | 2 | 104 | 34 | 174 |
| <i>Total</i> | | 47 | 3 | 120 | 37 | 207 |

Os motivos existentes nesta coleção não são muitos. Foi possível notá-los em fragmentos com incisões, acanalados e impressos. Entretanto, somente duas variações de motivos se apresentaram: retilíneos horizontais e arcos secantes.

Nos fragmentos torneados somente os retilíneos horizontais foram perpetrados pelos artesãos. Isto demonstra que a padronização existente devido à baixa variabilidade de acabamentos plásticos é ainda maior do que a encontrada na Armação do Sul.

Já nos fragmentos roletados encontramos arcos secantes e retilíneos horizontais, aumentando um pouco a variabilidade já existente. Conseguimos depreender com isso que o artesão que utilizava a técnica de manufatura roletada variava mais nos acabamentos plásticos do que os artesãos da técnica torneada.

Conforme comentado na apresentação dos dados do sítio anterior, o polimento é feito com a pasta da vasilha quase seca, utilizando uma pedra, ou osso, ou concha, etc. Assim, a vasilha é só alisada previamente e após um período de secagem parcial, ocorre a ação do artesão sobre as faces da estrutura.

Nesta coleção notamos que 11 fragmentos apresentaram este acabamento feito após secagem parcial. Interessante é que este tratamento foi efetuado exclusivamente na face interna das vasilhas torneadas. Desse modo, ao que parece, esta atitude de polimento foi executada para compactar a pasta nas faces internas, aumentando sua impermeabilidade.

Destes 11 fragmentos polidos, 05 são de bordas o que nos possibilita ver se existe alguma conexão entre estes polimentos e a morfologia da borda. Com isso, denota-se que nenhuma das bordas inclina-se internamente, fechando-se, mas ficam verticalizadas ou inclinadas externamente, isto é, permitem a visualização do interior. Através dessa informação podemos pensar que o polimento pode não ser somente uma atitude de impermeabilização, mas também de apelo estético, no caso destas vasilhas (Foto 32).

Vale destaque também que nesta coleção foi possível perceber em 03 fragmentos as marcas do objeto utilizado para polir (Foto 33).

Foto 32: Fragmento de borda com face interna polida (CCC3 – 836).



Foto: Autora (2016).

Foto 33: Detalhe do fragmento de borda com face interna polida (CCC3 – 836).



Foto: Autora (2016).

Outra atitude que o artesão pode fazer sobre a superfície da vasilha, antes de sua finalização para ir ao fogo é o engobo. Este foi denotado em 54 fragmentos, isto é, em 26% das peças (Tabela 16)

Percebe-se que este número é significativo e que a pouca variabilidade de acabamento plástico apresentado nas vasilhas da Casa de Câmara e Cadeia é contraposta por esta maior riqueza de fragmentos engobados.

Tabela 16: Presença ou ausência de engobo x Técnica de Manufatura – Casa de Câmara e Cadeia

| Engobo x Téc. Manufatura | <i>Roletado</i> | <i>Modelado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>Ausente</i> | 43 | 2 | 67 | 32 | 144 |
| <i>Interno Vermelho</i> | 1 | - | 5 | 1 | 7 |
| <i>Externo Vermelho</i> | 1 | - | 26 | 2 | 29 |
| <i>Interno e Externo Vermelho</i> | 2 | 1 | 14 | - | 17 |
| <i>Externo Branco</i> | - | - | 1 | - | 1 |

Foram encontrados fragmentos com engobo vermelho e branco, tanto interno, quanto externo, ou ambos. A coloração vermelha e engobo externo são mais comuns.

Nota-se que a técnica de manufatura torneada possui majoritária parte dos fragmentos engobados nesta coleção. Além disto, visto este ocorrer mais na face externa dos fragmentos acredita-se que este foi aplicado pelo artesão como apelo estético, tanto para melhorar a cobertura, deixando-a mais homogênea, quanto para colorir a face externa.

É interessante mostrarmos como Saint-Hilaire, viajante francês que veio a Santa Catarina no ano de 1820, descreveu a forma como este engobo era aplicado em uma oficina que visitou em Desterro:

Depois de postos a secar à sombra, os vasos são embebidos em água na qual se diluiu um pouco de terra vermelha tirada das margens do estreito que separa a ilha do continente, usando-se um pedaço de pano para fazer esta pequena operação (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 184).

Denota-se que o viajante estrangeiro destaca a forma como este engobo vermelho era aplicado em Desterro, bem como o lugar de onde tiravam a argila para aplica-lo. Assim podemos inferir que algumas das vasilhas encontradas nesta etapa de escavações da Casa de Câmara e Cadeia foram engobadas com argila vermelha retirada do estreito, a qual foi diluída em água. Depois a vasilha parcialmente seca foi mergulhada nesta mistura e o excesso foi retirado com um pano.

Mesmo com estas informações não conseguimos perceber nenhum destes movimentos do artesão em nossa análise. Talvez por conta da fragmentação das peças.

Não foi possível denotar nenhuma outra relação entre o engobo e classe de peça, manufatura, tamanho de antiplástico, etc.

Foto 34. Engobo vermelho na face interna (CCC3 – 1236).



Foto: Autora (2016).

Foto 35: Marca de depósito carbônico na face interna de base plana (CCC3 – 1199).

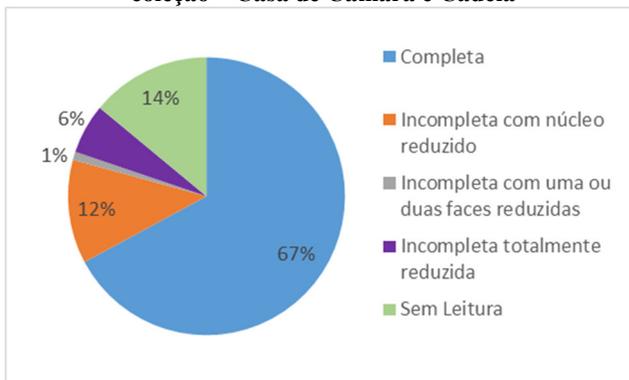


Foto: Autora (2016).

Queima

Nesta coleção, assim como a da Armação do Sul, notou-se que a grande maioria das peças possuía queima completa, seguida por queima incompleta com presença de núcleo reduzido e queima incompleta totalmente reduzida (Gráfico 10). Em 12% dos fragmentos não foi possível identificar a queima, por conta de erosão ou marca de uso acentuada.

Gráfico 10: Porcentagem dos tipos de queima encontrados na coleção – Casa de Câmara e Cadeia



Na relação entre técnica de manufatura e tipo de queima foi possível notar a mesma diferenciação que a encontrada na Armação do Sul. Apenas 11% dos fragmentos torneados apresentaram queima incompleta de qualquer tipo, em contraposição a 45% dos roletados (Tabela 17). Deve-se salientar que muitos fragmentos roletados apresentavam marcas de uso abundantes o que impedia a identificação da queima.

Tabela 17: Porcentagem de Técnica de Manufatura por tipo de queima – Casa de Câmara e Cadeia.

| Técnica de Manuf. X Queima | <i>Completa</i> | <i>Incompleta com núcleo reduzido</i> | <i>Incompleta com uma ou duas faces reduzidas</i> | <i>Incompleta totalmente reduzida</i> | <i>Sem Leitura</i> |
|-----------------------------------|-----------------|---------------------------------------|---|---------------------------------------|--------------------|
| <i>Roletado</i> | 30% | 30% | 0% | 15% | 26% |
| <i>Torneado</i> | 83% | 7% | 2% | 3% | 7% |

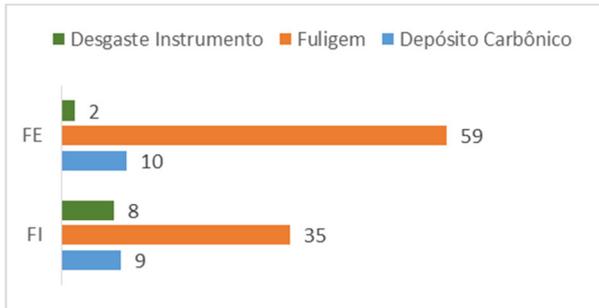
Após a queima a vasilha encontra-se em seu estágio final antes do uso para os artesãos que fizeram as vasilhas encontradas no sítio arqueológico da Casa de Câmara e Cadeia.

Uso

Buscamos as marcas de uso nos fragmentos analisados para tentar perceber as marcas de uso reais das vasilhas que estavam na Casa de Câmara e Cadeia. As que conseguimos diagnosticar estão expostas no Gráfico 11.

Percebe-se que a marcas uso mais aparente são de uso no fogo, com fragmentos apresentando marcas como Depósito Carbônico e Fuligem. Além destes, em 10 fragmentos encontramos marcas relativas a desgaste por instrumentos.

Gráfico 11: Marcas de uso diagnosticados na amostra – Casa de Câmara e Cadeia



Com relação aos usos gerais supracitados, podemos perceber que um bom número das vasilhas encontradas nesta etapa da escavação da Casa de Câmara foram utilizadas no fogo, isto é, para cocção.

Estas informações relativas a marcas de uso ficam ainda mais interessantes quando relacionamos com a técnica de manufatura (Tabela 18). Conseguimos denotar, através desta relação que 39 dos 47 fragmentos roletados desta amostra possuem marcas de uso no fogo e se contarmos todas as marcas de uso, somente 01 fragmento roletado não apresenta alguma marca de uso. Em contraposição, somente 24 dos 120 fragmentos torneados possuem marcas de uso no fogo e 03 possuem algum desgaste.

Tabela 18: Dados da relação entre marcas de uso e técnica de manufatura – Casa de Câmara e Cadeia

| Técnica de Manuf. X Marcas de Uso | Roletado | Torneado | % Roletado | % Torneado |
|-----------------------------------|----------|----------|------------|------------|
| Fogo (Dep. Carb. + Ful) | 39 | 24 | 83% | 20% |
| Desgaste por Instrumento | 7 | 3 | 15% | 3% |

Estes dados nos instigam a inferir que há um direcionamento de vasilhas com manufatura roletada para o uso no fogo. E além disto, estas vasilhas são mais usadas no fogo do que aquelas, pois se tomarmos todos os fragmentos com marcas de uso no fogo, veremos que mesmo em menor número na amostra, o roletado tem maior número de fragmentos com marca

de uso em relação ao torneado. A essas vasilhas torneadas outros usos devem ter sido relegados, como serviço, armazenamento ou consumo.

Após seu uso e até o momento em que não há mais utilidade possível para a vasilha, elas são descartadas. Este descarte, como comentamos no início deste capítulo, provavelmente era feito em uma lixeira, que acreditamos estava localizada nos fundos do terreno da Casa de Câmara e Cadeia. Nesta não havia somente cerâmica não vidradas, mas faiança, metal, restos alimentares, cerâmica vidrada, material construtivo, entre outros.

Inferências finais

Neste sítio arqueológico, da mesma forma que no sítio da Armação do Sul, foi possível perceber as mesmas questões relativas às escalas de produção. Ou seja, no torneado, que já é uma técnica que necessita do implemento, denotou-se da mesma forma um controle grande da queima, devido à alta porcentagem de fragmentos com queima completa. Este maior controle aponta para o uso de fornos fechados, isto é, mais um implemento. Assim esta técnica está de certo modo ligada a um investimento em equipamentos para sua manufatura, característica de uma oficina particular ou olaria.

Também se evidenciou maior padronização nesta técnica de manufatura, visto haver pouquíssima variabilidade de acabamentos plásticos, mesmo se contarmos as expressões plásticas com os motivos referentes a elas.

Nesta escala de produção, para o material desta etapa de escavações da Casa de Câmara e Cadeia, também há as mesmas características de antiplástico que na Armação do Sul, isto é, há uma preferência por vasilhas com pastas mais finas, que não só abrandam o atrito entre a peça e a mão do artesão, como também diminuem sua efetividade térmica, aumentando sua durabilidade frente a quebras por *stress* térmico (como ocorre durante a queima).

Para a técnica de manufatura do roletado denota-se menos controle de queima, haja vista os diferentes graus de queima percebidos nos fragmentos desta técnica. Já que é uma técnica que não necessita de implementos para “levantar” a vasilha e já que a queima é menos controlada, indicando um forno aberto

para queima, vincula-se esta técnica a uma escala de produção doméstica, onde não há, ou há muito pouco investimento em equipamento.

Nesse ainda percebemos uma maior variabilidade de acabamentos plásticos, havendo inclusive acabamentos exclusivos desta técnica como o escovado, aplicado e beliscado, bem como o motivo em arcos secantes. Além disto, notamos maior “liberdade” de escolha com relação a pasta a compor a vasilha, visto que a técnica não é afetada negativamente caso antiplásticos minerais maiores e em maior quantidade forem colocados na pasta. Dessa maneira, da mesma forma que na Armação do Sul, notou-se a busca por uma boa efetividade térmica nestas vasilhas roletadas em detrimento de probabilidade de quebras.

Esta boa efetividade existente nas vasilhas feitas pelos artesãos era conhecida dos usuários, visto grande parte dos fragmentos roletados apresentarem uso no fogo (83%). Também se denotou que para uso no fogo, os usuários usaram mais vasilhas roletadas do que vasilhas torneadas.

Estas marcas de uso no fogo apontam para um uso de cocção e preparo de alimentos, atividades que ocorrem na cozinha. E cozinha, como comentado anteriormente, é um espaço feminino.

Outros usos presumidos destes vasilhames foram inferidos e denotamos 02 tigelas torneadas para consumo próprio, devido ao pequeno tamanho (12cm e 15cm) e inclinação externa da borda. Destaca-se que há polimento e desgaste por objeto na face interna de uma delas (15cm). Em outros 4 recipientes torneados de diâmetros pequenos à médios (18cm, 22cm e 25cm) encontramos este mesmo polimento na face interna, bem como inclinação externa da borda o que pode indicar pequenos recipientes para serviço. Este polimento pode estar vinculado ao serviço de alimentos líquidos a pastosos, ou mesmo a um apelo estético devido a brilho lustroso.

Para serviço ainda identificou-se outro recipiente torneado aberto, com inclinação externa da borda, espessura fina (6mm) e diâmetro médio (36cm). Este é o maior recipiente em diâmetro da coleção. Não há marcas de uso, mas mesmo assim acreditamos ser um vasilhame para serviço.

Com relação ao armazenamento temos dois recipientes torneados restritos, com 10cm e 14cm de diâmetro de borda. Um aparenta-se muito a um boião e o outro ao que tudo indica, é um contenedor polido de água feito com cerâmica vermelha, muito mencionado pelos estrangeiros, como Saint Hilaire (1978 [1820], p.184): “potes de barro, nos quais a água mantem-se absolutamente fresca [...] sua cor é vermelho-escura e eles são lisos, luzidios e de textura muito fina”.

Denotou-se também que os vasilhames da Casa de Câmara e Cadeia não eram muito grandes, devido a sua espessura, mas eram pouco maiores em diâmetro que os encontrados na Armação do Sul. Entretanto, seu tamanho demonstra que seu peso final não acarretava em dificuldade de transporte, bem como não indica o uso destes vasilhames por/para um grande número de pessoas.

Com todas estas inferências acerca dos usos podemos deprender que havia uma utilização maior de vasilhas roletadas na cozinha, neste espaço feminino, enquanto as vasilhas torneadas podiam sair desta esfera, indo a sala de refeições, por exemplo.

Symanski e Gomes (2012, p. 78-79) demonstraram através de seu estudo realizado em Santarém com sítios arqueológicos do século XVIII, como estas vasilhas feitas de forma domésticas ficavam relegadas a espaços de baixa visibilidade, como as cozinhas. Afirmam que estes vasilhames cerâmicos remetem a misturas e segregações existente dentro de diferentes espaços, entre homens-mulheres, brancos-não brancos, patrões-serviçais.

Esta informação nos leva a fortalecer a ideia de que as vasilhas cerâmicas torneadas e com engobo tinham um apelo estético, pois se estas vasilhas eram preferidas aos vasilhames roletados para serem “mostradas”, não parece incabível melhorar sua aparência através do engobo, deixando-a mais homogênea e a colorindo.

Por fim, podemos comentar um pouco sobre as identificações culturais, com as quais tentamos ver diversidade e interações culturais dentro da Casa de Câmara e Cadeia.

Como denotado na Armação do Sul, temos acabamento plásticos característicos de alguns grupos culturais. A vinculação primária que podemos fazer é referente aos grupos de origem africana/afrodescendente, devido a presença do escovado, beliscado, incisões em arcos secantes, técnica de manufatura

roletada, vasilhas globulares, antiplástico mineral, etc. Entretanto, algumas destas características são compartilhadas a grupos indígenas (escovado, roletado, antiplástico mineral, etc.).

Assim, apresentou-se novamente certa dubiedade neste sentido. Destaca-se que temos o livro de Sara Reis (2008, p.45) que aponta a existência de uma escrava cozinheira trabalhando na Casa de Câmara e que antes desta havia uma cozinheira que recebia pagamento. Esta escrava era provavelmente africana/afrodescendente, mas não há informação real se isto confere.

Todavia, sendo tanto de origem africana/afrodescendente quanto de origem indígena, podemos afirmar que havia cozinheiras utilizando vasilhas fabricadas de forma doméstica, com alguns acabamentos plásticos que indicam influência não-branca, na cozinha da Casa de Câmara e Cadeia. Após o preparo de alimentos, elas os serviam em vasilhas torneadas, polidas e engobadas.

Mesmo com estes aspectos analisados, não conseguimos afirmar firmemente através dos fragmentos de vasilhas cerâmicas não vidrados, a presença ou influência indígena neste edifício.

Mas um aspecto que nos questionamos na Armação do Sul, deve ser questionado aqui: seriam os artesãos e usuários das vasilhas roletadas os mesmos? Acredita-se que neste contexto a manufatura das vasilhas roletadas ocorriam em outro ambiente e elas entravam ali pela troca ou venda. Não há indícios e certamente não haveria espaço para um forno aberto dentro desta casa militar e burocrática do século XVIII e XIX.

Isto reforça a noção, apontada na exposição do sítio da Armação do Sul, de estar ocorrendo produção de forma doméstica de vasilhames destinados a trocas entre grupos de condição social baixa. Isto é, um grupo não investe em equipamentos para produzir recipientes cerâmicos e outro está vinculado a trabalhos em ambientes de baixo valor social, como a cozinha. Isto está conectado ao que comentamos anteriormente de que as vasilhas “de barro” são mais baratas que as faianças e louças importadas.

Assim, mais uma vez, vemos que existe um comércio entre estes grupos os quais conhecem as demandas de consumo de cada um, procurando vasilhas de boa efetividade térmica e não tão grandes.

4.3.3 O sítio arqueológico Casa D'Itália – apresentação e análise dos dados

Foram analisados 112 fragmentos no sítio arqueológico da Casa D'Itália, totalizando 107 análises, devido a remontagem. Foi necessário numerar as peças para análise e para isso utilizamos identificação impressa em papel. Os fragmentos cerâmicos foram numerados sequencialmente com etiquetas, as quais foram embaladas individualmente junto as peças. Não numeramos com nanquim, devido ao pouco tempo para executarmos a análise.

Como mencionado no subcapítulo anterior, as escavações ocorreram em dois pontos, isto é, nos locais das duas sapatas a serem construídas para sustentar a nova estrutura da Casa do Círculo Ítalo-brasileiro.

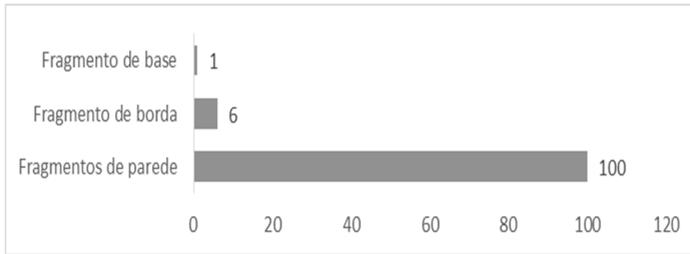
Na primeira sapata fizeram uma intervenção de 2m x 1m, chamada de A, que foi expandida para evidenciar a estrutura encontrada em subsuperfície. Além disto, abriram uma vala para evidenciar melhor o contexto escavado. Por fim, denotaram tratar-se da parte interna de uma casa térrea do século XVIII, com forno e fogão.

Na segunda sapata abriram outra quadrícula de 2m x 1m, chamada de B, e após análise caracterizaram aquele espaço como o quintal da estrutura evidenciada anteriormente e, devido ao pacote de material evidenciado, qualificaram este como uma lixeira.

O material está espalhado igualmente nestes dois ambientes. Entretanto é perceptível que os fragmentos encontramos na área A e vala são menores que os fragmentos encontrados nos fundos da casa térrea (B). Destaca-se que não foi identificado no material o nível de onde foram retirados, ou seja, não conseguimos informações de nível nestes fragmentos.

As informações apresentadas a seguir foram levantadas através da análise de fragmentos categorizados como base, borda e parede. Em relação a estas categorias, a quase totalidade dos fragmentos são porções da parede (bojo) da vasilha, seguidos por fragmentos de borda e base (Gráfico 12).

Gráfico 12: Número de fragmentos por categorias encontrados na Casa D'Itália.



Conforme feito com a apresentação dos dados dos outros dois sítios seguiremos o esquema montado acerca da história de vida dos artefatos.

Procura:

Com relação a argila e sua coloração denotou-se e elencaram-se quatro cores: branco amarelado, marrom, laranja e preto. O branco amarelado pode ser alocado dentro das matizes 10YR 9.5/2, 9/2 ou 8,5/2. O marrom pode ser marrom claro ou marrom, dentro dos matizes 7.5YR 6/6, 6/3, 7/6. O laranja caracteriza-se por matizes ao redor desta cor, podendo estar entre 2.5YR 5/8, 4/8, 6/6, 7/8, 6/6. Já para o preto também se considerou o acinzentado dentro desta variável.

Assim temos 41% dos fragmentos possuindo coloração marrom, 36% com coloração laranja, 19% com coloração amarela e 4% com coloração preta.

Com relação ao antiplástico presente nestas argilas de diferentes colorações foi possível denotar que havia quartzo em todos os fragmentos, hematita em fragmentos das colorações laranja e mais raramente nas colorações marrom. Fragmentos na coloração amarela apresentavam somente quartzo. Somente um fragmento na coloração laranja apresentou mica.

Apenas o antiplástico mineral foi notado, não aparecendo fragmentos com caco moído, carvão ou palha.

Manufatura

Assim como nos outros sítios, houve alguma ação em relação a modificação da pasta para manufatura da vasilha, por conta da presença, em argilas de uma mesma cor e tipo de

antiplástico, de porcentagens e tamanhos diferentes de antiplástico.

Tabela 19: Tamanho e Frequência de Antiplástico – Casa D'Itália

| Tamanho e Frequência de Antiplástico | | | |
|--------------------------------------|-----|------------------------|-----|
| Até 1 mm | 30% | Pouco Antiplástico | 37% |
| De 1,1 mm até 3 mm | 44% | Presença Mediana | 55% |
| Mais de 3 mm | 25% | Antiplástico Abundante | 7% |

Nota-se através da Tabela 19 que o tamanho de antiplástico mais comum (44%) é o médio, ou seja, de 1,1mm até 3mm. Da mesma forma a frequência de antiplástico na pasta mais comum é relativo a uma presença mediana (55%). Como nos outros sítios analisados, na Casa D'Itália a pasta intermediária era mais presente no registro arqueológico.

Com relação a técnica de manufatura utilizada, temos o torneado (68%) como técnica mais comum, seguido pelo roletado (10%) e pelo modelado (1%). Em 21% dos fragmentos não conseguimos definir a técnica de manufatura, por conta da erosão e fragmentação desses.

Ao contrapomos estes dados com a técnica de manufatura, denotamos os mesmos aspectos que nos sítios anteriormente expostos. Temos que 80% das vasilhas torneadas manufaturadas com antiplástico mais fino (de 1 a 3mm). Em contraposição no roletado, percebemos uma porcentagem maior de fragmentos com antiplástico maior que 3mm (55%) (Gráfico 13).

Gráfico 13: Frequência e Tamanho de antiplástico x Técnica de Manufatura – Casa D'Itália



Denota-se que como visto na exposição dos sítios da Armação do Sul e Casa de Câmara e Cadeia, na associação entre técnica de manufatura e frequência de antiplástico, os mesmas

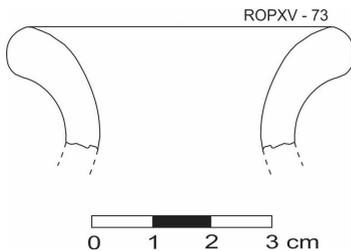
feições se mantem: um número bem menor de fragmentos torneados apresentavam antiplástico abundante (1%), em divergência ao roletados onde 27% apresentam esta frequência maior.

Dessa forma, vemos mais uma vez que a técnica do torneado parece pautar a escolha de uma pasta mais fina, com valores percentuais maiores de tamanho e frequência de antiplástico mais finos do que de antiplásticos mais grossos.

Foi possível identificar a estruturação da vasilha, bem como contorno e tipo de vasilhas em apenas um fragmento. Isto ocorreu, pois como comentamos antes a fragmentação neste sítio é bastante alta e os fragmentos são bem pequenos.

Dessa maneira temos um fragmento que indica ser um vaso, restrito e com contorno composto, isto é, com mais de um ponto de inflexão.

Figura 34: Desenho da Borda Restrita com contorno composto, que indica ser um vaso (ROPXV – 73).



Desenho: Autora (2016).

Foto 36: Fragmento de Borda com 5cm de diâmetro (ROPXV – 73).



Foto: Autora (2016). Acervo: MarquE/UFSC.

Ainda com relação a estruturação da vasilha analisamos as espessuras de suas paredes. Notamos que majoritariamente partes das vasilhas (57%) foram feitas com espessura pequena/média (6-10cm) indicando que não eram vasilhames muito grandes (Tabela 20). Denota-se também que somente vasilhas torneadas (ou sem identificação da técnica de manufatura) possuem exemplares com espessura entre 0 e 5cm. Podemos dizer com isso que as vasilhas mais esguias que existem nesta coleção foram manufaturadas com esta técnica de manufatura.

Tabela 20: Tabela das espessuras dos fragmentos x técnica de manufatura – Casa D'Itália

| Espessura x Manuf. | <i>Roletado</i> | <i>Modelado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|---------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>0-5cm</i> | 0 | 0 | 26 | 12 | 38 |
| <i>6-10cm</i> | 9 | 1 | 43 | 8 | 61 |
| <i>11-15cm</i> | 2 | 0 | 2 | 0 | 4 |
| <i>Sem leitura</i> | 0 | 0 | 2 | 2 | 4 |

Os aspectos referentes a borda foram analisados em apenas 06 fragmentos de borda. Com estes identificou-se que 05 bordas apresentavam lábio arredondado e 01 apresentou lábio apontado. Destaca-se também que todas as bordas identificadas eram torneadas, exceto uma que não conseguimos identificação técnica de manufatura.

Referente ao tipo de borda denotou-se a borda direta como tipo mais comum (04 fragmentos), sucedida pela borda extrovertida (02 fragmentos). E no quesito inclinação de borda percebeu-se que as vasilhas possuíam principalmente inclinação externa (4 fragmentos). Um fragmento apresentou inclinação interna. Em 01 borda não foi possível perceber inclinação por conta da erosão.

A modificações da borda em relação ao corpo também foram percebida em 4 dos 6 fragmentos. Estes apresentavam um aumento na espessura, caracterizando-se como borda expandida. Assim, denota-se que quase metade das bordas foram manufaturadas com esse espessamento final.

Conseguimos inferir o diâmetro em apenas 02 bordas. Assim, temos um fragmento de 5cm de diâmetro e um fragmento de 24cm de diâmetro.

Com somente estes números não podemos fazer grandes inferências, mas juntamente aos números de espessura podemos também inferir que não eram vasilhas muito grandes, nem pesadas que, da mesma forma aos outros sítios, mantem a transportabilidade facilitada.

Para a base das vasilhas conseguimos inferir morfologia, ângulo e diâmetro de apenas 01 fragmento de base. Assim temos

um fragmentos de base plana com pedestal, de 9 cm de diâmetro, com ângulo entre 45° e 90°.

Mesmo sendo apenas uma, esta pequena base fortalece a inferência que aventamos anteriormente, acerca das vasilhas não serem tão grandes ou pesadas.

Os artesãos que manufacturaram as vasilhas encontradas na coleção da Casa D'Itália em grande parte fizeram um bom alisamento no acabamento dessas (Tabela 21). A majoritária parte das vasilhas encontradas foram finalizadas com este alisamento e depois levadas para o forno. Somente 22 fragmentos sofreram acabamento diferenciado, sendo plástico ou através do polimento.

Tabela 21: Tratamento de superfície da FI e FE dos fragmentos – Casa D'Itália

| Tratamento de Superfície | <i>N. Frags FI</i> | <i>N. Frags FE</i> | <i>% FI</i> | <i>%FE</i> |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|-------------|------------|
| <i>Alisamento Bom</i> | 98 | 85 | 91,6% | 79,4% |
| <i>Alisamento c/ Imperfeições</i> | 1 | 1 | 0,9% | 0,9% |
| <i>Polimento</i> | 6 | 6 | 5,6% | 5,6% |
| <i>Acabamento Plástico</i> | 0 | 12 | 0,0% | 11,2% |
| <i>Sem Leitura</i> | 2 | 4 | 1,9% | 3,7% |

Legenda: FI – Face Interna. FE – Face Externa.

Aqui também por vezes era possível notar o objeto (ou não) utilizado no movimento do alisamento, bem como gestos durante a produção destes artefatos. Perceberam-se gestos em 14 fragmentos. A quase totalidade destes gestos percebidos eram sulcos de torno (13 fragmentos), isto é, sulco ocasionado pela pressão dos dedos sobre a vasilha sendo “levantada” no torno. E somente um fragmento apresentou marcas de objetos utilizados para alisar.

No que se refere aos acabamentos plásticos vemos os distintos movimentos perpetrados pelos artesãos na tabela abaixo. Como mostramos antes, apenas 12 fragmentos apresentaram este tipo de acabamento. Esse pequeno número talvez seja por conta do que mencionamos anteriormente e relembramos aqui: os movimentos de acabamento plástico nem sempre tomam toda a

vasilha, por vezes, ocupam só uma parte desta, como borda, aplique, etc.

Aqui também podemos dividir esses movimentos entre acabamento plástico simples e acabamento plástico misto. A grande maioria dos fragmentos apresenta acabamento plástico simples. Neste vemos que o maior representante é inciso, seguido pelo escovado e pelo acanalado. No que se refere ao acabamento plástico misto, notamos que o inciso compõe as duas formas de mistura de acabamentos.

Foto 37: Acabamento Plástico Escovado (ROPXV – 59).



Foto: Autora (2016). **Acervo:** MarquE/UFSC.

Foto 38: Acabamento Plástico Inciso (ROPXV – 85).



Foto: Autora (2016). **Acervo:** MarquE/UFSC.

Devido a pequena quantidade de fragmentos com acabamentos plástico, não conseguimos perceber nenhuma grande diferenciação entre os fragmentos torneados e roletados. Entretanto, nota-se que 05 dos 11 fragmentos roletados da coleção apresentam acabamento plástico diferenciado. Isso mostra que muitas das vasilhas roletadas encontradas na Casa D'Itália e que podem ter sido usadas ali, apresentavam acabamento plástico. Interessante também refletir que a variabilidade plástica destas poucas vasilhas roletadas é a mesma das bem mais numerosas vasilhas torneadas.

Nesta coleção também vemos acabamentos plásticos produzidos com diferentes instrumentos: a própria mão ou dedos (acanalado), instrumentos de ponta simples (inciso) ou pontas múltiplas (escovado).

Tabela 22: Acabamento Plástico x Técnica de Manufatura – Casa D'Itália

| Técnica de Manuf. X Acab. Plástico | | <i>Roletado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|---|--------------------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|
| Acab. Simples | <i>Acanalado (6)</i> | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | <i>Inciso (10)</i> | 0 | 4 | 1 | 5 |
| | <i>Escovado (11)</i> | 3 | 1 | 0 | 4 |
| Acab. Misto | <i>Inciso e Escovado</i> | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | <i>Aplicado e Inciso</i> | 0 | 1 | 0 | 1 |

Os motivos existentes nesta coleção não são muitos. Foi possível notá-los em fragmentos com incisões e acanalados. Entretanto, somente duas variações de motivos se apresentaram: retilíneos horizontais e retilíneos diagonais.

Os retilíneos horizontais apresentaram-se em fragmentos roletados e torneados e os retilíneos diagonais somente em fragmentos torneados. Depreende-se com isso que há baixa variabilidade de acabamento plástico nesta coleção, tanto para vasilhas torneadas quanto para vasilhas roletadas. Entretanto, como supracitado, se pensarmos somente dentro da categoria das vasilhas roletadas, temos uma proporção maior de vasilhas decoradas do que dentro das vasilhas torneadas (somente 6 fragmentos decorados para 73 fragmentos no total).

Referente ao polimento, que ocorre quando a vasilha já está parcialmente seca, encontramos 10 fragmentos possuindo-o. Destes 09 ocorrem em fragmentos torneados e 01 em fragmento roletado. Este tratamento foi efetuado em ambas as faces dos fragmentos de vasilha, sendo 02 fragmentos com polimentos em ambas as faces, 04 na face interna e 04 na face externa. Também notamos que nestes fragmentos polidos há duas bordas. Nestas, uma apresenta somente polimento na face interna e outra em ambas as faces.

Foto 39: Borda com inclinação externa e polimento na face interna (ROPXV – 88). Foto: Autora (2016). Acervo: MarquE/UFSC.



Conforme comentamos no subcapítulo anterior, podemos dizer que esta atitude de polimento pode ter sido executada para compactar a pasta na face interna, aumentando sua impermeabilidade ou para dar um apelo estético a vasilhas, visto ela ficar lustrosa, tanto na face interna, quanto externa.

Outra atitude que o artesão pode fazer sobre a superfície da vasilha, antes de sua finalização para ir ao fogo é o engobo. Este foi denotado em 37 fragmentos, isto é, em 34% das peças (Tabela 23).

Tabela 23: Presença ou ausência de engobo x Técnica de Manufatura – Casa D'Itália

| Engobo x Téc. Manufatura | <i>Roletado</i> | <i>Torneado</i> | <i>Sem Leitura</i> | <i>Total</i> |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|
| <i>Interno Vermelho</i> | 0 | 0 | 1 | 1 |
| <i>Externo Vermelho</i> | 1 | 19 | 3 | 23 |
| <i>Interno e Externo Vermelho</i> | 1 | 9 | 3 | 13 |

Foram encontrados somente fragmentos com engobo vermelho, tanto interno, quanto externo, ou ambos. O engobo externo é o mais comum.

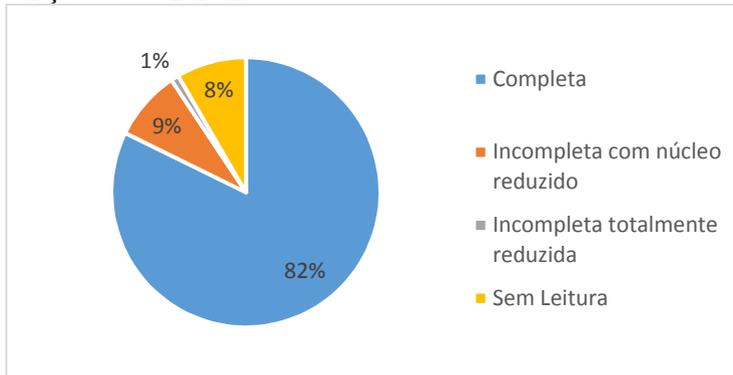
Nota-se que o engobo ocorre mais na face externa dos fragmentos, por isso acredita-se que este foi aplicado pelo artesão como apelo estético, tanto para melhorar a cobertura, deixando-a mais homogênea, quanto para colorir a face externa.

Não foi possível denotar nenhuma outra relação entre o engobo e classe de peça, manufatura, tamanho de antiplástico, etc.

Queima

Nesta coleção notou-se que a grande maioria das peças possuía queima completa, seguida por queima incompleta com presença de núcleo reduzido e queima incompleta totalmente reduzida (Gráfico 14). Em 8% dos fragmentos não foi possível identificar a queima, por conta de erosão ou marca de uso acentuada.

Gráfico 14: Porcentagem dos tipos de queima encontrados na coleção – Casa D'Itália



Na relação entre técnica de manufatura e tipo de queima foi possível notar a mesma diferenciação que a encontrada na Armação do Sul e Casa de Câmara e Cadeia. Apenas 7% dos fragmentos torneados apresentaram queima incompleta, em contraposição a 36% dos roletados (Tabela 24). Salienta-se que muitos fragmentos roletados apresentavam marcas de uso abundantes o que impedia a identificação da queima.

Tabela 24: Porcentagem de Técnica de Manufatura por tipo de queima – Casa D’Itália

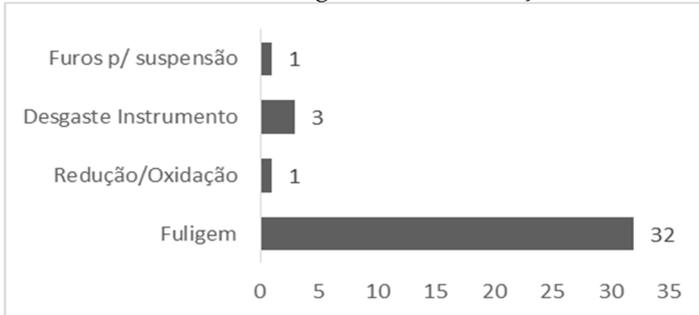
| Técnica de Manuf. X Queima | <i>Completa</i> | <i>Incompleta com núcleo reduzido</i> | <i>Incompleta totalmente reduzida</i> | <i>Sem Leitura</i> |
|-----------------------------------|-----------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|
| <i>Roletado</i> | 45% | 27% | 9% | 18% |
| <i>Torneado</i> | 89% | 7% | 0% | 4% |

Após a queima a vasilha encontra-se em seu estágio final antes do uso para as vasilhas encontradas no sítio arqueológico da Casa D’Itália, visto não termos percebido pintura ou nenhum outro processo feito após a queima.

Uso

Conseguimos diagnosticar algumas marcas de uso nesta coleção que estão expostas no Gráfico 15. Percebe-se que a marcas uso mais aparente é a fuligem. Além destes, em 3 fragmentos encontramos marcas relativas a desgaste por instrumentos.

Gráfico 15: Marcas de uso diagnosticados na coleção – Casa D’Itália



Com relação aos usos gerais (cocção, armazenamento, serviço e consumo), podemos perceber que um bom número das vasilhas encontradas foram utilizadas no fogo, isto é, para cocção.

Quando relacionamos esses dados de marcas de uso com a técnica de manufatura (Tabela 25), conseguimos denotar que 6 dos 11 fragmentos roletados desta amostra possuem marcas de uso no fogo. Em contraposição, somente 23% dos fragmentos

torneados possuem marcas de uso no fogo e 03 possuem algum desgaste.

Tabela 25: Dados da relação entre marcas de uso e técnica de manufatura – Casa D’Itália

| Técnica de Manuf. X Marcas de Uso | <i>Roletado</i> | <i>Torneado</i> | <i>% Roletado</i> | <i>% Torneado</i> |
|--|-----------------|-----------------|-----------------------|-----------------------|
| <i>Fuligem</i> | 6 | 17 | 55% | 23% |
| <i>Desgaste por Instrumentos</i> | 0 | 2 | 0% | 3% |
| <i>Furos p/ suspensão</i> | 0 | 1 | 0% | 1% |

Apesar de pequeno número de fragmentos roletados, podemos notar que a grande maioria das vasilhas roletadas desta coleção foram utilizadas no fogo, o que nos leva a inferir um direcionamento destas vasilhas ao trabalho no fogo.

Após seu uso e até o momento em que não havia mais utilidade possível as vasilhas são descartadas. Este descarte provavelmente era feito em uma lixeira encontrada na quadra B.

Inferências finais

Na Casa D’Itália foi possível perceber as mesmas questões relativas as escalas de produção encontradas nos outros dois sítios. As mesmas características de controle de queima apontam para uma oficina particular ou olaria para a manufatura das vasilhas torneadas.

Os atributos de antiplástico que encontramos nos outros dois sítios acerca dessa escala de produção implementada, também encontramos neste, isto é, na produção das vasilhas torneadas há uma preferência por pastas mais finas, que dão menos atrito e que diminuem sua efetividade térmica, ampliando sua resistência frente a quebras por *stress* térmico.

Já a técnica de manufatura do roletado é vinculada a uma escala de produção doméstica, onde não há, ou há muito pouco investimento em equipamento, visto as características levantadas apontarem para pouco controle de queima, com a qual inferimos utilização de forno aberto.

Pudemos notar ainda uma maior “liberdade” de escolha com relação a pasta a da vasilha, pois a técnica do roletado não é

afetada negativamente caso antiplástico maiores e em maior quantidade são colocados na pasta. Dessa maneira, da mesma forma que na Armação do Sul e Casa de Câmara e Cadeia, notou-se a busca por uma boa efetividade térmica nestas vasilhas roletadas em detrimento de probabilidade de quebras.

Esta boa efetividade existente nas vasilhas feitas pelos artesãos eram conhecidas dos usuários, visto mais da metade dos fragmentos roletados apresentarem uso no fogo. Este, como comentamos, anteriormente aponta para um uso na cozinha, a qual é um espaço feminino.

Conseguimos ainda presumir o uso de dois vasilhames torneados. Um para armazenamento, com 5cm de diâmetro e polimento interno e externo, bem como engobo vermelho, lembrando bastante os vasilhames narrados por Saint-Hilaire, citado no subcapítulo anterior. Outro vasilhame com 24cm de diâmetro e engobo externo vermelho que consideramos como um vasilhame para serviço, muito parecido com os vasilhames para serviço encontrados na Casa de Câmara e Cadeia.

Com estas inferências acerca dos usos podemos depreender que havia uma utilização considerável de vasilhas roletadas (de fabricação doméstica) na cozinha e, como visto na Armação do Sul e Casa de Câmara e Cadeia, percebemos a utilização de vasilhas torneadas para serviço, isto é, para serem “vistas” fora do espaço doméstico e feminino da cozinha.

Por fim, podemos comentar um pouco sobre as identificações culturais, um de nossos focos neste trabalho.

A técnica de manufatura roletada e o acabamento plástico escovado, bem como a presença de incisos podem nos levar a vincular estas vasilhas a alguns grupos de origem africana/afrodescendente e/ou indígenas. A dubiedade dos produtores destas vasilhas continua neste sítio.

Entretanto, se pensarmos que esta pode ser uma casa térrea do século XVIII, com características fortemente domésticas, localizada na parte central da Ilha de Santa Catarina torna-se interessante vermos artefatos manufaturados por um grupo cultural de origem subalterna, isto é, não-branca. Mais interessante ainda é vê-los sendo utilizados. Ou seja, temos vasilhas produzidas domesticamente por estes grupos, sendo usados na cozinha, para preparo de alimentos, dentro de uma casa localizada na parte central de Nossa Senhora do Desterro.

Mesmo com estas informações, não nos foi possível asseverar firmemente, através da análise das vasilhas cerâmicas não vidradas, a presença ou influência indígena neste edifício doméstico.

Resta questionarmos se seriam os usuários destes vasilhames roletados pertencentes a estes grupos não-brancos ou seriam usuários brancos que compraram ou trocaram estes produtos para usarem em suas casas? E, para repetir a pergunta feita para os outros sítios, seriam os usuários e os artesãos os mesmos?

Com relação a última pergunta e como afirmamos na análise do sítio da Casa de Câmara e Cadeia, não há indícios e o espaço é bastante reduzido para a existência de um forno aberto na Casa térrea. Assim, podemos diminuir esta hipótese da manufatura de vasilhas dentro da casa e entramos com a hipótese de compra ou troca entre grupos.

Esta troca, conforme expusemos no sítio da Casa de Câmara e Cadeia, pode ocorrer entre grupos de condição social baixa. Se unirmos esta informação a de alguns viajantes que apontam a presença de escravos no centro de Desterro, vemos que estes poderiam estar trabalhando dentro destas casas, o que nos leva a supor que talvez os usuários destas vasilhas roletadas eram pessoas não-brancas, utilizando vasilhas produzidas por outras pessoas e com influência de grupos culturais não-brancos. Essa afirmação vai ao encontro da declaração de Rodrigues (2015, p. 55): “nas cidades, muitas vezes os cativos viviam sob o mesmo teto de seus senhores [...], os refugos eram na maioria das vezes despejados em uma área comum, ocasionando o mesmo problema de discernir objetos relacionados às práticas das diferentes camadas sociais [...]”.

Entretanto, se esses artesãos produzissem a cerâmica em outro local, levassem ao seu ambiente de trabalho e lá os utilizassem, poderíamos então afirmar que artesão e usuário é a mesma pessoa, a qual, ao que tudo indica, possui influências não-brancas na sua produção.

Agora, se brancos estiverem utilizando estes objetos, poderíamos afirmar que estes em algum momento fizeram trocas ou compraram vasilhas produzidas domesticamente por grupos não brancos mais baratas para, principalmente, utilizarem na cozinha.

Em qualquer destes cenários, podemos ver uma interação clara neste edifício doméstico. É uma casa térrea do século XVIII onde brancos e não-brancos interagiam direta ou indiretamente. A maior diferença é que se forem cozinheiras livres, para além da troca ou compra, elas podem estar manufaturando essas vasilhas em sua casa e as trazendo para o trabalho, pois as acham mais efetivas no fogo. Destaca-se que as vasilhas torneadas são produzidas nas olarias e compradas ou trocadas e utilizadas tanto para cocção, armazenamento ou serviço, por todos estes grupos culturais.

4.3.4 Conclusões Finais da Análise cerâmica dos três sítios arqueológicos

Como demonstramos na introdução deste trabalho, objetivamos denotar com a análise cerâmica: 1) interações culturais e formas de encontro entre os diferentes grupos étnicos presentes na sociedade colonial, tanto em meio doméstico e/ou militar, quanto comercial/produtivo; 2) usos e espaços de uso das vasilhas cerâmicas e 3) investigar a diversidade cultural através da variabilidade tecnológica.

Estes objetivos foram atingidos de certa forma, pois conseguimos levantar informações e inferências relativos a estes três pontos. Entretanto, para começar, vamos explicar acerca do segundo ponto: usos e espaços de uso.

Primeiramente, destaca-se que o uso das vasilhas coletadas nos trabalhos arqueológicos aqui expostos não ocorria exatamente onde elas foram encontradas. Isto é de certo modo óbvio, uma vez que estes locais de coleta foram categorizados como lixeiras.

Depois, demonstrou-se, através da análise e exposição dos dados, que nos três sítios havia vasilhas provenientes de duas escalas de produção: uma doméstica não implementada e outra implementada, de oficina particular ou olaria. Por meio destas pudemos notar que a maior parte das vasilhas produzidas de forma doméstica tinha maior efetividade térmica por conta de uma frequência de antiplástico maior que as vasilhas produzidas em olarias ou oficinas.

Essa informação vista conjuntamente às informações de marca de uso, nas quais notamos que um número percentual

expressivo de vasilhas roletadas das três coleções analisadas possuem marcas de uso no fogo, nos levou a inferir o uso real destes artefatos: cocção. Isto é, as vasilhas produzidas de forma doméstica eram as preferidas pelo usuário para serem utilizadas no preparo de alimentos sobre o fogo.

Já possuímos uma informação de uso dos vasilhames encontrados. Esta é referente principalmente aos vasilhames roletados, entretanto, vasilhames torneados também eram utilizados para cocção, mesmo que percentualmente menos que aqueles.

Contudo, outros usos foram presumidos através da forma da vasilha, acabamentos de superfície e tamanho. Notamos vasilhas para consumo, serviço e armazenamento, as quais eram majoritariamente feitas pela técnica de manufatura torneada, isto é, dentro da escala de produção implementada. Eram vasilhas pequenas a médias, a maioria com algum acabamento de superfície diferenciado, ou seja, com engobo ou polimento.

Através destes usos conseguimos inferir os espaços de uso destes objetos. Logo, quando pensamos em vasilhas utilizadas no preparo de alimentos no fogo, rapidamente vinculamos estas vasilhas a vasilhas sendo utilizadas nas cozinhas. Assim, temos principalmente vasilhas produzidas de forma doméstica, com boa efetividade térmica, sendo utilizadas nas cozinhas de três edifícios com características distintas: comercial-produtivo, militar e doméstico. Ademais, também nas cozinhas podemos encontrar as vasilhas utilizadas para armazenamento, como as vasilhas de água comentada no sítio da Casa de Câmara e Cadeia. Destacou-se também que a cozinha é um espaço feminino, portanto, é mais provável estarmos falando de mulheres usando estes artefatos neste ambiente.

Já os usos das vasilhas de serviço e consumo de alimentos, ao que tudo indica, ocorrem em salas de refeições ou sobre a mesa de jantar. Estas vasilhas são majoritariamente torneadas e como falamos, muitas apresentam engobo ou polimento.

Interessante vermos que as vasilhas da escala de produção doméstica aparecem mais em locais de baixa visibilidade na casa (cozinha) e as vasilhas de produção mais implementada ocorrem em locais de maior visibilidade. Isto ocorre nos três edifícios estudados.

Com relação a estas escalas ainda notamos que as vasilhas roletadas, de produção doméstica, foram mais ricamente decoradas, isto é, apresentaram maior variabilidade de acabamentos plásticos. Com isso vem a pergunta: se estes acabamentos plásticos são facilmente vistos e sentidos pelos usuários, porque eles estariam encerrados dentro de ambientes de baixa visibilidade? Para responder essa pergunta é interessante antes iniciarmos a discussão acerca da diversidade cultural e, por conseguinte, das interações culturais existentes dentro desses ambientes.

Conforme comentamos anteriormente a vinculação inicial de muitos acabamentos plásticos das vasilhas roletadas é aos grupos de origem africana ou afrodescendente, apontando mais focalmente os grupos de fala banto. Já o torneado, como mencionado no início da metodologia de análise dos fragmentos cerâmicos, é uma técnica de manufatura que foi introduzida em larga escala (como olaria ou oficina) pelos brancos, açorianos e portugueses que estavam abundando na ilha a partir de meados do século XVIII.

Assim, temos dois grupos culturais distintos se fazendo presentes nos vasilhames cerâmicos, isto é, estes grupos acabam, de certa maneira, por “marcar” sua presença nas vasilhas cerâmica, voluntariamente ou não. Uma desses “tipos de marcas” é mais presente em cozinhas e o outro em locais de refeição. Com isso, vemos aqui, através da análise cerâmica, uma diversidade cultural evidente. Já a interação entre estes dois grupos é bastante documentada (por mais que de forma parcial muitas vezes) e na cerâmica podemos percebê-la também. Isto acontece porque notamos fragmentos torneados com acabamentos plásticos incisos em arcos secantes, que como havíamos explanado é um motivo plástico atribuído a grupos de origem africana/afrodescendente. Ou seja, algumas vasilhas torneadas estavam saindo das oficinas ou olarias com acabamentos plásticos que tinham referências africanas ou afrodescendentes.

Interessante perceber que as poucas vasilhas com esta “adaptações” eram vasilhas inclinadas internamente, que fechavam-se e que se assemelhavam muito às vasilhas roletadas utilizadas no fogo. Mas não podemos afirmar isso veementemente devido a fragmentação das peças.

Dessa maneira, ligando aos usos e espaços de usos essas informações de diversidade e interações, podemos perceber que as vasilhas com influência africana e afrodescendente ficavam relegadas a espaços menos visíveis, como a cozinha. Em contrapartida, as vasilhas torneadas, com atributos “mais europeizados” iam a locais mais visíveis destes edifícios. Assim, além de uma interação construtiva, em que vemos trocas de atributos (torneado e arcos secantes), infere-se uma interação vertical, onde influências africanas/afrodescendentes ficam encerradas na cozinha e influências europeias tinham papéis mais valorosos socialmente.

Ao pensarmos nas questões sociais envolvidas, as quais também citamos aqui, fazemos estas influências tornarem-se pessoas. Apontando Symanski e Souza (2007), mostramos como esses vasilhames de uma escala de produção doméstica eram manufaturados e usados principalmente por pessoas de baixa condição social. Através de documentos escritos acerca deste período demonstramos a presença africana/afrodescendente dentro de dois desses edifícios (Armação do Sul e Casa de Câmara e Cadeia). Com isso, conseguimos inferir que os usuários destes vasilhames roletados, presentes principalmente dentro de cozinhas, provavelmente eram africanas/afrodescendentes, pertencentes a esta baixa condição social.

Essas africanas/afrodescendentes, em seu espaço, priorizavam o uso de recipientes cerâmicos que carregassem atributos por eles conhecidos: roletados, com boa efetividade térmica, formas pequenas/médias e globulares e acabamento plástico próprio. Lembrando dos estudo de Pfaffenberger (1992) mencionado anteriormente, vemos um ajuste e reconstituição tecnológica, isto é, os “dominados” (africanos/afrodescendentes) compensam a perda com a fabricação de artefatos (vasilhas cerâmicas) que incorporam características que negam as implicações políticas do sistema dominante.

Entretanto, não somente os usuários estão dentro dessa baixa condição social, mas também os artesãos das vasilhas roletadas, pois como comentamos: 1) a produção doméstica não tem investimento em implementos e 2) Symanski e Gomes (2012, p.78) e Symanski e Souza (2007) apontam a existência de um comércio (artesão → usuário) entre essas pessoas de baixa condição social.

Assim, mais uma vez inferimos a participação africana ou afrodescendente em um comércio para aumentar sua renda, dentro da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina. Essa participação é inferida, por conta dos movimentos de “erguimento” e finalização da vasilha de característica africana/afrodescendente e devido ao que apontamos de Symanski e Souza (2007), os quais demonstram mulheres escravas (muitas provavelmente africanas/afrodescendentes) produzindo vasilhames cerâmicos.

Como explanamos, este comércio não ocorria somente entre escravos ou africanos/afrodescendentes, mas também entre estes e homens livres, os quais, não necessariamente são apenas os brancos, mas também pertencentes a outros grupos étnicos (e ainda de condição social mais baixa). Assim, vemos neste comércio outra forma de interação dentro da sociedade colonial da ilha.

Voltando as influências tornando-se pessoas, além dos africanos ou afrodescendentes, conseguimos ver pessoas que queriam demonstrar pouco mais de “requinte” do que as vasilhas roletadas podiam fornecer – falamos pouco, pois as louças de jantar importadas eram mais valorosas para este objetivo que as baratas vasilhas de barro. Vemos pessoas que não queriam passar as informações que as vasilhas roletadas passavam, mas sim aquelas que as vasilhas torneadas transmitiam.

Dessa forma, podemos inferir que o objetivo dos usuários dessas vasilhas de produção implementada era afastar-se do vislumbre de uma baixa condição social, de ambientes de trabalho (cozinha) e de marcas que lembrassem origens africanas. Aqui se responde a pergunta feita anteriormente de porque essas vasilhas ricamente adornadas estavam encerradas em ambientes de baixa visibilidade. Fora dali elas não traziam os aspectos positivos que dentro causavam.

Interessante pensar que em ambos os ambientes o visual das vasilhas importava, mas na cozinha (vasilhas roletadas), traziam o usuário para uma viagem interna ao passado africano enquanto na mesa de refeições (vasilhas torneadas) faziam os usuários verem uma imagem que remetiam a uma outra representação, mais próxima ao universo simbólico europeu, isto é, àquilo que era percebido como requintado.

Por conta dessa fuga de uma aparência de baixa condição social, é bastante provável que os grupos dominantes pautassem as escolhas da manufatura destas vasilhas torneadas. Isto reforça-se com o estudo de caso de Souza e Lopes (2014) que demonstramos anteriormente. Ali vimos que unidades sociais dominantes normalmente transformam as características de performance ideais a eles mesmos em características reais. Isto é, as unidades dominantes realizam suas vontades pautando a manufatura de vasilhas com características visuais que lhes apazem, a saber, vasilhas que não se assemelhem a vasilhas roletadas, marcadas em acabamentos plásticos africanos, ou seja, acabamentos simples, polidas e engobadas, em formas de louças importadas (alguidar, malgas e tigelas).

Entendemos o objetivo do uso destes recipientes torneados, mas não conseguimos inferir fortemente um pertencimento a algum grupo étnico. Podemos dizer que o grupo dominante que pauta a manufatura é muito provavelmente europeu, isto é, os brancos. Bem como, pode-se ponderar que todos os grupos podem estar querendo demonstrar o requinte que essas vasilhas “de branco” trazem dentro da sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina, ou grupos brancos querem afastar o despreço que usar vasilhas “de baixa condição social” trazem para esta mesma sociedade.

Isto em muito se assemelha ao que Cardoso (2013, p. 127) afirma acerca dos matrimônios na ilha. Este mostra como, no início do século XVIII, os grupos existentes na sociedade colonial (principalmente os “mais privilegiados”) realizavam operações sociais para sempre caminhar no sentido de preservar e proteger o seu status de “nobreza da terra”. Este autor constata isto ao analisar documentos que mostram casamentos entre pessoas da mesma condição jurídica (livres x libertos x cativos) e entre pessoas de reconhecida “qualidade” (CARDOSO, 2012, p. 126-127).

Na Armação do Sul, uma vez que o local escavado é uma senzala, acredita-se que a primeira opção acima apontada seria a mais acertada, isto é, o uso de vasilhas pouco mais “nobres”. Os homens e mulheres dentro deste ambiente confortavam-se neste uso. A presença de escravos, em Buritizinho na Chapada dos Guimarães, que compravam louças com suas economias (SYMANSKI e SOUZA, 2007 p. 231) pode apontar para essa

vontade de ter coisas vistas como mais requintadas pela sociedade.

Já na Casa D'Itália e Casa de Câmara e Cadeia pode-se pensar o oposto, isto é, brancos, donos da casa (no primeiro caso) e detentores de nomes e patentes (no segundo), desejavam afastar a aparência de inferioridade social e manter sua "nobreza".

Desse modo, vemos que a interação percebida através da análise cerâmica apresentou-se de distintas formas: 1) num ajuste e negociação de características entre ambos, dentro de olarias ou oficinas particulares, em que torneado e motivos plásticos africanos/afrodescendentes (arcos secantes) foram aglutinados em vasilhas; 2) de forma vertical, onde o que era de influência africana ficava relegado ao local de baixa visibilidade e o que não o possuía poderia sair; 3) de forma horizontal, através de comércio entre africanos/afrodescendentes e homens livres (brancos ou não) e 4) interação indireta entre produção e uso, ou seja, vasilhas com características pautadas por escolhas de brancos são produzidas e usadas por outros grupos, como os africanos/afrodescendentes.

Mas e os indígenas? Os guarani, tupi, minuanos? Como apresentamos outrora, não conseguimos denotar influência direta indígena nas vasilhas cerâmicas coletadas nestes três edifícios. Não vimos caco-móido, corrugado, pinturas, palha, nem nenhuma outra característica que pudesse indicar a presença marcante indígena na produção da cerâmica.

Entretanto, notamos que existe certa dubiedade nas características entre as vasilhas africanas/afrodescendentes e vasilhas indígenas, isto é, os acabamentos plásticos roletados, inciso, beliscado e escovado previamente vinculados a grupos africanos e afrodescendentes estão presentes nos vasilhames dos grupos indígenas também. Bem como, a técnica do roletado, o uso de fornos abertos e de antiplástico mineral (areia). Dessa maneira, não podemos simplesmente tornar invisíveis os indígenas dessa análise meramente porque a presença africana, assim como os estudos de cerâmica de origem africana e afrodescendente deste século XVIII são mais bem documentados.

Entretanto, mesmo não assumindo prontamente essa invisibilidade indígena, precisamos apresentar como resultado de nossas análises que os atributos levantados como característicos de vasilhas cerâmicas indígenas, foram encontrados nas coleções

analisadas por este projeto de forma dúbia e não direta, isto é, relacionada com atributos conferidos a cerâmicas africanas/afrodescendente.

Assim, uma vez que pelos documentos históricos conseguimos identificar elementos que apontam para a presença indígena na sociedade colonial desse período na ilha e possivelmente nos locais estudados neste capítulo, cabe nos perguntarmos o porquê desta possível “invisibilidade arqueológica” da presença indígena nas coleções estudadas. Aspecto este a ser tratado no capítulo seguinte.

5 ENTRE ESCRITOS E VASILHAS CERÂMICAS – CONTRIBUTOS E QUESTIONAMENTOS

Chegamos ao fim do trabalho de pesquisa que buscou averiguar a presença indígena na ilha de Santa Catarina no período colonial (1711-1823). Apontamos, na introdução deste trabalho, que havia um vazio de informações acerca dos indígenas do século XVIII e início do XIX em muitos livros de história sobre a Ilha de Santa Catarina. Resolvemos assim tentar preencher este vazio através da averiguação acima indicada.

Para perpetrarmos esta investigação resolvemos utilizar uma abordagem interdisciplinar entre História e Arqueologia. Esta foi efetuada de forma a meditar sobre as atividades exercidas (estas de certa forma cotidianas e/ou corriqueiras) dos grupos estabelecidos na sociedade colonial da ilha neste período, bem como sobre as interações culturais entre os mesmos. Desse modo, analisamos as fontes de pesquisa criticamente, minuciosamente e indiciariamente, tentando vê-las dentro de seu contexto, mas para além do visível, isto é, explorando suas capacidades de informar mais do que os olhos captam.

Após entender como abordar e como tratar estas fontes, bem como depois de mostrar brevemente a história dos séculos anteriores aos enfocados aqui, iniciamos as pesquisas e análises utilizando-se as duas disciplinas supracitadas.

Assim, como aventamos na introdução, desejava-se com a pesquisa interdisciplinar dentro da História: “averiguar se efetivamente havia indígenas na região, se estavam afastados e/ou próximos da sociedade colonial em formação, como eram vistos pelos europeus e brasileiros na Ilha, alguns trabalhos que desempenhavam (voluntariamente ou não) [...] diversidade étnica da sociedade colonial destes séculos, não somente relativo a diferenças entre brancos, negros e indígenas, mas dentro da própria “categoria” indígena”.

Já com pesquisa interdisciplinar em Arqueologia buscou-se: “1) análise das interações culturais e formas de encontros entre os diferentes grupos étnicos presentes na sociedade colonial, tanto em meio doméstico e/ou militar, quanto comercial/produtivo; 2) diagnóstico dos espaços em que a cerâmica indígena aparece e os usos que dela se faz, isto é, se são vasilhames para consumo, serviço, cocção ou armazenamento e

3) reconhecimento de diferentes identificações e diversidades culturais através da variabilidade tecnológica da cerâmica analisada”.

Também dedicamo-nos a diagnosticar o porquê do supracitado vazio, ou seja, porque as interações entre indígenas e europeus, que assumiram distintas formas e dinâmicas nos séculos anteriores, simplesmente desapareceram na literatura histórica referente aos séculos XVIII e XIX? Apontamos algumas causas prováveis: 1) morticínio; 2) diáspora ou fuga massiva para o interior do continente; 3) assimilação total por parte da sociedade luso-brasileira; 4) os grandes homens e nomes dos séculos XVIII e XIX, “produtores” de documentos, não os viam como dignos de nota e por isso desaparecem da História e 5) historiadores, mesmo percebendo os indígenas nas fontes históricas, não viam – ou eram levados a não ver – que sua história precisasse ser contada ou citada.

Agora, após buscarmos através de pesquisa interdisciplinar a resolução de nossos questionamentos e problemas temos alguns contributos conquistados com o trabalho, bem como a colocação de novos questionamentos e argumentos.

5.1 CONTRIBUIÇÕES QUE A PESQUISA TROUXE PARA ESTE CAMPO DE CONHECIMENTO

Tivemos algumas contribuições nesta pesquisa. Algumas possuem um papel figurante no desenvolver do trabalho e outros um papel de maior destaque.

O *primeiro contributo* da pesquisa é a anotação de que a história da Ilha de Santa Catarina começa antes. Antes do quê? Poderíamos nos questionar. Antes dos europeus! A história não existe somente quando há documentos escritos, fontes documentais de pesquisas, nem somente quando os europeus aqui chegaram. Como comentamos no capítulo 2, através de exemplos de Heckenberger (2001;2007), há história antes disto. Ou seja, por mais que não houvesse escritores de tinta e papel ou produtores de documentos escritos dentro da concepção eurocêntrica de documentos escritos, havia sim história. Foram milênios de história com intrincadas relações sociais, negociações políticas e manifestações culturais. Assim, não deveríamos nos propor a contar a história de algum lugar, por mais breve que

seja, desconsiderando uma boa parte dela, a não ser que haja uma boa motivação para tal.

Da mesma forma e de maneira conjunta, não podemos supor que a história possua uma ruptura! Isto é, não se deve conceber que a história de antes dos europeus esteja desconectada da história depois. Schiavetto (2005, p. 81), em seu trabalho sobre a questão étnica no discurso arqueológico, critica esta descontinuidade com a qual a história é percebida, que coloca os indígenas num outro temporal (e.g. indígenas = pré-história e europeus = história). Assim sendo, as formas e dinâmicas dos acontecimentos e processos modificam-se, mas isto não acontece de um dia para o outro e nem de um subtítulo para o outro no trabalho do historiador. As divisões são formas utilizadas pelos estudiosos para expor suas ideias e pesquisas e não algo que efetivamente existiu. Assim, quando chegaram os europeus, os indígenas continuaram com suas dinâmicas e continuaram com suas crenças, mesmo que talvez de formas diferentes, e adaptavam-se ou não a nova conjuntura. Vemos assim que a história continua.

A pesquisa interdisciplinar entre arqueologia e história facilitou essa anotação e contributo. Isto ocorre, pois, a arqueologia se tornou, no conceito de muitos, o estudo dos humanos pré-históricos, ou seja, humanos de antes da escrita – demonstramos neste trabalho que não é assim. Assim, a grande quantidade de fontes analisadas na presente pesquisa (e. g. NOELLI, 1999/2000) comentam e indicam a ancestralidade de ocupação da ilha e tornam mais óbvia essa noção de que a “história começa antes”. Da mesma forma, devido a pesquisas e estudos históricos (CUNHA, 1992; GRUZINSKI, 2003) denota-se que os indígenas não sumiram, mas transformaram-se tonando possível a aceção de que “a história continua”.

O *segundo contributo* notado diz respeito a desmistificação da homogeneidade indígena presente em muitos escritos de história da Ilha de Santa Catarina. A simples referência a indígenas nestas obras não é errada, mas seria interessante fazer ao menos um adendo indicando a heterogeneidade desta categoria. Denotou-se que desde o primeiro contato dos nativos com europeus aqueles se apresentavam heterogêneos (mesmo sem mencionarmos as diferenças entre aldeias). Destacamos através de todo levantamento feito que a heterogeneidade na

sociedade colonial da ilha de Santa Catarina era grande. Europeus de diferentes reinos, africanos de distintas partes do continente africano e indígenas de diferentes grupos culturais interagiam na sociedade. Assim, somente com as fontes analisadas aqui (visto ser possível haver uma heterogeneidade ainda maior), pudemos perceber especificamente sobre os indígenas que, mesmo sob denominação homogeneizante, estes poderiam ser Jê e/ou Guarani (no momento do contato), Tupi ou Guarani (nos séculos de avanço bandeirantista para o sul do Brasil) ou Tupi, Guarani e/ou Minuanos, dentro da sociedade colonial dos séculos seguintes.

O *terceiro contributo* refere-se ao suposto “desaparecimento” indígena em algumas publicações acerca da História de Santa Catarina. Este desaparecimento é percebido no século XVIII e início do XIX. Destaca-se que antes e depois disto eles aparecem, mas de forma distorcida, isto é, estáticos, homogêneos e submissos a empresa eurocêntrica que toma suas terras. Mesmo assim, aparecem.

Denotou-se através da pesquisa que muitos morreram, muitos fugiram, muitos ficaram dentro da sociedade colonial, muitos ficaram próximos dela e muitos foram denominados de pardos, mulatos e mestiços. Ressaltamos que, como não são um grupo homogêneo, no qual todos em uníssono tomariam decisões acerca de algo, cada indivíduo ou grupo de indivíduos escolheram o que fazer, de forma própria. Então, como existe este dito desaparecimento?

Percebemos que tal “sumiço” deve-se a uma invisibilidade historiográfica e não documental, uma vez que encontramos algumas referências a eles nas documentações oficiais da época, bem como em registros dos viajantes (destaca-se que essas referências foram encontradas devido ao intenso trabalho de pesquisa em arquivos e coleções documentais). Dessa forma, alguns dos principais livros de História de Santa Catarina não mencionam estes indígenas, deixando o leitor na crença de que não estavam presentes na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina e levando-o a esquecer a existência desses por estas paragens. Caso este leitor fosse questionado acerca da presença indígena na sociedade colonial, certamente diria que não existiam e, baseado no senso comum da resignação e homogeneidade dos indígenas, afiançaria que estes fugiram ou morreram.

Entretanto, mesmo não podendo ser usado como desculpa para a invisibilidade, esta pode ser em parte explicada, ao menos para os anos finais da colônia, por uma mudança na nomenclatura destes indígenas e descendentes de indígenas. Comentamos sobre isto no terceiro capítulo. Vimos que poderiam ser chamados de pardos, bastardos, caboclos ou mulatos. Dentro destas nomenclaturas, os leitores supracitados, a fim de entenderem que os indígenas poderiam estar ali, precisariam desmistificar a noção de homogeneidade e estagnação indígena. Isto é, para não ver os mulatos e pardos como colonos “misturados” da sociedade colonial, mas sim como indivíduos indígenas ou com descendência indígena é necessário entender que estes possuem capacidade de escolhas, que se atualizam/transformam de acordo com suas próprias necessidade e reagem ativamente as imposições que o sistema tenta impor. Ou seja, reagem e agem como qualquer outro ser humano, dentro de suas próprias visões de mundo e tentando consertar a “rede furada”, para usar o termo de Gruzinski (2003).

Aqui entra o *quarto contributo* dessa pesquisa: através da análise cerâmica e investigação arqueológica pudemos notar algumas ações e reações dos grupos menos privilegiados inseridos na Ilha de Santa Catarina.

No quarto capítulo, expusemos através da análise cerâmica, as tentativas de legitimação e reconstituição tecnológica perpetrada por esses grupos, isto é, suas tentativas de reversão da dominação que sofriam, recordando o drama tecnológico de Pfaffenberger (1992). Também notamos e apresentamos processos de trocas e vendas de vasilhas cerâmicas de produção doméstica, as quais eram provavelmente produzidas por estes grupos não privilegiados, mostrando que não estavam somente “fazendo o que outros mandavam” como bons submissos fariam, mas também trabalhando em atividades próprias. Ademais, percebemos uma utilização das economias dos indivíduos destes grupos para a compra de objetos mais requintados, buscando um empoderamento neste sentido. Ou seja, vimos ajustes e escolhas próprias sendo eleitos por estes grupos, tanto na manufatura, quanto no uso dos vasilhames cerâmicos. Percebemos as complexas dimensões das atividades exercidas por estes grupos, as quais, como Jones (2005, p. 38) afirma, muitas vezes são reduzidas a “representações descontextualizadas e

unívocas por certas formas de análises textuais”, isto é, mostramos que esses grupos menos privilegiados tinham capacidade e poder de escolha.

Unindo esta informação ao diagnosticado com a pesquisa histórica acerca da probabilidade destes grupos não dominantes serem compostos por indígenas e descendentes, bem como africanos e afrodescendentes, podemos asseverar que contribuímos para expor as intrincadas ações e reações destes grupos, suas escolhas e transformações frente à empresa colonial.

Ainda com relação a análise cerâmica conseguimos um *quinto contributo* para a história local. Beatriz Mamigonian (2006) afirma na apresentação de seu trabalho sobre Africanos em Santa Catarina para o Seminário Internacional “Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico de Escravos, Relações Sociais no Mundo Português”, ocorrido na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em junho de 2006:

Importante fase da chegada de africanos no litoral de Santa Catarina, a segunda metade do século XVIII é infelizmente pouco documentada. Faltam-nos dados acerca do período de auge das armações baleeiras, que foi até o fim do monopólio e dos contratos, em 1798, sobre a compra de escravos pelos açorianos recém-estabelecidos, e sobre as relações sociais e econômicas entre as armações e os núcleos de povoamento próximos (MAMIGONIAN, 2006, p. 7).

Essa constatação é verdadeira, a construção de conhecimento acerca dos africanos na Ilha de Santa Catarina para este período ainda engatinha. Em vista disto, conseguimos contribuir um pouco com algumas informações acerca deste grupo na Ilha de Santa Catarina a partir da análise cerâmica. Por exemplo, era sabido que estes trabalhavam em olarias para seus senhores ou empregadores, numa lógica de comércio. Saint-Hilaire (1978, p. 184) demonstra isso. Como afirmamos, essas vasilhas cerâmicas produzidas nas olarias/oficinas tinham uma maior padronização e menor riqueza decorativa.

Contudo agora podemos agregar mais algumas informações. Os africanos e afrodescendentes também faziam

vasilhas de forma doméstica tanto para uso próprio, quanto para troca e venda. Essa produção ocorria tanto como forma de legitimação, quanto porque preferiam estas por sua melhor efetividade térmica, isto é, melhor uso no preparo de alimentos sobre o fogo. Assim, mesmo com maior abundância de vasilhas produzidas nas olarias, tinham arbítrio de escolha e escolhiam estas vasilhas de produção doméstica. Essa constatação aponta para as formas com as quais esse grupo interagiu/agia/reagia com a empresa colonial e sua situação nesta, bem como sobre seus espaços de escolha dentro deste sistema.

Com relação ao comércio (troca e venda), este ocorria porque havia uma demanda de produtos com estas características de performance (visual e térmica). Desse modo, comentamos acerca de um mercado entre pessoas de baixa condição social, ou seja, outra forma de renda para estes africanos/afrodescendentes, bem como seus contatos com outros grupos sociais enquanto comerciantes. Também conseguimos notar, repetindo a informação acima aludida, que estes utilizavam suas rendas extras (ou únicas) para adquirir produtos pouco mais requintados, por vezes até com decorações que remetiam a seus costumes (vasilhas torneadas com arcos secantes).

Outro aspecto no qual trouxemos alguns dados diz respeito à já entendida discriminação contra o que remetia à origens não-brancas, bem como a respeito dos movimentos dos privilegiados em manter sua aparência de boa condição social. Ou seja, os senhores e homens que desejavam manter seus *status* social poderiam permitir o uso de vasilhas cerâmicas marcadamente não-brancas na cozinha (espaço de baixa visibilidade), mas sua entrada em ambientes com maior visibilidade era dificultada. Essas vasilhas cerâmicas poderiam difamar sua condição “abastada”.

Por fim, nossos contributos finais advêm diretamente de nossos objetivos com as análises das fontes escritas e materiais que apontamos acima. Essas contribuições já foram bastante arroladas nesta dissertação nos capítulos específicos (capítulo 3 e capítulo 4). Aqui vamos reiterar algumas e indicar outras novamente.

Dessa maneira, e como *sexto contributo*, demonstramos com a análise das fontes escritas que os indígenas estavam aqui, tanto afastados quanto próximos da sociedade colonial.

Denotamos que estes possuíam diversidade cultural, não só dentro da categoria indígena, como já foi comentado, mas também adquirida através de interações dentro da sociedade ilhéu. Mostramos suas escolhas na sociedade colonial e fora dela. Vimo-los como construtores, lavradores, soldados, comerciantes dentro da sociedade, trabalhando incorporados nos sistemas desta. Encontramo-los no interior (provavelmente atuando nestes mesmos papéis dentro de aldeias) fora das regulamentações da empresa colonial. Percebemos sua transformação em mestiços (mulatos, pardos e bastardos) por parte das nomenclaturas (inclusive documentais) da época. Uma mudança de denominação que não só previa manter os indígenas e descendentes de indígenas desconectados da sociedade branca e ainda conectados com sua ascendência de conexão jurídica inferior, como também possuía um caráter político-econômico que os afastava de seus direitos por terras e os incluía nos súditos pagantes de tributos ao rei de Portugal.

Esse caráter político da mudança de nomenclatura poderia ser tomado com um contributo por si só, mas está incluído em nossa pesquisa sobre como eles eram percebidos pela sociedade branca. Mesmo não discorrendo muito sobre este assunto, acreditamos que trouxemos aspectos acerca de uma pré-formação da classe trabalhadora no Brasil Colônia, através da expropriação da terra, garantida aos indígenas. Não possuir terras (as quais são meios de produção) acabou forçando-os a vender sua força de trabalho para manter sua sobrevivência. Ou seja, a discussão deste tema nos leva a propor uma relação direta entre a questão da identidade étnica, a expropriação da terra e a formação de uma classe trabalhadora entre finais do século XVIII e início do XIX. Esta pode estar diretamente relacionada às dinâmicas internacionais do sistema capitalista em implantação na sociedade colonial ilhéu (SOARES, 2011, p. 69-70). Assim, talvez a “invisibilidade historiográfica” dos indígenas neste período tenha sido construída e articulada na sociedade colonial oitocentista, pois ao destituir o indígena de sua identidade, desvincula-o da terra/território viabilizando, ao mesmo tempo, a incorporação de corpo e terra no mundo de mercadorias então em formação no início do século XIX no Brasil.

Por fim, percebemos que os indígenas e seus descendentes estavam aqui e estão até hoje “nas praças e ruas da antiga Vila de

Desterro. Estão na praça da Matriz, próximo das habitações assobradadas e em frente à casa do governo. E não chegaram ali por serem homogêneos, estáticos, passivos e fracos perante a empresa colonial, mas sim por serem complexos, vívidos, dinâmicos e sujeitos da própria história”.

Buscamos evidências desses vívidos indígenas na cultura material. O que nos traz ao *sétimo contributo*. Analisamos centenas de fragmentos cerâmicos e conseguimos identificar duas escalas de produção para as vasilhas cerâmicas encontradas nos trabalhos arqueológicos de três sítios de Florianópolis datados do período em foco. Detectamos uma relação forte entre estas escalas de produção e os usuários das vasilhas, bem como um conhecimento das características de performance de cada vasilha por parte dos artesãos. Conseguimos identificar que pessoas de diferentes condições sociais estavam manufaturando e usando as vasilhas destas diferentes escalas de produção. Mostramos um comércio entre indivíduos de uma mesma baixa condição social. Fomos capazes de diagnosticar interações culturais tanto construtivas, quanto verticais, entre diferentes grupos da sociedade colonial ilhéu. Determinamos os espaços e as formas de uso das vasilhas. Vimos mulheres cozinheiras de baixa condição social, usando vasilhas de marcada influência africana/afrodescendente e, conforme supracitado, homens tentando manter seu status social, afastando a utilização destas mesmas vasilhas.

Por fim, mostramos que existe certa dubiedade nas características apontadas pela literatura arqueológica entre as vasilhas africanas/afrodescendentes e vasilhas indígenas (como acabamentos plásticos roletados, inciso, beliscado e escovado, a técnica de manufatura acordelada/roletada e uso de fornos abertos). Entretanto, mesmo entendendo esta dubiedade e não assumindo a invisibilidade indígena na história de vida desta cultura material, foi necessário apresentar como resultado das análises cerâmicas que todas as características que encontramos para o processo operatório das vasilhas analisadas não apontavam *diretamente* para uma presença indígena, mas para esta dubiedade.

Aqui entra a brecha colocada no fim do quarto capítulo: cabe nos perguntarmos o porquê desta possível “invisibilidade

arqueológica” da presença indígena nas coleções estudadas. A partir deste questionamento iniciamos a discussão a seguir.

5.2 DISCUSSÃO DE NOVOS QUESTIONAMENTOS LEVANTADOS PELA PESQUISA

Então, porque não encontramos nada marcadamente indígena na cultura material analisada?

Para responder a esta pergunta podemos elencar alguns fatores: 1) os indígenas não estavam interagindo com a sociedade colonial da ilha e por isso não haveria possibilidade de influenciar na manufatura cerâmica; 2) os sítios arqueológicos que escolhemos para análise da cultura material eram edifícios onde os indígenas não estiveram; 3) os indígenas estavam, mas não influenciavam na manufatura e uso das vasilhas cerâmicas; 4) os indígenas estavam e influenciavam na manufatura e uso, mas não percebemos estas “marcas”.

Vamos discutir ponto a ponto: 1) Os indígenas não estavam na Ilha de Santa Catarina, não havendo possibilidade de influenciar na manufatura de vasilhas cerâmicas? De acordo com a análise das fontes escritas discutidas neste trabalho os indígenas estavam presentes na sociedade colonial, envolvidos em diferentes atividades, bem como estavam fora das regulamentações da mesma. Este ponto não precisa ser mais discutido para não se tornar enfadonho, pois se, como inferimos e discutimos, estavam na ilha há a possibilidade de terem influenciado na confecção dos vasilhames.

2) Caso estivessem na ilha, será que não se encontravam nos edifícios estudados? Isto é uma possibilidade, pois mesmo escolhendo sítios de diferentes contextos (doméstico, militar e produtivo), a divisão de trabalho e espaços de circulação de indígenas pode ter ocorrido fora destes edifícios ou fora dos locais abarcados pela pesquisa e intervenção arqueológica. Ou seja, indígenas poderiam estar inseridos na sociedade colonial, mas seus trabalhos/atividades não os levavam a conviver dentro destes edifícios, mas em outros. Essa ponderação pode ser considerada com vistas ao trabalho de Torres de Souza (2010) que se utiliza do estudo de Stuart Schwartz (1988), “Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial”. Torres de Souza (2010, p. 117) mostra como existia uma divisão de

trabalho na América Portuguesa entre africanos e indígenas. Tal divisão foi orquestrada por portugueses no século XVII. Estes queriam dar trabalhos aos quais os escravos (indígenas e africanos) estivessem mais dispostos e familiarizados a realizar. Dessa maneira, os africanos cuidavam da lida da cana-de-açúcar (desde plantio até refinamento), enquanto o indígena cuidava da lida da mandioca (desde plantio até refinamento).

Haja vista tal informação, esta segunda inferência torna-se cabível, uma vez que os indígenas poderiam estar mais efetivamente vinculados a trabalhos específicos fora dos edifícios estudados. Entretanto, demonstramos com nossas análises das fontes escritas que os indígenas e descendentes de indígenas poderiam estar vinculados a diversos tipos de trabalhos/atividades, nas mesmas atribuições de africanos/afrodescendentes, açorianos, portugueses e luso-brasileiros. Tanto na lavoura, defesa da praça e comércio, quanto como ferreiros, enfermeiros, cozinheiros, entre outros. Ou seja, se vemos cerâmica marcadamente africana/afrodescendentes dentro destes estabelecimentos, bem como cerâmica indicada como sendo açoriana ou luso-brasileira (torneada, argila vermelha, etc.) nestes edifícios estudados e se estes africanos e açorianos ou luso-brasileiros realizavam os mesmos trabalhos que os indígenas e seus descendentes poderiam realizar, enfraquecesse a noção de que estes não estivessem de alguma forma nestes edifícios. Ademais, discutimos que algumas vasilhas encontradas eram provavelmente resultado de trocas e de possível manufatura fora dos edifícios estudados, isto é, há relações comerciais, perceptíveis através da cultura material, entre os indivíduos frequentadores destes edifícios e de outros locais da Ilha de Santa Catarina (locais estes que poderiam ter presença indígena). Assim, é mais provável que os indígenas estivessem de alguma forma frequentando ou relacionando-se com os indivíduos destes edifícios, ao invés de não estarem.

Vamos adiante nos pontos para levantarmos mais dados acerca dessas ponderações.

3) Os indígenas estavam na ilha e edifícios, mas não influenciavam na manufatura? Este quadro seria possível de duas formas: a) por conta em parte do que inferimos acima, isto é, a dinâmica de trabalho dentro destes edifícios não os colocava em contato com a manufatura e uso dos vasilhames cerâmicos; b)

eles preferiam absterem-se e não fazer vasilhas cerâmicas, deixando para outros fazerem.

Aqui cabe uma discussão acerca do por que se absteriam de fazer. Aguiar e Muller (2010) apontam em seu estudo em respeito da cultura material e identidade étnica guarani que:

A reação guarani aos problemas decorrentes do contato interétnico em muito se parece com a atitude de Nhandervuçu, o Deus criador, diante da descoberta do adultério de Nhandecy na lenda Apapocuva de criação do mundo: apenas recolhe seus pertences e parte (AGUIAR; MÜLLER, 2010, p. 159).

Esses autores afirmam que entre os Guarani se intensificou uma política de não violência, ou seja, frente a grandes problemas os indígenas poderiam escolher retirarem-se pacificamente. Essa informação da escolha de uma abdicação e afastamento de situações problemáticas, aliada a informação que Fabiola Silva (2000, p. 86) e também Aguiar e Müller (2010) indicam acerca de como a cultura material feita para si é diferente da cultura material feita para outros, leva-nos a inferir a possibilidade dos indígenas escolherem não mais participar da manufatura das vasilhas cerâmicas. Ainda mais se pensarmos que hoje os “Recipientes para preparo, estocagem e consumo de alimentos aparecem entre os que mais foram substituídos pelos novos produtos industriais” (AGUIAR, MÜLLER, 2010, p.160).

No entanto, mostramos como esses indígenas influenciaram na utilização das pirogas, bem como na lavoura e refinamento da farinha de mandioca. Ou seja, não se abdicaram e afastaram completamente. Apontamos também como esses são complexos e vívidos, bem como capazes de agir e reagir ativamente frente a empresa colonial. Seria possível escolherem abster-se justamente da manufatura daquele material que era tão recorrente em sítios arqueológicos vinculados a eles e fósseis-guias de tradições arqueológicas atribuídas a sua ancestralidade? Diferentemente de hoje, onde há abundância de produtos industrializados (e baratos) de alumínio, naquele período era comum usar painéis de barro, bem como de ferro. Então por que se abster de influenciar em algo que era tão corriqueiro em sua vida e na vida de seus ancestrais, como vasilhas cerâmicas?

Continuaremos indo adiante nos pontos para depois raciocinar e retornar sobre este, tomando as ponderações em conjunto e sob a luz de outras reflexões.

4) Os indígenas estavam nas edificações e influenciavam na manufatura e uso, mas não percebemos ou diagnosticamos estas “marcas”? Por alguns aspectos isto poderia ser afirmado. Vamos 289presentá-los aqui sequencialmente.

Primeiramente, deve-se destacar que, conforme Hall (1995) declara, não somente nos documentos escritos os grupos dominados são difíceis de achar, mas também na cultura material. Talvez por isso não conseguimos encontrar nada nas coleções analisadas, pois não estamos falando somente de grupos não privilegiados, mas, ao que tudo indica, também de minorias numéricas. Hall (1995) acerca desta dificuldade declara:

[...] more often than not, the collections with which we work were left by slave owners, masters, bourgeois householders and farmers. The underclasses, often so difficult to find in the documentary record, are equally elusive in their material traces as well (HALL, 1995, p. 193)⁹⁶.

Esse inconveniente da falta de documentos acerca de indígenas em contextos coloniais na América do Sul foi também atestada por Azkarate e Escribano-Ruiz (2015). Estes notaram em seu estudo sobre a colonização inicial do Rio da Prata com o assentamento de *Sancti Spiritus*, que poucos documentos históricos mostram a interação entre nativos e europeus e quando mostram, são contraditórios. Ou seja, tem-se um problema de quantidade e qualidade nestes documentos.

Dentro destes problemas documentais, outro aspecto sobre essa dificuldade em encontrar tais “marcas” na cultura material, pode estar relacionado às asseverações de Siân Jones (2005, p. 28). Esta mostra como arqueólogos usam de fontes escritas para apontar etnias para determinadas áreas geográficas e quando encontram cultura material buscam conectar a tais etnias. Afirma

⁹⁶ Tradução da autora: [...] Muito frequentemente, as coleções com as quais trabalhamos foram deixadas por proprietários de escravos, mestres, chefes de família burgueses e fazendeiros. As classes mais baixas, muitas vezes tão difíceis de encontrar no registro documental, são também igualmente esquivas nos vestígios materiais (HALL, 1995, p. 193).

então que este método não leva em conta a complexidade dos processos envolvidos na construção de tais identidades.

Com isso, temos que os indígenas poderiam estar nestes edifícios e influenciar na manufatura de vasilhas cerâmicas, mas esta cultura material teria passado por transformações. Assim, buscar coloca-la numa fôrma de como eram antes (*tupi, guarani, minuano*) não será fácil e talvez nem possível. Porém isso não sugere que não estivessem ali e até mesmo manufaturando e usando vasilhas cerâmicas. Quiçá, apenas mudaram a forma. Ou seja, conforme Schiavetto (2005, p. 84) indica, o contato pode trazer mudanças, mas isso não necessariamente significa uma descontinuidade na pertença étnica e nem uma descontinuidade ou continuidade na cultura material.

Ainda outro ponto com relação ao “desaparecimento indígena” na cultura material tem relação com o anterior e pode ser pensado através da discussão de Darella (2004) em sua tese de doutoramento. Nesta a autora comenta acerca de um sumiço por parte dos indígenas perante os olhos dos cronistas, europeus e descendentes. Darella (2004, p. 134-135) afirma que este pode ter ocorrido devido ao fator da guaranização comum aos guarani, isto é, existe uma dinâmica de fora para dentro, numa tendência de incorporar pessoas e objetos não-guarani aos seus códigos e estruturas. Ainda mostra uma dinâmica inversa (de dentro para fora) de repasse de informações acerca de inúmeros aspectos como clima, agricultura, alimentos e também cultura material. Ou seja, os indígenas podem ter recebido informações e escolhido justapô-las a suas informações, bem como escolheram dividir suas informações com outros, numa clara interação cultural.

Ademais, este último “repasse de informações” é também demonstrado no trabalho arqueológico de Funari (1995) no Quilombo dos Palmares. Neste, Funari (1995, p.316) aponta interações entre indígenas e outros grupos, como africanos e luso-brasileiros nos Palmares, desde manufatura de cerâmica até processamento de mandioca. Ainda em seu estudo acerca da cerâmica histórica em uma vila de Goiás do século XVIII, Torres de Souza (2010) também assevera esta interação entre os diferentes grupos, mostrando que os utensílios cerâmicos provenientes dos sítios arqueológicos do período histórico brasileiro, ao contrário de servirem como indicadores étnicos precisos ou expressões puras de culturas ancestrais:

[...] servem como um indicador sensível de que as relações estabelecidas no universo colonial forçaram seus agentes a transformar, adaptar e resignificar muito de seus referenciais, o que, inevitavelmente, precipitou a emergência de novas expressões materiais (SOUZA, 2010, p. 122).

Da mesma forma, Siân Jones (2005, p. 34) aponta que tipos particulares de cultura material são fluidas, ou seja, pode haver a adoção de estilos de outros povos o que não significa necessariamente aculturação, mas uma apropriação e redefinição.

Dessa maneira, após a citação destes trabalhos arqueológicos e antropológicos, temos dois motivos não análogos, mas complementares de porque é possível não percebermos as marcas indígenas nas vasilhas, mesmo eles estando nas edificações estudadas, bem como influenciando na manufatura das vasilhas cerâmicas. Primeiro: assim como é difícil encontra-los nas fontes documentais da época, pode ser igualmente difícil encontra-los nos vestígios arqueológicos. Esta dificuldade pode ser derivada do segundo motivo: existe possibilidade de ter ocorrido uma modificação na forma como manufaturavam cerâmica, o que nos impossibilitou ver nos fragmentos cerâmicos as “marcas” indicadas pelos estudos arqueológicos e históricos para os grupos indígenas encontrados na Ilha de Santa Catarina. Essa modificação pode ter ocorrido por conta das dinâmicas indicadas por Darella (2004), as interações com outros grupos presentes na sociedade colonial, fazendo com que as vasilhas cerâmicas adquirissem outra “cara”. Essa nova cara pode ser feita pelos mesmos artesãos da cara antiga. Mesmo assim ela é a cara deles, mas agora, diferente. Aquela complexidade e dinamicidade dos indígenas que apontamos anteriormente podem ser percebidas aqui. Era assim que eram (e são). Ao menos foi o que mostramos.

Enfim, essas interações entre grupos nos remetem às discussões que tivemos no terceiro capítulo. Neste mostramos que os indígenas relacionavam-se, inclusive em casamentos, com africanos e afrodescendentes e com açorianos e luso-brasileiros. Já no quarto capítulo mostramos a dubiedade existente em alguns atributos entre africanos/afrodescendentes e indígenas. Assim somos instigados a questionar: seria plausível a cerâmica indicar

uma fusão/interação/ compartilhamento de atributos na produção de um elemento da cultura material tão central para os grupos indígenas e africanos?

Passamos a questionar essa possibilidade de “adoção de estilos de outros povos [...] talvez uma apropriação ou redefinição” (JONES, 2005, p. 34) quando vimos os resultados das análises e investigamos um pouco mais sobre um acabamento plástico específico: o escovado.

Vimos que esse acabamento, de acordo com Prous (1992, p. 390), é abundantemente encontrado em sítios arqueológicos guarani de fases mais recentes. Prous (1992) indica que há uma modificação do acabamento de superfície alisado para o acabamento plástico escovado em sítios guarani de fases meridionais do Brasil, especialmente naqueles datados de depois do século XIV. Este autor ainda afirma que em alguns sítios é perceptível quase uma substituição completa do alisado pelo escovado. Da mesma forma, no estudo de Milheira *et al.* (2013, p. 220), acerca do contexto regional de ocupação de uma área de domínio dos grupos Guarani, no município de Jaguaruna (SC), também denotamos um aumento na presença do escovado nos sítios mais recentes (século XVI).

Esta mesma relação entre o escovado e os grupos Guarani pode ser percebida através de Morales (2001) quando este discute sobre a cerâmica “neobrasileira” do século XVIII, em Jundiáí no Estado de São Paulo. Neste estudo, Morales (2001, p.172) afirma que a presença de caco moído⁹⁷ na cerâmica “cabocla”⁹⁸ é mais comum dentro das decorações corrugada, escovada e roletadas. Ou seja, inserido num *contexto colonial* em São Paulo, não somente vemos influências indígenas na manufatura das vasilhas cerâmicas – visto inúmeros atributos apontados por Morales (2001) estarem relacionados a forma indígena de confeccionar vasilhas – mas também vemos a maior utilização de antiplástico marcadamente indígena (caco-moído) em vasilhas cerâmicas com o acabamento escovado (bem como corrugado e roletado). Isto é, no acabamento plástico escovado destas cerâmicas “caboclas” a influência indígena era ainda mais marcante. Essa informação

⁹⁷ Antiplástico característico e marcante de grupos indígenas, especialmente os Guarani, conforme Prous (1991, p. 390) expõe.

⁹⁸ Morales (2001, p. 167) utiliza-se desta denominação para comentar acerca da cerâmica produzida localmente por diferentes grupos culturais.

juntamente com os apontamentos de Prous (1991) em respeito ao acabamento plástico escovado ser mais comum em sítios guarani mais recentes, assinala para uma escolha, por parte dos artesãos, na conservação deste acabamento, mesmo após anos de contato. Aponta ainda para uma relação entre este escovado do século XVIII e os indígenas.

Ademais, ainda podemos ver essa relação com o escovado através do trabalho de Agostini (1998). Essa autora examina a cerâmica de 03 sítios arqueológicos do Rio de Janeiro datados do século XIX, são eles: uma Fazenda de mandioca, o Solar Grandjean de Montigny e Imperial Sociedade Amante da Instrução. Agostini (1998, p. 19) nota que o acabamento plástico escovado está mais presente na fazenda de mandioca. Essa informação adicionada a levantada por Schwartz (1988) e Torres de Souza (2010), de que na divisão de trabalho dentro de uma fazenda colonial o africano/afrodescendentes acabava no plantio e beneficiamento do açúcar e o indígena ficava com o plantio e preparo da farinha de mandioca, pode estar apontando ainda mais para o escovado estar conectado de certa forma aos indígenas (direta ou indiretamente).

Ou seja, podemos ver que o escovado apontado em nossas análises é de possível influência indígena, não somente por conta de sua utilização mais frequente pelos grupos guarani em sítios mais recente (séculos XIV a XVI), como também por sua presença em sítios datados de dezenas de anos após o primeiro contato, sítios estes de presumível presença indígena. Mas então porque esse desaparecimento?

De acordo com Torres de Souza (2010, p. 98) a cerâmica “cabocla” (a tradição neobrasileira) foi uma nomenclatura que veio de um movimento de harmonizar as interações entre brancos, negros e indígenas, criadas pela historiografia brasileira nos anos 1940 e 1950. Essa nomenclatura homogeneizava as diferenças, quando na verdade as interações entre estes grupos foram mais imbricadas e as divisões culturais e transformações foram mais complexos do que se expunha. A denominação cabocla ou neobrasileira simplificou e tirou as diferenças culturais existentes, criando uma nova que excluía as individualidades, complexidades e influências de cada grupo em interação. Ou seja, os indígenas acabaram por “desaparecer”, bem como os africanos e afrodescendentes.

Mas, se houve uma homogeneização e ambos estes grupos sumiram, como encontramos marcantes características africanas/afrodescendentes em nossas análises? Acredita-se que foi com o crescimento da produção historiográfica nas últimas décadas acerca dos grupos africanos e afrodescendentes, bem como a maior visibilidade destes grupos no registro arqueológico, também apontados por Symanski e Souza (2007, p. 215-216), que a individualidade e influência dos africanos/afrodescendentes começou a ser destacada, suas transformações e reações às novas conformações coloniais no Brasil começaram a ser percebidas e sua agência e escolhas na manufatura cerâmica começaram a ser creditadas e notadas dentro desta homogeneizante “cerâmica neobrasileira”. Ou seja, as características referentes aos africanos e afrodescendentes vem sendo estudadas e muitos artigos e livros já foram publicados referentes a isto. Os africanos e seus descendentes começaram a aparecer através da cultura material. Isto é ótimo! Deve-se continuar esse bom trabalho.

Relacionado aos indígenas neste período colonial, entretanto, não encontramos tantos referenciais assim. Dessa forma, podemos dizer que a invisibilidade indígena sob essa nomenclatura homogeneizante somente começou a ser revertida. Sua influência ainda está encoberta por uma participação indicada, afinal afirmam que as vasilhas cerâmicas neobrasileiras possuem misturas de índios, brasileiros e africanos (CHMYZ, 1976, p. 145), mas que não tem direito a caracterização específica e destacada, ocultando sua atuação.

Essa homogeneização que encerra as influências indígenas sobre a nomenclatura “neobrasileira” ou “cabocla” em muito lembra a discussão acerca da homogeneização de indígenas e descendentes de indígenas sob a denominação de mestiços (mulatos, pardos, caboclos e bastardos). Isto é, em ambos os casos vemos como uma diversidade étnica foi categorizada sob um nome homogeneizante.

Assim como vimos com a homogeneização aparente em documentos escritos, a homogeneização da cultura material encontrada em sítios coloniais como neobrasileira encoberta a riqueza e complexidade das interações existentes na sociedade colonial e oculta os diferentes grupos pertencentes a essa sociedade. Dessa maneira, observa-se que talvez a dificuldade de vermos as marcas indígenas nos fragmentos cerâmicos por nós

analisados adveio de uma redefinição das formas de se fazer cerâmica. Essa redefinição perpassou por questões de interação com outros grupos que não os seus, nas quais escolheram por vezes “guaranizar” ou integrar algo a si mesmos, ou decidiram dividir informações. Acredita-se que não se abstinham nesta manufatura, pois em outros contextos locais (e. g. São Paulo) e com outros materiais (e. g. pirogas), não ficavam passivos, mas interagiram com o meio.

No processo desta redefinição (que é um processo e não um evento), para muitos estudiosos, criticados por Jones (2005, p. 30), ocorreu uma “assimilação e perda de identidade”. Entretanto, na verdade, vemos mais uma vez os indígenas sendo complexos, vívidos e dinâmicos.

Finalmente, mostramos como os africanos e afrodescendentes estavam presentes na sociedade colonial da ilha, praticando inúmeras atividades e diferentes trabalhos (como forros ou escravos), os mostramos tentando um reempoderamento, mostramo-los casando com seus conterrâneos e com indígenas, bem como evidenciamos como estavam presentes na manufatura de vasilhas, mesmo havendo um nome tentando “abafar” sua participação ativa, tanto na sociedade, quanto na cultura material.

Da mesma forma, mostramos como os indígenas estavam presentes na sociedade colonial ilhéu, apontamos como em outros locais eles estavam conectados a produção de vasilhas cerâmicas, demonstramos como tinham os mesmos trabalhos que os africanos/afrodescendentes, comentamos sobre as interações entre eles e expusemos como essas interações trazem transformações, redefinições e apropriações que não excluem a pertença étnica. Entretanto, falta uma coisa: sua presença na manufatura das vasilhas cerâmicas. Acreditamos que esta ausência não seja na cultura material cerâmica, mas na ausência de estudos que consigam indicar sua presença. Porque, por exemplo, o escovado não é uma característica com a qual os indígenas influenciaram na manufatura das vasilhas? Afinal o escovado era praticado pelo guarani, muitas vezes, com espigas de milho (PROUS, 1992, p. 390) e o milho para estes era (e é em alguns grupos) um dos principais cultivos, bem como tinha um grande valor espiritual para eles, sendo tanto um alimento físico quanto espiritual (FELIPIM, 2001).

Carece-se de mais estudos para podermos afirmar mais categoricamente certas acepções tomadas por estes questionamentos, entretanto, pudemos notar que os indígenas estavam presentes e provavelmente influenciaram (direta ou indiretamente) na manufatura e uso das vasilhas cerâmicas encontradas nestes sítios arqueológicos, mas não somos (ainda) capazes de assegurar isso. O que podemos dizer, entretanto, é que os indígenas estavam na Ilha de Santa Catarina e estão até hoje. Complexos, vívidos e dinâmicos.

Acredita-se que a pesquisa apresentada aqui trouxe bons resultados. Não somente resultados fechados, indiscutíveis por assim dizer, mas principalmente argumentações plausíveis e capazes de renovar discussões, assim como de contribuir com outras. Esperamos que tenhamos conseguido contribuir para este campo do conhecimento com novas informações e dados acerca da História da Ilha de Santa Catarina e dos indígenas ali presentes.

Assevera-se por fim, que muitos estudiosos podem achar difícil aprender a trabalhar com todo um novo domínio de fonte de pesquisa, a cultura material ou registro arqueológico, mas deixo como pensamento final a declaração de Jacques Revel:

Por que ser simples quando se pode ser complicado? [...] o papel do observador não é ler a realidade que estuda com instrumentos geralmente simplificadores que recebeu [...] Cabe-lhe pelo contrário enriquecer o real introduzindo na análise o maior número possível de variáveis, sem, no entanto renunciar a identificar suas regularidades (REVEL, [1989] 2000, p.28).

Pois, conforme Schiffer e Skibo (2010) afirmam:

People cannot be understood apart from our things. All of our activities, past and present, take place in an environment of our material creations, and thus any investigator concern with understanding human behavior must consider the artifacts that are not just added to the activity, but

rather play an essential role (SCHIFFER; SKIBO, 2010, p. 147)⁹⁹.

É por conta dessa complexificação nas fontes de pesquisa utilizadas que denotamos os indígenas na sociedade colonial, se fazendo presentes cotidianamente, inseridos em distintos trabalhos. Ademais, vimo-los fora desta empresa colonial, percebendo diariamente o crescimento das póvoas eurocêntricas e por vezes lutando por sua segurança ou para conseguir produtos de sua necessidade. É por conta dessa abordagem que vimos a história indígena neste ambiente como algo que iniciou há milênios e que continua até hoje.

⁹⁹ Tradução da autora: Pessoas não podem ser compreendidas separadas de nossas coisas. Todas nossas atividades, no passado e presente, tomam lugar num ambiente de nossas criações materiais, e assim, qualquer investigador interessado em compreender o comportamento humano deve considerar os artefatos que não são somente adicionados a atividade, mas sim desempenham um papel essencial (SCHIFFER; SKIBO, 2010, p. 147).

6 REFERÊNCIAS

Bibliografia pesquisada:

- AGOSTINI, Camila. Padrões de Decoração em Vasilhames Cerâmicos no Rio De Janeiro, Século XIX. **Revista de Arqueologia**. Unicamp, São Paulo. N.11. p.15-25. 1998.
- AGUIAR, R. L. S. Apontamentos para uma etno-história da Ilha de Santa Catarina. In: AGUIAR, R. L. S. ; EREMITES DE OLIVEIRA, J. ; MARQUES PEREIRA, L.. (Org.). **Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamerica**. 1ed. Dourados: Editora da UFGD, v. 1. 2010.
- AGUIAR, R.L.S; MÜLLER, Aline. Cultura Material e identidade étnica guarani. In.: AGUIAR, R. L. S. ; EREMITES DE OLIVEIRA, J. ; MARQUES PEREIRA, L.. (Org.). **Arqueologia, Etnologia e Etno-história em Iberoamerica**. 1ed. Dourados: Editora da UFGD, v. 1. 2010.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Índios mestiços e selvagens civilizados de Debret reflexões sobre relações interétnicas e mestiçagens. **Varia Historia**. Belo Horizonte, v.25. n.41. p.85-106, jan/jun.2009
- ASCHER, Robert. Analogy in Archaeological Interpretation. **Southwestern Journal of Anthropology**, v. 17, n. 4 p. 317-325. Winter 1961.
- BEAUDRY, Mary C.; YENTSCH, Anne. American Material Culture in Mind, Thought, and Deed. In.: HODDER, Ian. **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2001. P. 214-240.
- BEAUDRY, Mary. C.; COOK, L. J.; MROZOWSKI, S. A. Artefatos e Vozes Ativas: cultura material como discurso social. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Belo Horizonte – MG, v. 1, n. 2, p. 73-113. Jul/Dez 2007.
- BECKER, I. I. B. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio

Grande do Sul. In.: SCHMITZ P. I ; NAUE, G. ; BECKER, I. I. B. Os Aterros dos Campos do Sul: A Tradição Vieira. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos 5**, São Leopoldo:IAP, 2006. p.125-147.

BINFORD, L. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement system and archaeological site formation. **American Antiquity**, v.45 (1), p. 4-19, 1980.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOITEUX, Lucas. As fortificações de Santa Catarina: Ligeiro Histórico. **Jornal do Comércio**. Rio de Janeiro: 17/03/1957, p. 3; 31/03/1957, p. 3; 19/05/1957, p. 2.

BONOMO, M. ANGRIZANI, Rodrigo Costa; APOLINAIRE, Eduardo; NOELLI, Francisco Silva. A model for the Guaraní expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. **Quaternary International**. N.356 .p. 54-73, 2015

BORBA, Fernanda M.; BANDEIRA, Dione da Rocha. Estudos históricos e arqueológicos sobre a escravidão no Saí (São Francisco do Sul, Santa Catarina). **Revista Memorare**, v. 1, p. 95-108, 2013.

BORBA, Fernanda. **Arqueologia da Escravidão numa Vila Litorânea: Vestígios Negros em Fazendas Oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)**. Dissertação (Mestrado). Universidade da Região de Joinville Joinville, 2013.

_____. A Cultura Material De Populações Africanas E Afrodescendentes Em Coleções Arqueológicas Da Baía Babitonga (Santa Catarina): Usos E Práticas Negras No Passado. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015.

BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

BRIGHENTI, Clovis. Povos Indígenas em Santa Catarina. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. ROSA, Helena; BRINGMANN, Sandor Fernando (orgs). **Etnohistória, História Indígenas e**

Educação: Contribuições ao debate. Porto Alegre: Editora Palotti, 2012.

BRITO, Paulo Jozé Miguel de. **Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina.** Lisboa: Typographia da Academia de Lisboa, 1816.

BROCHADO, José Proenza. **Na Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America.** Tese de Philosopher Doctor. Urbana-Champaign: University of Illinois. 1984.

BUENO, L., BOND, L., MENDES, R., OPPITZ, G., PEREIRA, T., BATISTA, J., BEE, B. Florianópolis Arqueológica. **Relatório Final,** CNPq/IPHAN, Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Naufrágios** [1541]. Editado por elaleph.com. 2000.

CABRAL, Oswaldo R **Santa Catarina: História e Evolução.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. **Nossa Senhora do Desterro (Notícia).** Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.

_____. **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora Lunardelli, 1987.

_____. **A olaria Josefense.** Separata do 9º Volume do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo: Tipografia Andrade, 1951.

CAMERON, Catherine. Abandonment and archaeological interpretation. In.: Cameron, C. e Tomka, S. (Ed.) **Abandonment of settlements and regions. Ethnoarchaeological and Archaeological approaches.** Cambridge University Press, 1993.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos. **As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América Portuguesa: a ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680-1750.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2013.

CARDOSO, Vitor Hugo Bastos; MAMIGONIAN, Beatriz. Tráfico de escravos a presença africana na Ilha de Santa Catarina. In.: MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs). **História Diversa. Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHMYZ, I. (Ed.). Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. 2. Ed. Ver. E aum. **Cadernos de Arqueologia**, ano 1, n. 1. Museu de Arqueologia e Artes Populares, UFPR. 1976.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. **Memória Histórica da Província de Santa Catarina**. Desterro [Florianópolis]: Typ. Desterrense, 1856.

COMERLATO, F. **Análise espacial das armações catarinenses e suas estruturas remanescentes: um estudo através da arqueologia histórica**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUCRS. Porto Alegre, 1998^a.

_____. Um açougue clandestino em Desterro no final do século XVIII: o salvamento arqueológico do sítio Casa Natal de Victor Meirelles, Florianópolis – SC. **Clio**. Série Arqueológica (UFPE), v. 26, p. 159-180, 2011.

_____. Arqueologia e Patrimônio nas Armações Baleeiras Catarinenses. **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Histórica, nº 10, Criciúma, Santa Catarina, p.101-115. 2012.

CORREA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis ilustrada: Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Insular, 2005.

CORTELETTI, R. **Projeto Arqueológico Alto Canoas – Paraca. Um estudo da presença Jê no Planalto Catarinense**. Tese (Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

CUNHA, M. C. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo:

Companhia das Letras, 1992.

DARELLA, M.D. **Ore Roipota Yvy Porã “Nós Queremos Terra Boa”**. Territorialização Guarani No Litoral De Santa Catarina – Brasil. Tese (Doutorado) – PPGCS/PUC-SP. São Paulo, 2004.

DEBLASIS, P., FARIAS, D., KNEIP, A. Velhas tradições e gente nova no pedaço: perspectivas longevas de arquitetura funerária na paisagem do litoral sul catarinense. **Revista do Museu Arqueologia e Etnologia**, n. 24. P.109-136, 2014.

DEBLASIS, P.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANINNI, P.C.; GASPAR, M.D. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e Arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. **Revista Arqueología Suramericana**, 3, p. 29-61, 2007

DIAS, A. S., SILVA, F.A. Sistema tecnológico e estilo: as implicações desta interrelação no estudo das indústrias líticas do sul do Brasil. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.11 p.95-108, 2001.

DIAS, A. S. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico**: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. Tese (Programa de Pós-graduação em Arqueologia). MAE/USP. São Paulo, 2003

DIAS, Ondemar; PANACHUK, LÍlian. Características da Tradição Tupi Guarani no sudeste do Brasil. In.: PROUS, Andre; LIMA, Tania Andrade (orgs). **Os ceramistas Tupiguarani**. V. 1. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

DIEHL, Isadora. T. L. A Questão Legal da Administração Particular de Indígenas (Curitiba e Campos de Viamão, Século XVIII). **Fronteiras**: Revista de História Dourados, MS, v. 18, n. 32, p. 158 – 177, Jul/Dez. 2016.

DOBRES, Marcia-Anne. Meaning in the making: Agency and the Social Embodiment of Technology and Art. In.: SCHIFFER, Michael (ed.). **Anthropological Perspectives on Archaeology**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2001.

DOBRES, Marcia-Anne; HOFFMAN, C. Social Agency and the Dynamics of Prehistoric Technology. **Journal of Archaeological Method and Theory**, vol.1, n.3. 1994. P.211-258.

DOMINGUEZ, Lourdes; FUNARI, P.P.A. Archaeology of Contact in Cuba, a Reassessment In.: SENATORE, Maria Ximena. FUNARI, P.P.A. (ed). **Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America. Switzerland:** Springer International Publishing, 2015.

ESPADADA, Henrique. Africanos em uma aldeia atlântica: Ilha de Santa Catarina, séculos XVIII e XIX. **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Curitiba: UFPR, 2015.

ETCHEVARNE, Carlos. Aspectos da cerâmica colonial do século XVII, em Salvador, Bahia. **Clio Arqueológica.** Série Arqueológica (UFPE), Recife, v. 1, p. 53-79, 2006.

_____. Cerâmica vermelha fina do século XVII, em Salvador da Bahia. **Clio Arqueológica**, v. 26, 2013.

FARIAS, Deisi S. E. de (coord.). Execução de Estruturação física e organização do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Arqueologia (LEP) no Escritório Técnico (ETEC) do IPHAN – Laguna – SC. **Relatório Final de Laboratório.** Tubarão: Unisul. Dezembro de 2012.

FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 385-418, Out. 2005.

FELIPIM, Adriana Perez. **O Sistema Agrícola Guarani Mbyá e seus cultivares de milho: um** estudo de caso na Aldeia Guarani da Ilha do Cardoso Município de Cananéia, SP. Dissertação (Escola Superior de Agricultura) USP, São Paulo, 2001.

FOSSARI, T. D. **A população pré-colonial Jê na paisagem da Ilha de Santa Catarina.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências

Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Florianópolis, 2004

_____. (coord.). A pesquisa arqueológica do sítio histórico São José da Ponta Grossa. **Anais do Museu de Antropologia da UFSC – 1987 / 1988**, Florianópolis, n. 19, p.5-103, mar. 1992.

FUNARI, P. P. A. Maroon, race and gender: Palmares material culture and social relations in a runaway settlement. In.: FUNARI, P. P. A.; HALL, Martin; JONES, Siân. **Historical Archaeology: Back from the edge**. London and New York: Routledge, 1995

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, P. P. A.; HALL, Martin; JONES, Siân. **Historical Archaeology: Back from the edge**. London and New York: Routledge, 1999.

FUNARI, P. P. A.; ORSER, C.E.; SCHIAVETTO, S. (orgs). **Identidades, discurso e poder**. Estudos de arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005.

FUNARI, P. P. A.; POLONI, R. J. S. . Arqueologia de Contato no Contexto Luso-Brasileiro: Algumas Considerações. In: CAMPO, Juliano Bitencourt; ZOCHE, Jairo José; CERZER, Jedson Francisco; OOSTERBEEK, Luiz Miguel. (Org.). **Arqueologia Ibero-Americana e Transatlântica: Arqueologia, Sociedade e Território**. 1ªed. Erechim: Habilis, v. 1, p. 327-336. 2014.

GARCIA, A. M. ; MILDER, S. E. S. . Particularidades históricas e culturais dos Charrua e dos Minuano do Pampa Sul-americano. **Estudios Históricos** (Rivera), v. 8, p. 1-10, 2012.

GERLACH, Gilberto; MACHADO, Osni. **São José da Terra Firme**. São José: FloriPrint Indústria, 2007.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblema e sinais**. Morfologia e história. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário: sociedades**

indígenas e ocidentalização no México espanhol. Século XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HALL, Stuart. Subaltern voices? Finding the spaces between things and words. In.: FUNARI, P. P. A.; HALL, Martin; JONES, Siân. **Historical Archaeology: Back from the edge.** London and New York: Routledge, 1995

HAMBLY, W. The Ovimbundu of Angola. **Field Museum of Natural History** – Anthropological Series, n.21 (2). P. 1-370, 1934.

HECKENBERGER, M. Estrutura, história e transformação: a cultura Xinguana na *longue durée*, 1000-2000d.c., In. FRANCHETTO, B. E; HECKENBERGER, M. (Orgs.). **Os povos do Alto Xingu História e Cultura.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. P.21-62

_____. Xinguano heroes, ancestors, and others: materializing the past in chiefly bodies, ritual spaces and landscape. In.: FAUSTO, C. e HECKENBERGER, M. **Time and memory in indigenous Amazonia: anthropological perspectives.** Gainesville, Fl.: Universtity Press of Florida, 2007. P. 284-311

HODDER, Ian; HUTSON, Scott. **Reading the Past: Current approaches to interpretation in archaeology** London: Cambridge University Press, 2003.

JANUÁRIO, Jefte. A História das Fortalezas Catarinenses no século XIX. **Revista Ágora**, Vitória, n. 17, p. 32-48. 2013.

JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In.: FUNARI, P. P. A.; ORSER, C.E.; SCHIAVETTO, S. (orgs). **Identidades, discurso e poder.** Estudos de arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2005.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América portuguesa – século XVIII.** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História/UFF, Rio de Janeiro, 2006.

LA SALVIA, F.; BROCHADO, J. P. **Cerâmica Guarani.** 2. Ed.

Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em ciências humanas**, v. 6, n. 73, p. 2-23, 2005

LEITE, Miriam Moreira. Naturalistas Viajantes. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. V.1 n.2. p.7-19. 1994/1995.

LEMONIER, Pierre. The Study of Material Culture Today: Toward an Anthropology of Technical Systems. **Journal of Anthropological Archaeology**, v.5. p.147-186, 1986.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Tânia Andrade. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.23, n.2, 2002.

LIMA, Tânia Andrade; FONSECA, Marta Pereira R.; SAMPAIO, Ana Cristina de O.; FENZL-NEPOMUCENO, Andrea; MARTINS, Antônio H. Damasio. A Tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. **Dédalo**. S. Paulo, pub. Avulsa, p.205-230, 1989.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O Náufrago e o Sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In.: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004. P. 27-59

MACHADO, Rosângela de Melo. **Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: um panorama**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1994.

MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs). **História Diversa. Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz. Africanos em Santa Catarina:

escravidão e identidade étnica (1750-1850). **Seminário Internacional “Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico de Escravos, Relações Sociais no Mundo Português”**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, junho de 2006.

MATOS, Felipe. **Sob os auspícios da Livraria Rosa: redutos literários e circulação da cultura letrada em Florianópolis**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2007.

MELLO, Almilcar D’Avila de. **Expedições: Santa Catarina na era dos descobrimentos geográficos**. V.1. Florianópolis: Editora Expressão Sul, 2005.

MENESES, U. B. de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, nova série, n. 115. São Paulo: USP, jul/dez, 1983.

_____. Identidade cultural e arqueologia. In. BOSI, A. (org.). **Cultura brasileira** – temas e situações. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1992. P. 182-190.

METRAUX, Alfred. **La Civilisation Materielle de tribus Tupi-Guarani**. Paris: Librairie Orientaliste, 1928.

MILHEIRA, R; FARIAS, Deise S. E de; ALVES, Luana. Perfil tipológico da indústria cerâmica guarani da região sul de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**. Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, nº 11, Criciúma, Santa Catarina p. 210-233, 2013.

MILHEIRA, R. **Arqueologia guarani no litoral sul-catarinense: história e território**. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Arqueologia e História Guarani no Sul Da Laguna dos Patos e Serra Do Sudeste. In.: MILEHIRA, Rafael; WAGNER, Gustavo. P. **Arqueologia Guarani no litoral sul do Brasil**. Curitiba: Appris, 2014.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: índios e**

bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, Camila Azevedo de. **Arqueologia Tupi no Nordeste de São Paulo: um estudo de caso de variabilidade artefactual.** Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia/ Universidade de São Paulo, 2007.

MORALES, Walter Fagundes. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: um estudo sobre as possibilidades de identificação cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.** n.11. São Paulo. P.165-187, 2001.

MOSIMANN, João Carlos. **Porto do Patos: 1502-1582 – A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos.** Florianópolis: Edição do Autor/Fundação Franklin Cascaes, 2002.

MÜLLER, I. da S. **Arqueologia Guarani no Litoral Central de Santa Catarina: estudo de caso do sítio Travessão do Rio Vermelho (TRV).** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Florianópolis, UFSC, 2014.

NELSON, Margareth. Abandonment: conceptualization, representation, and social change. In: SCHIFFER, M. **Social theory in archaeology.** Salt Lake City: University of Utah Press, 2000. P.52-62.

_____. The study of technological organization. In SCHIFFER, M. (Ed.) **Archaeological Method and Theory.** Tucson: University of Arizona Press, 1991. V.3. p. 57-101.

NOELLI, F. **Sem Tekhoá não há Tekó (em busca de um modelo etnoarqueológico da subsistência e da aldeia Guarani aplicado a uma área de domínio no delta do Jacuí-RS).** Dissertação, PUC/RS, Porto Alegre. 1993.

_____. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. **Revista USP** n. 44. P.218-269. 1999/2000

_____. La distribución geográfica de las evidencias

arqueológicas guaraní. **Revista de Indias**. V. 64, n. 230. P. 17-34. 2004.

NOELLI, Francisco da Silva; VIANA, A.; MOURA, M. L. Praia dos Ingleses I: Arqueologia subaquática na Ilha de Santa Catarina, Brasil (2004/2005/2009). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 19, p. 179-203, 2009.

OBER, Frederick A. Ober. **John and Sebastian Cabot**. New York: Harper and Brothers Publishers, 1908.

OLIVEIRA, Henrique L.P. Prefácio. In.: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004. P. 9-14

OLIVEIRA, João Pacheco de. FREIRE, Carlos A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. V.4 n.1. 1998. P.47-77.

OLIVEIRA, L. D. e SYMANSKI, L. C. Arqueologia Histórica no sul do Brasil: um breve panorama. **Revista do CEPA**. n.23, p. 259-267, 1999.

OPPITZ, Gabriela. **Coisas que mudam: os processos de mudança nos sítios conchíferos catarinenses e um olhar isotópico sobre o caso do sítio Armação do Sul, Florianópolis/SC**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ORSER JR. C.E (org). **Encyclopedia of Historical Archaeology**. London: Routledge, 2002.

_____. O desafio da raça. In.: FUNARI, P., ORSER, C., SCHIAVETTO, S. (orgs). Identidades, discurso e poder. **Estudos de arqueologia contemporânea. São Paulo**. Annablume, Fapesp, 2005.

ORTON, Clive; TYERS, Paul; VINCE, Alan. **Pottery in**

Archaeology. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PALMA DE HARO, Martim Afonso (org). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos século XVIII e XIX.** Florianópolis, SC: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.

PREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina:** etnografia catarinense. Florianópolis: Fundação Cultural Açoriana, 1993.

PEREIRA, David Lugli Turtera. **Arqueologia Guarani Na Bacia Do Rio Santo Anastácio – SP: Estudo Do Sítio Célia Maria.** Dissertação (Programa de Pós Graduação em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PERRONE-MOISES, Beatriz. Índios Livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In.: CUNHA, M. C. (Org.) **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PFAFFENBERGER, Bryan. Symbols do not create meaning – Activities do. In.: SCHIFFER, Michael (ed.). **Anthropological Perspectives on Archaeology.** Albuquerque: University of New Mexico Press, 2001.

_____. Social Anthropology of Technology. **Annual Review of Anthropology**, v.21, p.491-516, 1992.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história.** Florianópolis: Editora da UFSC, Editora Lunardelli, 1983.

_____. **O Brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil meridional.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.

_____. O Povoamento açoriano. In: MELO, Osvaldo Ferreira de. **História Socio-Cultural de Florianópolis.** Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1991.

POLITIS, G. **Nukak. Ethnoarchaeology of an Amazonian People.** Left Coast Press, 2007.

PROUS, André. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: UNB, 1992.

_____. A pintura na cerâmica Tupiguarani. In.: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (orgs). **Os ceramistas Tupiguarani**. v.2. Belo Horizonte: Sigma, 2008. P. 11-215.

PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (orgs). **Os ceramistas Tupiguarani**. 2v. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

RAMIREZ, Luiz [1528]. Carta de Luiz Ramirez (Expedição de Caboto). Puerto de San Salvador (rio Uruguai) 10 de julho de 1528. In.: MOSIMANN, João Carlos. **Porto do Patos: 1502-1582 – A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos**. Florianópolis: Edição do Autor/Fundação Franklin Cascaes, 2002. P. 197.

REIS, Almir Francisco. **Ilha de Santa Catarina: Permanências e Transformações**. Florianópolis: EDUFSC, 2014.

REIS, Sara Regina P. dos. **A Casa de Câmara e Cadeia da Antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Papa Livro Editora, 2008.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão (1989). In.: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P. 7-37.

RIBEIRO, Bruno; MILHEIRA, Rafael. A Cerâmica Dos Cerritos No Pontal Da Barra – Pelotas/RS: Por Uma (Necessária) Revisão Conceitual Da Tradição Vieira. **Revista Teoria e Sociedade**. N.23. jan-jun 2015.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. A tradição ceramista tupiguarani no sul do Brasil. In.: PROUS, André; LIMA, Tania Andrade (orgs). **Os ceramistas Tupiguarani**. v. 1. Belo Horizonte: Sigma, 2008.

RICE, Prudence M. **Pottery analysis: a sourcebook**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

RODRIGUES, Marta Bonow. **“A vida é um jogo para quem**

tem ancas”: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ROHR, J. A. e ANDREATA, M. O Sítio Arqueológico da Armação do Sul. **Pesquisas, Antropologia**. N.20. 1969. P.135-138

ROSSATO, Luciana. **A Lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em História). UFRGS. Rio Grande do Sul. 2005.

ROSSI, Luciene. **Um Olhar Sobre a Cerâmica da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RUGENDAS, J. M. **Viagem Pitoresca Através do Brasil**. São Paulo, EDUSP, 1979.

RYE, O. S. **Pottery technology. Principles and reconstruction**. Manuals on Archaeology 4, Washington DC, Smithsonian Inst. Press, Washington, 1981.

SACKETT, J. R. Style and ethnicity in the Kalahari: a reply to Wissner. **American Antiquity**, 50 (1): p.154-159. 1985.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente (1978). São Paulo: Editora Schwarcz, 1996.

SALOMON, Marlon. O exílio da desordem e a segurança da Ilha de Santa Catarina no século XVIII. In.: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia M.F. (orgs). **História de Santa Catarina: Séculos XVI a XIX**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

SALVADOR, A. S. **Patrimônio Cultural Subaquático: um mergulho na sua percepção pela comunidade dos Ingleses, Florianópolis, SC**. Monografia de conclusão de curso. (Graduação em História. UFSC, Florianópolis. 2011.

SANTA CRUZ, Alonso [1526] Islario General de todas las islas del mundo. In.: MOSIMANN, João Carlos. **Porto do Patos: 1502-1582 – A fantástica e verdadeira história da Ilha de Santa Catarina na era dos descobrimentos**. Florianópolis: Edição do Autor/Fundação Franklin Cascaes, 2002. P. 197.

SANTOS, S.C. dos; NACKE, Anelise; REIS, Maria José. (orgs). **São Francisco do Sul**. Muito Além da viagem de Gonneville. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

SCHIFFER, M. B. & SKIBO, J. M. The Explanation of Artifact Variability. **American Antiquity**, v. 62, n.1, p.27-50, 1997.

SCHIFFER, Michael B. Archaeological context and systemic context. **American Antiquity**. V. 37, n. 2. p. 156-165. Abr. 1972.

_____ (ed.). **Anthropological Perspectives on Archaeology**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2001

SCHMITZ P. I ; NAUE, G. ; BECKER, I. I. B. Os Aterros dos Campos do Sul: A Tradição Vieira. **Arqueologia do Rio Grande do Sul, Documentos 5**, São Leopoldo:IAP, 2006.

SENATORE, Maria Ximena. FUNARI, PPA. (ed). **Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015.

SENATORE, Maria Ximena. Modernity at the Edges of the Spanish Enlightenment. Novelty and Material Culture in Floridablanca Colony (Patagonia, Eighteenth Century). In.: SENATORE, Maria Ximena. FUNARI, PPA. (ed). **Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015.

SERPA, Élio; FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes a capitania de Santa Catarina – 1717-1827**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

SILVA, Augusto da. **A Ilha de Santa Catarina e sua Terra Firme: Estudo sobre o Governo de uma capitania subalterna.** Tese (Doutorado em História Econômica). USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SILVA, Fabíola. O passado no presente: narrativas arqueológicas e narrativas indígenas. In.: Meneses, Lucio. **Multivocalidade**, no prelo.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos engenhos da ilha de Santa Catarina – Parte Sul.** Dissertação de Mestrado. Curso de Pós Graduação de História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1996.

_____. **Arqueologia dos Engenhos da Ilha de Santa Catarina.** Erechim: Ed. Habilis, 2007.

SKIBO, James; SCHIFFER, Michael B. Understanding Artifact Variability and Change: A behavioral framework. In.: SCHIFFER, Michael. **Anthropological Perspective on Technology**, 2001. P.139-149.

SOARES, Fernanda Codevilla. **Vida Material de Desterro no Século XIX: As Louças Do Palácio Do Governo De Santa Catarina, Brasil.** Tese (Doutorado). Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Portugal, 2011.

_____. (org) **Arqueologia das Fortificações: perspectivas.** Florianópolis: Lagoa Editora, 2015.

SOARES, Fernanda Codevilla; BASTOS, Rossano; COIMBRA, Fernando; OOSTERBEEK, Luis. A arqueologia histórica em Florianópolis e a preservação patrimonial: Legislação, conceitos e sítios arqueológicos. **Anais: IV Simpósio Internacional em Memória e Patrimônio.** Pelotas: UFPel, 2010.

SOUSA, Gabriel Soares de; VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587.** 4. Ed. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. São Paulo, 1971.

SOUZA Marcos André Torres. Divisões Sociais, utensílios cerâmicos e o preparo da farinha de mandioca no brasil colonial.

Clio Arqueológica, v25.n.1 ano 2010.

SOUZA, Rafael de Abreu; LOPES, Marcel. Cerâmicas De Produção Local/Regional No Contexto Colonial Espanhol De Santiago De Xerez, Século XVII. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá, Vol. 1, N. 2, Jul-Dez., 2014

STADEN, Hans (1557). **Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro: Offcina Industrial Graphica, 1930.

STARK, Miriam. Social Dimensions of Technological Choice in Kalinga Ceramic Traditions. In.: CHILTON, Elizabeth. **Material Meanings: Critical Approaches to the interpretation of material culture**. Utah: University of Utah Press. 1999, p.24-43.

SYMANSKI Luís Cláudio P. Cerâmicas, identidades escravas e crioulização nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). **História Unisinos** n.14. Setembro/Dezembro 2010. P. 294-310.

SYMANSKI, Luís Claudio P.; GOMES, Denise M. C. Mundos mesclados, espaços segregado: cultuma material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.20. n.2. p. 53-90. Jul/Dez. 2012.

SYMANSKI, Luís Claudio P.; SOUZA, Marcos André Torre de. O registro arqueológico dos grupos escravos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n.33. p.215-243. 2007.

TEIXEIRA, André; TORRES, Joana Bento; BETTENCOURT, José. The Atlantic Expansion and the Portuguese Material Culture in the Early Modern Age: An Archaeological Approach. In.: SENATORE, Maria. FUNARI, PPA. (ed). **Archaeology of Culture Contact and Colonialism in Spanish and Portuguese America**. Switzerland: Springer International Publishing, 2015.

TEIXEIRA, Paulo R. R. Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba. **Revista Da Cultura**, nº 26, p. 54-63, março/2016.

THEVET, André. **As singularidades da França antártica**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

VAN DER LEEUW, Sander. Giving the potter a choice. In.: LEMONNIER, Pierre. **Technological Choices: Transformation in Material Cultures Since the Neolithic**. New York: Routledge, 2002.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina: A ilha**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985.

VASCONCELOS, Carolina M. de. **Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1921.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Santa Catarina 500 anos: terra do Brasil**. Florianópolis: A Notícia, 2001.

VILLAGRAN, X. S. **Geoarqueologia de um sambaqui monumental: estratigrafias que falam**. São Paulo: Annablume, 2010.

WAGNER, Ana Paula. Encontros e escolhas em Desterro: libertos da ilha de Santa Catarina (1800-1819). **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba, 2003.

WIESSNER, P. Style or isochrestic variation? A reply to Sackett. **American Antiquity**, n.50 (1): p. 160-169. 1985.

WITTMANN, Luisa T. **O Vapor e o Botoque: Imigrantes Alemães e Índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC(1850-1926)**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista**. Tese. (Doutorado em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ZIMMERMANN, Fernanda. **O Funcionamento da Armação da Lagoinha: Hierarquia do Trabalho e o Controle dos Escravos na Caça à Baleia (Ilha de Santa Catarina, 1772-1825)**. Monografia (História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____. Armação Baleeira da Lagoinha: uma

grande unidade escravista. In.: MAMIGONIAN, Beatriz; VIDAL, Joseane Zimmermann (orgs). **História Diversa. Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

Relatórios das Intervenções Arqueológicas existentes no IPHAN/SC:

AMARAL, M. M. V. **Relatório preliminar do acompanhamento técnico – arqueológico das obras de infraestrutura no largo da alfândega.** 1992.

_____. **Acompanhamento técnico-arqueológico das obras de engenharia no interior da igreja Nossa Senhora do Parto.** 1999.

_____. **Relatório de Pesquisa. A pesquisa arqueológica na fortaleza Nossa Senhora da Conceição. – Ilha de Araçatuba – Município de Palhoça.** 2001.

_____. **Pesquisa Arqueológica Preliminar no Prédio da Antiga Casa De Câmara e Cadeia de Florianópolis.** Relatório de Pesquisa. Maio de 2012.

COMERLATO, F. **Relatório do Acompanhamento Arqueológico realizado nas obras de implantação do sistema hidro sanitário da pousada Maré da Lua em área do sítio Armação do Sul.** 1998b.

_____. **Projeto de limpeza, numeração, análise e armazenamento do material arqueológico da prospecção arqueológica na casa natal de Victor Meireles.** Florianópolis, 2001.

_____. **Relatório final da coleta de superfície realizada no forte Sant’Ana.** Florianópolis – SC. 1999.

FARIAS, Deisi S. E. de (coord.). **Execução de Estruturação física e organização do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Arqueologia (LEP) no Escritório Técnico (ETEC) do IPHAN – Laguna – SC.** Relatório Final de Laboratório. Tubarão: Unisul. Dezembro de 2012.

GRUPEP; SAPIENZA. **Prospecção Arqueológica Histórica na Área de Restauração da Casa de Câmara e Cadeia, Florianópolis – SC.** Relatório Final. Tubarão, dezembro de 2011.

LIMA, Patrícia Nobrega Pereira. **Relatório da peritagem arqueológica, conservação e catalogação do material da Pousada Maré da Lua em área do sítio – Armação do Sul – FLN 050.** Florianópolis, 2002.

SILVA, O. P.. **Projeto de salvamento arqueológico Lagoa do Peri – sítio histórico Barra da Lagoinha.** 2001.

_____. **Levantamento do patrimônio histórico, cultural e arqueológico no entorno da Lagoa do Peri.** 1999

_____. **Relatório Final de Pesquisa de Campo. Escavações arqueológicas no Palácio – Museu Cruz e Souza.** 2003

_____. **Relatório de Pesquisa das Escavações arqueológica das estruturas funerárias e análise bioarqueológica dos remanescentes humanos recuperados na Capela Nossa Senhora das Dores/Catedral Metropolitana de Florianópolis.** 2011.

_____. **Monitoramento e Prospecções Arqueológicas na Casa De Câmara e Cadeia Município de Florianópolis/SC.** Relatório Preliminar de Prospecção Arqueológica. Setembro de 2015.

_____. **Monitoramento e Prospecções Arqueológicas na Casa De Câmara e Cadeia Município de Florianópolis/SC.** Relatório Parcial de Pesquisa. Dezembro de 2015.

_____. **Monitoramento e Prospecções Arqueológicas na Casa De Câmara e Cadeia Município de Florianópolis/SC.** Relatório Parcial de Pesquisa. Janeiro de 2016.

Coleções de documentos oficiais:

ARQUIVO HISTORICO ULTRAMARINO. **Coleção Capitania de Santa Catarina (1717-1827).** Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/biblioteca.html>. Acesso em: 10 mar.

2017.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
Cartas datilografadas do governo da capitania (1748/1804).
GC-59.

_____. **Ofícios da Câmaras Municipais para Governo da Capitania (1776/1808).** CAM-GC-66

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. Todos os volumes. Biblioteca Digital UNESP. Disponível em: <http://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/57> Acesso em 31 jan. 2017.

Projeto Compartilhar. **Inventários e Testamentos publicados.** Disponível em: <http://www.projeto compartilhar.org/> Acesso em: 30 jan. 2017.

Documentos Oficiais avulsos:

BRASIL. **Coleção de Leis do Império do Brasil de 1808.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1891 Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18319>. Acesso em 10 mar. 2017.

Directorio que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrário. In C. A. Moreira Neto. **Índios na Amazônia, de maioria à minoria (1750-1850).** Petrópolis: Vozes, 1988.

Páginas da Internet:

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/?consulta=cnsa> Acesso em: 10 mar. 2017.

Biblioteca Digital Mundial. Disponível em: <https://www.wdl.org/pt/> Acesso em: 10 mar. 2017.

Biblioteca Nationale de France. Disponível em: <http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html>. Acesso em: 10 mar.

2017.

A Cartografia do Brasil (1700 – 1822) nas Coleções da Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://purl.pt/103/1/index.html> Acesso em: 29 mar. 2017.

Fortalezas.org. Fortifications.world. <http://fortalezas.org/> Acesso em: 12 mar. 2017.

Hemeroteca Digital. **Biblioteca Nacional Digital Brasil.** Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/> Acesso em: 02 abr. 2017.

APÊNDICE I

Apresentação dos Cronistas e Viajantes que aportaram na Ilha de Santa Catarina

Frézier era um engenheiro militar francês contratado pela coroa espanhola para construir fortes em suas possessões na América meridional. Sua chegada a ilha em 1º de abril de 1712 foi um choque para a população, que estava ressabiada com navios franceses devido ao recente ataque e pilhagem perpetrado pelo corsário francês Duguay-Trouin, em 12 de setembro de 1711, na vila do Rio de Janeiro. Após pânico inicial a população e o “maioral” Manoel Manso de Avelar receberam bem a tripulação, realizando trocas de mercadorias com estes e permitindo seu abastecimentos com água e víveres. Frézier narrou suas ações na ilha, retratou-a em mapas e descreveu o que viu acerca dos habitantes, animais e plantas (tomando bastante tempo na descrição do algodoeiro) (PALMA DE HARO, 1979, p. 15).

Shelvocke era inglês e foi comandante de um de dois navios enviados para os mares do sul com objetivo de lutar contra a Espanha (estas coroas estavam em guerra neste período). Separando-se do navio maior e nem ao menos tentando reencontro, ancorou na Ilha de Santa Catarina em 23 de junho de 1719. Devido a problemas com a população por conta do mal comportamento dos tripulantes de seu navio, bem como em consequência de problemas de insubordinação da tripulação, Shelvocke não saiu muito de sua embarcação. Dessa maneira, seus escritos resumem-se a poucas visitas a ilha em si e grande parte deles comentam acerca das peripécias de seus comandados e formas com as quais teve que tentar controlá-los. Na sua volta a Londres foi acusado de pirataria e preso, morrendo em 1728 (PALMA DE HARO, 1979, p. 31).

Betagh [1719], também inglês, estava na mesma embarcação que Shelvocke, e da mesma forma não comenta muito acerca da Ilha de Santa Catarina, limitando-se principalmente a comentar acerca dos fatos ocorridos durante o comando de Shelvocke.

A partir deste ponto os viajantes descritos neste livro passariam não mais a visitar a pequena póvoa erigida no início do

séculos XVIII, mas a Capitania da Ilha de Santa Catarina, a qual possuía um governo mais centralizado e uma relação mais sólida com o reino português. Aqui a pequena póvoa de Nossa Senhora de Desterro começa a avançar e crescer, principalmente militarmente (por conta da construção das fortalezas e outros entrenchamentos e quartéis) e populacionalmente (devido a chegada de milhares de açorianos).

Anson [1740] é o primeiro viajante apontado depois do início deste avanço. Este era comandante de uma esquadra inglesa com a mesma função de lutar contra a Espanha nos mares do sul. Aporta na Ilha de Santa Catarina no dia 21 de dezembro de 1740. Encontrou esta em construção, isto é, as 3 fortificações que formavam o triângulo defensivo da baía norte estavam sendo construídas e o Brigadeiro José da Silva Paes era o governador. Descreveu o estado da ilha naquele momento, sua riqueza de víveres e as modificações que havia ocorrido desde a viagem de Frézier, 30 anos antes (PALMA DE HARO, 1979, p. 63).

Pernetty [1763], francês, veio a ilha de Santa Catarina acompanhado de Louis Bougainville, comandante e dono da fragata L'Aigle e da corveta Le Sphinx, o qual almejava fundar uma colônia francesa nas Ilhas Falklands. Seu objetivo era observar a natureza, tanto que sua descrição é intitulada "História Natural da Ilha de Santa Catarina e da Costa do Brasil" e há inúmeras ilustrações dos animais que aqui viu. Ancoraram em Santa Catarina no dia 29 de novembro de 1763, durante o governo de Francisco Cardoso de Menezes e Souza. Descreveu como eram as casas dos habitantes, o estado em que estava a vila, a moda da época neste ambiente, a população da vila, os jantares que teve com o governador e outros "ilustres" e narra sobre o hábitos dos habitantes comerem mandioca (PALMA DE HARO, 1979, p. 83).

Em 1777, todo aquele avanço militar da ilha foi posto à prova. Os espanhóis atacaram a ilha de Santa Catarina e foram bem sucedidos. Um ano mais tarde a ilha foi devolvida a coroa portuguesa, não sem a assinatura de um tratado que estipulava os limites meridionais das duas coroas. Os viajantes que vieram depois deste período começaram a apontar não somente as fortificações e grandes construções da ilha, mas também seu crescimento econômico e comercial.

La Pérouse [1785] era um conde e general francês que tinha a missão de explorar o Pacífico a bordo de duas fragatas. Sua viagem estava indo bem quando, em 1788, seu navio naufragou na costa da Nova Guiné e todos os tripulantes morreram, inclusive ele. Aportou em Santa Catarina em outubro de 1785 e descreveu Nossa Senhora de Desterro como uma vila de aspecto bem agradável. Além disto, comentou acerca das habitações, vegetação, animais, pesca da baleia e da população habitante daquele ambiente (PALMA DE HARO, 1979, p. 121).

Semple Lisle [1797] era um grande aventureiro inglês do século XVIII. Relacionou-se com Frederico, o Grande e Catarina da Rússia, foi degredado sob acusação de falcatruas, conseguiu liberação condicional, deixando a Inglaterra e associando-se a um dos membros do estado maior francês, Berruyer. Foi preso novamente na Inglaterra, pelo mesmo crime, tendo que ser deportado para Austrália, contudo fugiu antes de consumado o degredo. Em Newgate foi preso novamente. Foi então embarcado para o degredo, mas houve motim e os tripulantes e alguns degredados tomaram a embarcação e chegaram a Montevideú onde a entregaram para as autoridades espanholas. Semple Lisle por não ter aderido ao motim foi encaminhado ao Rio Grande e por terra veio até Santa Catarina. Chegou na Ilha de Santa Catarina em 1797. Ali descreveu seu dia-a-dia, notou como a terra era fértil e ficou estabelecido no palácio do governo. Não fez grandes descrições da população nem do estado da vila naquele momento (PALMA DE HARO, 1979, p. 133).

Langsdorff, Lisiansky e Krusenstern [1803] vieram na mesma expedição para Ilha de Santa Catarina. Esta foi equipada pelo Czar Alexander I da Rússia para explorar o Pacífico Norte, estabelecer relações diplomáticas com o Japão e manter o comércio de peles no norte. Com dois navios, um capitaneado por Krusenstern e outro por Lisiansky, ancoraram na ilha de Santa Catarina em 20 de dezembro de 1803 e tiveram que ficar mais do que esperado devido a uma avaria no mastro de uma das embarcações. Lisiansky e Krusenstern narraram o que fizeram e encontraram na Ilha de Santa Catarina, bem como elogiaram a cortesia do governador de então: Joaquim Xavier Curado. Afirmaram a Vila de Nossa Senhora de Desterro estar situada em lugar muito agradável, que o clima era saudável e que o solo era notadamente fértil. Ambos tecem comentários acerca da

guarnição da ilha e Krusenstern comenta um pouco sobre o episódio de ocupação da Ilha em 1777 (PALMA DE HARO, 1979, p. 143-166).

Langsdorff foi mais descritivo. Como naturalista “deveria observar também o estado das povoações [...] história, religião, costumes, artes, economia, comércio, alimentos, medicina, indumentária, habitações, armas, guerras, funerais, etc.” (LEITE, 1994/1995, p. 8). E assim o fez. Alemão de nascimento, mas passou tempo em Portugal como médico, decidiu fazer-se naturalista e assim foi com Krusenstern, Lisianky e a expedição russa viajar os mares. Sua obra é riquíssima, com inúmeras informações acerca do modo de vida dos habitantes, costumes, vestimentas, músicas, plantio, vegetação, entre outros (PALMA DE HARO, 1979, p. 171)

Mawe [1807], viajante inglês, entusiasta de mineralogia, esteve em Santa Catarina em 1807. Antes disso trabalhou para Inglaterra e Espanha. Em 1804, na América espanhola foi preso como espião inglês pelas forças espanholas e só foi libertado pelo general Beresford em 1806. Neste ano, fretou um barco em Montevidéu e zarpou para o Brasil, com objetivo de chegar ao vice-reino no Rio de Janeiro, no trajeto, veio a aportar na Ilha de Santa Catarina. Aqui descreveu a bela vista verdejante que vislumbrou, o relevo, o reino animal, o comércio da vila, comentou acerca de alguns minerais que encontrou, da pesca da baleia e do preço baixo das terras (PALMA DE HARO, 1979, p. 197).

Golovnin [1808] era um almirante russo que trabalhou por algum tempo a bordo de navios ingleses. Em 1807 comandando a corveta *Diana*, tentou uma viagem ao redor do mundo, a qual passou por Santa Catarina em 1808, mas não teve seu objetivo alcançado, sendo aprisionado logo depois na cidade do Cabo, por oficiais ingleses. Sua prisão foi devido ao fim das amizades entre Inglaterra e Rússia. Na Ilha de Santa Catarina notou como havia poucas habitações nas costas e passeou pelas principais ruas da vila de Nossa Senhora de Desterro, comentando que bastava meia hora para conhecer todas. Explicou um pouco sobre a ilha, sua vegetação, plantios que ali encontrou, sobre a guarnição, o porto e os víveres e reparos necessários em seu navio (PALMA DE HARO, 1979, p. 209).

Porter [1812] foi um oficial norte-americano que capturou muitos navios ingleses no Oceano Pacífico. Sua passagem pela ilha deu-se no ano de 1812 e pouco escreveu sobre o estado da Ilha quando de sua visita, limitando-se principalmente a escrever acerca das necessidades da expedição e problemas encontrados na tripulação. Os poucos comentários que fez são acerca da Vila de Nossa Senhora de Desterro e dos numerosos e bem abastecidos mercados que existiam ali (PALMA DE HARO, 1979, p. 219).

Kotzebue, Chamisso e Choris [1815] vieram na mesma expedição para a Ilha de Santa Catarina. Kotzebue, germânico a serviço do império russo, era comandante da expedição. Esta tinha como meta principal descobrir uma passagem entre o Pacífico e o Atlântico pelo caminho do estreito de Bering. Chegando a ilha em 10 de dezembro de 1815 este comandante narrou brevemente o que fez e viu na ilha, zarpando para o Cabo Horn em 30 de dezembro (PALMA DE HARO, 1979, p. 235).

Chamisso, visto ser naturalista tinha um olhar mais apurado e mais ânsia para deixar escrito o que viu e sentiu. Era francês, mas ainda criança foi viver na Alemanha, onde foi educado e tornou-se um dos filósofos mais renomados de sua época, dedicando-se também a ciência naturais. Choris era germânico, nascido na atual Ucrânia. Sua função nesta expedição era como artista. Por isso fez 4 ilustrações do que viu na ilha, descrevendo-as brevemente (PALMA DE HARO, 1979, p. 249-261).

Por fim, *Duperrey e Lesson* [1822] ancoraram na ilha de Santa Catarina no ano de 1822. Duperrey comandava *La Coquille*, quando esta aportou em outubro. Lesson era o naturalista da expedição. Ambos foram bastante descritivos em suas narrativas. Assinalaram acerca da recente independência do Brasil, sobre os costumes, aspecto da vila de Nossa Senhora do Desterro, habitações, povo, relevo e vegetação da ilha (PALMA DE HARO, 1979, p. 265).

Como supracitado, não vamos comentar acerca de Seidler, visto este estar fora de nosso corte temporal. Assim, aqui acabam as narrativas de viajantes encontradas no livro de Palma de Haro (1979). O outro viajante que foi analisado foi Auguste de Saint-Hilaire.

Esse naturalista e botânico esteve em Santa Catarina no ano de 1820, visitando não somente a ilha, mas também São

Francisco do Sul, Laguna, entre outras localidades. Nascido na França, veio ao Brasil acompanhando a missão extraordinária do Duque de Luxemburgo que almejava resolver a contenda entre Portugal e Espanha quanto a posse da Guiana. Contribuiu grandemente para o conhecimentos da fauna e flora brasileira, pois “em suas viagens coletou muito material botânico e zoológico e fez observações de interesse para a Geografia, História e Etnografia, principalmente” (FERRI, 1978, p. 10).

Sobre a ilha narrou acontecimentos, visitas a estabelecimentos comerciais e oficinas, flora encontrada, festas, diferenças de gênero, trabalhos, costumes, escravidão, estado da Vila de Nossa Senhora de Desterro, da guarnição e governadoria da capitania, entre inúmeros outros aspectos da fauna e flora do local. É interessante que sua obra foi escrita anos após sua vinda o que o fez escrever inúmeros comentários que não são referentes ao período em que aqui esteve.

Isso fez com que tivéssemos que tomar o cuidado de averiguarmos suas informações sob a luz de que sabia o “fim da história”, isto é, muitas informações eram dadas após pesquisas sobre a área e outros. Assim, foi necessário distinguir informações construídas por ele por impressões no momento de sua viagem, daquelas construídas por noções contemporâneas e posteriores, ou melhor, noções “aperfeiçoadas”, por assim dizer.

Um bom exemplo disto é a narrativa acerca de sua visita a uma oficina de utensílios cerâmicos. Grande parte desta narrativa dependeu de sua memória e diário. Pouco deve ter sido adicionado acerca de conhecimentos adquiridos posteriormente. Já informações sobre crescimento da vila, governadoria, escravidão, entre outros, são efusivamente “enriquecidos” com noções posteriores.

São estes os viajantes analisados em nossa pesquisa. A partir deles podemos ter uma percepção melhor do estado da Ilha de Santa Catarina e da Vila de Nossa Senhora de Desterro, bem como acerca da população habitante daquele ambiente.

APÊNDICE II

Apresentação dos sítios arqueológicos de Florianópolis do período em estudo

Forte Santo Antônio de Ratonés

Esta fortificação começou a ser construída em 1740 e, assim como a Fortaleza São José da Ponta Grossa, foi projetada pelo governador da Capitania na época, o Brigadeiro José da Silva Paes, logo no início de seu governo para proteger a entrada norte da ilha de Santa Catarina. Localizada na Ilha de Ratonés Grande, na baía norte da Ilha, esta fortificação além de funcionar como base militar, angariou outras funções através de sua história. Januário (2013. p.38) cita que em 1851 este estabelecimento funcionou como lazareto, onde doentes contaminados por moléstias contagiosas eram tratados e que em 1859, o local foi desarmado e ali foi colocado o telégrafo aéreo. Ainda afirma que em 1878 a fortaleza funcionou como depósito de carvão para os navios da Armada portuguesa.

O forte sofreu intervenções arqueológicas por uma equipe do Rio de Janeiro, sob a coordenação de Hélio Viana no ano de 1989. Pouco se sabe sobre esta pesquisa arqueológica, com Soares (2011. p. 34) mesmo afirma, apontando que existem apenas informações do registro do sítio e nenhum outro dado sobre o método de campo e sobre o material encontrado. O material coletado pelo projeto esteve por muitos anos fora do radar, mas recentemente foi encontrado no Escritório Técnico do IPHAN de Laguna.

Ademais, em 1938, a fortificação foi tombada pelo IPHAN como patrimônio nacional e atualmente é gerenciado pela UFSC, que empreendeu o restauro arquitetônico no sítio nos anos de 1990 e 1991. Faz parte da rota de visitas turísticas às Fortalezas da Ilha de Santa Catarina e recebe uma série de visitantes durante todo o ano, especialmente nos meses de verão. Está tombado como patrimônio federal no processo nº 0155-T-38 e nº 0101-T-38, no Livro Belas Artes nº inscrição 096, volume 1, folha 017, data 24/05/1938 e no Livro Histórico nº inscrição 054, volume 1, folha 11, data 24/05/1938.

Forte São José de Ponta Grossa;

Como a fortificação de Santo Antônio de Ratonés, esta começou a ser construída em 1740 no governo de Silva Paes. Compõe a fortificação três terraplenos onde estão localizados Casa do Comandante, Capela, Armazém de Pólvora, Quartéis da Tropa, Casa da Palamenta, Cozinha, Comuas, Prisões e Rampas. Juntamente com o Forte de Santo Antônio de Ratonés e Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos (SC), formam o triângulo defensivo pensado por Silva Paes para defender a entrada norte da Ilha de Santa Catarina. É interessante destacar que quando da tomada da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis em 1777, esta foi a primeira fortificação a ser conquistada.

Em meados do século XIX o forte já se encontrava em ruínas e desmilitarizado. Em 1878 algumas de suas ruínas foram usadas para reformar a Fortaleza de Ratonés e seu lazareto. Alguns anos depois, estas ruínas passam a ser pilhadas por moradores que utilizavam as rochas e tijolos na construção de suas casas (JANUÁRIO, 2013. p.43). Fossari (1987/1988. p.39) também demonstra esta invasão na fortificação afirmando que esta foi ocupada por famílias de pescadores e pequenos agricultores da região e que na década de 1970 algumas casas estavam erguidas dentro da fortaleza.

Os trabalhos arqueológicos no Forte de Ponta Grossa iniciaram em 1987 com uma equipe da UFSC, coordenada pela arqueóloga Teresa Domitila Fossari. O trabalho desenvolvido sistematicamente, abarcando todos os terraplenos da fortificação, resultou em uma publicação no Anais do Museu de Antropologia da UFSC (1987/1988) onde são apresentados os resultados do trabalho, bem como a metodologia adotada. Parte do material coletado em campo encontra-se exposto na Casa do Comandante do próprio Forte; outra parte, encontra-se salvaguardada no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFSC (MARQUE-UFSC).

Este sítio arqueológico foi tombado em 1938 como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e após seu restauro em 1992, passou a ser gerenciado pela UFSC. Faz parte da rota de visitas turísticas as Fortalezas da Ilha de Santa Catarina e recebe uma série de visitantes durante todo o ano, especialmente durante o verão. Tombado a nível federal no processo nº 0155-T-38 e nº 0101-T-38, no Livro Belas Artes, inscrição nº 095,

volume 1, folha 017, data 24/05/1938 e Livro Histórico nº inscrição 055, volume 1, folha 011, data 24/05/1938.

Forte Santana:

Fortificação localizada no estreito entra a ilha e o continente, mais especificamente na Beira Mar norte da Ilha de Santa Catarina. Mais próxima da parte central da ilha, foi construído entre os anos de 1761 e 1765 com o intuito de proteger a vila de Nossa Senhora do Desterro. Idealizado pelo engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria faziam parte deste conjunto: Quartel da Tropa, Armazém, Casa da Pólvora, Quartel do Comandante e a cozinha. Reparos e novas adjacências do forte foram feitos durante todo século XIX. Januário (2013. p.44) aponta 1867, 1869, 1877 e 1885 como anos em que ocorreram reformas na estrutura e novas pinturas na fortificação.

Em 1938, assim como as outras fortificações até aqui apontadas, o Forte Santana foi tombado como patrimônio federal, sob processo nº 0155-T-38 e nº 101-T-38, no Livro Belas Artes, com número de inscrição 097, volume 1, folha 018, data 24/05/1938. Livro Histórico Nº inscr.: 053; Vol. 1; F. 010; Data: 24/05/1938. Desde 1975 abriga o Museu de Armas da Polícia Militar de Santa Catarina que recebe visitantes durante todo ano.

A intervenção arqueológica ocorreu no ano de 1999 e foi realizada pela arqueóloga Fabiana Comerlato. A intervenção foi necessária, pois após a construção de um trapiche para o Corpo de Bombeiros próximo a área do forte, a maré sofreu modificações, erodindo o terreno que circunda a fortaleza. Neste processo artefatos arqueológicos começaram a aparecer na praia contígua ao forte. Comerlato (1999) realizou, então, uma coleta assistemática dos vestígios arqueológicos espalhados pela praia, numa medida emergencial. Estes materiais recolhidos estão sob a guarda do MARQUE/UFSC e ainda não sofreram nenhum trabalho de análise e interpretação (SOARES, 2011. p.35).

Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba;

Também projetada por José da Silva Paes a Fortificação de Araçatuba localiza-se na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina, na pequena ilha de Araçatuba. Construído entre os anos 1742 e 1744, o forte tinha como função principal proteger a entrada sul que dava acesso à vila de Nossa Senhora do Desterro e

caracteriza-se como a quarta peça de proteção desenhada por Silva Paes no início de seu governo – sendo as outras três os Fortes de Ratonés, Ponta Grossa e Anhatomirim (aqui não discutido).

Esta fortaleza foi considerada em ruínas já em 1885, por Augusto Fausto de Souza (1985), mesmo após as reformas conduzidas em 1780 e 1850 (TEIXEIRA, 2016, p.57). Atualmente é composta por nove edificações: Novo Paiol da Pólvora, Antigo Paiol da Pólvora, Quartel da Tropa, Casa do Comandante, Casa da Parlamentar, Casa dos Mocos I, Casa dos Mocos II, Casa da guarda, Armazém da praia, Baterias, Fonte e Cisterna.

O trabalho arqueológico aconteceu no ano de 2001, coordenado pela arqueóloga Maria Madalena Velho do Amaral, quando a fortificação passou temporariamente para a tutela da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A escavação ocorreu sistematicamente e com grande coleta de material que está sob guarda do MARQUE/UFSC.

A Fortaleza foi tombada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1980 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico sob inscrição: 077, (Data: 08/04/1980) e no Livro Histórico sob inscrição: 470 (Data: 08/04/1980) e número de Processo: 0943-T-76.

Casa da Antiga Alfândega:

Responsável pelo controle alfandegário do Estado e localizada no Largo da Alfândega foi construída no final do século XIX. Poucas informações puderam ser levantadas acerca deste sítio arqueológico, tanto no CNSA, quanto na bibliografia referente a ele. Sabemos que passou por trabalho arqueológico efetivado por Edna June Morley (1989) e que este entrevistou no sítio através de sondagens e restauro arquitetônico (SOARES, 2011, p.346).

Abrigo a primeira sede do Museu Histórico de Santa Catarina e em 1975 foi tombado como patrimônio nacional, estando inscrito no processo nº 0914-T-74, no Livro Belas Artes nº inscrição 522, volume 1, folha 095, data 10/03/1975 e no Livro Histórico Nº inscrição 454, volume 1, folha 075, data 10/03/1975. Durante muitos anos foi sede do Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e atualmente abriga uma Galeria de

Artesanato da Casa da Alfândega e a Associação Catarinense de artistas plásticos. A mantenedora do espaço é a Fundação Catarinense de Cultura.

Posto da Alfândega de Sambaqui;

Sítio marcado como comercial/produtivo, caracterizado por edificação que abrigou o antigo Posto da Alfândega na localidade de Sambaqui. A construção data de 1850, composta por uma estrutura em alvenaria, rancho de barcos, caixa d'água e sistema de condução de águas. De acordo com Virgílio Várzea (1985, p.107) o fundeadouro do Sambaqui era um dos melhores de Santa Catarina por sua proteção dos ventos e pela presença de água potável.

Seu registro no CNSA ocorreu em 1992 por Edna June Morley e Roberto Toner e para tal não sofreu intervenções arqueológicas, nem coleta de material. Desde 1983 é sede da Associação do Distrito de Sambaqui, a qual compreender o sítio arqueológico a céu aberto e em superfície (SOARES, 2011, p.346; BUENO *et al*, 2015).

Armação da Ilha do Campeche;

Armação localizada na Ilha do Campeche na região sul da Ilha de Santa Catarina. Funcionava como apoio a Armação do Sul e por isso pertencente ao Núcleo Baleeiro da Lagoinha, fundado em 1772. Sua estrutura contava com um tanque de armazenamento e um provável engenho de frigar.

O sítio foi apenas registrado por Osvaldo Paulino da Silva no ano de 1995, ou seja, não sofreu intervenções arqueológicas, nem coleta de material. Em 2001, a Ilha do Campeche foi tombada como patrimônio federal no processo nº 1426-T-98, no Livro Arqueológico/Etnológico/Paisagístico, inscrição nº126, volume 2, folha 016, data 31/10/2001.

Engenho do Ventura

Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar. Possui 03 terraplenos de ocupação e uma estrutura de alicerces retangular associada (SOARES, 2011, p.340). O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) com caminhadas sistemáticas e assistemáticas foi responsável pela delimitação do sítio.

Engenho do João Idalino

Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar, junto a trilha existente na margem norte da Lagoa do Peri (SOARES, 2011, p.340). O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) com caminhadas sistemáticas e assistemáticas foi responsável pela delimitação do sítio.

Engenho da Pedra Branca:

Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca, situado nas imediações da Pedra Branca, margem oeste da Lagoa. Os vestígios encontram-se evidentes, principalmente o muro de arrimo utilizado para construir o engenho (SOARES, 2011, p.340). O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) com caminhadas sistemáticas e assistemáticas foi responsável pela delimitação do sítio.

Engenho da Cachoeira Grande:

Sítio composto por vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar, movido à roda d'água, localizado na região da Lagoa do Peri. Na sua construção foram utilizadas pedras talhadas simetricamente e tijolos maciços. Trata-se de um engenho recente (SOARES, 2011, p.340). O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) com caminhadas sistemáticas e assistemáticas foi responsável pela delimitação do sítio.

Engenho do Vitorino:

Localizado no entorno da Lagoa do Peri, no sul da ilha de Santa Catarina, trata-se de vestígios da edificação de um antigo engenho de farinha e cana-de-açúcar onde se evidenciam paredes construídas através da sobreposição de rochas de diferentes tamanhos e tijolos, utilizando-se cal e areia enquanto argamassa, bem como o local destinado à instalação da roda d'água. Também faz parte deste sítio a antiga Casa do Vitorino, localizada cerca de 50m ao sul do engenho, sendo que eles são interligados por um caminho que apresenta, em alguns trechos, calçamento em pedras. O engenho localizava-se poucos metros antes do rio, no final do caminho (BUENO *et al*, 2015). O sítio ocupa uma área

de 292.2467m². O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) com caminhadas sistemáticas e assistemáticas foi responsável pela delimitação do sítio.

Engenho do Rodolfo

Trata-se de um sítio com vestígios arquitetônicos de um engenho de farinha de mandioca e de cana de açúcar, parcialmente intacto localizado nos arredores da lagoa do Peri. Parte do engenho foi incendiada recentemente provocando a destruição de seu maquinário de produção de açúcar (SOARES, 2011, p.341). O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) com caminhadas sistemáticas e assistemáticas foi responsável pela delimitação do sítio.

Engenho da Lagoinha

Sítio proveniente de um engenho de farinha de mandioca completamente desmoronado, restando parte de seu maquinário e postes de sustentação de madeira e parte do forno de farinha e fragmentos dos pilares de sustentação da edificação. Como os anteriormente apresentados, está localizado nos arredores da lagoa do Peri (SOARES, 2011, p.341). O arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) com caminhadas sistemáticas e assistemáticas foi responsável pela delimitação do sítio.

Engenho Restinga do Peri:

Sítio identificado pelo trabalho de Bueno *et al* (2015), compõem-se de vestígios de um antigo engenho de farinha, onde foram evidenciadas as fundações construídas através da sobreposição de blocos de rochas, um forno e outros remanescentes de construção. Também foram identificadas partes de um esteio e de uma prensa, peças que compunham o engenho. Situa-se no Parque Municipal da Lagoa do Peri. O sítio está em meio a mata próximo a trilha e possui uma área de 148,0944m².

Engenho da Cachoeira:

Sítio arqueológico caracterizado por estruturas remanescentes de um antigo engenho de açúcar e cachaça na trilha que dá acesso à praia de Naufragados, no sul da ilha de Santa Catarina. De acordo com Bueno *et al* (2015) restam

alicerces, muro de arrimo e pilares de alvenaria de pedras argamassadas, os quais estão distribuídos em dois níveis do terreno e circulados por um riacho. Parte do sítio está sob a trilha de acesso à praia, algumas estruturas estão cobertas por vegetação. Foi identificado material arqueológico em superfície e em profundidade (BUENO *et al*, 2015).

Engenho do Fabriciano

Sítio arqueológico identificado pelo levantamento de Bueno *et al* (2015) que é caracterizado por estruturas remanescentes de um antigo engenho de farinha de mandioca e de açúcar localizado na trilha que leva à praia de Naufragados (sul da ilha de Santa Catarina). Ainda é possível notar vestígios de alicerces, muros de arrimo, fornos e pilares de alvenaria de pedras argamassadas. Destaca-se que algumas estruturas estão cobertas por vegetação (BUENO *et al*, 2015).

Casa e Engenho do Vitalino

Caracteriza-se por remanescentes estruturais de uma residência e um engenho situados em terreno junto à praia do Defunto, na localidade de Caieira da Barra do Sul. Da residência restam paredes de pedras argamassadas e do engenho apenas alicerces. As evidências estão distribuídas em um terreno com relevo acidentado, ocupando diferentes níveis, ficando a antiga casa na cota mais alta. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto e as evidências arqueológicas em superfície e profundidade. Este sítio foi diagnosticado pelo trabalho de Bueno *et al* (2015)

Engenho Morro dos Ingleses

Um dos dois engenhos desta enumeração que se localiza no norte da ilha, foi diagnosticado em levantamento feito por Bueno *et al* (2015). Trata-se de estruturas remanescentes de um antigo engenho de açúcar situado no Morro dos Ingleses. Da construção em pedras argamassadas restam vestígios das paredes externas e uma estrutura interna que poderia ser um forno, comum em muitos engenhos. O sítio está em via pública, a céu aberto e as evidências arqueológicas em superfície e profundidade.

Engenho dos Moura

Segundo engenho localizado ao norte da ilha de Santa Catarina situado próximo ao canal do rio Papaquara, na localidade de Vargem do Bom Jesus.

De acordo com informações levantadas pela equipe do LEIA/UFSC o engenho era de farinha e existem evidências dos alicerces de pedra do engenho e algumas estruturas interna. O sítio está em área não utilizada, a céu aberto e o material arqueológico aparece em superfície e profundidade.

Caminho da Gurita

Localizado nas margens da Lagoa do Peri, dentro do Parque Municipal de mesmo nome este caminho ainda hoje pode ser visitado por turistas em Florianópolis. Este foi categorizado como comercial-produtivo visto que era utilizado para apoiar a atividade dos engenhos localizados ao redor da Lagoa do Peri (SOARES, 2011, p.37).

De acordo com Bueno *et al* (2015) acredita-se ser um antigo caminho que foi aberto e pavimentado por escravos no século XIX, sendo possível ver em alguns trechos o calçamento.

O caminho inicia-se na sede do Parque Municipal da Lagoa do Peri e se estende até o Rio Cachoeira, margeando a lagoa com o comprimento aproximado de 1,5km². A equipe do LEIA/UFSC percorreu dois trechos do Caminho da Gurita: o primeiro, aberto para visitação, é de fácil acesso e com calçamento bastante visível; o outro está em mata fechada e a partir do Engenho do Vitorino em sentido sudoeste, vê-se as margens do caminho bem demarcadas com muros de pedras e eventual existência de calçamento.

Nenhuma intervenção ou escavação arqueológica foi realizada sobre este caminho.

Poço Histórico do Pântano do Sul

Encontrado e enumerado por Bueno e colaboradores (2015), trata-se de um antigo poço de pedras utilizado para captação de água, possivelmente construído por escravos, localizado na planície ao norte das dunas, nas proximidades da parte loteada do Balneário dos Açores. Nenhuma intervenção arqueológica foi feita sobre este poço que possui uma área de 7m².

Muro no Caminho da Gurita

Este muro foi classificado como comercial/produtivo pelo mesmo motivo dos caminhos, visto que estes são categorizados assim por serem utilizados para apoiar a atividade dos engenhos. Encontrado e catalogado por Bueno e colaboradores (2015) refere-se a um muro construído através da sobreposição de rochas em área de média vertente, com de cerca de 30m, localizado em um trecho do Caminho da Gurita.

Bueno *et al* (2015) ainda afirma que próximo deste há ainda outro muro de pedras que está localizado entre uma margem do Caminho da Gurita e remanescentes de uma antiga casa. Assim, acreditam que há a possibilidade deste muro do sítio MCG integre um conjunto arquitetônico maior.

Não foram realizadas intervenções arqueológicas neste sítio arqueológico.

Praia dos Ingleses I

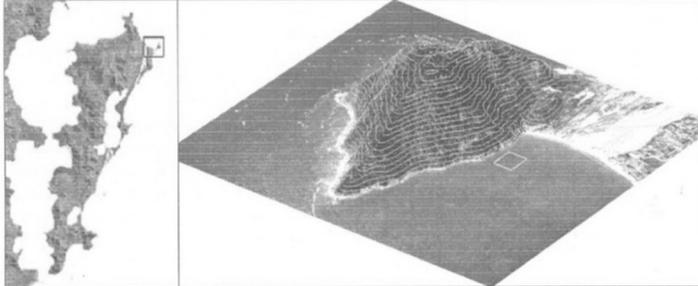
Sítio arqueológico pesquisado nos períodos entre março de 2004 e fevereiro de 2005 e entre fevereiro e maio de 2009 que revelou uma embarcação naufragada de provável construção espanhola que aparentemente soçobrou no ano 1687 no lado leste da Praia dos Ingleses (Figura 35).

Os coordenadores da pesquisa foram Alexandre Vianna (arquiteto e mergulhador) e Francisco Silva Noelli (arqueólogo e mergulhador). O projeto foi nomeado de ONG PAS (Organização Não Governamental Projeto de Arqueologia Subaquática), e possuía convênio com a UNIVALI (Universidade do Vale de Itajaí) e com o Museu do Homem do Mar / Município de Bombas - SC.

De acordo com Noelli e colaboradores (2009), esta embarcação pertencia a piratas ingleses que raptaram a embarcação em Nazca e saíram a pilhar outras localidades por toda a costa americana do Oceano Pacífico. Nas pesquisas arqueológicas subaquáticas encontraram-se evidências que corroboram essas informações, tais como madeiras de origem européia ou norte-americana, fragmentos de cerâmica provenientes da América Espanhola, botijas de uma arroba que usavam para transportar e armazenar líquido, com pastas de oleiros e jazidas tanto americanas, quanto espanholas, uma Escala

Gunther para navegação com marca de gravação pirografada, tipicamente inglesa, entre outros. A passagem da embarcação por Santa Catarina deu-se devido à tentativa de chegar ao mar do norte pelo Oceano Atlântico (NOELLI *et al.*, 2009, p.179-203).

Figura 35: Localização do Sítio Arqueológico Praia dos Ingleses I.



Fonte: Noelli *et al.* (2009, p. 180).

Por fim, este projeto resultou na criação de um museu na comunidade dos Ingleses, o Museu do Naufrágio, no qual estão expostos alguns dos vestígios recolhidos em campo e os equipamentos utilizados nas pesquisas de arqueologia subaquática. Deve-se destacar, no entanto, que não há no IPHAN qualquer tipo de informação sobre esse sítio.

Largo da Antiga Alfândega

Sítio arqueológico datado de final do século XIX, localizado no centro de Florianópolis possui estruturas remanescentes que serviam de apoio a Casa da Antiga Alfândega, sendo identificados 2 cais, piso, armazém, trapiches, canos do antigo sistema de telégrafo e do antigo sistema de iluminação de Desterro, galeria subterrânea e pilares de madeira que sustentavam os trapiches (SOARES, 2011, p. 343).

Devido ao restauro arquitetônico foi realizado um acompanhamento arqueológico em 1992 pela arqueóloga Maria Madalena Velho do Amaral. Atualmente o material coletado encontra-se na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral, na Universidade Federal de Santa Catarina. O largo encontra-se preservado pelo decreto Municipal nº 270/86 e pelo Decreto Municipal 521/89 (BUENO *et al.*, 2015).

Ponte Hercílio Luz

Ponte inaugurada no ano de 1926 tinha finalidade de ligar a ilha ao continente e foi construída principalmente para sustentar a pista de rolamento, uma via férrea, uma passarela de pedestres e a adutora de abastecimento de água, tendo uma extensão de cerca de 821 metros. Ficou em funcionamento até 1982 quando, devido ao desgaste da estrutura foi fechada. Em 1988 foi reaberta para o tráfego de pedestres, sendo definitivamente fechada em 1991 (BUENO *et al*, 2015).

Por conta das obras de viabilização e reabilitação, a ponte passou pelo processo de monitoramento arqueológico o ano de 2008 coordenado pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva. Apesar do relatório apresentado pelo arqueólogo ao Poder Público destacar a importância de um trabalho de arqueologia antes ou durante as obras de reabilitação da Ponte (principalmente nas cabeceiras desta onde se encontram as fortificações de Santana e São João), as escavações foram consideradas desnecessárias e nenhuma intervenção foi realizada. Dessa maneira, de acordo com o arqueólogo, os vestígios arqueológico ali encontrados vêm sendo impactados negativamente até hoje (SOARES, 2011, p.41-42).

Ressalta-se que este sítio arqueológico faz parte do Conjunto nº X de bens históricos e é tombado pelo Decreto Municipal nº 637/92, estando inscrito como bem tombado a nível federal pelo processo nº 1137-T-85, no Livro Histórico inscrição nº 547, volume 2, folha 035, data 05/08 /1998.

Casa Rural Costeira do Ribeirão

Sítio histórico caracterizado por uma casa e engenho encontrado na localidade da Costeira do Ribeirão ao sul da ilha de Santa Catarina.

A casa e o seu entorno estão protegidos pela Lei 2.193 de 1985 como Área de Interesse Histórico e o engenho de farinha de mandioca e café foi registrado pelo arqueólogo Osvaldo Silva como sítio arqueológico em 1996. Este registrou somente o engenho, nomeando-o de Engenho da Casa Grande. Entretanto, Bueno e colaboradores (2015) creem que este faz parte de um conjunto que compõe a Casa Rural Costeira do Ribeirão, uma estrutura de fazenda de café da segunda metade do século XVIII.

Fazenda da Tapera

Sítio arqueológico com potencial riquíssimo catalogado no projeto de Bueno *et al* (2015). Caracteriza-se por remanescentes de uma antiga fazenda na qual acredita-se havia engenhos de açúcar e alambique, engenho de farinha de mandioca, atafona de milho, chumbador de café, casa grande, senzala, igreja e cemitério.

De acordo com entrevistas realizadas pela equipe do projeto, com a demolição da igreja, uma casa foi construída utilizando uma das paredes da antiga igreja. Outras edificações foram sendo construídas em períodos mais recentes sendo um estaleiro, uma olaria e um açude, estes últimos associados (BUENO *et al*, 2015).

Nenhuma escavação arqueológica foi realizada no sítio.

Muro Histórico da Armação

Antigo muro que acompanha a formatação do maciço montanhoso localizado a oeste da Praia da Armação, no sul da ilha de Santa Catarina. Bueno e colaboradores (2015) afirmam que possivelmente foi construído por escravos através da sobreposições de blocos e matacões de rochas ainda no tempo da armação de baleias também localizada nesta região.

Em campo a equipe diagnosticou 100m deste muro, mas informantes orais os comunicaram que o muro se estendia desde as proximidades do trevo de acesso à Praia da Armação até a Lagoa do Peri (BUENO *et al*, 2015). Ainda demonstram que, posteriormente, alguns utilizaram a área para plantio e criação de gado; atividades que levaram a destruição de alguns trechos do muro.

Possuindo uma altura média de 1,40m e largura de cerca de 0,80m, este sítio totaliza uma área de 196,1034m².

Casa da Alfândega

Sítio arqueológico localizado no centro de Florianópolis, foi pesquisado pela arqueóloga Luciana Ribeiro (2011) preventivamente por conta da construção de uma Caixa Econômica Federal sobre a área do sítio (SOARES, 2011, p.51).

Este edifício alfandegário foi construído em 1860, mas devido a um incêndio foi desativado e a Alfândega passou a

funcionar no prédio atualmente conhecido como Antiga Alfândega – também sítio arqueológico e enumerado aqui como “Casa da Antiga Alfândega”. Soares (2011, p. 345) afirma que após o incêndio ainda passou por novos usos entre 1880-1980, entre eles: Armazém Wendhausen, Hotel Laporta e Agência Bancária da Caixa Econômica Federal.

Navio de Naufragados

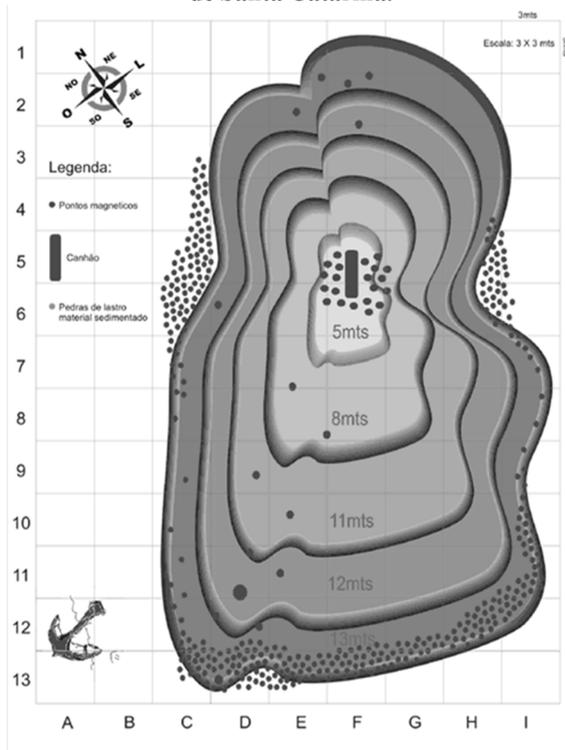
Embarcação submersa situada na baía sul da ilha de Santa Catarina, próximo a Ponta dos Naufragados e Ilha do Papagaio Grande. A escavação e localização da embarcação foi perpetrada pela ONG Resgate Barra Sul, em parceria com o GRUPEP-UNISUL, o qual é coordenado pela arqueóloga Deisi Scunderlick Eloy de Farias.

Este projeto teve início em 2005 e possuía licença da Marinha para pesquisa e exploração de 400 quilômetros quadrados da Barra Sul, entre as praias de Naufragados, dos Papagaios e do Sonho. Tinha por objetivo identificar os naufrágios da Baía Sul utilizando prospecção magnética e mergulhos.

A embarcação em questão foi identificada como um galeão do século XVI que acredita-se tratar de uma armada do século XVI comandada por Diego Flores Valdés e Pedro Sarmiento de Gamboa que seguia para o Estreito de Magalhães (BUENO *et al*, 2015).

De acordo com o croqui do sítio arqueológico (Figura 36), está encoberto por oito metros de sedimentos marinhos formados ao longo de 500 anos e possui 30 metros de comprimento.

Figura 36: Croqui do sítio arqueológico contendo embarcação do século XVI encontrada nos levantamentos feitos na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina.



Fonte: Salvador (2011, p.51).

Fábrica de Pontas Rita Maria

Edificação de um pavimento que abrigou a fábrica de pregos construída por Carl Hoepcke em 1896. Localizada no centro de Florianópolis (atual rua Hoepcke), foi uma das importantes fábricas e empreendimentos de Carl Hoepcke, o qual intensificou as atividades industriais da ilha de Santa Catarina em fins do séculos XIX e início do XX.

Bueno e colaboradores (2015) a fábrica estava localizada junto ao antigo porto e era ligado ao mesmo por um trilho de ferro. No lado da fábrica havia uma vila habitada principalmente por trabalhadores das fábricas do entorno (fábricas de gelo, bordado e estaleiro). Ao longo do século XX sofreu reformas, acrescentando-se nos fundos da construção uma chaminé na

década de 1940. Com o declínio da exportação, após a 2ª Guerra Mundial, a fábrica veio a ser desativada.

Maria de Fátima Fontes Piazza desenvolveu trabalhos de arqueologia industrial sobre esta fábrica no ano de 1982. Nenhuma intervenção arqueológica foi efetuada.

É preservado pelo Decreto Municipal nº 270/86 e 521/89.

Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa

Primeiro em nossa lista de sítios categorizados como religiosos, o Conjunto Nossa Senhora da Conceição da Lagoa é constituído por um grupo de edificações: a Igreja (datada de 1780), a Casa do Vigário, a Chácara do Divino, uma rampa de pedras, o cemitério, o adro e o largo (SOARES, 2011, p.46).

Este conjunto religioso teve sua construção relacionada a fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, localizada próxima a lagoa de mesmo nome. A freguesia teve fundação em 1750 e foi uma das muitas que receberam levas de imigrantes açorianos na Ilha de Santa Catarina e arredores.

Segundo o CNSA/IPHAN, este sítio arqueológico sofreu intervenções arqueológicas, mas conforme Soares (2011) e Bueno *et al* (2015) também asseveram, não foram encontrados relatórios sobre esta pesquisa arqueológica.

Em 1975 este conjunto foi tombado por Decreto Municipal nº 1.341/75. Em 1988 e 1989 e de 1994 a 1997 as estruturas de suas edificações sofreram restauro arquitetônico. Deve-se salientar ainda que a Igreja do conjunto é tombado a nível estadual pelo Decreto nº 2.998/1998.

Igreja de Nossa Senhora da Lapa

Sítio arqueológico localizado no sul da ilha de Santa Catarina, na localidade de Ribeirão da Ilha. Compõe-se de uma edificação erguida em 1806 com estrutura de pedras, cal e óleo de baleia, substituindo a igreja anteriormente localizada neste mesmo local, construída em 1760 (BUENO *et al*, 2015). Esta substituição ocorreu devido ao aumento populacional da localidade, constatado no início do século XIX, necessitando assim a construção de uma igreja maior, a qual foi elevada à categoria de paróquia em 1809 (VARZEA, 1985, p.89).

Os trabalhos arqueológicos em suas estruturas foram perpetrados por Osvaldo Paulino da Silva e Fabiana Comerlato

no ano de 2000. Neste, após intervenções com postos-testes e trincheiras na nave central da igreja, identificaram-se 51 sepultamentos em subsolo (SOARES, 2011, p.339). Após análise, os sepultamentos foram novamente colocado no assoalho da igreja.

Tombado como patrimônio pelo Decreto Municipal nº 13452/1975 e Estadual nº 2998/199, este sítio arqueológico passou por reformas e restauros recentemente.

Cemitério Antigo Irmandade do Senhor Jesus dos Passos

Cemitério antigo pertencente a Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos está localizado nas terras do Imperial Hospital de Caridade no centro de Florianópolis. Esta irmandade foi instituída em Nossa Senhora de Desterro no ano de 1765 e possuiu entre seus membros pessoas ilustres, como o governador Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa (SOARES, 2011, p.46).

Em 1768 esta irmandade resolveu transferir-se de seu consistório existente na igreja matriz (Capela Nossa Senhora das Dores) para a Capela Menino Deus, fundada em 1762 (VARZEA, 1985, p. 54). Em 1789 a irmandade funda o Hospital de Caridade para atender os pobres enfermos e indigentes. Ao que tudo indica o cemitério aqui enfocado foi construído neste mesmo período e desativado em 1852 (BUENO *et al*, 2015).

O trabalho arqueológico foi realizado em 2005, a pedido da Provedoria da Irmandade Senhor Jesus dos Passos, pela arqueóloga Fabiana Comerlato. Foram realizados registro fotográfico e levantamento das estruturas funerárias remanescentes (SOARES, 2011, p. 348). Não houve coleta de material.

Segundo essa arqueóloga este cemitério está em área tombada como patrimônio natural. É preservado pelo decreto Municipal nº 270/86 e pelo Decreto Municipal 521/89 (BUENO *et al*, 2015).

Cemitérios Histórico do Pântano do Sul

Sítio cadastrado por Bueno e colaboradores (2015) e localizado na comunidade do Pântano do Sul, na planície norte das dunas. Sua área está atualmente dividida em parte norte e

parte sul, devido a construção da Estrada João Belarmino da Silva.

Possui uma área de 8056,6051m². Segundo informações orais apresentadas por Bueno *et al* (2015), parte dos sepultamentos foram removidos e por diversas vezes foram descobertos caixões anos após o abandono do cemitério. Ademais, o cemitério possuía uma área de 60x40m (BUENO *et al*, 2015). Não houve intervenção arqueológica neste sítio.

Igreja Nossa Senhora do Parto

Localizada no centro de Florianópolis, esta igreja foi inaugurada em 1861 e era composta por frontão triangular e torre de sino (SOARES, 2011, p.343). Atualmente possui planta retangular, uma torre e anexos laterais para as atividades da comunidade católica (BUENO *et al*, 2015).

Este sítio foi alvo de intervenção arqueológica, coordenada por Maria Madalena Velho do Amaral, no ano de 1999, devido as obras de reforma e revalorização da igreja. A intervenção previa a realização de poços-teste e trincheiras com o objetivo de evidenciar estruturas antigas da Igreja. Os materiais coletados estão na Reserva Técnica do Museu de Arqueologia e Etnologia “Oswaldo Rodrigues Cabral” da UFSC. (SOARES, 2011, p. 349). Hoje, a edificação é tombada como patrimônio por Decreto Municipal nº 270/86 e nº 521/89.

Catedral Metropolitana (Capela Nossa Senhora das Dores)

Sítio arqueológico caracterizado pela Igreja Matriz de Florianópolis com devoção a Nossa Senhora das Dores, localizada no centro da cidade. Esta igreja caracteriza-se por ter o histórico mais longo visto que, no mesmo lugar onde hoje se ergue, foi anteriormente levantada a pequena ermida de Francisco Dias Velho na fundação da póvoa de Nossa Senhora do Desterro após meados do século XVII.

A atual edificação foi projetada pelo brigadeiro José da Silva Paes em 1751 e sua construção se deu entre 1753 e 1773. Esta foi necessária pois a antiga não mais comportava os habitantes da sede da povoação (CABRAL, 1979, p.48). A catedral ainda sofreria inúmeras transformações e reparos nas suas estruturas até a presente data (BUENO *et al*, 2015).

Os trabalhos arqueológicos na Catedral Metropolitana foram perpetrados pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva, em 2011. Foram evidenciados diversos sepultamentos com datação média de 1792 d. C. Além disto foram encontrados associados a estes sepultamentos botões, presilhas, fragmentos de caixões, moedas, dobradiças, entre outros (SILVA, 2011, p. 46; 345). O material coletados foi salvaguardado no espaço museal criado na Catedral, o qual pode ser visitado pelo público.

Destaca-se ainda que é um dos imóveis que compõe o Conjunto n° I de bens tombados do Centro Histórico de Florianópolis.

Foto 40: Sítio Arqueológico Igreja Nossa Senhora da Lapa – Ribeirão da Ilha.



Fonte Foto: Soares (2011)

Foto 41: Capela Nossa Senhora das Dores:



Fonte Foto: Soares (2011)

Foto 42: Casa Natal Victor Meirelles – Antigo Açougue do século XVIII.



Fonte Foto: Soares (2011)

Foto 43: Palácio Cruz e Souza.
Fonte: Google Imagens.



Foto: Marcio Cabral de Moura (2008).

Casa Natal Victor Meirelles

Localizado no centro de Florianópolis, a Casa Natal de Vitor Meirelles é um sítio arqueológico que caracteriza-se por um

sobrado construído no ano de 1832 pela família Meirelles de Lima, mais precisamente pelo pai do famoso pintor Victor Meirelles.

As pesquisas arqueológicas neste sítio foram realizadas pela arqueóloga Fabiana Comerlato no ano de 2001. De caráter emergencial, devido a restauração do sobrado, a escavação durou 15 dias e revelou características muito interessantes, não somente relativas ao sobrado do século XIX.

De acordo com Comerlato (2001), as estruturas e materiais encontrados no solo do sobrado indicam a presença e funcionamento de um antigo açougue clandestino no local, anterior à construção do sobrado. Foi encontrado não somente um grande número de material ósseo com marcas evidentes de corte, em local de descarte de material, como também evidências de uma antiga estrutura de alvenaria de pedras. Além disto, foram coletados ainda fragmentos de cerâmica, louça, vidros e metal. Este material encontra-se sob a guarda do Escritório Técnico do IPHAN de Laguna.

Após sua utilização como unidade residencial e comercial a Casa Natal de Victor Meirelles passa a ter fins culturais (COMERLATO, 2001, p. 3). Em 1946 o imóvel foi adquirido pela União e após ser tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950 (Processo nº 0342-T-44, Livro Histórico nº inscrição 264, volume 1, folha 045, data 30/01/1950), virou Museu Vitor Meirelles, em 1952 (BUENO *et al*, 2015).

Atualmente uma nova etapa de arqueologia preventiva está acontecendo na Casa, mas nenhuma informação pode ser levantada sobre isto.

Casa da Praia do Saquinho

Sítio arqueológico encontrado pelo arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva (1999) na parte meridional da Ilha de Santa Catarina em seu levantamento realizado na região da Lagoa do Peri. Para realizar o levantamento utilizou-se de caminhamentos sistemáticos e assistemáticos com eventuais realizações de sondagem.

O sítio é composto por vestígios arquitetônicos de uma residência, situada junto à trilha existente na margem norte da Lagoa. Os vestígios encontram-se junto à superfície do terreno,

com alguns restos de alicerces ainda evidentes (SOARES, 2011, p.340). Não foram realizadas coletas.

Barra da Lagoinha

Sítio arqueológico de características domésticas encontrado no Levantamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Arqueológico do Entorno da Lagoa do Peri e localizado na margem leste desta lagoa. Este levantamento foi necessário devido a implantação do Sistema de Captação Costa Leste/Sul do Manancial da Lagoa do Peri, e foi solicitado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) (SILVA, 2001, p. 2).

Com características domésticas, Osvaldo da Silva, arqueólogo responsável pela escavação e diagnóstico do sítio arqueológico, primeiramente achou ser um sítio cerâmico possivelmente pré-contato, mas depois determinou ser um sítio do período histórico, por conta da predominância de vestígios da cultura europeia (SILVA, 2001, p. 31-32). Trata-se então, de acordo com Silva (2001), de uma residência coberta com telhas de barro tipo capa-canal e provável estrutura de pau-a-pique.

O material arqueológico caracteriza-se majoritariamente por material cerâmico utilitário, vidrado e torneado, bem como por louças e material construtivo. Ainda foram encontrados conchas e otólitos. A Reserva Técnica da UNISUL possui a guarda do material.

Palácio Cruz e Souza

No ano de 1739 a Capitania da Ilha de Santa Catarina é criada, tendo como seu primeiro governado o engenheiro e brigadeiro José da Silva Paes. Para manter esta nova posição uma casa de governo foi projetada em 1750 e seria construída junto à Praça da Vila de Desterro, próximo da Igreja Matriz da vila. Esta casa funcionou como sede do governo de Santa Catarina até 1954. A partir de então funcionou, unicamente, como Palácio dos Despachos e em 1984, tornou-se o Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC), atualmente em funcionamento.

Durante sua história, a estrutura e arquitetura do edifício passou por diversas transformações e as características atuais do prédio foram obtidas no governo de Hercílio Luz, entre 1894 e

1898. Em 1979, em homenagem ao poeta catarinense, a casa de governo passou a ser chamada de Palácio Cruz e Souza.

A intervenção arqueológica compreendeu uma escavação na área externa do palácio entre os anos de 2002 e 2003. Esta foi perpetrada pela Empresa Geoarqueologia, sob a coordenação do arqueólogo Osvaldo Paulino da Silva. A pesquisa gerou um acervo de cerca de 70 mil peças, contendo cerâmica vermelha, cerâmica vitrificada, louça branca, metal, grês, vidros, moedas, artefatos em osso, restos alimentares, entre outros (Soares, 2011).

É um dos imóveis que compõe o Conjunto nº I de bens tombados no Centro Histórico de Florianópolis.

Casa no Caminho da Gurita

Antiga edificação encontrada pela equipe do Projeto Florianópolis Arqueológica no Caminho da Gurita, na margem da Lagoa do Peri (BUENO *et al.*, 2015). Caracteriza-se por remanescentes do que parece ser uma casa e seu anexo, construídos através da sobreposição de rochas e um muro, localizado a noroeste, também construído com rochas.

As estruturas diagnosticadas ocupam uma área de aproximadamente 260 m² (BUENO *et al.*, 2015). Não houve intervenção arqueológica no sítio arqueológico, nem coleta de material.

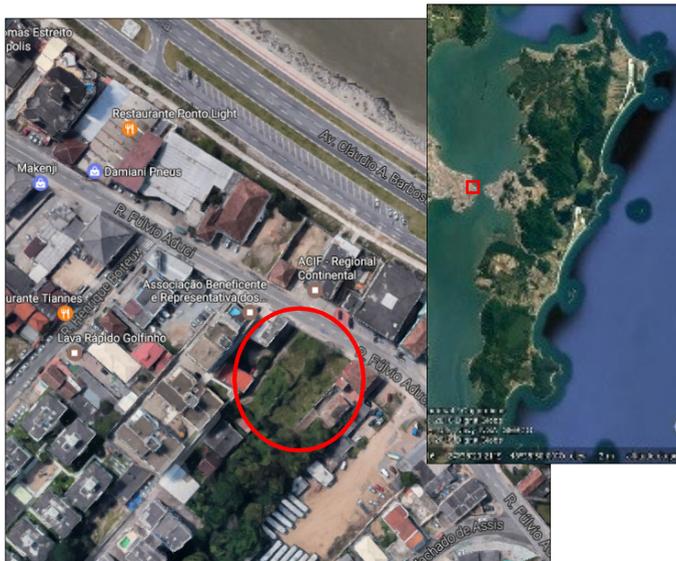
Aldeia Fúlvio Aducci

Sítio multicomponencial localizado na parte continental de Florianópolis no Bairro Estreito. Localizado em área urbana, entre prédios e construções, suas dimensões reais nunca foram avaliadas e sua posição é dada entre os números 413 a 473 da Rua Fúlvio Aducci.

Os materiais encontrados em superfície revelam uma riqueza sem par. Foram identificados restos de fauna, sepultamentos, material lítico e cerâmico, louças brancas e moedas.

Desde 2003, quando foi encontrado, algumas denúncias foram feitas por conta de intervenções negativas no local como perfurações e testes no solo, destruindo o sítio arqueológico. Entretanto, até hoje, nenhuma medida foi tomada para a proteção deste sítio arqueológico.

Figura 37: Mapa da localização da Aldeia Fúlvio Aducci na região continental de Florianópolis.



Mapa: Google Earth. Montagem: Autora (2016).

Vargem Grande I

Sítio arqueológico encontrado pela equipe do Projeto Florianópolis Arqueológica, coordenado por Lucas Bueno *et al* (2015). Trata-se de uma antiga residência construída com pedras de corte irregular. O imóvel está sem cobertura e tomado por vegetação. O sítio está em área utilizada para pasto, a céu aberto e em superfície.

Não foram realizadas intervenções arqueológicas.

SC-Carianos-V

O sítio arqueológico caracteriza-se por uma lâmina de conchas nas quais encontraram-se fragmentos vítreos, fragmentos cerâmicos históricos e faunísticos. Possui uma área de cerca de 5 km² (130m x 45m) (CNSA/IPHAN).

Foi encontrado pela equipe do GRUPEP/UNISUL, sob coordenação de Deise Farias, no Projeto de Prospecção e Acompanhamento da Pesquisa Arqueológica Pré-histórica na Área de ampliação do Aeroporto Internacional Hercílio Luz, levado a cabo no sul da ilha de Santa Catarina.

De acordo com a ficha de registro no CNSA/IPHAN, o sítio arqueológico possui menos de 25% de integridade e a equipe encontrou-o realizando sondagens pela área. Outro aspecto apontado pela ficha diz respeito a estrutura que os arqueólogos acreditam ter encontrado: uma área de refugio, ou seja, uma lixeira.

APÊNDICE III

Atributos para Análise Cerâmica

- 1. Identificação (se tiver)**
- 2. Nível (se tiver)**
- 3. Classe da Peça:**
 1. Fragmentos de parede
 2. Fragmento de borda
 3. Fragmento de tampa
 4. Fragmento de base
 5. Base
 6. Lábio
 7. Ombro
 8. Asa
 9. Alça
 10. Apêndice
 11. Forma completa (mais de 50% de integridade)
 12. Bolota
 13. Parede com Inflexão
 14. Tampa
 15. Micro-cerâmica
 16. Gargalo
 99. Sem Leitura
- 4. Espessura da Peça (mm).**
- 5. Técnica de Manufatura.**
 1. Roletado
 2. Modelado
 3. Roletado e Modelado
 4. Moldado
 5. Torneado
 99. Sem leitura
- 6. Tipo de Antiplástico:**
 1. Mineral
 2. Mineral e Caco Moído
 3. Mineral e Carvão
 4. Mineral, Carvão e Caco Moído
 5. Palha
 99. Sem Leitura
- 7. Tamanho do Antiplástico:**
 1. Até 1 mm
 2. De 1,1 mm até 3 mm
 3. Mais de 3 mm
 99. Sem Leitura
- 8. Porcentagem (Frequência) de Antiplástico (Moraes, 2007)**
 1. Pouco Antiplástico – Pasta Muito Plástica (até 10%)
 2. Presença Mediana – Pasta Plástica (10-30%)
 3. Antiplástico Abundante – Pasta Seca (mais de 30%)
- 9. Queima:**
 1. Completa
 2. Incompleta com núcleo reduzido
 3. Incompleta com uma ou duas faces reduzidas
 4. Incompleta totalmente reduzida
 99. Sem Leitura
- 10. Acabamento de Superfície Interno:**
- 11. Acabamento de Superfície Externo:**
 1. Alisamento bom

2. Alisamento com imperfeições
3. Brunidura
4. Polimento
5. Acabamento Plástico
6. Acabamento Plástico ou alisamento mal acabado
99. Sem Leitura

12. Engobo:

1. Ausente
2. Interno Vermelho
3. Externo Vermelho
4. Interno e Externo Vermelho
5. Interno Branco
6. Externo Branco
7. Interno e Externo Branco
8. Interno Vermelho e Externo Branco
9. Interno Branco e Externo Vermelho
10. Externo Branco e Externo Vermelho

13. Técnica

Decorativa:

1. Ausente
2. Pintada
3. Plástica
4. Engobada
99. Sem Leitura

14. Modos de

Decoração:

1. *Decoração simples:* quando apenas um tipo de decoração foi aplicado na peça;
2. *Decoração superposta:* quando dois tipos diferentes

de decoração são aplicados um sobre o outro;

3. *Decoração dupla:* quando dois tipos diferentes de decoração são aplicados em espaços distintos de uma mesma peça, estando ambos na mesma superfície (interna ou externa);

15. Acabamento Plástico Face Interna:

16. Acabamento Plástico Face Externa:

1. Corrugado
2. Digitado
3. Dígito-Ungulado
4. Ungulado
5. Pseudo-ungulado
6. Acanalado
7. Beliscado
8. Ponteadado
9. Impresso (Cestaria)
10. Inciso
11. Escovado
12. Roletado
13. Aplicado
14. Exciso
15. Espatulado
16. Penteadado

17. Acabamento Pintado Face Interna:

18. Acabamento Pintado Face Externa:

1. Base Branca
2. Base Vermelha
3. Faixa branca
4. Faixa Vermelha
5. Faixa Branca
6. Linhas Vermelhar
7. Linhas Pretas (escuras)

- 8. Linhas Brancas
- 99. Sem Leitura

19. Motivos:

- 1. Retilíneos Verticais
- 2. Retilíneos Horizontais
- 3. Retilíneos Diagonais
- 4. Retilíneos Cruzados
- 5. Retilíneos Zigue-Zague
- 6. Retilíneos Losango
- 7. Arcos Secantes (Afro)
- 8. Curvilíneos
- 9. Complexos
- 10. Fusiformes
- 11. Semi-Circular
- 99. Sem leitura

20. Local das Pinturas e/ou Acabamentos Plásticas:

- 1. Borda
- 2. Base
- 3. Pescoço/Gargalo
- 4. Bojo
- 5. Carena
- 6. Ombro
- 7. Vasilha Inteira
- 8. Lábio
- 9. Porção Superior
- 10. Aplique
- 99. Sem Leitura

21. Morfologia do Lábio:

- 1. Plano
- 2. Arredondado
- 3. Apontado
- 4. Biselado
- 99. Sem Leitura

22. Morfologia da Borda:

Forma:

- 1. Direta
- 2. Extrovertida
- 3. Introvertida
- 4. Cambada
- 5. Contraída
- 6. Dobrada
- 99. Sem Leitura

Inclinação:

- 1. Vertical
- 2. Inclinada Externa
- 3. Inclinada Interna
- 99. Sem Leitura

Espessura da borda em relação ao corpo:

- 1. Expandida
- 2. Reforçada Externamente
- 3. Reforçada Internamente
- 99. Sem Leitura

23. Diâmetro da Borda (cm):

24. Forma da Boca:

- 1. Circular
- 2. Ovoide
- 3. Elíptica
- 4. Retangular

25. Morfologia da Base:

- 1. Plana
- 2. Convexa
- 3. Côncava
- 4. Plana com pedestal
- 5. Anelar
- 99. Sem Leitura

26. Diâmetro da Base (cm):

27. Ângulo da base:

- 1. 0-45°

2. 46-90°
3. 91-135°
4. 136-180°

28. Estrutura Geral da Vasilha:

1. *Aberta*: quando o diâmetro for igual ou maior que o diâmetro máximo;
 2. *Levemente restrita*: quando o diâmetro da boca for um pouco menor que o diâmetro máximo. Nesse caso o acesso ao interior da peça não é dificultado;
 3. *Fechada*: quando o diâmetro da boca for menor que o diâmetro máximo, dificultando o acesso ao interior da vasilha.
99. Sem leitura

29. Contorno:

1. *Simples*: contornos suaves sem mudanças bruscas de direção
 2. *Inflético*: presença de um ponto de inflexão
 3. *Composto*: presença de um ou mais pontos angulares
99. Sem leitura

30. Tipos de Vasilhames

1. Prato
 2. Tigela
 3. Vaso
 4. Panela
99. Sem leitura

31. Marcas de uso (Face interna e Face Externa)

1. Depósito Carbônico
 2. Fuligem
 3. Redução
 4. Oxidação
 5. Fermentação
 6. Desgaste por instrumento
 7. Furos para conserto/suspensão
99. Sem Leitura

32. Marcas de Gestos de Produção (Face interna e Face Externa)

1. Cestaria
2. Folhas
3. Dedos
4. Palha
5. Objetos para alisar
6. Sulcos de torno